

FIC
FACULDADE DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar
Claudomilson Fernandes Braga
(Organizadores)

Gestão de Crises, Relações Públicas e COVID-19

Coleção Pensamentos

Volume 3

CEGRAF

Gestão de Crises, Relações Públicas e COVID-19

**Coleção Pensamentos
Volume 3**

**Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento César
Claudomilson Fernandes Braga
(Organizadores)**

1ª Edição

Faculdade de Informação e Comunicação

Angelita Pereira de Lima
Diretora

Erinaldo Dias Valério
Vice-Diretor

Universidade Federal de Goiás

Edward Madureira Brasil
Reitor

Sandramara Matias Chaves
Vice-Reitora

Diretora do Cegraf UFG
Maria Lucia Kons

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
Universidade Federal de Goiás – UFG

Ana Rita Vidica Fernandes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Andréa Pereira dos Santos
Universidade Federal de Goiás – UFG

Antonio Fausto Neto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Claudomilson Fernandes Braga
Universidade Federal de Goiás – UFG

Daniel Christino
Universidade Federal de Goiás – UFG

**Goiamérico Felício Carneiro dos
Santos**
Universidade Federal de Goiás – UFG

Jairo Ferreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Janaina Vieira de Paula Jordão
Universidade Federal de Goiás – UFG

José Luiz Braga
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– Unisinos

Luciano Alves Pereira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Luiz Antonio Signates Freitas
Universidade Federal de Goiás – UFG

Magno Luiz Medeiros
Universidade Federal de Goiás – UFG

Márcia Perencin Tondato
Escola Superior de Propaganda e
Marketing – ESPM

Simone Antoniacci Tuzzo
Universidade Federal de Goiás – UFG

Suely Gomes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Tiago Mainieri de Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Capa:
Carlos Henrique Martins

Projeto Gráfico:
Carlos Henrique Martins

Editoração eletrônica:
Carlos Henrique Martins

Preparação dos Originais e Revisão Geral:
Carlos Henrique Martins e Simone Antoniaci Tuzzo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/U

G393 Gestão de crises, relações públicas e COVID-19 [Ebook] / Organizadores, Simone Antoniaci Tuzzo, Adriane Geralda Alves do Nascimento César, Claudomilson Fernandes Braga. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

148 p. : il. – (Coleção Pensamentos; 3)

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-86422-32-0

1. Crises – Aspectos sociais. 2. Relações públicas. 3. Mídia social.
4. Epidemias I. Tuzzo, Simone Antoniaci. II. César, Adriane Geralda Alves do Nascimento. III. Braga, Claudomilson Fernandes. IV. Faculdade de Informação e Comunicação.

CDU: 659

Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo / CRB1: 2870

SUMÁRIO

1) VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19	07
Claudemilson Fernandes Braga Simone Antoniaci Tuzzo Rhayssa Fernandes Kalyne Menezes	
2) PANDEMIA DE COVID-19 E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO PRONUCIAMENTO DO PRESIDENTE BOLSONARO CONTRA O ISOLAMENTO SOCIAL	21
Tiago Mainieri Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro	
3) GESTÃO DE CRISES E COVID-19: A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E PESSOAS DO GRUPO DE RISCO	36
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar Gardene Leão de Castro	
4) PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA	47
Daiana Stasiak Lutiana Casaroli	
5) ENSAIO SOBRE AS FUNÇÕES DOS RELAÇÕES-PÚBLICAS COMO GESTORES SISTÊMICOS: RESSIGNIFICAÇÕES FRENTE ÀS MUTAÇÕES MERCADOLÓGICAS EM MEIO À COVID-19	57
Simone Antoniaci Tuzzo Carlos Henrique Martins	
6) A ÉTICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A COVID-19 E AS NOVAS FORMAS DE VER O MUNDO	74
Divina Eterna Vieira Marques Gardene Leão de Castro	
7) O EVENTO: DO TRADICIONAL AO HIGH-TECH EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS	84
Maria Francisca Magalhães Nogueira Rose Mendes da Silva Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar	
8) PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE	91
Luciano Alves Pereira Jordanna Vieira Duarte	
9) IDEIAS PARA DEPOIS DO FIM DO MUNDO: A BIOPOLÍTICA E A PANDEMIA	107
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira Flávia Martins dos Santos	
10) O EFEITO BORBOLETA NA PANDEMIA DA COVID-19: CAOS, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MIRÍADE DE SENTIMENTOS	124
Thâmara Sampaio Vasconcelos Vilela	

RELAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 E AS NOVAS REALIDADES SOCIAIS

Algumas profissões possuem múltiplas formas de atuação e conseguem desenvolver atividades em uma diversidade de organismos sociais, capaz de reescrever e repensar sua vocação a cada transformação.

Por ser social, a comunicação, e em especial as Relações Públicas, carregam a marca da antecipação aos fatos, do pensamento reflexivo de adequação às novas realidades que se apresentam com os acontecimentos.

Diversos são os campos, vastos são os alcances de seus planejamentos estratégicos, plurais são seus públicos.

A sociedade é ditadora de profissões ao criar novas demandas a partir de tecnologias e descobertas que recriam as formas de estudar, aprender, trabalhar, se divertir, se alimentar. Além disso, as relações com o vestuário, o transporte e a comunicação.

Para tudo isso, o olhar atento das Relações Públicas que interage, reflete e busca a compreensão da integração e da inter-relação entre as organizações e delas com seus diversos públicos. Desta forma, ao tempo em que a profissão reorganiza a sua relação com a sociedade, também se vê como a maior incentivadora de uma transformação da profissão que se reinventa constantemente.

Se isso, por si, já é uma rotina, ou seja, se as mudanças e transformações já são o normal desta profissão em suas múltiplas atuações como profissionais liberais ou em organizações do primeiro, segundo, terceiro setor, públicas e privadas, o acontecimento que agora abala o mundo se mostra como ainda mais desafiador.

A pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2, o corona vírus ou Covi-19, (a sigla é extraída das palavras corona vírus 2019), descoberto na China no final de 2019 e que avançou pelo mundo em 2020, faz com que cada ser humano repense a sua existência e o seu papel diante de uma sociedade que ainda não tem muita certeza do que restou dos antigos hábitos e da sociedade que conhecíamos até o início da crise sanitária que causa impacto em todos os campos da existência humana.

O Volume 3 da coleção Pensamentos foi produzido por professores do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, além de convidados que se dedicaram a pensar os diversos campos de atuação da profissão e dos profissionais de Relações Públicas em uma realidade social em plena transformação.

Os dez artigos aqui colocados são escritos no momento em que o Brasil atinge a triste marca de um dos países mais afetados pela doença.

O vírus tudo mudou... o isolamento social, o medo do contágio, o caos diante de uma sociedade não preparada instrumental e ideologicamente para compreender e atuar de forma eficaz diante de um abalo inesperado e avassalador.

Por tudo isso os vários capítulos que aqui se apresentam são uma reflexão desses diversos campos de atuação dos Relações Públicas e de uma profissão de vários olhares que responde sim, ao chamado de um repensar crítico e reflexivo sobre como será o novo mundo que ora se inicia.

Simone Antoniaci Tuzzo
Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézár
Claudomilson Fernandes Braga

VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19

Claudemilson Fernandes Braga: Pós-Doutor em Psicologia pela PU-C-GO. Docente do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: claudomilson_braga@ufg.br



Simone Antoniaci Tuzzo: Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: simonetuzzo@ufg.br; www.simonetuzzo.com



Rhayssa Fernandes: Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela UFG. Professora no Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. E-mail: rhayssafernandesrp@gmail.com



Kalyne Menezes: Jornalista. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing, Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra e Doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania, UFG. Membro dos grupos de pesquisa “Mídia, Imagem e Cidadania” e “História da Comunicação em Goiás”, CNPq. E-mail: mkskalyne@gmail.com



VULNERABILIDADES REVELADAS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COVID-19

Claudomilson Fernandes Braga

Simone Antoniaci Tuzzo

Rhayssa Fernandes

Kalyne Menezes

Resumo

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) alterou o modo de vida das populações ao redor do mundo e tem revelado novas perspectivas no que se refere à sobrevivência humana; a forma como nos relacionamos, trabalhamos. Elaborada a partir da técnica de Evocações Livres e analisada pela perspectiva da Teoria Estrutural desenvolvida por Jean Claude Abric (1998), o objetivo deste artigo é identificar as Representações Sociais que as pessoas têm em relação à COVID-19 e, conseqüentemente, quais crenças e quais sentimentos possuem em relação aos diversos aspectos que envolvem a pandemia. Com uma amostra aleatória de 148 sujeitos ($n=148$) de ambos os sexos e uma faixa etária média de 30,6 anos, a pesquisa revela que para os sujeitos, a COVID-19 está fortemente associada à noção de morte, medo e doença, indicando um cenário de pânico na população. Os resultados revelam ainda nos termos evocados a expressão isolamento, sugerindo que os sujeitos reconhecem a importância desta ação como forma de prevenção. Todavia, o baixo índice de isolamento no país revela, em última instância, elevado grau de vulnerabilidade econômica da população, não sendo possível cumprir as orientações das autoridades sanitárias. Em outros termos, segundo os resultados da pesquisa, apesar da pandemia significar morte, doença, parece não ser possível evitá-la pelo isolamento – termo também evocado, por questões de sobrevivência, revelando um dilema na população: ao aderir ao isolamento coloca em risco sua sobrevivência; ao desobedecer ao isolamento corre o risco de contaminação e, por conseguinte, da morte.

Palavras-chaves: Representações Sociais; pandemia; vulnerabilidade; morte; Covid-19.

Introdução

A Ciência¹, que no último século e de maneira espantosa nas últimas décadas se desenvolveu de modo absolutamente fantástico, por um lado tenta compreender a humanidade em todos os sentidos; por outro determina a nossa existência de modo definitivo. É a verdade da Ciência.

Quando a mesma ciência que cura, define que você é portador de determinada característica de personalidade, por exemplo, ela, (a Ciência) define o destino do homem de modo absoluto e definitivo. Provavelmente nunca mais você se desvencilhará deste “rótulo”. Até do controle da religião é possível se livrar, bastando apenas deixar de acreditar em Deus. Da Ciência parece não ser possível.

Arriscamos dizer que não há nada mais controlador do que a Ciência, e neste edifício conceitual que estamos inseridos, terceirizamos a vida pra Ciência. Atribuímos a ela o poder de definir quem vai e quem fica. O que somos, quem somos e quem podemos ser.

1 Sobre o conceito de Ciências ver: ACEVEDO, J.A. e ROMERO, P. A. Creencias sobre la naturaleza de la ciencia: un estudio con titulados universitarios en formación secundaria. **Revista Iberoamericana de Educación**, 1-20. 1999.

Baseados na verdade da Ciência, aspectos inerentes ao mundo natural foram estranhamente interpretados e compreendidos e de certa maneira foram ao longo da história negados, como a vida e a morte. De nada adianta ser rico ou pobre; branco ou negro; anônimo ou celebridade. A nova realidade que se impõe em algum momento nos obrigará a voltar à natureza.

Neste sentido, a Ciência nos reveste de uma capa civilizatória criada e validada pela humanidade, sobretudo, após a Revolução Industrial. E ao fazê-lo, a humanidade se dispôs a validar aquilo que a Ciência define como correto, adequado, gerando assim uma representação do que é a Ciência, agora em uma situação pandêmica.

É neste bojo de complexidade, de disputa, que em meados de dezembro de 2019 o já conhecido coronavírus (H1N1, SARS) (re) surge na China com uma nova cepa. O chamado novo coronavírus, ou COVID-19 (o nome é a junção das palavras Corona Vírus 2019) como denominou a Organização Mundial da Saúde (OMS) é agressivo, com alto poder de contaminação e disseminação. Um inimigo invisível e silencioso. Decreta-se a pandemia, algo que a humanidade não vivenciava deste a gripe espanhola do início do século passado.

Novamente a Ciência foi chamada para combater esta ameaça e a partir da sua narrativa, a COVID-19 surge como uma nova realidade, ditando novas regras de convivência, cujos comportamentos são descritos e validados pela Ciência. E novamente as representações da Ciência sugerem, em função do seu discurso, a representação da doença. Agora o isolamento e o distanciamento social são as regras da convivência humana. Em termos econômicos tudo mudou. Produtos e serviços anteriormente oferecidos para boa parte da população, agora são classificados em essenciais ou não. Para o vírus as fronteiras não existem; nem as diferenças culturais. Ele (o vírus) é global.

É neste (novo) cenário global que a humanidade, agora revestida de uma nova capa civilizatória desenvolve sua compreensão do que exatamente é a COVID-19. Desenvolve seu próprio entendimento, sua própria narrativa. Em parte por aquilo que a Ciência definiu como conceito, mas também, provavelmente em maior proporção, por aquilo que a Comunicação e seu aparato tecnológico publicizou.

É, portanto, no espaço entre o que diz a Ciência, a partir dos seus especialistas; o que diz os veículos de comunicação; e o que chega aos lares, agora isolados, do ponto de vista da mediação ou da quase mediação conforme preconizado por Thompson (2008), que ocorrem as interpretações e (re) interpretações sócio cognitivas do que exatamente é a COVID-19. Falamos, destarte, das Representações Sociais do novo coronavírus. É, portanto, sobre esta nova realidade e sobre este objeto – a COVID-19, que este artigo se debruça.

Com o objetivo de identificar as Representações Sociais da COVID-19 e conseqüentemente quais crenças e quais sentimentos os sujeitos da pesquisa possuem em relação à pandemia, que este artigo foi elaborado tendo como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais de uma forma geral e de modo particular a Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean Claude Abric (1998), da qual adotamos seu aparato teórico-metodológico.

Em relação aos resultados, entendemos como sendo aplicável à boa parte da população, já que o fenômeno da pandemia não escolhe classe social, renda, faixa etária e atinge a todos igual e indistintamente, em que pese a utilização de um processo amostral no estudo.

As Representações Sociais

Do Bú *et al* (2020) afirmam que as diversas áreas do conhecimento têm estudado a COVID-19, dentre elas a saúde pública, a epidemiologia e a psicologia. No campo da psicologia social, destaca-se a formação de representações sociais em relação ao novo coronavírus, e o papel da mídia como fundamental nesse processo, uma vez que está ligado às normas, formas simbólicas, condutas dentro de uma sociedade. Neste sentido, destacamos a importância dos estudos à luz da Teoria das Representações Sociais, já que estas são partilhadas e compartilhadas por um grupo de pessoas.

Para Moscovici (1981), fundador dos estudos de representações sociais, os indivíduos não criam nada novo, mas reproduzem e são reproduzidos. Assim, no campo do pensamento social, aspectos afetivos, simbólicos, cognitivos e outros são compartilhados em uma sociedade, por indivíduos ou grupos e, assim, tornam-se representações sociais. O conceito desenvolvido por Moscovici - cuja inspiração de base se refere aos estudos de Émile Durkheim sobre representações coletivas - no entanto, é atualizado e ampliado no campo da psicologia social, considerando que as sociedades são dinâmicas e cujas mudanças sociais são constantes e rápidas. Distanciando-se do conceito durkheimiano, sobretudo, pela dinamicidade das sociedades contemporâneas.

As representações sociais são uma maneira particular tanto de aquisição do conhecimento quanto de comunicar esse conhecimento adquirido e, para isso, utilizam-se de mecanismos simbólicos e icônicos (MOSCOVICI, 1981). Segundo o postulado a representação tem origem em um indivíduo ou em grupos de indivíduos e se refere a um objeto e a determinado conteúdo. Uma representação social tem relação direta com suas condições de produção e de circulação, e é constituída por um núcleo estruturante que determina e delinea o campo semântico da representação.

Todos os sistemas de representações, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2003, p. 37).

Os diálogos, discursos, padrões de trabalho e produção, rituais, culturas e outras práticas sociais, junto à comunicação, engendram as representações sociais. A análise da representação é centrada “nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social” (JOVCHELOVIYCH, 1995, p.79) que envolve, em sua totalidade, uma dinâmica diferente do que apenas indivíduos agregados. O sujeito social vai além do simples indivíduo, pois, pertence a contextos sociais e culturais bem definidos. Mesmo que as representações sociais sejam, em parte, expressões individuais, elas são diretamente relacionadas aos contextos e espaços sociais de produção e circulação e neste sentido, são grupais.

As representações sociais são uma forma de pensar e interpretar a realidade cotidiana e de conhecer as atividades mentais desenvolvidas pelos indivíduos e grupos para “fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem” (SÊGA, 2000, p. 128-129). Dessa forma, Sêga (2000) argumenta que o social aparece de diferentes formas, seja pelos contextos concretos em que os grupos se situam, seja pela comunicação entre os sujeitos, pelo que eles partilham referente a crenças, valores, ideologia, culturas. A representação social é um conhecimento prático e que dá sentido ao mundo, por meio do consenso presente nas diversas realidades e da construção de realidades que são partilhadas.

A representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela não é cópia do real,

nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. (SÊGA, 2000, p. 129)

Aliado a isso, Oliveira e Bertoni (2019) afirmam que as representações podem ser encontradas tanto na “mente” quanto no “mundo” dos sujeitos. Por esta razão, segundo os autores, é que as representações sociais devem ser estudadas quando se pode observar que as mesmas se encontram “espalhadas e cristalizadas na cultura onde se realiza o estudo” (OLIVEIRA e BERTONI, 2019, p. 11). Oliveira e Bertoni também argumentam a partir do estudo de autores como Jorge Vala (2010), que os indivíduos não apenas recebem e repassam informação, mas antes teorizam sobre ela, constroem sentidos, significados e a própria realidade social.

Outro ponto importante, argumentado por Moscovici (2005), é que as representações sociais mantêm sua força prescritiva e agem sobre os indivíduos de uma maneira sólida e duradoura. Os elementos organizados e estruturados das representações sociais são sedimentados pelos aspectos da tradição, que diz aos indivíduos como eles devem se expressar, e representar (OLIVEIRA E BERTONI 2019). O conceito de representações sociais de Moscovici

[...] perpassa pela ideia de que pessoas e grupos criam suas próprias representações a partir de elementos provenientes tanto dos processos comunicacionais quanto operacionais, e que uma vez criadas essas representações, sob âncora da dimensão coletiva, adquirem vida própria, transitam o tempo todo, se atraindo e se repelindo, de modo que enquanto novas representações nascem, outras, bem mais antigas, morrem. [...] (OLIVEIRA E BERTONI, 2019, p. 12)

Assim, compreende-se que as representações sociais são categorias de conhecimento que não apenas permeiam e se infiltram continuamente nos modos de pensar dos indivíduos, seus grupos, suas relações, sendo-lhes, portanto, familiar. O autor destaca os principais processos que atuam para construir e legitimar as representações sociais: a ancoragem e a objetivação. No primeiro, há uma seleção e recorte de elementos, o indivíduo classifica-os e nomeia-os, de maneira que o que é estranho e o perturba pode ser contextualizado e reinserido em um sistema de organização existente e, assim, tornar-se familiar ao sujeito. Aqui entramos na fase da objetivação, onde o que antes era estranho e intrigante passa a ser palpável, natural para o sujeito, formando as representações sociais que transformam o não-familiar em familiar.

Sêga (2000) afirma ainda que o lado figurativo de uma representação social é indissociável do seu lado simbólico, isto é, mesmo em representações mais comuns os comportamentos dos indivíduos ou dos grupos os comportamentos são definidos pela elaboração cognitiva e simbólica deles. O autor complementa seu argumento retomando os estudos de Denise Jodelet (2005), que afirma que para haver uma representação social é preciso que haja, inicialmente, um objeto a ser representado, e que o elemento figurativo, imagético, é uma das principais características que pode, inclusive, alterar sensações, ideias, percepções etc. Além disso, as representações possuem caráter simbólico, significativa, construtivo, autônomo e criativo.

Teoria Estrutural

Dando continuidade aos estudos de Moscovici (1981, 2003), destacam-se os trabalhos de Jean Claude Abric (1998) e outros pesquisadores acerca do núcleo estruturante das representações sociais. Nesta abordagem, recortada na Teoria do Núcleo Central, as representações sociais são organizadas por meio de sistemas ou núcleos central e periférico, que podem ser identificados por meio de frequência de evocações de palavras. Para Abric, o núcleo central (NC) é formado por elementos que dão sentidos e significados a uma representação social, podendo ser compreendido como um subsistema das representações sociais. O que vai definir o NC

de uma representação são as relações e a memória coletiva que os indivíduos ou grupos tenham com determinado objeto que, segundo Mazzotti (2002), é fortemente determinado pelas condições históricas, ideológicas e sociológicas do grupo.

Ferreira e Brum (2000) afirmam que é possível gerar o significado das representações sociais a partir de seu núcleo central, cujas características envolvem as relações com a memória coletiva, normas e a história do grupo; consenso, que está ligado à homogeneidade do grupo; à estabilidade; à coerência e à rigidez (pouco mutável). Para que uma representação social seja diferente é necessário que existam vários núcleos centrais diferentes, o que muitas vezes não ocorre em relação a um determinado objeto. O núcleo central é o que vai definir uma representação, “ele é o elemento estável que permite que as representações se perpetuem. Os valores, as crenças e as normas comuns de um grupo são mantidos e perpetuados através do núcleo central. Se ele se modificar, modifica-se também toda a representação” (FERREIRA e BRUM, 2000, p.10).

O NC teria algumas funções essenciais, conforme destaca Ferreira e Brum (2000, p.10): a) função geradora, pela qual os elementos da representação ganham valor e alteram sentidos; b) função organizadora, onde o núcleo central é o elemento que une os elementos de uma representação; c) função estabilizadora, cujos elementos são os mais resistentes às mudanças.

Sintetizando, pode-se afirmar que o núcleo central é ligado à memória coletiva de um grupo, estável e resistente a mudanças, consensual, pouco sensível ao contexto imediato, estável, rígido e gera significação da representação.

Já o sistema periférico, em oposição, é flexível, se modifica sendo sensível ao contexto imediato, permite integração de experiências e histórias individuais, e se adapta à realidade concreta com o objetivo de proteger o núcleo central das representações. As representações sociais periféricas também afetam o núcleo central, entretanto, diferentemente do NC, o sistema periférico muda muito mais facilmente. Por isso, as análises e estudos no campo das representações sociais buscam identificar o que se encontra em cada um desses núcleos, especialmente no núcleo central da representação, que é, na prática, aquilo que define o que grupos e sujeitos coletivos pensam acerca de determinado objeto e como provavelmente influenciarão as atitudes e ações tomadas a partir das representações.

Amostra, Métodos e Procedimentos.

O processo amostral que constitui este estudo é classificado como não probabilístico aleatório simples, já que todas as pessoas tiveram a mesma oportunidade de serem sujeitos da coleta. Deste modo, a amostra deste estudo é composta de 148 sujeitos ($n=148$) de ambos os sexos, com uma faixa etária média de 30,6 ($m=30,6$) anos, residentes no Centro-Oeste do Brasil, que compreende os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal.

A coleta se deu por meio de formulário online compartilhado e (re) compartilhado pelas mídias sociais Facebook e WhatsApp, para grupos de pessoas diversos. A pesquisa se classifica como triangular visto que as questões elaboradas buscam identificar no objeto respostas quantitativas e qualitativas. As questões fechadas se classificam como quantitativas do tipo Likert. Com uma escala de 7 (sete) pontos, as questões fechadas questionam os sujeitos da pesquisa sobre o seu grau de concordância e discordância em relação aos seguintes aspectos: distanciamento social; decisões do governo federal em relação à COVID-19; decisões do governo estadual em relação à COVID-19; informações divulgadas pelos meios de comunicação (jornais e programas de televisão, programas de rádio, site de jornais e emissoras de televisão e demais plataforma de mídias sociais digitais) sobre a COVID-19. Na escala, 1 significa a maior discordância e 7 a concordância máxima.

As questões qualitativas foram elaboradas conforme metodologia das evocações livres e para tanto foi solicitado aos sujeitos da pesquisa a partir do termo indutor – “COVID-19” - citar quais as 5 (cinco) primeiras palavras e ou expressões que vinham a sua mente quando ouviam a palavra indutora permitindo evidenciar universos semânticos relacionados ao objeto da pesquisa. Também foram evocadas as 5 primeiras palavras e expressões quando ouviram o termo indutor “VÍTIMAS DO NOVO CORONAVÍRUS”.

O processo de análise elegeu como procedimento o arcabouço metodológico desenvolvido no âmbito da Teoria Estrutural e teve como auxílio o software Open Evoc elaborado por Pierre Vergès (2002), e com base nesse processamento chegamos ao provável núcleo central e sistema periférico da representação social da COVID-19. O software Open Evoc permite a realização de cálculos estatísticos, construindo matrizes de co-ocorrências, os quais servem de base para a construção do quadro de quatro casas.

Conforme Vergès (2002), os quatro quadrantes podem ser assim interpretados: no primeiro situam-se os elementos mais relevantes e, por isso, possíveis de constituírem o núcleo central de uma representação. Estes elementos são os mais prontamente evocados e citados com frequência elevada pelos sujeitos. O segundo e o terceiro quadrantes correspondem aos elementos menos salientes na estrutura da representação, contudo eles são significativos em sua organização. No segundo quadrante estão os elementos que obtiveram uma frequência alta, mas que foram citados em últimas posições; no terceiro quadrante encontram-se os elementos que foram citados numa frequência baixa, porém foram evocados primeiramente. No quarto quadrante estão os elementos que correspondem à periferia distante ou segunda periferia. Nele estão os elementos menos citados e menos evocados em primeira mão pelos sujeitos.

Resultados e Análises

1 - Análise Qualitativa

1.1 - Termo Indutor “Covid-19”

Os resultados representacionais referentes ao Núcleo Central COVID-19 e os sistemas periféricos indicam, conforme quadrante abaixo (Figura 1), que para os pesquisados a pandemia representa, sobretudo, risco de morte (10.58%), causando medo (5.53%) na população.

Figura 1: Quadrante Quatro Casas - Tabela Frequência x Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 148)

++	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	+-	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
10.58%	Morte	3.79%	Doença
5.53%	Medo Pandemia	3.79%	Isolamento Social
4.27%	Quarentena		Auxílio Emergencial
3.95%			Caos
-+	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	--	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
	Contagioso		Ciência
	Contaminação		Doente
	Crise		Enfermeiros
	Desespero		Futuro

Fonte: Dados interpretados da coleta.

Apesar deste sentimento de medo da morte não ser muitas vezes expressado, ele representa o principal sentimento que parece circular entre os sujeitos da população. Dito de outra forma, a população recebe o contágio, pois, tem o sentimento de que corre risco de morte.

Na primeira periferia (quadrante superior direito) as expressões mais evocadas foram “isolamento social” e “doença” expressando com clareza a compreensão da população em relação à pandemia. Se doença expressa a realidade vivida, o isolamento representa o único procedimento de proteção existente até o momento para se proteger do contágio. Se por um lado o medo da morte em função do contágio parece ser uma crença subjacente, ainda pouco expressada, apesar de sentida, o isolamento como forma de proteção contra a doença foi a atitude mais compreendida pela população.

O isolamento, contudo, que por um lado representa a única forma de conter o avanço dos casos de COVID-19, por outro, expõem a realidade nacional pouco (re)conhecida pela maioria da população brasileira, ou seja, a única forma de conter o contágio expôs uma camada enorme da população subempregada, sem renda, em atividade informal, sem acesso às políticas públicas de saúde, de higiene e de renda.

Em outros termos, o mesmo isolamento que salva vidas, pois inibe o contágio reduzindo a curva de contaminação, provoca mortes, pois retira todas as possibilidades de sobrevivência quando também inibe a aquisição de um mínimo de renda que garanta a sobrevivência da população que vive na informalidade e/ou está desempregada. Um paradoxo que expressa, provavelmente, o sentimento e a crença de que a COVID-19 é representada pela expressão “morte”. Morte pelo contágio quando não se isola; morte pelo não contágio quando, ao isolar-se, deixa de ter suas necessidades básicas atendidas, como, por exemplo, alimentação.

As terceira e quarta periferias (quadrante inferior esquerdo e inferior direito respectivamente) indicam aspectos da vivência cotidiana da população em relação à pandemia, ou seja, os termos evocados expressam o dia a dia, a rotina, os diálogos existentes. Ao contrário das periferias, o NC acaba sendo aquele sentimento existente e pouco ou nunca expressado pelos sujeitos, pois indicam as memórias coletivas que os indivíduos ou grupos têm em relação ao objeto.

É partir de seu núcleo central que o consenso se estabelece, que a homogeneidade do grupo se concretiza em termos de sentimentos e crenças. Neste sentido, podemos afirmar que, provavelmente, a população investigada de modo particular e a população em geral, alimentam o sentimento de medo da morte em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus.

1.2 - Termo Indutor “Vítimas do novo coronavírus”

Quando evocados sobre as vítimas do novo coronavírus, os entrevistados indicaram como NC as expressões “tristeza”, “morte”, “família” e “medo”.

Figura 2: Quadrante Quatro Casas - Tabela Frequência x Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 148)

++	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $< 3,5$	+-	Frequência ≥ 0.16 / Ordem de evocação $\geq 3,5$
1.90%	Tristeza	2.84%	Dor
2.33%	Morte		Preocupação
2.68%	Família		Hospital
2.44%	Medo	3.27%	Bolsonaro

- +	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação < 3,5	- -	Frequência < 0.16 / Ordem de evocação >= 3,5
	Isolamento		Desespero
	UTI		Angústia
	Luto		Raiva
	Sofrimento		Política

Fonte: Dados interpretados da coleta.

O quadrante acima (Figura 2) indica também que o NC expressa todo o contexto de sofrimento das vítimas e das famílias envolvidas. Ao contrário do NC da COVID-19 onde a morte ainda é um sentimento, na figura 2 a morte deixa de ser um sentimento e passa a ser uma realidade, muitas vezes próxima, pois muitas pessoas internadas infelizmente vêm a óbito, daí o sentimento de tristeza expressado pelos entrevistados. Na primeira periferia (quadrante superior direito) expressões como “dor”, “preocupação”, “hospital” e “Bolsonaro” indicam o sentimento vivenciado, partilhado pela população em relação à pandemia. Sentimento representado pela perda, pela angústia de hospitalizações, pela preocupação em se contaminar e ser hospitalizado e sentimento de descrença pela ausência de diretrizes por parte do Governo Federal que assume uma postura de negação em relação à crise, cujo discurso tenta desacreditar a ciência e os especialistas em epidemiologia do país.

As demais periferias (terceira e quarta) traduzem o sentimento de angústia e desespero da população, cujas expressões evocadas dão a exata noção deste sentimento: UTI, luto, sofrimento, raiva, política. A expressão “morte” se mantém como NC em ambas as evocações e ambos quadrantes revelam o medo da “morte”. Na primeira figura no primeiro quadrante (superior esquerdo), medo de “morrer” caso venha a se contagiar; e na segunda figura primeiro quadrante (superior esquerdo) medo de “morrer” por estar contagiado.

A expressão “isolamento” que na evocação da figura 1 se posicionou na primeira periferia como sendo a prevenção possível, na figura 2 aparece na terceira periferia (quadrante inferior esquerdo) onde falamos de pessoas contaminadas, provavelmente internadas e, neste aspecto, o isolamento não faz mais sentido, pois já ocorreu o contágio. O isolamento perdeu o significado e a eficácia.

2 - Análises Quantitativas

Outros levantamentos particulares da coleta também revelaram aspectos representacionais importantes. Sobre a importância do isolamento social os sujeitos indicaram um grau elevado de concordância. Conforme tabela 1 a maioria dos entrevistados, 78 sujeitos, indica uma posição completamente favorável ao isolamento social (52.7%) e 43 sujeitos se dizem favoráveis (29.1%). Ou seja, 81.8% dos entrevistados se mostram favoráveis ou muito favoráveis ao isolamento.

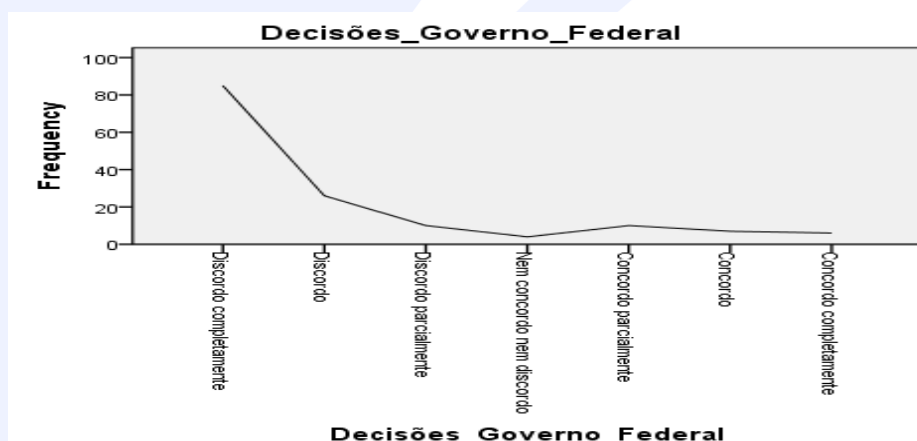
Tabela 1 – Isolamento Social

	Frequency	Percent	ValidPercent	Cumulative-Percent
Valid				
Completamente Desfavorável	1	,7	,7	,7
Desfavorável	3	2,0	2,0	2,7
Um pouco desfavorável	6	4,1	4,1	6,8
Nem favorável nem desfavorável	2	1,4	1,4	8,1
Um pouco favorável	15	10,1	10,1	18,2
Favorável	43	29,1	29,1	47,3
Completamente favorável	78	52,7	52,7	100,0
Total	148	100,0	100,0	

Fonte: Dados interpretados da coleta

A concordância pelo isolamento descrita na tabela 1 foi observada por ambos os sexos dos sujeitos da pesquisa. Com uma correlação de 0.842% entre gêneros e isolamento, sugere que todos os entrevistados percebem o isolamento como sendo fundamental no processo de prevenção. Isso se corrobora ainda mais quando observamos que os entrevistados discordam das diretrizes defendidas pelo Governo Federal, cuja posição contrária ao isolamento é pública (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Decisões Governo Federal



Fonte: Dados interpretados da coleta.

Declaradamente contra o isolamento, o Governo Federal se posiciona na contra mão da Ciência e dos especialistas do mundo e do Brasil, e os entrevistados têm esta percepção com clareza e revelam esse sentimento na pesquisa, onde a grande maioria (81.8%) é contrária às decisões do Governo Federal.

Este é um dado que se confirma quando apenas 25% dos entrevistados discordam das decisões dos Governos Estaduais contra 81.8% em relação ao Governo Federal. Ou seja, as ações de combate à pandemia foram assumidas e implementadas quase que exclusivamente pelos Governos Estaduais. Se por um lado os Governos Estaduais gozam de elevado percentual de confiabilidade (63.4%), o mesmo não se pode atribuir aos veículos de mídia, cujo resultado fica em 33,8% no que se refere à confiabilidade em relação à pandemia. Este

é um resultado importante, pois a transparência e a informação são fundamentais no combate. Todavia chama a atenção aos episódios de Fake News que se tem observado neste contexto. Em outros termos, apesar da mídia ter um papel preponderante no combate e nos esclarecimentos em relação à COVID-19, ela (a mídia) ainda padece de um estigma ideológico que tem marcado as disputas recentes no país e também carrega o estigma de ser pelas mídias, sobretudo, as digitais, que falsas notícias tem se espalhado no ambiente informacional.

Considerações finais

Este trabalho que objetivou compreender as representações sociais que as pessoas têm em relação à COVID-19 e conseqüentemente quais crenças e quais sentimentos possuem em relação aos diversos aspectos que envolvem a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), revelou um sentimento de pânico em relação a morte. Em ambas as evocações a morte aparece como um receio claro dos entrevistados. No primeiro caso receio de morrer caso venha a ser contaminado. Na segunda evocação medo de que pessoas contaminadas morram em decorrência do vírus.

Todavia, apesar do isolamento ter sido uma expressão verbalizada, o baixo índice de isolamento no país revela, em última instância, elevado grau de vulnerabilidade econômica da população, não sendo possível cumprir as orientações das autoridades sanitárias. Arriscamos dizer, portanto, que o isolamento foi substituído pela sobrevivência, revelando um dilema na população: ao aderir ao isolamento coloca em risco sua sobrevivência; ao desobedecer ao isolamento corre o risco de contaminação e conseqüentemente da morte.

Assim, a pandemia alterou o modo de vida das populações ao redor do mundo e tem revelado novas perspectivas no que se refere à sobrevivência humana; a forma como nos relacionamos, trabalhamos, mas, sobretudo, a pesquisa realizada com pessoas residentes no Centro-Oeste do Brasil pode nos dar uma referência do comportamento e do sentimento da população do País. Ainda que a referência seja de uma das cinco regiões do País, o que se verifica é que os dados aqui coletados podem ser usados como referência da população brasileira e importante estudo para avanço de pesquisas em outras regiões do País.

Entre os resultados da pesquisa, a questão da vulnerabilidade social é um dos itens centrais de reflexão dos sentimentos que a pandemia fez aflorar sobre a fragilidade com o trato das questões sociais de responsabilidade dos governos federal ou estadual.

A miséria financeira que assola boa parte da população irradia pela miséria social no que tange aos itens constitutivos de uma cidadania plena, com garantias formais de segurança, educação, transporte, lazer e saúde.

A exigência do isolamento social descortinou uma realidade camuflada em vários eixos de sustentação daquilo que consideramos como eixos de cidadania.

No tocante à educação, a nova realidade social imposta pela pandemia fez com que, a partir do isolamento, as escolas fossem obrigadas a reorganizar as aulas para o formato remoto, com uso de tecnologias digitais individuais, como computadores, telefones celulares, acesso à internet, além de uma logística de espaços domiciliares adequados, refeição e atenção familiar.

Esse formato reafirmou o distanciamento entre as classes sociais com escolas particulares que conseguem desenvolver as atividades desta forma e escolas públicas, que abrigam estudantes de uma classe social que não possuem condições logísticas e financeiras para acompanhar esse formato de aulas, ou seja, enquanto muitas crianças e adolescentes continuam a estudar, outras seguem sem o acesso à educação formal.

No tocante à saúde, o Sistema Único de Saúde -SUS que, apesar de uma atuação competente e muito à frente de alguns países do mundo, ainda possui uma limitação de atendimentos, fazendo com que aqueles que

possuem planos de saúde privado possam estar em uma condição de cuidados com a saúde melhor. Isso se torna mais intenso quando pensamos que além dos casos de Covid-19, todos os demais casos de saúde existentes em uma sociedade continuam a acontecer e é neste ponto que as diferenças entre os dois formatos de acesso à saúde se mostram mais distantes, pois, com a dedicação do SUS aos casos graves de Covid-19, os demais casos de problemas com a saúde ficam relegados à segundo plano, principalmente o volume de cirurgias ou consultas de rotina.

Com relação ao lazer, fica claro também que as pessoas que ficam isoladas socialmente tendo residências equipadas com tecnologias de TV a cabo, acesso à internet e lares confortáveis, ficam muito à frente daqueles que residem em moradias precárias, sem conforto ou possibilidade de aquisição de qualquer forma de entretenimento que envolva custo financeiro.

A segurança também se mostra absolutamente diferenciada para as diversas classes sociais neste momento de isolamento social e distanciamento, pois, enquanto algumas pessoas possuem moradias seguras, com segurança privada advinda de condomínios e casas equipadas com sistemas de segurança. Outras formas de moradia não possuem nenhum tipo de segurança diante de uma população que se apresenta frágil e, com certa frequência, agressiva.

O transporte também se caracteriza como um dos itens ligados à construção da cidadania com forte relação e consequências com a pandemia no tocante à possibilidade de contágio, pois, a partir da comprovação de que o distanciamento é fundamental para que o contágio do vírus possa ser evitado, o uso de transporte público como ônibus, trem ou metrô, passa a colocar essas formas de deslocamento como lugares inóspitos e muito inseguros. Fazendo com que, mais uma vez, o distanciamento da forma de vida daqueles que possuem transportes particulares sobre aqueles que necessitam de transporte público seja exacerbado e visível na sociedade.

Ser cidadão é ter direitos e deveres. Entre os itens constitutivos da cidadania, elencamos os cinco itens fundamentais, quais sejam, segurança, saúde, lazer, educação e transporte, que simbolizam a existência em plenitude.

As discussões sobre a constituição da cidadania é algo exaustivamente discutido em um Brasil desigual e com necessidades distintas para cada indivíduo. Há muito discute-se a questão do eixo da segurança, como se fosse o primeiro da lista, pois nenhum dos outros itens poderia existir, ou seja, sem segurança não é possível a utilização do transporte público que garanta a integridade do usuário no deslocamento para escola, trabalho, residência, lazer ou acesso à saúde, pois, sem segurança também não é possível frequentar ou permanecer no espaço escolar.

Mas foi com a pandemia da Covid-19 e a necessidade do isolamento social que o eixo da saúde se posicionou como o item fundamental da existência da sociedade, ou seja, sem o controle da doença, sem a existência de uma vacina ou da garantia de tratamento para todas as pessoas que forem infectadas, o descortinar de uma sociedade frágil mostra as mazelas à que os brasileiros já estavam expostos.

Muito mais do que a morte física existente com a pandemia da Covid-19, a pandemia torna pública a morte social pelo que passa o Brasil, com forte tendência de isso se agravar por conta de um abalo na economia, levando mais pessoas para perto da linha da pobreza, fazendo com que a cidadania seja questionada.

Tuzzo (2014) afirma que o cidadão é aquele que está na sociedade de forma economicamente privilegiada e pode pagar pela cidadania, comprando saúde, educação, segurança, lazer, por exemplo, ou seja, a cidadania é comprada, é privada, disponível e acessível para quem pode pagar por ela. Assim, cidadania tem a ver com o privado e a busca da cidadania tem a ver com o que é público. Cidadania é a plenitude de existência do rico e a busca constante do pobre.

A partir dos estudos de Tuzzo (2014) podemos considerar que a questão de uma cidadania plena sempre foi um problema social pela falta de políticas públicas nestes âmbitos no Brasil, agravada, mas, sobretudo, desmascarada de forma mais incisiva com a pandemia da Covid-19.

Isso explica, em boa parte a expressão de medo fortemente expressada pelos respondentes da pesquisa. O medo foi o fator preponderante e de maior ênfase nas mais variadas formas demonstradas pelos brasileiros entrevistados.

Sobre isso, importante compreender as reflexões de Bauman (2008, p. 10) que elencou três tipos principais de medo na sociedade, que afloram em situações que ameaçam: a) “o corpo e as propriedades”; b) “a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela”; c) “o lugar da pessoa no mundo”. Assim, os medos, podem ser classificados em: questões físicas e de saúde; questões referentes à perenidade, manutenção do *status quo*, como possíveis crises financeiras e de empregos, educação, saúde, entre outros direitos sociais, civis e políticos; e por fim, questões que ferem diretamente as identidades na sociedade, suas posições na arquitetura social, bem como a fluidez de seu poder. Além disso, podemos pensar que existem medos de ordem física e de ordem psicológica e que todas elas, imersas em um universo simbólico, são ressignificadas pelo discurso de instituições formais.

Bauman (2008) afirma ainda que o governo, enquanto patrono principal do poder e gestão dos conflitos na sociedade, tem optado por não atender às necessidades da sociedade no que lhes aflige medo, pois é notável a possibilidade de controle a partir da insegurança, e muito mais, de incentivo ao consumo que fomenta a economia. Importante salientar que as reflexões acima foram feitas antes da existência da Pandemia da Covid-19, mas cabem muito bem no contexto ora estudado.

De uma forma geral as Representações Sociais da COVID-19 revelaram um Brasil desconhecido por grande parte da população. Um Brasil mais do que carente. Um país cuja miserabilidade acomete muito mais do que os 30 milhões de brasileiros originalmente pensados no que se refere ao auxílio emergencial criado pelo poder público federal. Parece que nem o Governo Federal tinha a dimensão do Brasil que somos.

Neste sentido, esta não é a primeira pesquisa relacionada ao estado de sobrevivência humana que a maioria dos brasileiros vive e certamente não será a última. O atual estado pandêmico em que vivemos nos obriga a sempre identificar aspectos relacionados à cidadania para tentar entender a nossa realidade.

Referências

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S. P; OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Ed. AB, 1998.

ACEVEDO, J.A. Aplicación de una nueva metodología para evaluar las creencias del profesorado sobre la tecnología y sus relaciones con la ciencia. **Educación Química**, 16, 3, 372-382. 2005.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DO BÚ, E. A., ALEXANDRE, M. E. S., BEZERRA, V. A. S., SÁ-SERAFIM, R. C. N., COUTINHO, M. P. L. Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus do tratamento da COVID-19 por brasileiros. **Estud. psicol. (Campinas) vol.37 Campinas 2020**. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0103-166X2020000100505. Acesso em 29/05/2020.

FERREIRA, S. R. S.; BRUM, J. L. R. As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde. **R. Gaúcha**

Enferm., Porto Alegre, v.20, n. esp., p.5-14, 2000. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4323>. Acesso em 31/05/2020.

JODELET, D. Vinte anos das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D. C. & CAMPOS, P. H. F. (Orgs.). **Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-22.

JOVCHELOVIYCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

MAZZOTTI, A. J. A. **A abordagem estrutural das representações sociais**. **Psic. Da Ed.**, São Paulo, 14/15, 1º e 2º semestre de 2002, p. 17-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em 31/05/2020.

MOSCOVICI, S. **Sobre representações sociais**. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Paris, 1981.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Anos 90 – Revista do **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 8, n. 13 (2000). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>. Acesso em 31/05/2020.

TUZZO, Simone Antoniacci. O lado *Sub* da Cidadania a partir de uma leitura crítica da Mídia. In: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniacci. **Comunidade, mídia e cidade: Possibilidades comunitárias na cidade hoje**. UFG/FIC. Goiânia, 2014.

VALA, Jorge. **Psicologia Social** 10. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

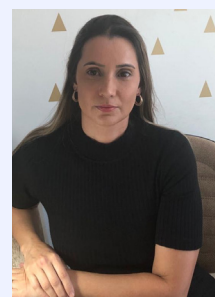
VÈRGES, P. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações: EVOC: manual**. Versão 5. Aix en Provence: [S. n.] 2002.

PANDEMIA DE COVID-19 E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO PRONUCIAMENTO DO PRESIDENTE BOLSONARO CONTRA O ISOLAMENTO SOCIAL

Tiago Mainieri: Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Doutorado e Mestrado) da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Comunicação pela ECA/USP. Pesquisador visitante da ICNOVA (Instituto de Comunicação) da Universidade Nova de Lisboa (Bolsista PVE/CAPES (2018/2019). Pós-doutor pela ECO/UFRJ (Bolsista Pós-doutorado Jr. CNPq/2013). Mestre e graduado pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tiagomainieri@ufg.br



Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro: Relações Públicas com MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Professora Universitária. Mestre em Comunicação. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação -FIC-UFG. Pesquisadora na área de comunicação pública, esfera pública e mídias sociais. E-mail: evaarantesribeiro@gmail.com



PANDEMIA DE COVID-19 E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE BOLSONARO CONTRA O ISOLAMENTO SOCIAL

Tiago Mainieri

Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro

Resumo

No contexto da pandemia de Covid-19, observa-se uma ampliação no consumo da produção midiática. Ao redor do mundo, os meios de comunicação ouvem especialistas e priorizam a orientação no combate à doença. No âmbito das lideranças mundiais, parece ocorrer o mesmo, ou seja, majoritariamente esses líderes têm assumido papel primordial no sentido de orientar a população na tomada de medidas de prevenção ao novo coronavírus. Entretanto, no Brasil, as declarações do presidente Jair Bolsonaro parecem estar na contramão, incitando a população a romper com as medidas de isolamento social preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde. Nesse sentido, o texto analisa o pronunciamento oficial do presidente e propõe refletir a repercussão midiática da postura de relaxamento do isolamento social e relativização da gravidade da crise sanitária.

Palavras-chave: Sociedade Mediatizada; Covid-19; Pronunciamento Jair Bolsonaro.

Sociedade Mediatizada- reflexões em tempos de pandemia

A comunicação assume grande relevo em tempos de pandemia do novo coronavírus, pois as medidas de restrição para evitar aglomerações como a quarentena e o distanciamento social levam as pessoas a buscarem alternativas para manterem-se conectadas e informadas. A necessidade de comunicação evidencia-se neste momento e se viabiliza por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Diante de uma pandemia de proporções mundiais, os meios de comunicação passam a ser cruciais para a disseminação de informações que norteiem a prevenção e esclareçam sobre as formas de contágio da Covid-19. Nesse sentido, as orientações para a população, precisam ser claras, sucintas (mas completas) e de fácil assimilação e entendimento.

Vivemos em uma sociedade permeada pelos meios de comunicação de massa, chamada por Braga (2006a) de “sociedade mediatizada”. O autor analisa a comunicação a partir dos dispositivos midiáticos, aprofundando conceitualmente o sistema midiático na obra “A sociedade enfrenta sua mídia”. É por meio da produção e da recepção midiática que percebemos a onipresença desses dispositivos sociais de interação. Braga evidencia que tanto na produção quanto na recepção dos produtos midiáticos a sociedade e os indivíduos estão imersos em processos de interação, reação e enfrentamento da mídia. Desse modo, podemos afirmar que é quase impossível concebemos a comunicação sem a mediação de algum tipo de dispositivo.

Ancorando-se nas ideias de Braga (2006), percebe-se que a importância dos meios de comunicação está na produção e circulação de sentidos, ou seja, na possibilidade da sociedade de reelaborar sentidos a partir de interações sociais. Na visão do autor, “o mediático interfere e interage profundamente com os espaços não-midiáticos. (BRAGA, 2006, p.24). Assim, o autor reconhece a centralidade da mídia na construção do objeto comunicacional e afirma que vivemos em uma sociedade que denomina de “sociedade de informação” ou “sociedade mediática.”

O termo mediatização é usado como processo interacional, e segundo Braga,

A palavra “mediatização” pode ser relacionada a pelo menos dois âmbitos sociais. No primeiro são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo lógicas da mídia. Aqui, pode-se falar em mediatização de instâncias da política, do entretenimento, da aprendizagem. Já em nível macro, trata-se da mediatização da própria sociedade - tema que tem ocupado com frequência reflexões da área. (BRAGA, 2006, p. 10)

Partimos dessa percepção da centralidade da mídia para analisar a repercussão midiática do pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro e seus desdobramentos, veiculado nos meios de comunicação, no dia 24 de março de 2020. No pronunciamento, o presidente minimiza a pandemia do novo coronavírus, pedindo o fim do isolamento social e a volta ao trabalho. Essa postura adotada por Bolsonaro destoa da maioria dos líderes mundiais e confronta as medidas de enfrentamento à Covid-19 preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo próprio Ministério da Saúde. De maneira ampla, interessa-nos como a sociedade produziu sentidos a partir desse discurso e, especificamente, interessa-nos refletir sobre a repercussão midiática de tal discurso nos principais veículos de comunicação em suas versões online na internet.

Outro aspecto essencial para esta análise, diz respeito a rapidez com a qual as informações estão disponíveis aos cidadãos. Em especial, nos referimos às tecnologias de informação e comunicação que reúnem características que possibilitam essa agilidade e alcance necessários para que a produção de sentidos e a circulação sejam viabilizadas.

As transformações, ao longo do tempo, das estruturas mediáticas são analisadas por diferentes autores sob várias perspectivas. Autores como Thompson (2008), Braga (2006), Levy e Lemos (2010), Di Felice (2008) abordam as mudanças trazidas pelo surgimento dos meios de comunicação de massa e as novas formas de interação proporcionadas por esses meios, incluindo a Internet.

Segundo o pensamento de Di Felice (2008), a humanidade ao longo do tempo vivencia novas formas de comunicação e surgimento de novos meios de comunicação, resultando assim, em novas práticas de interação e socialização. Juntamente com essas transformações surge uma nova lógica comunicacional com elementos que passam a ser determinantes na produção de sentidos.

Segundo Thompson, a grande mudança proporcionada pelos meios de comunicação é a possibilidade de interação social, sem a exigência da copresença, surgindo novas formas de interação e comunicação. Desse modo, os meios de comunicação exercem um papel decisivo na discussão pública, fomentando assim o debate público. A visibilidade midiática, como apontada por Thompson, amplia a repercussão dos acontecimentos impactando na visibilidade da coisa pública. Essa visibilidade mediada se torna um espaço complexo de constante fluxo de informações e de disputa de sentidos.

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno, que alteraram o caráter simbólico da vida social tão profundamente que qualquer comparação entre política mediada de hoje e práticas teatrais das cortes feudais é, no mínimo, superficial. Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do “caráter público” hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar as pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 2008, p.72)

À medida em que a sociedade passa a ter a visibilidade mediada, é fundamental refletirmos sobre a capacidade dos meios de comunicação nessa mediação. Além disso, nesse contexto as tecnologias, como a internet, ganham relevo ao destacar novas formas de interação e participação.

Os caminhos da pandemia da Covid-19 no Brasil

A epidemia que surgiu com o vírus Sars-Cov-2, denominada de Covid 19, inicia-se na China e rapidamente avança pelo mundo, tornando-se assim, uma pandemia. O primeiro caso registrado no Brasil e confirmado pelo Ministério da Saúde¹ foi em São Paulo, no dia 26 de fevereiro, desde então, a doença rapidamente se dissemina e se alastra por todo o país.

O número de contaminados é superior a 1 milhão e as mortes confirmadas, desde o primeiro caso, ultrapassam 50 mil². Assim, o Brasil está no ranking dos países com maior número de infectados pelo novo coronavírus e com o maior número de óbitos decorrentes da Covid-19.

De acordo com a reportagem do O Globo³, o Brasil, por sua vez, segue uma marcha acelerada de novos registros de infecções e mortes, com um índice crescente de diagnósticos, semelhante aos vistos nos Estados Unidos, Espanha e Itália, os três países com o maior número de casos confirmados até agora. Com o aumento do número de casos de pessoas infectadas, observa-se um crescimento acelerado e ascendente da curva epidemiológica do vírus, não havendo indícios de “achatoamento” desta curva. Vários analistas afirmam ser essa a maior crise sanitária dos últimos tempos, cujos reflexos serão sentidos pelos próximos anos com forte repercussão na esfera econômica.

Diante desse cenário de pandemia, a cobertura midiática assume um importante papel no combate à Covid-19. Muito além de informar a população com dados atualizados sobre o avanço da doença e o número de infectados, mortos e recuperados, a mídia reafirma seu compromisso com o interesse público ao orientar o cidadão sobre as formas de contágio e proteção. Nesse contexto, torna-se crucial analisar o discurso do presidente em relação a essa pandemia e a sua repercussão midiática.

Na sequência, iremos apresentar os principais pontos do pronunciamento do presidente Bolsonaro proferido no dia 24 de março; assim como, analisaremos a repercussão midiática a partir das matérias postadas pelos principais veículos de comunicação de abrangência nacional em suas versões online. De maneira complementar, avaliamos ainda a repercussão no Twitter.

Pronunciamento contra o fim do isolamento – análise preliminar

No dia 24 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro, por meio dos veículos de comunicação de massa, fez um pronunciamento⁴ declarando-se contra as medidas de isolamento social decretadas por vários governadores, criticando a histeria em torno da pandemia potencializada pela mídia e, reafirmando a sua crença em Deus para capacitação dos cientistas e pesquisadores nos esforços para o tratamento e cura da Covid-19. Para compreender a repercussão do discurso nos meios de comunicação, ressaltamos os principais pontos do pronunciamento (no anexo encontra-se na íntegra).

Dentre os aspectos centrais do pronunciamento presidencial, encontramos uma crítica aos meios de comunicação e, em seguida, um elogio à imprensa. Para o presidente, a mídia atua na contramão daquilo que o governo tenta fazer, imputando à mídia a responsabilidade por potencializar o clima de pavor junto à popu-

1 Disponível em <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acessado no dia 30.04.2020.

2 Dados disponíveis no Painel Coronavírus, atualizado diariamente pela Secretaria de Vigilância em Saúde do MS. Acessado em <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado no dia 24/06/2020

3 Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/com-5017-mortes-por-covid-19-em-42-dias-brasil-ultrapassa-china-1-24398812>. Acessado no dia 09/06/2020

4 A íntegra do pronunciamento está disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acessado no dia 30.04.2020.

lação.

O presidente, em seu pronunciamento, tenta instaurar um clima de normalidade, apesar da pandemia, afirmando que “O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade.” Em seguida, complementa a ideia de normalidade atacando as ações de governadores e prefeitos no sentido de restringir a circulação de pessoas, alegando que “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa.” Claramente, a posição do presidente é contrária às medidas adotadas pelos estados e municípios para conter a rápida propagação da doença e o consequente colapso do sistema de saúde.

Em outro trecho do pronunciamento, o presidente minimiza a gravidade da doença e questiona a razão do fechamento das escolas. “O que se passa no mundo têm mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine”, afirma Bolsonaro.

Ainda seguindo com as afirmações durante o pronunciamento, o presidente, em referência à TV Globo a pontada por ele como rival de seu governo, compara a Covid-19 a uma “gripezinha ou resfriadinho”. “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”, ironiza o presidente.

Com a transcrição desses trechos do pronunciamento, percebe-se que o presidente, em plena pandemia mundial, ameniza a gravidade da doença comparando-a a uma “gripezinha” e reforça a narrativa de que a imprensa causou uma histeria na população, espalhando o pânico e o pavor. Nitidamente, o presidente, em vários momentos minimiza o potencial de letalidade da doença, afirmando que pessoas saudáveis não têm nenhum risco de morte. A narrativa demonstra evidente contrariedade às ações mundiais para o combate da Covid 19, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde- OMS.

Diante desse pronunciamento, houve uma série de manifestações como “panelaços” contra o presidente em todo o país. Além disso, o discurso sofreu várias críticas na imprensa, por parte de organizações da área da saúde e vinculadas à ciência, de movimentos sociais, de instituições basilares da democracia e dos cidadãos em suas redes sociais. Ainda, criticamente ao discurso do presidente, reagiram políticos, partidos e imprensa internacional.

Para ampliar nossa reflexão, recorremos ao texto “Covid-19 na perversa narrativa presidencial” onde a professora Maria Helena Weber avalia a postura e as declarações do presidente Bolsonaro, revelando-nos o que está por detrás dessa narrativa presidencial. Para ela, “Pode-se identificar uma estratégia perversa por parte do governo federal, de tornar predominante sua narrativa na combinação de uma retórica errática; na exposição de brigas intestinas; nas encenações dramáticas do presidente Bolsonaro nas ruas; nos confrontos com governadores, prefeitos e com os poderes legislativo e judiciário; na negação da ciência em nome da magia, da religião, do mercado e, especialmente, na demonstração da sua ingovernabilidade.”

Enfaticamente, a professora conclui que “Os discursos do presidente são essenciais na consecução dessas estratégias mórbidas, ou seja, seus destemperos e desequilíbrio ostensivo na propagação de suas verdades particulares contra as quais a resposta é agressão e acusação.”

Repercussão na imprensa – análise das matérias online

No sentido de refletirmos acerca da visibilidade mediada, propomo-nos analisar algumas matérias que reverberaram o pronunciamento do presidente Bolsonaro. As repercussões foram divulgadas por diferentes meios de comunicação tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Para o escopo desta análise foram ele- gidas matérias de alguns dos principais veículos online nacionais.

Os veículos de comunicação selecionados para compor essa análise foram UOL Notícias, Portal Veja Online, Folha de São Paulo Online e Portal G1, todos na versão eletrônica. Dentre os critérios de escolha des- ses veículos considerou-se a relevância desses meios, tanto pela abrangência nacional quanto por gozarem de credibilidade perante a opinião pública.

As matérias foram definidas a partir da versão eletrônica dos veículos, considerada a facilidade de acesso. A data para a coleta das matérias foi estabelecida a partir dos seguintes dias de publicação: 25 de mar- ço e 16 de abril de 2020. Na definição do dia 25 de março considerou-sea repercussão na mídia logo após o pronunciamento realizado pelo presidente. Já a data do dia 16 de abril considerou-se a crise no governo em virtude da demissão do então Ministro da Saúde, em plena pandemia, Luiz Henrique Mandetta.

Portanto, as matérias selecionadas repercutiram os seguintes acontecimentos: avaliação do presidente no enfrentamento da Covid-19 e a repercussão internacional do pronunciamento e a demissão do ministro. Assim, apresentamos abaixo as matérias selecionadas. O propósito desta análise é entendermos a repercussão midiática desses acontecimentos no momento em que a sociedade se encontra em meio a decisões contradi- tórias, por parte dos poderes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, em termos de soluções para o enfrentamento da crise sanitária e econômica decorrente da pandemia.

Figura 1: Matéria do Portal de notícias G1



Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/sociedade-brasileira-de-infectologia-diz-que-distanciamento-social-e-fundamental-para-conter-o-coronavirus.ghtml>

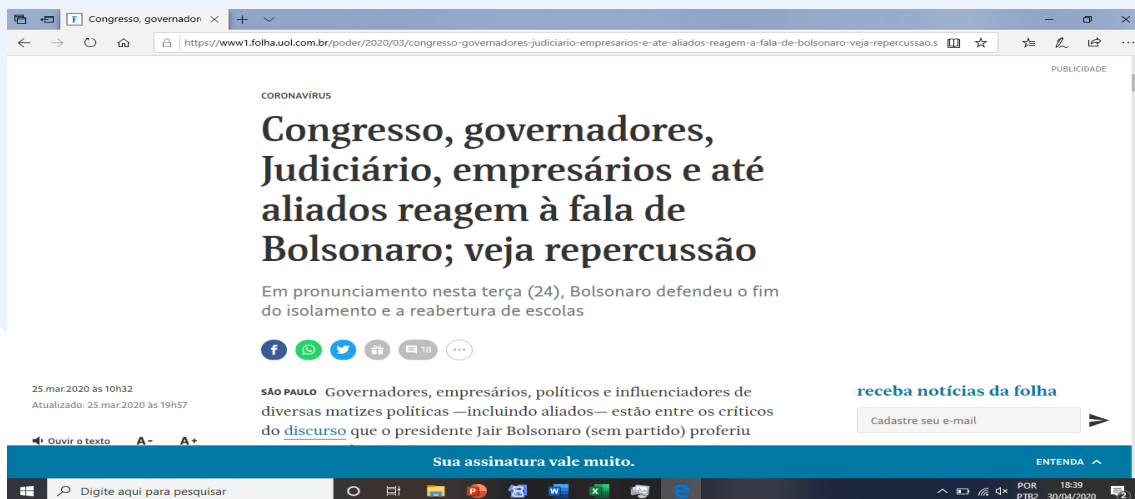
Essa matéria (Figura 1), publicada pelo Portal do G1, no dia 25 de março, traz um trecho do pronun- ciamento do presidente “Na fala, veiculada em rede nacional, o presidente chamou a doença de “resfriadinho”, contrariou especialistas e pediu o fim do “confinamento em massa”. Ele também fez um apelo pela “volta à normalidade” e culpou a imprensa por “espalhar pavor”.” Após esse trecho, o veículo traz a repercussão do pronunciamento em vários segmentos na área de saúde, como associações, conselhos e sindicatos.

Dentre eles, o posicionamento do Conselho Nacional de Saúde que afirma “coloca em risco a vida de

milhares de pessoas” e que é “uma afronta grave à Saúde e à vida da população. Sua fala prejudica todo o esforço nacional para que o Sistema Único de Saúde (SUS) não entre em colapso diante do cenário emergencial que vivemos na atualidade”, avaliou a entidade.

A íntegra da matéria apresenta mais de vinte pronunciamentos, dentre a Sociedade Brasileira de Infecologia, Associação Brasileira de Saúde Pública, entre outras entidades na área de saúde do país. Desse modo, nitidamente contrapondo a narrativa presidencial, de um lado, ao discurso da ciência, de outro.

Figura 2: Matéria da Folha de São Paulo online



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/congresso-governadores-judiciario-empresarios-e-ate-aliados-reagem-a-fala-de-bolsonaro-veja-repercussao.shtml>

Na matéria divulgada pela Folha de São Paulo (Figura 2), no dia 25 de março, são apresentados diferentes posicionamentos de políticos, líderes de partidos e instituições contrários ao pronunciamento do presidente a favor do fim do isolamento. Dentre as declarações publicadas na matéria estão as falas do presidente do Senado, presidente da Câmara dos Deputados, Governadores, Líderes de Partidos e outras personalidades políticas e públicas.

Para ilustrar algumas dessas falas e posições críticas à postura de Bolsonaro, destacamos David Alcolumbre (Presidente do Senado Federal) que afirma “Desde o início dessa crise venho pedindo sensatez, equilíbrio e união. O pronunciamento do presidente foi equivocada ao atacar a imprensa, os governadores e os especialistas em saúde pública”.

Outra declaração é da Associação Nacional de Imprensa, ao afirmar que “Decididamente, num momento em que se exige seriedade e liderança firme e responsável, com seu comportamento irresponsável e criminoso, o presidente mostra não estar à altura do importante cargo que ocupa”.

Ao longo da matéria, são publicadas as falas de mais de trinta lideranças com posicionamentos retratados na presente matéria.

Figura 3: Matéria da Revista Veja online



Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-repercute-discurso-incendiario-de-bolsonaro/>

De acordo com a matéria publicada no Portal eletrônico da Revista Veja (Figura 3), no dia 25 de março, o pronunciamento do presidente repercutiu internacionalmente, em veículos de destaque em diversos países.

Para ilustrar essa repercussão internacional, a matéria menciona o jornal britânico de The Guardian-que classificou o discurso como “incendiário”. “O discurso foi péssimo para muitos críticos de Bolsonaro que acreditam que sua resposta ao coronavírus será o fim de sua carreira política”, afirma o artigo, que ainda usa um tom irônico ao relatar que o chefe de Estado negou a possibilidade de ser atingido de forma dramática pela Covid-19, pelo seu “histórico de atleta”.

A matéria de Veja aponta publicações no Jornal Britânico The Guardian, nos jornais americanos The New York Times e The Washington Post, no argentino Clarín, no espanhol El País e na emissora CNN.

Adicionalmente, para complementar a repercussão do pronunciamento na mídia, incluímos na análise as duas matérias que seguem (figuras 4 e 5). Essas matérias reverberaram a demissão do ministro da saúde (Mandetta) e a avaliação negativa da gestão da pandemia empreendida pelo governo brasileiro. Nas matérias são enfatizados os aspectos negativos da gestão Bolsonaro na perspectiva da mídia internacional.

Figura 4: Matéria do portal Uol (Congresso em Foco)



Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/midia/bolsonaro-e-apontado-como-o-pior-gestor-da-pandemia-no-mundo-saiba-por-que/>

O portal do UOL (Figura 4), publicado no dia 15 de abril, mostra que o presidente é apontado como o pior gestor da pandemia do mundo, notícia embasada pelo editorial do jornal americano The Washington Post. De acordo com o editorial, “Líderes põem vidas em riscos minimizando o coronavírus. Bolsonaro é o pior”, diz o editorial do Washington Post.

Figura 5- Matéria da Revista Veja online



Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/demissao-de-mandetta-gera-repercussao-negativa-da-imprensa-negativa/>

A Revista Veja (Figura 5), publicou no dia 16 de abril, a repercussão da demissão do então ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta. De acordo com a publicação, diferentes jornais no mundo divulgaram a demissão do ministro de forma negativa. Os jornais que repercutiram internacionalmente a demissão, de acordo com o Portal da Revista Veja foram o periódico britânico The Guardian, o francês Le Figaro, o argentino Clarín, o espanhol El País e o americano The Washington Post.

De acordo com a publicação, o jornal argentino Clarín disse que a saída de Mandetta era “esperada, mas envolve enormes riscos políticos e de saúde, uma vez que o país deve entrar em breve no momento mais agudo da pandemia de coronavírus.”

Com a repercussão na mídia, após o pronunciamento do presidente, percebe-se que diferentes atores sociais se posicionaram contrários a fala do presidente favorável ao fim do isolamento social. Quando o presidente profere que é “apenas uma gripezinha” gera uma avalanche de críticas, sendo que essa informação contradiz o número de mortes pelo mundo e no Brasil. O posicionamento do presidente transmite para a sociedade uma imagem que o mesmo não está preocupado com o que é indicado pela Organização Mundial de Saúde- OMS para o combate da doença.

O ponto alto da crise de gestão e de imagem, em meio a pandemia, foi a demissão do Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, no dia 16 de abril, tendo forte repercussão na mídia nacional e internacional. Em manchete, o jornal Le Monde⁵ afirma que a demissão de Mandetta aconteceu “em plena pandemia e que o ministro era o símbolo da luta contra a Covid-19 no Brasil.”

⁵ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/demissao-de-mandetta-em-plena-pandemia-tem-forte-repercussao-na-europa/> Acessado dia 04.05.2020.

De acordo com a pesquisa Datafolha, divulgada pelo Jornal O Globo, a demissão do Ministro da Saúde é reprovada por 64% dos Brasileiros.

Já na imprensa internacional, o ‘Corriere della Sera’⁶, jornal Italiano, avalia presidentes ao redor do mundo no combate a Covid-19 e Bolsonaro tira nota 2, a pior nota. De acordo com trechos da matéria “Inspirado inicialmente em seu ídolo Donald Trump e atualmente quase isolado do resto do mundo em seu negacionismo, Jair Bolsonaro se depara com uma oposição interna com poucos precedentes na história do Brasil”, escreve o correspondente Rico Cotroneo. A publicação ressalta que os apelos de Bolsonaro para que as pessoas voltem ao trabalho vêm sendo ignorados pela população, que tem seguido as ordens estritas de governadores e do próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que “está sempre à beira de perder o cargo.”

Com essas informações o que podemos entender diante às reflexões de uma sociedade mediatizada e produtora de sentidos? Entende-se que o presidente de uma forma muito errônea, tratou a Pandemia da Covid-19 como uma doença comum, uma “gripezinha” e afirmando que a mídia que criou uma histeria sobre a doença, gerando pânico na população.

Com essa postura, muito repercutida nos meios de comunicação, o presidente reforça a dicotomia entre salvar vidas e salvar a economia. Os veículos de comunicação reverberam essa falsa dicotomia contrapondo nas publicações a posição de pesquisadores e cientistas que afirmam que o novo coronavírus deve ser combatido com medidas de distanciamento social e, desse modo, minimizadas as consequências da pandemia, inclusive seus reflexos na economia.

Percebe-se que o pronunciamento do presidente e sua postura no combate a pandemia no Brasil são amplamente repercutidos na mídia do país e do mundo. Assim, ancorado em Braga (2006), podemos perceber, a partir da análise, o conceito de mediatização no seu sentido mais amplo. A produção e circulação de sentidos em torno dos acontecimentos reafirma o processo de mediatização da própria sociedade.

Sendo assim, as opiniões formadas desfavoráveis à conduta do presidente, têm como referência a mídia. Os acontecimentos se tornam visíveis e amplamente discutidos, e a partir dessa visibilidade, ocorrem interações sociais e resignificação de sentidos, como apontado por Thompson (2008) e Braga (2006).

Para exemplificar essa circulação de sentidos, vamos abordar a repercussão no Twitter com a #forabolsonaro.

Repercussão no Twitter

Diante das mudanças na esfera midiática, é fundamental ampliarmos a reflexão, além da repercussão nos veículos já analisados anteriormente, para entendermos a produção e circulação de sentidos em plataformas de redes sociais como o Twitter.

Para Di Felice, o surgimento das tecnologias digitais, proporcionado pelo advento da internet na contemporaneidade, constitui uma verdadeira revolução que a humanidade estaria vivenciando. Essa revolução traz várias mudanças e transformações na sociedade, nas formas de interação e no processo comunicativo. Assim,

Pela primeira vez na história da humanidade, a comunicação se torna um processo de fluxo em que as velhas distinções entre emissor, meio e receptor se confundem e se trocam até estabelecer outras formas e outras dinâmicas de interação, impossíveis de serem representadas segundo os modelos dos paradigmas comunicativos tradicionais (Shannon- Weaver, Katz- Lazarsfeld, Eco- Fabri, etc.) (FELICE, p.23, 2008)

⁶ Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/jornal-italiano-avalia-lideres-bolsonaro-tira-2-a-pior-nota/>. Acessado dia 04.05.2020.

Portanto, entende-se que o advento da internet modifica profundamente a forma das pessoas se relacionarem, não exigindo a presença física, rompendo com o modelo tradicional comunicativo. Hoje, somos todos produtores e receptores de conteúdo, não sendo o papel de produção de conteúdo exclusivo dos veículos de comunicação tradicionais, como televisão, rádio e jornal.

Seguindo nessa linha, Lemos e Levy (2010) ao refletirem sobre o surgimento da Internet, afirmam que a comunicação rompe o seu modelo tradicional, de emissor e receptor com papéis fixos, para um modelo de comunicação todos-todos.

A transformação da esfera midiática pela liberação da palavra se dá com o surgimento de funções comunicativas pós-massivas que permitem a qualquer pessoa, e não apenas empresas de comunicação, consumir, produzir e distribuir informações sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter de movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação de informação. Surgem novas mediações e novos agentes, criando tensões políticas que atingem o centro da pólis em sua dimensão nacional e global. (LEMOS, LÉVY, p.25, 2010)

Nesse sentido, foi realizada uma análise da #forabolsonaro que foi muito mencionada após o pronunciamento do presidente, até os dias atuais. Para a realização dessa análise, usamos a ferramenta Keyhole⁷, que permite o rastreamento de hashtags.

De acordo com a ferramenta (tabela 1), até o dia 04 de maio de 2020, o uso da #forabolsonaro atingiu o número de 1 milhão de posts, alcançando mais de 900 mil usuários, sendo pesquisada por 1.7 bilhão de usuários. É importante salientar que, durante o período delimitado, vários eventos repercutiram na mídia.

Dentre eles, destacam-se a demissão do ministro da saúde, as manifestações antidemocráticas com apoiadores do presidente e a saída do ministro da justiça. Todos os episódios mencionados foram amplamente repercutidos nos meios de comunicação e culminaram com manifestações nas redes sociais e painéis.

Assim, os resultados da #forabolsonaro, de acordo com a ferramenta utilizada, revelam o alcance e a movimentação no Twitter a partir dessa hashtag.

Tabela 1: Dados da #forabolsonaro

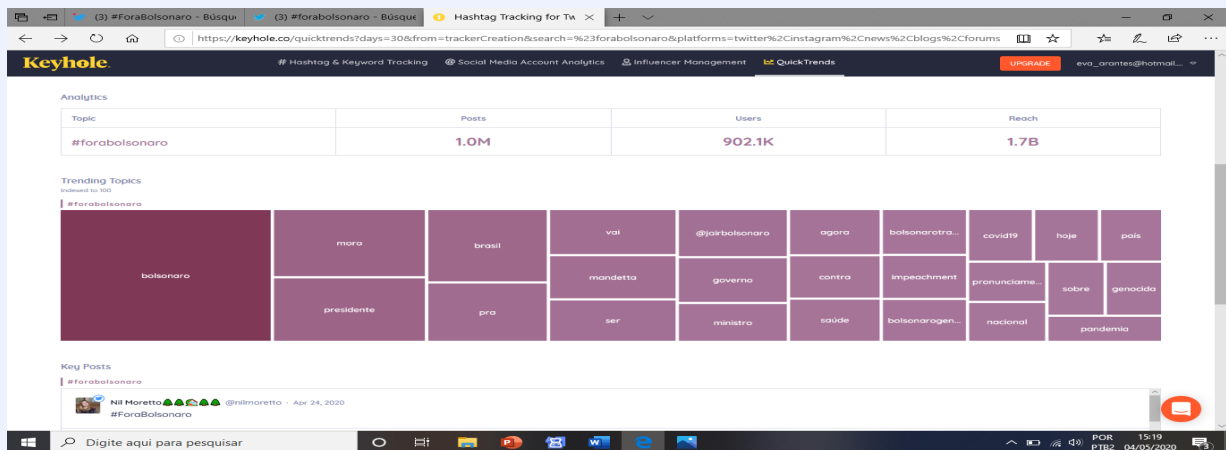
Tópico	Postagens	Usuários	Alcance
#forabolsonaro	1 milhão	902,1 mil	1,7 bilhões

Fonte: Ferramenta Keyhole

A ferramenta também nos mostra que ao usar a #forabolsonaro aparecem algumas palavras associadas, como Moro, Mandetta, impeachment, genocida, dentre outras (conforme figura 6).

⁷ Disponível em www.keyhole.com Acessado no dia 04 de maio de 2020.

Figura 6 – Palavras associadas a #forabolsonaro



Fonte: Ferramenta Keyhole

Esses dados obtidos pelo uso da ferramenta Keyhole demonstram, ainda, que os usuários das mídias sociais, principalmente Twitter, reverberaram o que foi repercutido na mídia, demonstrando uma posição desfavorável ao pronunciamento do presidente e sua postura diante a pandemia da Covid-19.

Percebe-se que o assunto foi e ainda está sendo muito pautado pelos mais importantes veículos de comunicação do país e do mundo. Desse modo, é essencial a visibilidade midiática desses acontecimentos para que a sociedade receba essas informações e atribua sentidos conforme suas ressignificações. Em tempos de mídias sociais, os usuários expressam suas opiniões e interpretações do que é veiculado pelos meios de comunicação. Assim, reforça-se a ideia de comunicação “todos-todos” apontada por Lemos e Levy (2010)

Neste contexto, o presidente tem uma perda significativa de popularidade, vivendo momentos de crise e queda de apoio e popularidade. De acordo com a Revista Britânica *The Economist*⁸, o presidente Jair Bolsonaro está praticamente isolado em seu discurso menos rígido em relação à necessidade do distanciamento social para conter a disseminação do novo coronavírus. Essa postura, segundo a publicação, deverá marcar o começo do fim de sua presidência.

À guisa de uma conclusão

A discussão proposta no texto reflete a visibilidade midiática em meio a maior crise sanitária de proporções mundiais nunca antes vista nesse último quarto de século. De acordo com os autores Thompson (2008) e Braga (2006), torna-se importante refletir sobre a sociedade mediatizada. É fundamental compreendermos como, por meio das interações sociais, ocorre a construção e circulação de sentidos em uma sociedade, em especial, a partir da repercussão midiática do pronunciamento do presidente contra o isolamento social no combate à pandemia da Covid 19.

Percebe-se, nitidamente, a partir da repercussão na mídia do discurso do Bolsonaro, que a narrativa presidencial expõe a irresponsabilidade no enfrentamento da pandemia, conforme evidenciado em jornais importantes no Brasil e no mundo. O auge da crise de gestão e da repercussão negativa da mídia acontece com a demissão do ministro da saúde Mandetta, alimentando a péssima reputação do presidente, como mostra a pesquisa da Datafolha, apontada anteriormente no texto.

A exposição midiática do pronunciamento do presidente repercute também na mídia social Twitter,

8 Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/economist-postura-de-bolsonaro-ante-covid-19-pode-ser-comeco-de-seu-fim>. Acessado 04.05.2020

fazendo a #forabolsonaro atingir a marca de 1 milhão de posts. Assim, percebe-se que acontece uma manifestação dos usuários dessa mídia em assuntos que são tratados por veículos de comunicação de massa.

Neste contexto, entende-se a relevância da comunicação todos-todos (Lemos e Lévy, 2010), ou seja, todos somos produtores de conteúdo. A produção de conteúdo acontece após a ressignificação de assuntos que são pautados na mídia e vice-versa. A partir da análise das matérias publicadas nos principais veículos de comunicação online, refletimos o conceito de sociedade mediatizada, proposto por Braga.

Com isso, entendemos que as notícias veiculadas passam a ter visibilidade pública e, na sociedade mediatizada ocorrem interações sociais e circulação de sentidos do que é divulgado, sendo que essas ressignificações afetam a imagem/credibilidade de uma pessoa, instituição e do próprio país.

Para finalizar, recorreremos novamente à análise da professora Weber. Ao avaliar a negativa imagem pública do Brasil e as tensões que marcam a democracia brasileira, Weber afirma que de um lado temos “a narrativa presidencial, eivada de impropérios e desmandos com apoios eventuais e, do outro, governadores e prefeitos alinhados às determinações da saúde pública, posicionamentos dos poderes legislativo e judiciário, cobertura ininterrupta da imprensa, enquanto o SUS e os profissionais da saúde tentam salvar vidas.”

Referências

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: dispositivos sociais da crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006 (a).

DI FELICE, Massimo (organizador). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

MAINIERI, Tiago. **Um peso, duas medidas**: desvelando a comunicação pública na sociedade mediatizada. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
Referências eletrônicas

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como processo interacional de referência**. Santa Maria: Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática, nº 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050>. Acessado dia 04.05.2020

WEBER, Maria Helena. **Covid-19 na perversa narrativa presidencial**. Observatório de Comunicação Pública, 2019. Disponível em <<http://www.ufgs.br/obcomp/textos-opinioes/1/1800/covid-19-na-perversa-narrativa-presidencial/>>. Acessado dia 15.05.2020.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/sociedade-brasileira-de-infectologia-diz-que-distanciamento-social-e-fundamental-para-conter-o-coronavirus.ghtml>. Acessado dia 04.05.2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/congresso-governadores-judiciario-empresarios-e-ate-aliados-reagem-a-fala-de-bolsonaro-veja-repercussao.shtml>. Acessado dia 04.05.2020.

<https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-repercute-discurso-incendiario-de-bolsonaro/> Acessado dia 04.05.2020.

<https://congressoemfoco.uol.com.br/midia/bolsonaro-e-apontado-como-o-pior-gestor-da-pandemia-no-mundo-saiba-por-que/>. Acessado dia 05.05.2020

<https://veja.abril.com.br/mundo/demissao-de-mandetta-gera-repercussao-negativa-da-imprensa-negativa/>. Acessado dia 04.05.2020

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/demissao-de-mandetta-em-plena-pandemia-tem-forte-repercussao-na-europa/> Acessado dia 05.05.2020.

<https://veja.abril.com.br/mundo/jornal-italiano-avalia-lideres-bolsonaro-tira-2-a-pior-nota/>. Acessado dia 05.05.2020.

<https://exame.abril.com.br/economia/economist-postura-de-bolsonaro-ante-covid-19-pode-ser-comeco-de-seu-fim>. Acessado dia 05.05.2020

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acessado no dia 30.04.2020.

<https://covid.saude.gov.br/>. Acessado no dia 20.05.2020.

<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/com-5017-mortes-por-covid-19-em-42-dias-brasil-ultrapassa-china-1-24398812>. Acessado no dia 28.04.2020

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acessado no dia 30.04.2020.

ANEXO –Íntegra do pronunciamento do presidente dia 24/03

“Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça, entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Pau-

lo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença. Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida”.

GESTÃO DE CRISES E COVID-19: A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E PESSOAS DO GRUPO DE RISCO

Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar: Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Mestre em Administração pela Unisinos, Especialista em Recursos Humanos pela Uni-Anhanguera. Professora efetiva do curso de Relações Públicas da UFG. E-mail: adrianenascimento@ufg.br



Gardene Leão de Castro: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação. Pós-graduada em Assessoria de Comunicação e em Juventude. Professora Adjunta do Curso de Relações Públicas na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, e-mail: gardeneleao@ufg.br



GESTÃO DE CRISES E COVID-19: A VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E PESSOAS DO GRUPO DE RISCO

Adriane Geralda Alves do Nascimento César
Gardene Leão de Castro

Resumo

Nos últimos meses, o mundo vive uma crise nunca antes vista. A COVID-19 já infectou milhares de pessoas, muitos foram a óbito e o planeta parou. O mundo parece saber da importância dos cuidados e do isolamento social neste contexto. Contudo, em nosso país, excepcionalmente no Brasil, temos um presidente que não se atenta às orientações de isolamento social, demanda à volta ao trabalho em nome da economia e faz pouco caso da doença, dizendo que é “só uma gripezinha” e “que nada teria, devido ao seu histórico de atleta”. Nos questionamos se Jair Bolsonaro não seria o novo rei soberano, discutido por Foucault (1987), que decide quem pode viver e pode morrer neste contexto de pandemia. Ao pedir o retorno ao convívio social, ele está expondo à morte, multiplicando para as pessoas que estão no grupo de risco a possibilidade de morte, como argumenta Foucault (2005).

Palavras-chave: Violência; Relações Públicas; Envelhecimento, Gestão de Crises; Covid-19.

As violências: possíveis significados

A violência é um fenômeno que muito chama a atenção de pesquisadores nas universidades, dos governos, das instituições e, principalmente, da mídia, que explora os fatos violentos cotidianamente, através de manchetes sensacionalistas. Entender a noção de violência e suas definições revela um conjunto de práticas, comportamentos e representações presentes nas sociedades, especialmente no cotidiano dos grandes centros urbanos.

Os autores contemporâneos assumem que a violência não é um conceito único (ZALUAR, 1992), pois ele abriga dimensões distintas e sua configuração pode decorrer de violações nem sempre materiais ou físicas, como também pode acontecer no campo simbólico, psicológico e moral (BOURDIEU, 2003; ADORNO, 2002 e CHAUI, 2003).

Segundo Porto (2010), a violência deve ser entendida de forma subjetiva, relacionando-se os aspectos objetivos (dados concretos) e as representações que os indivíduos constroem sobre o fenômeno. Para a autora, não se pode, sociologicamente falando, dizer que existe uma violência, já que suas raízes são múltiplas. Misse (1999) também afirma que a violência é um conceito polissêmico, sendo melhor pensar em violências, com suas múltiplas especificidades. Portanto, as violências não podem ser sistematicamente identificadas a uma única classe ou grupo social, nem aos seus condicionantes territoriais ou espaciais. Assim, é um equívoco categorizar um grupo de pessoas ou vincular uma determinada classe social, lugares, famílias ou até mesmo bairros inteiros e cidades como violentos, analisando somente dados estatísticos. Tais estereótipos e homogeneizações não ajudam a compreender a questão em toda sua complexidade.

Souza (2006) também parte de uma perspectiva relacional para entender o fenômeno. Segundo a autora, a violência não pode ser tratada como um objeto que tem vida própria e que tem uma definição única. É preciso entender a violência no contexto da sociedade. É importante, portanto, pensar o tema relacionalmente,

percebendo-o como manifestação das relações entre homens e sociedade, que muda ao longo do tempo, como propõe Elias (1990).

Michaud (2001) também afirma que existe uma dificuldade de se definir um conceito único da violência, devido à diversidade de definições. Segundo o autor, é preciso admitir que não há um discurso único, nem saber universal sobre o fenômeno: esse saber está atrelado à cada sociedade e ao seu contexto histórico, social e cultural, segundo seus próprios critérios e seus próprios problemas, com maior ou menor êxito.

Portanto, para se pensar a violência, é preciso considerar suas múltiplas facetas, o contexto histórico, social e econômico de cada localidade onde ela ocorre e, ainda, as subjetividades dos sujeitos envolvidos em situações de conflito.

Bourdieu (1998) pensa a violência a partir do conceito de violência simbólica, não sendo, necessariamente, a violência física. Segundo o autor, o poder simbólico está em toda parte e é pouco percebido ou notado: ele é um poder invisível, podendo ser exercido com a cumplicidade tanto daqueles que não sabem que estão sujeitos a ele, como daqueles que o exercem. O autor define a violência simbólica como sendo uma:

...violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento... (BOURDIEU, 2003 p.7)

Os sistemas simbólicos só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Além disso, as relações de comunicação são, para ele, sempre relações de poder que dependem, em sua forma e no seu conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições.

Enquanto sistemas simbólicos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, as instituições, como os meios de comunicação de massa, cumprem sua função política de imposição ou legitimação da dominação, assegurando o domínio de uma classe sobre a outra, através da violência simbólica. A violência simbólica se constitui, portanto, por intermédio da adesão que uma classe dominada concede ao dominante.

Logo, as diferentes classes sociais estão envolvidas em uma luta simbólica para impor a definição do mundo social conforme os seus interesses, estando em jogo o monopólio da violência simbólica legítima “...quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social...” (BOURDIEU, 1998, p.12).

Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de que suas relações só se manifestam de forma irreconhecível e imperceptível. O poder simbólico, como poder de constituir através da enunciação, confirma ou transforma uma determinada visão de mundo, de acordo com interesses de um grupo dominante. Para Bourdieu (1998), este poder, quase mágico, permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, já que não pode ser reconhecido, logo é ignorado como impositivo e arbitrário.

Segundo Pinto (2000, p.81), o poder simbólico, poder específico de consagrar ou desqualificar, é uma arma e um jogo. Ele consiste na autoridade, condição que permite agir legitimamente em determinado campo, onde as relações de força entre os agentes se apresentam sob a forma transfigurada de relações de sentido.

Longe de afirmar que as estruturas de dominação e de violência simbólica são a-históricas, Bourdieu (2003) tenta comprovar que elas são produto de um trabalho incessante e histórico de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos e instituições. Para o autor, a força simbólica é uma forma de poder que se exerce de maneira invisível, através da familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência permeada pela estrutura de dominação.

Segundo Martins (2002), a violência simbólica, além de perpassar os agentes sociais, por meio de

instituições como o sistema escolar e os meios de comunicação de massa, dissimulam as relações de força que lhe estão na base, impondo significações de forma legítima. O que faz o poder das palavras para manter a ordem é a crença na legitimidade destes enunciados. O seu poder de dissimular faz com que a violência seja ainda mais dura, transformando-a em poder simbólico, produzindo efeitos concretos.

O efeito da dominação simbólica se exerce através de esquemas de percepção que são constitutivos do habitus e que se fundamentam além das decisões ou controle dos agentes sociais, em uma relação obscura e efetivamente legitimadora das intenções de dominação de uma classe detentora de capital simbólico.

Bourdieu (2003) afirma que a magia do poder simbólico desencadeia nos dominados, até mesmo contra sua própria vontade, a aceitação da dominação. As paixões do habitus dominado, lei social convertida em lei incorporada, não são modificadas com um simples esforço de vontade.

Segundo o sociólogo francês, em vez de se exercer na lógica pura das consciências, o efeito da dominação simbólica se apresenta na obscuridade das disposições do habitus. O poder simbólico se desenvolve com a colaboração dos que lhe estão sujeitos porque estes contribuem para construí-lo como tal.

Bourdieu (2001) também afirma que a dominação sempre possuiu uma dimensão simbólica. Estes atos de obediência são atos de conhecimento que mobilizam estruturas cognitivas que são aplicadas em todas as coisas do mundo e nas estruturas sociais. Portanto, a violência simbólica se processa por um ato que se efetiva além da consciência e da vontade dos agentes, conferindo, assim, seu poder hipnótico. Uma relação de dominação depende desta cumplicidade entre dominantes e dominados.

Neste artigo, iremos discutir como a violência simbólica de determinados grupos dominantes, como, no Brasil, no caso do governo de Jair Bolsonaro, em tempos de Covid-19, estão impondo uma violência física e simbólica contra os grupos de risco e às pessoas idosas, visto que o discurso utilizado pelo Presidente é contrário à todas recomendações dos principais órgãos de saúde e organizações competentes ligadas ao tema mundialmente, aproximando/expondo, desse modo, essas pessoas à riscos maiores de morte. Quando o governo incentiva, na mídia, o retorno ao trabalho, sem que haja proteção das pessoas idosas e os grupos de risco à COVID-19, além de ser uma violência simbólica contra estes grupos, já que são “descartáveis” e não farão falta à sociedade, estão expondo os mesmos à uma morte física. Uma morte fria, solitária, sem que os familiares tenham direito ao menos de uma despedida digna. Trata-se também de uma violência moral, social e antidemocrática. Tema que discutiremos à diante.

O novo racismo e a exclusão de minorias

Ao discutir os dispositivos atuantes no biopoder, Foucault (2005) aponta como o racismo se inseriu como mecanismo fundamental exercido nos Estados modernos, decidindo quem deve viver e quem deve morrer. A distinção das raças e a qualificação das raças “superiores” como boas e outras como “inferiores” acabou por fragmentar o campo do biológico, estabelecendo uma censura que subdivide espécies.

Segundo o autor, o racismo decide quem deve viver e quem deve morrer. A distinção das raças como boas, e outras, ao contrário, como inferiores, faz surgir grupos de dominação que são superiores ou inferiores a outros. De outro lado, segundo o autor, o racismo tem uma função: tem o papel de permitir matar e fazer morrer, ou deixar morrer. Nesse tipo de racismo, quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais indivíduos inferiores ou anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie “superior”. A morte do outro, do degenerado, do anormal e do inferior deixará a vida em geral mais sadia e mais pura.

Foucault (2005) afirma que o racismo também tem outra função: uma relação que autoriza a grande

quantidade de morte do indivíduo “anormal”. Portanto, quanto mais indivíduos considerados “anormais” forem eliminados, menos “degenerados” e mais pura será a raça superior. O racismo seria, então, a condição de aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização. O autor afirma que tirar a vida não é simplesmente o assassinato direto, mas também tudo o que pode ser assassinato indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, a morte política, a rejeição etc.

No caso do objeto de estudo desse artigo, discutimos como, no governo de Jair Bolsonaro, os idosos e as pessoas do grupo de risco estão sendo expostos à morte, em tempos de Covid-19, ao incentivar que essas pessoas estejam em contato com a doença. Os idosos e as pessoas do grupo de risco seriam vítimas do racismo discutido por Foucault (2005), pois essas pessoas estão sendo colocadas em contato com o assassinato direto, mas também tudo o que pode ser assassinato indireto, como discute o autor: o fato de expor à morte, multiplicando os riscos de morte.

Os idosos, historicamente, em nossa sociedade, são considerados descartáveis, já que, no sistema capitalista, não produzem como os jovens. Nesse governo, fica evidente o descaso, a exposição dos grupos de risco à morte e ao preconceito. Em todo questionamento por parte daquele que julga ou caracteriza o outro como velho demais, existe uma subjetividade fundamentada em valorações manifestas, muitas vezes infundadas.

Segundo Nascimento (2018), na sociedade atual, o idoso aparece como sendo o que não sabe, se comparado aos jovens que, inclusive, têm mais facilidade para aprender. Enquanto o mundo evolui rapidamente, o ritmo de vida do idoso fica cada vez mais lento, mais cheio de limitações físicas e comorbidades. O idoso passa a ser aquele, muitas vezes, menos útil, menos produtivo e menos necessário num mundo capitalista, cujo mover se dá em função do trabalho, da lucratividade, da rapidez e da instantaneidade. Assim, a velhice passa a ser tratada como uma mercadoria qualquer que perde seu potencial.

Uma outra discussão importante sobre o envelhecimento é proposta por Elias (2001). Segundo o autor, são consideradas normais pessoas saudáveis com boa capacidade de movimentação, sendo que os velhos são considerados um desvio da norma social, pois são mais lentos, sendo um obstáculo para a sociedade. Assim, eles são encaminhados para asilos, seja pela família ou pelo Estado. Mesmo que haja um atendimento para essas pessoas nesses locais, há um rompimento com as pessoas consideradas “normais”, os jovens e as pessoas saudáveis da sociedade, fazendo com que esses idosos vivam um sentimento de isolamento e solidão.

A partir da discussão proposta por Foucault (2005), os idosos seriam vítimas do racismo atual, pois são considerados “anormais”, pois não produzem e não são ativos como os jovens no sistema capitalista. Esse racismo autoriza a morte do indivíduo considerado “anormal”. Em tempos de COVID-19, os idosos e os grupos de risco são considerados “anormais” e são expostos à morte. Uma disjunção social que deve ser discutida. Que tipo de valores defendemos na sociedade atual? Quem pode viver e pode morrer? Que tipo de sensibilidade construímos atualmente? É preciso questionar esse governo genocida e que decide quem deve viver e quem deve morrer.

Neste contexto de crise, discutimos, também, como um comunicador, no caso o Relações Públicas, deveria atuar para defender a imagem de uma organização ou governo. Essa reflexão é apresentada a seguir.

Relações Públicas e gerenciamento de crises

Para Kunsch (2008), relações públicas é a atividade que gerencia a comunicação e planeja ações estratégicas de maneira positiva para seus públicos de interesse e trabalha como mediador no relacionamento entre ambos. Nas mais diversas formulações teóricas, o público é colocado como central nessa profissão. Corrêa (1998) atrela a área de relações públicas à opinião pública e público, pois segundo o autor é a profissão que mais trabalha com ambos os pontos.

De maneira geral, relações públicas é vista com o objetivo de mediar à comunicação de uma organização com seus stakeholders, buscando manter um consenso entre ambos. Os stakeholders são os públicos de interesse que a organização possui ou deseja aproximação e que “[...] afetam e são significativamente afetados pelas atividades da organização: clientes, colaboradores, fornecedores, imprensa, governo, comunidade, entre outros” (ROCHA, 2000, p.6). Assim, as relações públicas se comunicam com a opinião pública a fim de gerar uma compreensão mútua entre empresa e públicos:

Cabe às Relações Públicas a importante tarefa da formação de públicos junto às empresas ou instituições, levantando as controvérsias, fornecendo todas as informações e facilitando a discussão, à procura de uma opinião ou decisões coletivas, tendo em vista o interesse social (ANDRADE, 1983, p. 13).

Destaca-se também a importante função do profissional de relações públicas em detectar situações que possam afetar a imagem da organização a qual atua e direcionar a comunicação a cada público para diminuir ruídos (NOGUEIRA, 1987). E se porventura, algo afeta a imagem da empresa e os fatos venham principalmente a público, à área de relações públicas é responsável por gerenciar tais crises. E além de agir em situações de emergência, é necessário se preparar também para as mais diversas possibilidades e cenários complexos que possam prejudicar a organização com atitudes proativas.

É, sobretudo nas situações de crise que o relações públicas deve transparecer credibilidade, com linguagem adequada e clareza para que os stakeholders mantenham-se informados sobre os assuntos que envolvem a empresa (TUZZO, 2016). De acordo com Forni (2010, p. 388) “nenhuma empresa, por mais sólida, admirada e moderna que seja, está imune à crise” e que situações de crise podem vir em diferentes intensidades, desde aquelas mais alarmantes, que prejudicam exponencialmente à reputação da empresa, até aquelas com menor intensidade que advém de notícias ou fatos que podem gerar inúmeros desdobramentos negativos. Desse modo, faz-se essencial um trabalho permanente de comunicação, com destaque em ações, que visam esclarecer, por diferentes formas e meios, os públicos de interesse, com vistas, principalmente, a obter o potencial controle da situação.

Assim, faz-se imprescindível a empresa ser também ágil nas respostas diante à opinião pública e veículos de comunicação. Forni (2010) reforça que alguns aspectos se fazem essenciais no gerenciamento de uma crise, como a própria organização assumir o controle e a dinâmica das informações, bem como buscar esclarecimentos rápidos frente à mídia, ainda que depois, sejam combinadas demais ações e estratégias com as áreas envolvidas. O autor destaca que na gestão da comunicação de crises, algumas ações devem ser evitadas como: deixar o jornalista sem retorno e a empresa omitir-se. Isso dará ao jornalista o impulso de escrever a sua ideia sobre os fatos, o que não deve acontecer.

As relações públicas procuram direcionar a comunicação da instituição de forma permanente e organizada, com o intuito de manter compreensão, simpatia e apoio daqueles com os quais ela se relaciona

direta ou indiretamente. Dessa forma, de caráter geral é necessária a realização de pesquisas de opinião, análises constantes de imagem nas mais diferentes mídias, adaptação do comportamento da organização com os resultados obtidos, manter uma identidade organizacional clara frente aos colaboradores e obter uma cooperação eficaz, em que os interesses em comum entre os públicos sejam respeitados e visualizados claramente. Portanto, percebe-se a gama de atividades e múltiplas facetas que o profissional recebe, com caráter extremamente estratégico e analítico em face de ambientes dinâmicos e competitivos.

Portanto, percebe-se o que o Relações Públicas possui aptidões para o gerencialmente de crises e para o diálogo com os diferentes stakeholders da organização. Em tempos de uma crise mundial como a Covid-19, como o Relações Públicas deveria atuar nesse processo? Será que o governo de Jair Bolsonaro está atuando de forma adequada ao gerenciar a crise da Covid-19? É o que nós, enquanto Relações Públicas, discutiremos a seguir.

Gestão de Crises e Covid-19: a violência do governo Bolsonaro contra idosos e pessoas do grupo de risco

Desde que o Brasil teve o primeiro caso de COVID-19, no dia 26 de fevereiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro vem minimizando os riscos da doença, fazendo pouco caso do isolamento social, defendendo o retorno ao trabalho para que o país não sofra perdas na economia. Economia essa, que com o colapso da saúde, também perderá drasticamente.

No dia 15 de março de 2020, o Brasil tinha 200 casos de Covid-19. Bolsonaro disse: «Não podemos entrar numa neurose»¹. Naquele dia, o presidente estava em monitoramento recomendado pelo ministério da Saúde, pois boa parte de sua comissão nos Estados Unidos havia sido contaminada. Ele, no entanto, apoiou e participou de atos pró-governo, tocando nos manifestantes e manuseando o celular de alguns deles para fazer fotografias, contrariando, assim, às normas recomendadas pelo Ministério da Saúde. Depois, disse à CNN Brasil: “Não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo. Outros vírus mais perigosos aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda. Com toda certeza há um interesse econômico nisso tudo para que se chegue a essa histeria...”

No dia 17 de março de 2020, Bolsonaro afirmou que existia uma “histeria” em relação à crise da COVID-19 e disse que faria uma festa para celebrar. Ele declarou à rádio Super Tupi: “Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia...”

No dia 20 de março de 2020, afirmou: “depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar, não, tá ok? Se o médico ou Ministério da Saúde recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes...”.

No dia 24 de março de 2020, em novo pronunciamento, relatou: “o sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine...”

¹ As falas do presidente Jair Bolsonaro citadas neste artigo foram extraídas da matéria “Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus, publicada por Alex Taira, no dia 01/05/2020, em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>

Nessa fala do presidente, vemos que ele não se preocupa com as pessoas consideradas do grupo de risco, inclusive os idosos. Neste caso, não seria Jair Bolsonaro o novo rei soberano, discutido por Foucault (1987), que decide pela vida e pela morte, neste contexto de pandemia? Ao pedir o retorno ao convívio social, contrariando decisões de órgãos competentes e de cientistas, ele multiplica para as pessoas que estão no grupo de risco a possibilidade de morte, como argumenta Foucault (2005).

O presidente continua com seu discurso: no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão....”

No caso do presidente Jair Bolsonaro, ele se considera fora do grupo de risco, por ter um “histórico de atleta”. E as pessoas que possuem doenças e outras comorbidades, essas podem morrer? E os idosos e pessoas com doenças crônicas, suas vidas valem menos? O que vemos no discurso do presidente é um discurso pífilo, que não reproduz a preocupação o bem estar coletivo e o bem comum de todo um país. Com efeito, o art. 3º do Estatuto do Idoso, lei, n.10741/2003², determina que constitui obrigação da família, da comunidade e do Poder Público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida e à saúde da pessoa idosa.

As disposições constantes do art.5º da Constituição³ declara: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De forma crucial, essa proteção constitucional conferida à vida humana, não pode ser limitada a qualquer interesse que menospreze, em tempos de COVID-19, uma vida em detrimento à outra.

No dia 27 de março de 2020, o presidente declarou: «não estou acreditando nesses números» - 3.417 casos e 92 mortes. Ele disse, sem provas, que estados estavam fraudando as causas das mortes das pessoas. “Se for todo mundo com coronavírus, é sinal de que tem estado que está fraudando a causa mortis daquelas pessoas, querendo fazer um uso político de números. (...) Em São Paulo não estou acreditando nesses números...”

No dia 12 de abril de 2020, Bolsonaro disse que “o vírus está indo embora”. Dois dias antes, o país havia ultrapassado a marca de mil mortos pela COVID-19. No mundo, eram mais de 100 mil mortos. Ele afirmou: “parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego...”

É possível perceber que a economia é a máxima de seu discurso. Na sua fala, as pessoas do grupo de risco e os idosos não são importantes, parecem ser descartáveis, assim como argumenta Elias (2001). Para o autor, são consideradas normais pessoas saudáveis e jovens, sendo que os mais velhos são considerados um desvio da norma social, pois são lentos e com comorbidades, um obstáculo para a sociedade. No discurso de Bolsonaro, percebemos que os idosos e as pessoas do grupo de risco são vítimas do racismo discutido por Foucault (2005), pois não produzem e não são ativos como os jovens dentro do sistema capitalista. Como já apontamos, esse racismo autoriza a morte do indivíduo considerado “anormal”. Em tempos de Covid-19, os idosos e os grupos de risco são os considerados “anormais”.

No dia 20 de abril, ao ser questionado sobre as vítimas, o presidente afirmou que não é “coveiro”. “Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?”. Mais cedo, Bolsonaro já havia dito que 70% da população será contaminada e “não adianta querer correr disso”. “Aproximadamente 70% da população vai ser infectada. Não adianta querer correr disso. É uma verdade. Estão com medo da verdade?”, afirmou. “Levaram o pavor para o público, histeria. E não é verdade. Estamos vendo que não é verdade. Lamentamos as mortes, e é a vida. Vai morrer”, completou.

2 Fonte: http://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf.

3 Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Que presidente é esse, que banaliza a morte de várias pessoas de seu país? Que diz: “vai morrer” e “não sou coveiro”. Esse discurso é inaceitável para qualquer cidadão que pensa no bem comum e na coletividade, e muito menos ainda, para o presidente de um país. Aquele que deve ser o “espelho” de uma nação.

No dia 28 de abril de 2020, com 71.886 casos confirmados de COVID-19 e 5.017 mortes, com o Brasil ultrapassando a China, que registrou, até aquele momento, oficialmente 4.643 vítimas da covid-19, o presidente segue: «E daí? Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre...” Um discurso irônico diante da dor e da perda de cidadãos brasileiros com histórias de vida, famílias que não puderam nem ao menos se despedir de seus mortos com dignidade. Um presidente que minimiza a dor do outro, sem se responsabilizar por seus atos e suas palavras.

Considerações finais

Como Relações Públicas, percebemos que o presidente Jair Bolsonaro está agindo de forma imatura e inconsequente ao lidar com a COVID-19. Conforme já discutido, é nas situações de crise que o Relações Públicas deve transparecer credibilidade, linguagem adequada e clareza para que os públicos se mantenham informados sobre os assuntos que lhes interessam. Jair Bolsonaro é infantil ao lidar com a situação de crise da COVID-19. Suas respostas são irônicas, cheias de desdém. E quando um jornalista ou repórter pergunta algo que lhe incomoda, ele simplesmente, em vários momentos, diz que vai encerrar a entrevista.

Forni (2010) ressalta que é imprescindível, em um momento de crise, ser ágil nas respostas diante da opinião pública e dos veículos de comunicação. Segundo o autor, é importante buscar esclarecimentos rápidos frente à mídia, não deixando o jornalista sem retorno ou omitindo-se. Isso é exatamente o contrário do que o presidente Jair Bolsonaro faz em seu relacionamento com a mídia. Várias vezes é grosso, ríspido e, diante de perguntas que o incomodam, termina suas falas, dizendo “está encerrada a entrevista”.

Em tempos de uma crise mundial como a COVID-19, temos certeza que o Relações Públicas responsável, ético e humano não atuaria desta forma diante deste momento de crise. Definitivamente, Jair Bolsonaro não está atuando de forma adequada ao gerenciar a crise da COVID-19. Muito menos de forma ética, humana e responsável. Jair Bolsonaro é novo rei soberano no Brasil, como discute Foucault (1987), que decide quem pode viver e pode morrer neste contexto de pandemia. Ao pedir o retorno ao convívio social, ele está expondo à morte, como argumenta Foucault (2005). É preciso que nos questionemos, que nos angustiemos e coloquemos a discussão do valor da vida em primeiro lugar.

Conforme já discutido, Bourdieu (1998) pensa a violência a partir do conceito da violência simbólica: ele é um poder invisível, que se manifesta de forma irreconhecível e imperceptível. Para o autor, esse poder permite obter o equivalente ao que é obtido pela força física e econômica. Ele consiste na autoridade, onde as relações de força entre os agentes se apresentam sob a forma transfigurada de relações de sentido. Bourdieu (2003) afirma que a magia do poder simbólico desencadeia nos dominados, até mesmo contra sua própria vontade, a aceitação da dominação.

Trazendo a discussão do poder simbólico para o contexto da COVID-19, no discurso de Jair Bolsonaro, além da autorização da morte dos indivíduos considerados “anormais”, no conceito de racismo discutido por Foucault (2005), vivemos as consequências de uma violência simbólica, visto que muitos cidadãos brasileiros aceitam, assimilam e perpetuam o discurso “fechados com Bolsonaro” como sendo verdadeiro e único e colocam em prática suas ações em suas vidas cotidianas, evitando ações como o uso de máscaras e álcool em geo, convivendo em festas e aglomerações e agindo como se a COVID-19 não existisse. O discurso do “rei soberano” exerce um poder de fascínio sobre os seus súditos, que farão exatamente o que ele disser. Trata-

se de uma violência física e simbólica. É preciso se indignar e se posicionar. Antes que seja tarde demais. Existirão perdas na economias? Sim. Mas devemos luta pela vida como um direito de todos.

Referências

ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias. Porto Alegre, no.8, July/Dec. 2002, p. 84-135.

ANDRADE, C. **Para entender relações públicas**. Edições Loyola, 1983.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo: In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. Violência Simbólica e Lutas Políticas. In: **Meditações Pascalinas**. Tradução Serigo Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAUÍ, M. Sobre a violência. In: CAMACHO, T. (Org). Ensaio sobre violência. Espírito Santo: EDUFES, 2003.

ELIAS, N. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: **A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. pp. 79-103.

_____. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FORNI, J. Comunicação em tempo de crise. In: DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de imprensa e Relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vigiar e Punir. O nascimento da Prisão**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987

KUNSCH, M. **Planejamento estratégico da comunicação**. Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas, v. 2, p. 107-123, 2008.

MARTINS, C. **Sobre a noção de prática**. Novos Estudos CEBRAP, n. 62, mar. 2002.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado em Sociologia) . Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

NASCIMENTO, A. **TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais**. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás. . Tese (doutorado em Sociologia) . Goiânia: UFG, 2018.

NOGUEIRA, N. **Opinião pública e democracia: desafios à empresa**. São Paulo: Nobel: 1987.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PORTO, M. S. G. Sociologia da Violência. Do conceito às representações. Brasília: Verbana Editora. 2010.

ROCHA, T; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão dos stakeholders:** como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa e seus públicos de interesse. Editora Saraiva, 2000.

SOUZA, D. **Violência, poder e autoridade em Goiás.** Goiânia, Editora da UFG, 2006.

TUZZO, S. **Os sentidos do impresso.** Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

ZALUAR, A. **Introdução. In: Drogas e Cidadania.** Org: ZALUAR, A. São Paulo: Brasiliense. 1992.

CIDADES. **Para polícia, tráfico é a principal causa.** Jornal O Popular. Disponível em: <http://www.opopular.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Daiana Stasiak: Docente do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG). Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: stasiak@ufg.br



Lutiana Casaroli: Docente do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG). Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras (FL-UFG). E-mail: lutiana_rp@ufg.br



PERCEPÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Daiana Stasiak
Lutiana Casaroli

Resumo

Neste artigo partimos dos conceitos de política de comunicação e identidade organizacional enquanto pilares da comunicação organizacional no contexto da sociedade midiaticizada. Em momentos de crise, é fundamental o entendimento das bases de formação da organização para subsidiar a tomada de decisões. A partir de dados da pesquisa de opinião dos brasileiros sobre a confiança nas marcas durante a pandemia, publicada pela Edelman (2020), destacamos a forma como algumas organizações vêm construindo seu posicionamento.

Palavras-chave: Comunicação Organizacional; Política de Comunicação; Identidade institucional; pandemia; Pesquisa de opinião

Introdução

As discussões sobre a comunicação organizacional presumem o entendimento do ambiente no qual estamos inseridos, de tal forma que os departamentos da área estão sempre ligados à leitura de cenários em movimento. Em tempos como os que vivemos hoje, isso não é diferente. Desde dezembro de 2019, o mundo está diante de um vírus da família do “Coronavírus” que desencadeia uma doença denominada Covid-19. Pela sua disseminação geográfica rápida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou¹, em 11 de março de 2020, a evolução da situação para uma pandemia, pois a doença é considerada altamente infecciosa e ameaça muitas pessoas, de forma simultânea, no mundo inteiro.

A situação imposta pela pandemia transformou de modo rápido e profundo a construção das relações em sua totalidade, as vivências passaram a ser baseadas no isolamento social e na distância física, de modo que a mudança da conjuntura cultural foi sentida também pelas organizações. As estratégias de enfrentamento de períodos como este nos levam a um questionamento maior, o entendimento sobre a existência dos pilares da comunicação organizacional e de como estes podem contribuir para a expressão de forma coerente dos valores institucionais.

Diante desta conjuntura, nos propomos a discutir neste artigo conceitos sobre política de comunicação, construção da identidade institucional e formação da cultura comunicacional, bases teórico-empíricas que consideramos essenciais para a caracterização da comunicação das organizações na sociedade midiaticizada. A título de reflexão, traremos os dados da recente pesquisa da Edelman que apresenta a opinião dos brasileiros sobre a confiança nas marcas durante a pandemia, destacando a forma como algumas organizações vêm construindo seu posicionamento em momentos como este.

¹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> Acesso em 4 abr de 2020.

Comunicação organizacional na sociedade midiaticizada

Há algum tempo defendemos a perspectiva da midiaticização social como um subsídio teórico colaborador para um movimento mais crítico nos estudos da Comunicação Organizacional (STASIAK, 2013). Esta perspectiva traz olhares sobre as formas de desenvolvimento dos processos de comunicação entre organizações, meios e sujeitos, em especial a partir do advento da internet.

A natureza midiaticizada da sociedade gera o tensionamento de todas as instâncias que a compõem, pois, assim como as práticas institucionais, a estrutura dos meios e o comportamento dos sujeitos são transformados, de forma que novos processos de comunicação se tornam possíveis. Estão em jogo outras formas de construção e disputa por sentidos que envolvem diretamente a presença e a manutenção das organizações na sociedade (STASIAK, 2013, p.253).

Enquanto conceito, corroboramos com autores que propõem a comunicação organizacional como a gestão integrada de estratégias, ações, produtos e serviços de comunicação, que busca fortalecer a identidade e a imagem institucional, por meio do diálogo permanente com os públicos. Para Ruão (2016), a ideia central dos estudos em Comunicação Organizacional é a de que as organizações são coletividades sociais complexas que podem ser examinadas por via de um enquadramento comunicativo, “porque a comunicação é parte do processo de organizar, sendo a própria substância que alimenta esse processo, à medida que as suas práticas dão origem a sistemas de significado complexos e diversos” (RUÃO 2016, p.46).

Neste contexto, acreditamos que a comunicação organizacional deve partir de uma visão complexa voltada para o entendimento das organizações como atores sociais², que agem como sistemas abertos, guiados pelo paradigma dialógico-relacional, como sugere a visão de autores como Oliveira e Paula, (2007), Curvello (2009), Scroferneker (2011) e Baldissera (2008).

Dessa forma, as pesquisas do campo da comunicação organizacional deveriam procurar não a eliminação das tensões, mas o reconhecimento das políticas, das relações de poder e da capacidade de inovação das organizações nesta matéria (COOREN et al., 2011, *apud* RUÃO, 2016, p. 9). Mais uma vez, as práticas discursivas de construção de sentidos na interlocução com a sociedade trazem um olhar sobre o papel da área da comunicação e a necessidade de ação a partir de uma dimensão planejada.

Neste sentido, acreditamos que o diálogo com o conceito de midiaticização social é um suporte coerente para discutir a condição da comunicação organizacional na atualidade, porque as mudanças que ocorreram na essência e na práxis da área, principalmente nas últimas duas décadas, demonstram a expansão das lógicas dos meios para toda a conjuntura organizacional, fato que reavalia a importância da área e a necessidade de posicionamento institucional por meio da construção de política de comunicação.

Política de Comunicação

O ponto fundamental para a construção de uma Política de Comunicação Organizacional é o de que a comunicação precisa existir enquanto papel estratégico. E o que isto significa? Sobretudo, que ela ocupe lugar no âmago do relacionamento da organização com seus públicos e o faça de forma dialógica, ética, transparente e constante.

Em sua essência, a Política de Comunicação é o documento que busca equalizar o discurso organizacional. Neste contexto, o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que vislumbra o longo prazo,

² A expressão ator social deriva da corrente de estudos denominada Interacionismo Simbólico, nela as interações humanas constituem o social e a interatividade é algo intrínseco à humanidade. Nesse sentido, os modelos de comunicação lineares são contestados tendo em vista a capacidade humana de interpretar e construir significados (BLUMER, 1980).

enquanto os planos envolvem ações completas para cumprir determinados objetivos. Consideramos o tripé política de comunicação, planejamento estratégico e plano de ações como base da comunicação organizacional coerente com a atualidade.

Em trabalhos anteriores defendemos que a política de comunicação seja composta por três eixos: teórico, estratégico e operacional. O teórico para elucidar os conceitos, o estratégico para discutir os temas de interesse da comunicação e o operacional voltado para a normatização, sendo este ilustrado a partir de guias, manuais e templates que serviriam como base para treinamentos. (STASIAK, CASAROLI, 2018, p.132).

Mas, longe do mundo ideal, Wilson Bueno (2015) nos traz uma argumentação consciente ao propor que poucas organizações podem ter política de comunicação, o pesquisador nos faz refletir sobre os pressupostos que devem estar à frente deste tipo de projeto, “a Política de Comunicação não é apenas uma intenção que se manifesta, mas um compromisso que se assume e ela não vigora apenas no discurso, mas pressupõe um trabalho sério, de construção coletiva” (BUENO, 2015, p.1). O autor faz uma crítica contundente a muitos chefes que se propõem a escrever o documento sozinhos, num curto espaço de tempo, seguindo alguns modismos e agindo, por vezes, de forma autoritária e nada participativa.

A sua construção é complexa também porque prevê o vínculo obrigatório entre a comunicação e o processo de gestão institucional, relaciona a comunicação com a criação e manutenção da cultura organizacional e a demanda existência de uma estrutura profissional de comunicação contendo recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a plena realização dos projetos da instituição (BUENO, 2009, p. 17).

O seu alicerce deve conter as necessidades organizacionais, desta forma, a construção do documento necessita participação das pessoas, recursos financeiros e prazo exequível. Da mesma forma, o diagnóstico é fundamental para avaliar o cenário e construir os objetivos que podem estar conectados ao aumento da visibilidade, melhora dos relacionamentos, consolidação da imagem, entre outros. Em suma o autor define:

Política de comunicação como um processo articulado de definição de valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas que tem como finalidade orientar o desenvolvimento de ações estratégicas e produtos de comunicação para uma organização, tendo em vista o seu relacionamento com os diversos públicos de interesse (BUENO, 2009, p. 310).

Para Bueno (2009, p.313) toda a política deveria ter os públicos internos como prioridade, visto que eles se constituem sempre nos parceiros habituais e estratégicos de uma organização. Concordamos com o autor mencionado e consideramos os públicos internos como os primeiros interlocutores dos processos de comunicação, “responsáveis pela qualidade da produção e circulação de informações e pela construção permanente de uma cultura organizacional que contribui para o reforço da identidade e o cumprimento da missão e visão da instituição” (STASIAK, CASAROLI, 2018, p.134).

A ausência de políticas de comunicação revela fragilidades no funcionamento organizacional, (RUÃO, 2016, p.47). Para a autora mencionada, estas identificam os objetivos comunicativos a atingir, com base nas estratégias gerais do negócio. Mesmo assim, Ruão (2016) considera um conceito pouco desenvolvido na literatura dos últimos anos, mas que possui utilidade na análise da comunicação nas organizações, pois integra orientações consistentes e duráveis sobre os seus modos de comunicação. Ao contrário das estratégias que são conjunturais, já que podem/devem mudar para se adequar as oscilações do mercado.

Assim, entendemos que estabelecer a política de comunicação deve estar entre os primeiros passos da constituição das organizações. “Enquanto a filosofia servirá com ponto de referência, a definição de uma política global de comunicação é algo fundamental, pois é ela que deverá direcionar toda a comunicação da organização” (KUNSCH, 2003, p. 273).

Identidade e Cultura Organizacional

Acreditamos que em contextos de crise a existência de identidade e cultura organizacional coerentes são fundamentais. Neste sentido, a identidade de uma organização é o conceito inicial de quem ela é, ou seja, de como ela busca ser reconhecida, indo além do desenho da marca, das cores, *slogan*, enfim, das peças gráficas que são utilizadas para lhe dar visibilidade.

Portanto, consideramos a identidade institucional como conceito basilar e entendemos que ela é construída a partir da constância das ações e da sabedoria sobre os conflitos que permeiam as organizações. Mas, este fato é recente, considerando que ainda existem muitas organizações com visão linear e tradicional que constroem sua identidade de forma isolada, sem saber e, muito menos, expressar o seu propósito. Em momentos como os que enfrentamos na pandemia, este fator é crucial para a realização de ações coerentes.

Para Schmitd (2011) a criação da identidade é um processo complexo pois envolve aspectos abstratos como princípios, valores e filosofias e subjetivos como opiniões, percepções e expectativas, além disso, postura, atitude e comportamentos adequados. Para o autor é preciso que seja estabelecido um sentimento de pertencimento, para que sejam entendidas as razões de sua existência.

Baldissera (2007, 2009) nos traz uma perspectiva de leitura da formação da identidade organizacional a partir das trocas constantes que realiza com o ambiente. Para o autor ela envolve as identificações possíveis dos sujeitos com as organizações. “Nas tensões com a alteridade, seus contornos são processualmente (re) definidos. Nas relações com o(s) outro(s), a identidade se constrói como tal” (BALDISSERA, 2007, p. 236).

Por sua vez, a ideia de cultura organizacional pressupõe a noção de cultura restrita ao âmbito de uma organização, ou seja, considera a cultura como um grande sistema, e a Cultura Organizacional como um dos seus subsistemas. Para o autor, a Cultura Organizacional não é dada a priori, ela passa a ser tecida pelos sujeitos no momento em que propõem organizar-se para atingir objetivos comuns. “Tanto a comunicação quanto as organizações, assim como a Cultura Organizacional, pressupõem e dependem da materialização de relações” (BALDISSERA, 2009, p.58-59).

Diante disso, a comunicação é proposta pelo autor como elemento responsável pelos processos de circulação dos sentidos, por isso seria a peça central nos processos de construção da identidade e cultura organizacionais. “É pela comunicação que as organizações conseguem redimensionar a si próprias, reorganizando sua cultura para adequar-se às transformações ecossistêmicas”(BALDISSERA,2009, p.61).

Comunicação Organizacional não se reduz à comunicação oficial/formal, nem tampouco àquela que se realiza no interior das organizações, e, sim, compreende qualquer construção e disputa de sentidos que, de alguma forma, se relacione à organização, a referencie. Abrange, portanto, a comunicação formal e informal, independente de qualificar-se como administrativa, institucional, mercadológica, técnica, jornalística, publicitária, boato, especulação; pode se materializar na organização, no bar, no ambiente do jogo de futebol, na redação do jornal, no blog, no chat, na casa dos funcionários; pode ser informativa, persuasiva, pode fazer humor e/ou chantagem, enfim, pode ser de qualquer qualidade e materialidade.(BALDISSERA, 2009, p.59).

Em tempos de pandemia, é imprescindível que as organizações compreendam de forma lúcida o cenário e a complexidade envolvida na tomada de decisão, uma vez que as ações realizadas podem influenciar de maneira positiva ou negativa na (re)construção de sua identidade e cultura organizacionais.

Na parte a seguir do artigo buscamos refletir sobre as formas de enfrentamento de algumas organiza-

ções, à luz da pesquisa de opinião realizada pela Edelman, que expõe as expectativas dos brasileiros sobre as marcas em relação à crise da Covid-19. São percepções sobre acontecimentos reais e contemporâneos que marcam os estudos teórico-empíricos da área e poderão servir como base para estudos mais aprofundados ao longo dos anos.

Percepções sobre as organizações em tempos de pandemia

A Edelman, considerada a maior empresa de relações públicas do mundo, realiza diversas pesquisas de opinião para orientar suas ações de comunicação. A pesquisa divulgada pela Edelman Brasil (2020) apresenta o entendimento dos brasileiros sobre a confiança nas marcas e organizações em momentos de crise como este. Segundo a organização, a sondagem *on-line* foi realizada em 12 países (África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão e Reino Unido) Sendo que os dados têm representatividade nacional em termos de idade, região e gênero. No total foram 12.000 entrevistados (1.000 por país) entre os dias 23 e 26 de março de 2020.

Dentre os entrevistados, 75% afirmaram que marcas e empresas que vêm colocando o lucro acima das pessoas durante essa crise perderão a sua confiança para sempre. Um dado ainda maior, cerca de 93% acreditam que as marcas devem fazer tudo o que puderem para protegerem o bem-estar e a segurança financeira de seus empregados e fornecedores, mesmo que isso signifique sofrer grandes perdas financeiras, até que a pandemia termine.

O caso da rede Madero de restaurantes pode ilustrar esta percepção. Logo no início da pandemia, o dono da rede se mostrou contra as indicações de isolamento social, e, em uma de suas falas defendeu expressões como “o país não deve parar por 5 ou 7 mil mortes³”, além disso, realizou 600 demissões logo no início da pandemia. Estes fatos geraram inúmeras críticas. Com a reabertura das unidades em algumas cidades, o movimento caiu exponencialmente, fato que também pode ser atribuído à diminuição da confiança das pessoas na marca. As imagens a seguir destacam o discurso do empresário e a opinião de pessoas sobre a repercussão do caso.

Figura 1: Recortes de imagens com opinião sobre o caso Madero



Fonte: Twitter.com

Na discussão sobre os públicos essenciais na construção da política de comunicação destacamos ao longo do artigo que os públicos internos devem ser os primeiros a participarem, justamente pelo pertencimento em relação à identidade e cultura organizacionais. Na Paraíba, no final do mês de abril, a procuradoria do trabalho recebeu denúncias de que empregados foram obrigados pelos patrões a participarem de um ato em

³ Disponível em <https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/> Acesso em 10 abr 2020.

Campina Grande⁴. As imagens a seguir mostram funcionários ajoelhados em frente as lojas fechadas. Segundo a denúncia, eles teriam sido ameaçados de demissão, caso não participassem do protesto.

Figura 2: Funcionários se ajoelham na Paraíba pela volta do comércio.



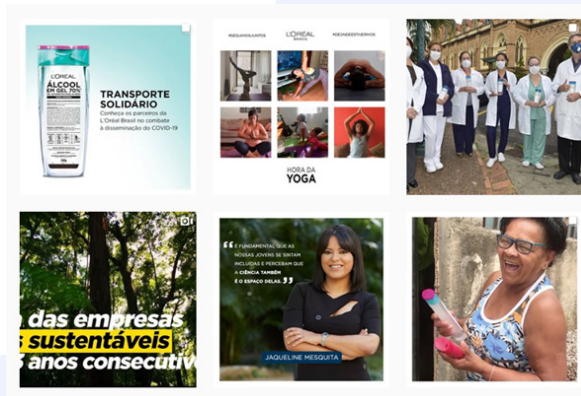
Fonte: Folha.com

Ao avaliarem as ações realizadas 60% dos brasileiros entrevistados acham que as marcas e empresas estão respondendo com mais rapidez e eficiência à pandemia do que o governo. Enquanto 96% esperam que as marcas se juntem ao governo e a órgãos de socorro para solucionar a crise. A crença de que nosso país não passará por essa crise sem que as marcas tenham um papel crucial para a solução dos desafios foi indicada por 72% dos brasileiros.

Neste quesito percebemos que o apoio das organizações privadas aos governos está acontecendo desde o princípio, destacamos o caso do Estado de São Paulo que possui o maior número de casos de Coronavírus. “O governador João Dória, anunciou a doação de R\$ 96 milhões de 28 empresas após uma reunião virtual com um comitê que reuniu 132 empresários”⁵ (Revista InfoMoney, 27 março 2020). Segundo a reportagem, o dinheiro tem como objetivo ajudar na construção de novos leitos de UTI e hospitais de campanha. A maioria das doações é realizada em dinheiro para fundos ligados ao Sistema Único de Saúde, compra de equipamentos, testes rápidos e alimentos e visam colaborar no combate aos efeitos do vírus sobre a saúde pública e a economia.

A percepção dos entrevistados considera reconfortante e tranquilizador ver o que as marcas que usam estão fazendo para responder à pandemia. Neste quesito 92% esperam que as marcas voltem sua produção para produtos que ajudem as pessoas a enfrentar as adversidades. Neste sentido, a produção e doação de álcool gel, máscaras e alimentos, passaram a fazer parte da rotina de muitas organizações.

Figura 3: Pessoas recebendo doação de álcool gel



Fonte: Instagram L’Oreal Brasil

4 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/procuradoria-apura-protesto-em-que-funcionarios-se-ajoelham-na-pb-pela-volta-do-comercio.shtml> Acesso em 10 mai 2020.

5 Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/empresas-anunciam-doacoes-para-combate-a-pandemia-de-coronavirus-no-brasil-conheca-as-iniciativas/>. Acesso em 10 mai 2020

Cada um, ao seu modo, buscou auxiliar as pessoas em situação de risco. A figura abaixo demonstra o caso da empresa Turbi, uma startup de aluguel de veículos por aplicativo que disponibilizou vouchers gratuitos para médicos, farmacêuticos e enfermeiros usar gratuitamente os carros da empresa para irem ao trabalho.

Figura 4: Post de divulgação da ação de transporte gratuito



Fonte: Instagram.com

Além das organizações do ramo da estética, vestuário e alimentício, muitas outras saíram da sua zona de conforto e passaram a produzir e doar materiais que nunca fizeram parte da sua especialidade. “Diversas companhias pararam o que estava em produção. No lugar, passaram a fazer álcool em gel, máscaras e sabonetes para doar à sociedade⁶⁷”(Reportagem do site Catraca Livre, março 2020).

O uso dos canais de mídias sociais para fomentar um senso de comunidade e oferecimento de suporte social às pessoas é aprovado por 94%. Neste quesito ainda, 92% dos entrevistados esperam que as marcas sejam uma fonte confiável de notícias, mantendo as pessoas informadas sobre o vírus e os avanços feitos no combate a ele.

Ao observarmos as ações nas redes sociais percebemos que as organizações poderiam investir mais na divulgação de informações de credibilidade diariamente, via cientistas e outros porta-vozes especialistas no assunto. O que encontramos, normalmente, são dicas para enfrentar o período de isolamento social em conexão com os produtos que fazem parte dos seus negócios, talvez pensem que a responsabilidade sobre isso seria das organizações midiáticas, o cenário ideal é as marcas serem replicadoras de notícias, uma vez que as pessoas estabelecem um relacionamento com elas.

Considerações finais

A forma de identificação dos valores individuais com os das organizações tem conexão com a empatia. Neste sentido, o “sentir” de uma organização, que representa uma coletividade de pessoas, pode influenciar muitos. É importante ressaltar que as ações realizadas em tempos de pandemia são capazes de gerar laços mais profundos de conexão. Daí ser algo tão complexo, que demanda entendimento das condições e das possibilidades das organizações de enxergarem também o seu papel social.

Os exemplos que consideramos negativos, como o caso Madeiro e o protesto dos lojistas na Paraíba demonstram a falta de sensibilidade e leitura do cenário, erros básicos que têm capacidade de descaracterizar os valores institucionais e atingir a reputação das organizações. A pesquisa expressa que a confiança traz resiliência frente aos riscos e diante do surto de coronavírus, por isso, colocar as pessoas acima do lucro e comunicar-se com empatia, são primordiais. A responsabilização pelos empregados, pela comunidade local e

⁶ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/causando/doacoes-de-empresas-covid-19/> Acesso em 10 mai 2020

a ação em grupos também foram apontadas pelos entrevistados como imprescindíveis.

No caso das organizações, as empresas privadas são as únicas, entre as quatro instituições pesquisadas consideradas competentes. Mas, a competência não deve caminhar sozinha. Segundo a pesquisa mencionada, as razões éticas são três vezes mais importantes do que a competência para a confiança em uma companhia.

A relevância da comunicação em fazer parte da constituição das organizações, demonstra que ela contribui essencialmente para a conexão com a realidade do ambiente e na tomada de decisões, neste sentido, tanto a política de comunicação quanto a formação de uma identidade organizacional coerente são capazes de influenciar o posicionamento no momento de atravessar períodos de crise, em especial pandemias, como essa que o mundo enfrenta.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, n. 7, p. 229-243, 2007.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade, in I.L. Oliveira & A.T.N. Soares. **Interfaces e tendências da comunicação**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

BALDISSERA, Rudimar. A comunicação no (re)tecer da cultura organizacional. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, a. IV, n. 10, p. 52-62, enero/junio 2009a.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, edição especial, n. 10/11, p. 115-120, 2009b.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: da rádio peão às mídias sociais**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

BUENO, Wilson da Costa. Construindo uma Política de Comunicação Empresarial. In: _____. **Comunicação Empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUENO, W.C. Política de comunicação: só poucas organizações podem ter. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/politica-de-comunicacao-s-poucas-organizaes-podem-ter/>. Acesso em 10 abr 2020.

CURVELLO J. J. A. **Os estudos de Comunicação Organizacional e as novas abordagens sistêmicas**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32. *Anais...* Curitiba, PR, 2009.

EDELMAN. Trust Barometer. **Relatórios especiais sobre a Covid-19 e o papel das empresas e confiança nas marcas**. 2020.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA, M. A. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

RUÃO, Teresa. **A organização comunicativa: teoria e prática em Comunicação organizacional**. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, Braga. Portugal, 2016.

SCHMIDT, Flávio. Identidade, imagem e reputação: empresas sem pertencimento no mundo da interdependência. In: **Relações Públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. FARIAS, Luiz Alberto de

(org). São Paulo: Summus. 2011.

SCROFERNEKER, C. M. A. **Contra tendências paradigmáticas da Comunicação Organizacional Contemporânea no Brasil**. Encontro da Compós, 20. *Anais...* Porto Alegre, RS, 2011.

STASIAK, Daiana. **A comunicação organizacional sob a perspectiva da midiatização social**: Novos processos de visibilidade e interação na era da cibercultura. 302f. *Tese*, Doutorado em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

STASIAK, Daiana; CASAROLI, Lutiana. **Integrated Communication Policy**: a proposal of strategic thematic axes. XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Universidad de Costa Rica, San Pedro, 2018.

ENSAIO SOBRE AS FUNÇÕES DOS RELAÇÕES-PÚBLICAS COMO GESTORES SISTÊMICOS: RESSIGNIFICAÇÕES FRENTE ÀS MUTAÇÕES MERCADOLÓGICAS EM MEIO À COVID-19

Simone Antoniaci Tuzzo: Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: simonetuzzo@ufg.br; www.simonetuzzo.com



Carlos Henrique Martins: Professor, Mestre em Comunicação e graduado em Relações Públicas pela UFG – Universidade Federal de Goiás. Especialista em Liderança e Gestão Empresarial (IPOG) e Especialista em Processos e Produtos Criativos pela Faculdade de Artes Visuais – UFG. Professor na EGG - Escola de Gente e Gestão E-mail: carlos@carlosmartins.biz



Ensaio sobre as funções dos relações-públicas como gestores sistêmicos: ressignificações frente às mutações mercadológicas em meio à COVID-19

Simone Antoniaci Tuzzo

Carlos Henrique Martins

Resumo

Esse ensaio busca construir uma reflexão instrumentalizada e bibliográfica do tripé: Crise mercadológica compulsória frente à Covid-19 – Funções das Relações Públicas – Gestão Estratégica. O caminho reflexivo deste projeto está alicerçado em teorias das relações públicas e da administração, convergidas dentro de um imbricamento de novas possibilidades e realidades que estão sendo compulsoriamente estimuladas pela pandemia do *Corona Virus* que assola o mundo e ressignifica hábitos, rotinas e verdades. O relações-públicas surge com a função de gestor, apto a identificar transformações e tendências, enxergando-as sob um prisma sistêmico – envolvendo diferentes fatores e departamentos – e, assim, conseguindo materializar dados e ações da profissão em resultados assertivos e estratégicos.

Palavras-Chave: Relações Públicas; Covid-19; Gestão Estratégica; Crise; Perspectivas.

Introdução

O mundo do trabalho sempre passou por inúmeras mudanças. As transformações se originavam e continuam a ser originadas a partir das mais diversas causas, fazendo com que a economia e a sociedade se movimentem simultaneamente em busca de novas propostas, hábitos, modos de consumo e propósitos. Essa transformação é consequência, mas também causa, pois o processo é resultado de deslocamentos sociais, ascensão de classes, crises de outros países e suas interferências no Brasil, avanços tecnológicos, entre outros fatos com ênfase para os novos hábitos sociais que estão em constante ebulição.

Mudanças e novas perspectivas regulamentam e criam não apenas novas atividades profissionais, mas também novas possibilidades de atuação, reinvenção de um sistema educacional, e uma nova relação do indivíduo, sua formação e o mercado. A dinâmica das profissões é complexa, pois perpassa pela realidade de cada momento social, costumes, crenças, valores, objetivos e formas de vida que criam demandas e recriam formas de existência.

Tuzzo e Pereira (2019, s/p) afirmam que a sociedade é “ditadora de profissões e com isso impõe novas demandas sociais que ressignificam a atuação dos profissionais de Relações Públicas e suas formas de compreensão de sua própria atividade. Assim, ao mesmo tempo a profissão reorganiza a sua relação com a sociedade e ela é em si a maior incentivadora de uma transformação da profissão que se reinventa constantemente”.

A velada intenção de nos isolarmos dentro de prismas consolidados, evitando interferências na autoconsciência para perceber e assumir que estamos transversalizados por diversos saberes, parece impedir, muitas vezes, de avançarmos em processos profissionais que realmente nos configure como essenciais dentro das organizações. O cenário se reforça ao olhar para o profissional de Relações Públicas, que vive uma pluralidade, seja sob a ótica teórica ou prática, mostrando não ser uma atividade cartesiana. É uma mistura de ciências e saberes que se colocam em uma relação indissociável para desenvolver e entregar resultados ligados, prioritariamente, à comunicação.

Esta reflexão tem sido tema de inúmeros artigos que lutam pela tentativa de configurar a profissão de forma limitada e delimitada, descredenciando talvez a sua principal força: o olhar sistêmico sobre organizações e suas relações com mundo. Ao mesmo tempo em que elencar as atividades de Relações Públicas parece explicar para a sociedade e as organizações sociais as competências da categoria, traçar uma lista de formas de atuação pode restringir as atividades àquilo que está posto. Em simultâneo, esse trabalho não quer se aproximar daqueles estudos que multiplicam o vértice de funções do relações-públicas sob a luz de uma comunicação que é possível apenas dentro de departamentalização empresarial e que pode acontecer efetivamente somente com a união de inúmeros profissionais numa idealização perfeita da comunicação integrada. Não é este o cenário das empresas no Brasil. Não de todas.

De acordo com dados do Data Sebrae (www.datasebrae.com.br), em uma atualização de 21 de junho de 2020, o Brasil contém, 9.810.483,00 MEIs – Microempreendedor Individual; 6.586.4907 MEs – Microempresa; 896.336 – EPP – Empresa de Pequeno Porte; e 1.934.709,00 – demais empresas. Compreendendo que as MEs, maior categoria de empresas no Brasil, possuem até 19 colaboradores, é ilógico pensar que, destas, haveria a ampla possibilidade de criação de departamentos que envolvessem todos os profissionais da comunicação, ou próximos a ela, em simultâneo e em um único lugar, como: publicitários, jornalistas, profissionais de audiovisual, entre outros. Logo, o parêntese deste momento é para mostrar que há, neste mesmo grupo de empresas, a atuação do RP. No entanto, seu papel estaria condicionado ao acúmulo de funções – ótica não defendida por este trabalho –, ou a possibilidade de uma gestão da comunicação centralizada no RP com demandas operacionais executadas de forma terceirizada.

O posicionamento da profissão na história do Brasil, por sua vez, amplamente difundido nos livros de Relações Públicas, bem como as releituras das funções de RP, cumpre a função de dar as diretrizes da profissão sob o olhar dos principais teóricos de Relações Públicas que trabalham para o desenvolvimento e reconhecimento do relações-públicas no Brasil. Logo, a valorização destes escritos remonta uma percepção de que nada é aleatório, e que propostas teóricas versavam sobre realidades necessárias, mas também em constante mudanças, característica da própria complexidade do mundo.

Este capítulo objetiva uma escrita reflexiva sobre o agora, sobre o presente, considerando sempre os atributos históricos da profissão, mas mesclando-os com as novas perspectivas e materializações da atualidade, com ênfase para um momento de crise mundial frente à pandemia da Covid-19. Assim, a ideia deste artigo é também percorrer uma trilha que contextualize novas práticas da profissão, conciliando uma postura do relações-públicas em uma visão sistêmica, na função de gestor, com interações em diversos prismas organizacionais, que não sejam apenas aqueles genuinamente comunicacionais. Em especial, estamos considerando um tripé: Crise mercadológica compulsória frente à Covid-19 – Funções das Relações Públicas – Gestão Estratégia.

O objetivo é refletir sobre as novas possibilidades de atuação do relações-públicas nas organizações e como profissional liberal que atua na sociedade, imbricando essa atuação com a ressignificação de atividades que possibilitem alternativas para as empresas em tempos de crise. Esse levantamento é feito a partir de uma contextualização das funções já marcadas por autores do campo, que se funde às atribuições mercadológicas da atualidade. Uma leitura de dados abertos auxilia na construção de realidades sobre a situação das organizações no Brasil.

Reflexões teóricas das funções do profissional de RP: gestão e transdisciplinaridade

Pensar os novos desdobramentos da profissão de Relações Públicas dentro da atual realidade mercadológica é transcrever as necessidades organizacionais e as próprias funções já teoricamente marcadas para a profissão ao longo dos anos. Em simultâneo, é também fazer uma correlação dos cenários para conseguir responder como o comportamento do profissional de relações públicas pode ser repensado em meio ao novo contexto que vivemos. Logo, a lógica desta construção textual vislumbra diferentes caminhos práticos e teóricos. No entanto, sua fundamentação está na própria possibilidade que é dada ao RP dentro dos novos modelos de trabalho e fazem dele uma peça chave e imprescindível dentro das organizações. Não distante, o adjetivo de “gestor da comunicação” ressurge nessa narrativa para encontrar o início e o limite do que seja atuar de forma sistêmica, integrada e assertiva dentro das empresas.

Assim, pensar no que seria um limite e um início é um marco a ser repensado sobre: como encontrar limites na profissão que lida com a ciência da comunicação e toda a sua aplicabilidade dentro das organizações? Há um início após uma crise global que reinventa a dinâmica da sociedade ou um ajuste de atuação que nunca foi interrompido e por isso não pode ser pensado como início, mas como adequado? Se a sociedade é ditadora das profissões, qual serão as novas demandas impostas pela sociedade para a atuação dos profissionais das Relações Públicas? Se o relações-públicas articula e promove o desenvolvimento estratégico da comunicação dentro das organizações, e, nestas mesmas organizações, há comunicação por toda parte, como restringir a atuação do RP ou ainda criar limites nessa simbiose constante de diálogos, informações, trocas e partilhas?

Ao olhar para as funções postuladas por Kunsch (2003), temos as Relações Públicas aptas a desenvolverem ações ligadas à comunicação por meio de abordagens Administrativas, Estratégicas, Mediadoras, Políticas. Os próprios nomes nos induzem a entender a forma como essa construção se posiciona dentro das organizações. Os quatro pilares seguem o que é proposto por Ehling, White e Grunig, que embasam as atividades das relações públicas em quatro teorias essenciais: 1. teoria inteorganizacional; 2. teoria de gerenciamento; 3. teoria da comunicação; e 4. teoria de conflitos-resoluções”. (1992, p. 384 *apud* KUNSCH, 2003, p. 97).

O estudo das funções também está correlacionado com o que Vecic, Grunig e Grunig, (1996) propõem ao teorizar as práticas ideais do profissional de RP em a Teoria Geral da Excelência em Relações Públicas, hoje já criticada por outros autores. Os autores não hesitam, ao pesquisar mais de 300 departamentos de Relações Públicas em empresas de todo o mundo, em construir uma linha com nove princípios para mapear e expandir as possibilidades de atuação de um RP. São eles: (1) Envolvimento das Relações Públicas na gestão estratégica; (2) Autonomia das relações públicas na coligação dominante ou ocuparem uma posição em que reportam diretamente ao gestor sênior; (3) Função de relações Públicas integrada; (4) As relações públicas são uma função de gestão separada de outras funções; (5) O papel do profissional de relações públicas; (6) o modelo simétrico bidirecional de relações públicas; (7) um sistema simétrico de comunicação interna; (8) Potencial de conhecimentos para o papel de gestão de relações públicas simétricas; (9) Diversidade de recursos humanos em todos os papéis. Há também um décimo princípio que, mais tardiamente, surge nos escritos dos autores: Ética e Integridade.

Sob a luz de olhares críticos, a autora Fábria Pereira Lima coloca o modelo supracitado dentro de um panorama “hegemônico nos estudos de comunicação organizacional e relações públicas”. Ela faz uma leitura bibliográfica e propõe alguns marcos teóricos sobre o tema.

Dentre as principais críticas, destacamos o trabalho de Pieczka (2011) e L'Etang e Pieczka (2006) que têm demonstrado que o modelo de excelência é normativo e super idealizado, apontando fragilidades nas concepções teóricas em que se baseia e o perigo do descolamento entre os sistemas teóricos propostos e a prática que se efetiva nas organizações. Também Lee Edwards e Caroline Hodges (2011) apontam que os modelos de Grunig e Hunt, ao se basearem sobremaneira nos aspectos organizacionais, acabaram por simplificar a subjetividade e a complexidade dos aspectos humanos das organizações e seus públicos, ou seja, deixaram de olhar para as organizações com base em aspectos sociais e culturais mais amplos. (PEREIRA LIMA, 2017, p. 184)

Ao considerar as críticas apontadas pelos autores, é unânime e inquestionável também citar o marco na história das Relações Públicas feito por Grunig (1987). Frente ao que foi exposto criticamente, reitera-se que não há aqui nenhuma hipótese que corrobore com a atividade de RP junto às organizações desarticulando-a do contexto macro. O que se propõe neste trabalho é um pensamento oposto, buscando sempre articulações sociais, do meio e das interferências que as mudanças de paradigmas tencionam sobre as organizações, ressignificando, de tempos em tempos, a própria funcionalidade empírica da profissão.

Frente ao exposto, há um recorte de três princípios extraídos da Teoria das Relações Públicas Exce-lentes que são de interesse deste trabalho: (1) Envolvimento das Relações Públicas na gestão estratégica; (2) Autonomia das relações públicas na coligação dominante ou ocuparem uma posição em que reportam diretamente ao gestor sênior; (3) Função de relações Públicas integrada. As linhas corroboram com nossa proposta e nos auxiliam neste processo de estruturar o RP como um profissional ligado intimamente ao processo estratégico de gestão. Grunig (1987), juntamente com seus pesquisadores, nos é válido por ligar a Excelência em Relações Públicas com as possibilidades deste profissional atuar como gestor para o desenvolvimento positivo e efetivo de organizações.

Esse ponto é grande valia na construção teórica e prática deste trabalho, que valida e acredita na imbricação ainda mais incisiva do RP no processo da gestão estratégica empresarial e suas respectivas dimensões. No livro *Introdução à Teoria das Relações Públicas*, que é forte e estruturante na construção da linha teórica deste trabalho, a autora Gisela Gonçalves reitera que, “Como o próprio nome sugere, o projeto da ‘Excelência em relações públicas’ é contextualizado pela teoria da gestão associada aos valores da excelência empresarial, mais popular nos anos 80”. (GONÇALVES, 2010, p. 42) Ainda segundo a autora

A tese da excelência, introduzida pelo best seller de Peters e Waterman *In search of Excellence* (1982), defende que as empresas excelentes são mais abertas e flexíveis que as tradicionais, enfatizam a coesão interna e dão primazia aos problemas sociais, cumprindo as suas obrigações de cidadania para com a sociedade. [...] Neste contexto, uma organização é mais eficaz e atinge a excelência se conseguir responder com continuidade às modificações do meio envolvendo com soluções inovadoras. (GONÇALVES, 2010, p. 42)

As abordagens apresentadas suscitam que, tão quanto a ciência da comunicação é oriunda de análises e desenvolvimento de pesquisas ligadas à filosofia e sociologia, por exemplo, é importante também considerar que parte dos estudos das relações públicas nascem dos seios da gestão empresarial e suas aplicações em empresas e instituições de todo o mundo. Há aqui um dos pontos que refutam e criticam a proposta da Teoria da Excelência: como o RP ocuparia um papel fundamental dentro da gestão de organizações, sua função vira alvo de estudos para entender o real estatuto desta profissão nas empresas. (Gonçalves, 2010)

As linhas sobre a profissão de relações públicas e seus estudos ligados à gestão nunca estacionaram. Broom e Dozier (1986) simplificam os quatro principais papéis do profissional de relações públicas propostos por Broom e Smtih (1979), e adotam o modelo dicotômico “gestor” e “técnico”. Surge neste momento uma

consideração prática de atuação, dividida em dois principais núcleos: os gestores seriam os profissionais que participam e estão ativos dentro do processo estratégico, atuando de forma a organizar diretrizes, pensar em soluções, aliar objetivos e agir com base em informações; os técnicos são aqueles que, dentro de uma abordagem tática, estão aptos a executarem atividades e demandas que, encabeçadas por RPs, ou não, já haveriam escolhidos o que deveria ser feito.

Não é objetivo deste trabalho apresentar um estado da arte sobre o tema, no entanto, é preciso avançar sempre com a consciência dos caminhos teóricos que fundamentaram as funções das RP. Neste contexto, e para este trabalho, o que fica marcado é a empatia pelos escritos que defendem o relações-públicas como apto a atuar no processo de gestão. Não há aqui uma marcação compulsória de tal função, mas sim um conglomerado de ideias, textos e experiências que adicionam à essa prática uma forte premissa para conseguir melhores resultados em diferentes tipos de organizações.

Correlacionando com o mundo do trabalho, com ênfase para as micro e pequenas empresas, maioria no Brasil, e seguindo a mesma linha de raciocínio do profissional de RP enquanto gestor, é válido pontuar que não há, por meio de pesquisas, nomenclaturas específicas ou exatas que condicionem gestores a se tornarem, obviamente, gestores. O que há são cursos, especializações, treinamentos e contínuos programas de conhecimento técnico e prático que possibilitam melhores acessos aos cargos de gestão dentro das organizacionais. No entanto, o que é também considerado neste processo é que gestão está ligada à pluralidade de fatores que precisam ser organizados dentro de um processo para conseguir gerar resultados. Logo, estamos falando de competências inerentes ao gestor.

Sob a ótica dos temas ligados à administração, Mattos (1991) propõe conhecimentos e habilidades em 4 dimensões para o sucesso de um gestor: técnica, psicossocial, política e administrativa. Pelissari, Gonzalez e Vanalle (2007, p. 7-8) fazem um breve resumo dessas dimensões:

Dimensão técnica: que apresenta como características, conhecimento específico do próprio trabalho gerenciado, como um todo; divulgação técnica; habilidade para lidar com a tecnologia; *Dimensão administrativa:* características, Planejar / organizar / controlar / coordenar / avaliar etc.; Administrar os recursos e os tempos; Desenvolver os recursos humanos; *Dimensão Psicossocial:* características, recursos psicológicos próprios do empresário; inteligência emocional; habilidade para lidar com grupos e fenômenos interpessoais, mobilização dos talentos individuais, administração do clima psicológico; *Dimensão Política:* características, conhecimentos e habilidades de negociação; conquista de espaços decisórios; administração de conflitos; acesso às lideranças organizacionais e comunitárias.

É possível perceber as similaridades que os escritos ligados estritamente às organizações e suas construções teóricas e administrativas possuem com o que foi abordado nas práticas das relações públicas. Em um tópico sobre RP, apresentar essas informações é narrar sobre as dinâmicas e as características que também estão presentes nas grades curriculares dos cursos de Relações Públicas, e compreender que há um caminho pronto para ser percorrido por estes profissionais. Por fim, uma última linha possibilitaria ainda uma maior eficácia em todo este processo, e estaria nela o maior ponto de ter o profissional de relações públicas como atuante neste cenário da gestão organizacional: uma gestão desenvolvida com base no *customer centric*, traduzida, estratégias centradas no consumidor. Se está nas mudanças de hábitos dos públicos a nova lógica para entender quais negócios irão permanecer ativos no “novo mercado normal”, está no RP, por formação e por processos empíricos, a capacidade de ler sistemicamente todos esses públicos e tomar para si o protagonismo da gestão nas organizações.

Nessa reflexão, a palavra organização não é utilizada de forma aleatória. É uma estratégia lógica

que tenta distanciar a construção da profissão alicerçada apenas sob a ótica empresarial. É fato que são das empresas que os parâmetros da gestão surgem, e também que a palavra organização se estende à soma de um conglomerado de pessoas e recursos que resultam na materialização de resultados.

Seguindo essa perspectiva, o trabalho de Relações Públicas se estende para outras atividades como a atuação com profissionais liberais, celebridades e a ideia do próprio relações-públicas se reconhecer como um profissional liberal apto a construir sua carteira de clientes que podem ou não estar ligados às organizações tradicionais. Sobre isso podemos citar os estudos de celebridades desenvolvidos por Rojek (2008), Figueiredo e Tuzzo (2011) e Driessens (2012). Além disso, destacamos pesquisas realizadas por Tuzzo e Braga (2011; 2013) desde 2009 no Brasil, incluindo uma reflexão sobre a ética no trabalho de Relações Públicas na celebritização de profissionais liberais.

Essa abrangência de foco no trabalho dos Relações Públicas nas organizações se faz necessária. Para além deste cenário, há também o trabalho para as organizações e para a sociedade em seus múltiplos formatos organizacionais, como grupos que se formam a partir de demandas específicas, como os profissionais que trabalham como cerimonialistas ou na realização de eventos, podendo estes serem contratados de forma fixa ou temporária pelas organizações.

Desta forma, enxergar o relações-públicas em sua relação organizacional prevê um olhar que não se restringe a espaço físico determinado, mas às atividades organizacionais que ditam as novas formas de atuação desta dinâmica profissão. A gestão, por sua vez, se refaz em qualquer um destes cenários. Ao trabalhar como uma marca pessoal, o profissional de relações públicas precisa se projetar para o mercado construindo uma lógica também organizacional, atuando como gestor de si mesmo, cuidando de sua administração, finanças, *branding*, entre outros processos.

[...] a marca surge como estratégia de posicionamento e legitimação do profissional frente aos seus públicos. A marca torna-se parte do processo de materialização do profissional em uma organização, exigindo que ele *atribua para si as* diversas responsabilidades que uma empresa ou instituição assume quando é criada. Os serviços oferecidos se tornam produtos e, as mensagens a serem emitidas para os respectivos receptores, criam uma série de expectativa de desempenho e uma diferenciação em relação a outros profissionais que não estão munidos de uma gestão de marca e imagem pessoal. (CASAROLI; MARTINS; 2014. p. 30, nosso grifo)

Logo, a grande lógica desta construção textual é também mostrar que, como uma marca, ou atuando interno à um negócio, o processo de gestão irá acontecer. Dentro da demanda de uma nova construção da realidade social, esse cenário se multiplica para o RP, que precisa estar atento, independentemente de sua *expertise*, aos processos estratégicos de gestão, utilizando seu *background* teórico como alicerce inicial na constituição de seu posicionamento no mercado. Ou seja: ao se posicionar como um produtor de eventos, por exemplo, independente ou ligado a alguma instituição, o RP também precisa administrar de forma gerencial os processos ligados aos contratos com patrocinadores, comunicação com públicos e estratégias de divulgação, saúde financeira do evento, ações com fornecedores, entre outras etapas. Falamos então de uma atuação sistêmica: integrar diferentes processos que precisam andar sob uma mesma lógica estratégica. E o relações-públicas está apto a conduzir as organizações nesse caminho.

Se exemplificarmos com outro processo, tal qual a atuação do RP dentro da comunicação interna de uma organização, temos suas funções também ampliadas para: a importância da criação, manutenção e partilha dos interesses, valores e demais diretrizes estratégicas de uma empresa; o interesse por entender o desempenho financeiro da sua instituição para melhor gerir o processo de produtividade e de transferência com os colaboradores; a capacidade de lidar com conflitos e resoluções; a promoção de ações internas, tais quais,

pesquisa, eventos, entre outras atividades.

O que se busca apresentar aqui é a importância do RP em atuar de forma sistêmica por meio do pensamento de gestor estratégico, conseguindo melhores resultados em todos os cenários que estiver vinculado. Essa realidade, então, não implicaria, inicialmente, numa completa definição de linha de atuação que isole as demais propostas que existem dentro de uma grade do curso de RP. Ao contrário: é preciso entender que todas elas existem para construir uma atuação sistêmica, e não são apenas pontes que devem ser usadas para passar de um lado para outro, isolando cada um dos lados que ficaram para trás. Até porque, nessa lógica, quem está ficando para trás é o próprio relações-públicas.

Relações públicas, gestão estratégica e organizações: caminhos imbricados pelo mundo do trabalho contemporâneo

Estudar relações públicas, gestão estratégica e organizações de forma simultânea é um exercício que une não apenas funções e resultados, mas sim uma realidade social no mundo do trabalho. É neste universo, permeado por diferentes saberes, que se apresenta aqui algumas reflexões que corroboram com a prática do RP como um gestor.

Ao seguir as linhas teóricas já existentes, o que fica proposto nesse momento é um profissional de RP que teria duas principais funções imbricadas: a administrativa e a estratégica. Estariam nessas duas vertentes as principais contribuições deste profissional dentro do processo de gestão organizacional estratégica. “Com a função administrativa, as relações públicas, por meio de suas atividades específicas, visam atingir toda a organização, fazendo articulações necessárias para maior interação entre setores, grupos, subgrupos etc.” (Kunsch, 2003, p. 100). Grunig e Hunt contribuem fortemente para esse momento com sua definição:

Relações Públicas é a função de gestão que ajuda a estabelecer e manter canais mútuos de comunicação, a aceitação e cooperação entre a organização e os seus públicos, que envolve a administração de crises ou controvérsias; que auxilia a administração a manter-se informada e a responder à opinião pública; que define e enfatiza a responsabilidade da administração em servir o interesse público. (Grunig e Hunt, 1984, p.7)

Quanto à função estratégica, Kunsch postula que

[...] as relações públicas precisam demonstrar sua contribuição também como um valor econômico para as organizações. Isso é, suas atividades têm de apresentar resultados e ajudar organizações a atingir seus objetivos, cumprir missão, desenvolver sua visão e cultivar seus valores. (Kunsch 2003, p. 103)

A autora segue construindo uma narrativa que aproxima o relações-públicas dos dirigentes da organização para conseguir, de forma estratégica e analítica, desenvolver melhores ações de comunicação para a melhoria contínua da organização. É válido pontuar que todo este contexto, trabalha, prioritariamente, com ênfase na comunicação, nos públicos, na visão institucional e no posicionamento de empresas. Os conteúdos sobre comunicação organizacional estão, a partir daqui, contemplando todo um universo sistêmico de ações do RP para, em conjunto com diversos departamentos de um mesmo local, conseguir materializar ações ainda mais relevantes para aquele ambiente e seus respectivos públicos.

Não é a primeira vez nas narrativas teóricas que as diretrizes estratégicas (missão, visão e valores) surgem fazendo construções imbricadas ao papel do RP nas organizações. Essas mesmas premissas organizacionais são oriundas dos estudos ligados à administração de empresas, perpassando por temas como cultura e

clima organizacional. Mais do que seguir e entender esses escritos que ficam disponíveis nos sites e nas recepções de empresas de todo o Brasil, o RP é apto a articular esses objetivos institucionais e torná-los conhecidos pelos públicos de interesse daquele local. Além disso, mais do que seguir essas diretrizes já construídas, por que não atribuir ao RP o papel de criar ou redesenhar essas condutas organizacionais? Essa atividade, por exemplo, pode ser desenvolvida por meio de aplicações de pesquisas, angariando informações de diferentes públicos envolvidos à organização que irão ajudar a responder o verdadeiro sentido de existência daquele modelo de negócio. Se é o relações-públicas o profissional apto a desenvolver um olhar empático mais assertivo, caberia a ele reconstruir as diretrizes organizacionais para, então, entender qual a *persona* e linha de comunicação mais adequadas deverão ser utilizada.

Logo, fala-se aqui de linhas óbvias que colocam este profissional dentro de um nível de gestão que, por meio de ferramentas estratégicas da profissão, parece conseguir desenvolver e articular essas diretrizes. Isso aconteceria porque o RP tem a oportunidade de usar suas funções e unir, de forma empática, os interesses dos públicos, como diretores, colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, e, assim, criar premissas organizacionais que realmente estejam alinhadas com um processo de tendências mercadológicas, rentabilidade e pessoas. As linhas anteriores já surgem como reflexões, e serão retomadas posteriormente para pensar, de forma ainda mais incisiva, sobre este processo complexo organizacional.

Dentro de toda a constituição das funções dos relações-públicas, a palavra estratégia é encontrada como um dos pilares para coordenar a assertividade de ações. Kunsch (2003) retoma que o pensamento estratégico é a linha cerne que garante a geração de ideias criativas e as aspirações disruptivas, fugindo de todo tipo de construção que não se apresente de forma dinâmica. Seguindo a mesma lógica, ampliamos o horizonte a pensemos em uma “gestão estratégica” capaz de ultrapassar os próprios limites das organizações e pensar em um Relações Públicas de atuação ampla na sociedade:

A gestão estratégica pode ser definida como um sistema de indicadores de desempenho que delinea os caminhos a serem desenvolvidos pela administração quantos às iniciativas e ações estratégicas previamente definidas. O pilar da gestão estratégica encontra-se, não no trabalho realizado em departamentos isolados, mas sim por processos, tornando as atividades organizacionais integradas, sistêmicas e interdependentes. (COELHO JUNIOR, 2003, p. 83)

Compreendendo o RP como um gestor da comunicação, e também certos de que a tomada de decisões de outros setores demandaria informações desenvolvidas por meio de pesquisas em relações públicas, a concepção sistêmica e interdependente se refaz nesta etapa para construir uma reflexão de como o RP é um gestor estratégico e pode assumir parte do protagonismo organizacional. Além disso, ele sendo estratégico, pode pensar em departamentos, setores e hierarquias próprias das organizações tradicionais, mas também a gestão estratégica em toda e qualquer atividade que precise desenvolver, como os eventos, por exemplo.

RP & Covid-19: Proposições e discussões iniciais sobre novos papéis por necessidade

Quando trabalhamos o papel dos relações-públicas durante e após uma pandemia em escala global, devemos considerar os impactos que a crise na área da saúde desencadeia nos demais setores da sociedade. Desta forma, a atuação dos relações-públicas na sociedade atual, a partir daquilo que consideramos como o novo normal, se mostra nas novas formas de existência social, diversificada, com novas demandas e novas necessidades. As transformações, sejam elas compulsórias ou não, geram um novo fluxo de pensamento, de expectativa, de interesses. Essas construções de uma nova realidade pendem, indubitavelmente, uma nova

lógica para os profissionais que lidam e trabalham com públicos.

Assim, podemos pensar, por exemplo, nos eventos sociais e corporativos; nas assessorias de comunicação de organizações do primeiro, segundo, terceiro setor. De uma forma ampla, falamos das relações-públicas atuando na formação de opinião pública dos públicos que demandam das organizações não só produtos que satisfaçam suas necessidades, mas aquilo que possa impactar em sua forma de vida, em seus relacionamentos interpessoais, no meio ambiente e, sobretudo, nas suas experiências sensoriais, que, após a experiência do confinamento e de uma necessidade vital de higiene para preservação da vida, se mostra como item fundamental de preocupação das ações de Relações Públicas para gerar uma tranquilidade em seus públicos com relação aos bens, produtos e serviços que oferecem.

Dentro de uma lógica cronológica e atual, com ênfase para o pós surgimento do Corona vírus SARS-CoV-2, o trabalho de Relações Públicas tem início na gestão de crise desencadeada pela pandemia, que, desde o final de 2019 muda a lógica social da maioria dos países do mundo em escalas diferentes, mas sempre com uma transformação significativa.

Com ênfase para os profissionais que atuam em organizações da área da saúde, os protocolos estão sendo ditados pela Organização Mundial da Saúde juntamente com as instituições de saúde de cada país, e devem ser cumpridos com a máxima eficácia. Essas diretrizes impactam todos os tipos de organizações, mas particularmente, e de uma forma especial, os ambientes ligados à saúde, que recebem casos suspeitos e confirmados da doença. Logo, a comunicação em um ambiente que, neste momento, instala medo e incerteza, demanda dos RPs uma comunicação eficaz, ética e transparente. Tem sido necessário um planejamento estratégico, de curto prazo, que envolva todas as instituições da sociedade, articulando um diálogo assertivo com todos os públicos, da recepção à diretoria, limpeza, pacientes e familiares.

Há um outro grupo: os profissionais que atuam em organizações que são consideradas durante a pandemia como responsáveis por serviços essenciais. Para estes, surge a preocupação em entregar aos seus públicos um serviço de qualidade, com a máxima eficiência em termos de cuidados com a saúde. Aqui, todo o processo de comunicação é remontado para uma nova lógica do que é, ou não, valorizado pelos consumidores em tempos como os atuais. A importância de práticas sanitárias, antes já altamente recomendáveis, agora são tidas como obrigatórias e imprescindíveis, precisando existir uma comercialização ética e transparente deste processo. Ou seja: o relações-públicas frente à esse cenário precisa reorganizar a linha de comunicação de sua empresa, demandando, a partir de um olhar empático para os públicos, quais as informações deverão aparecer para garantir que continue existindo a comercialização de produtos e a rentabilidade do modelo de negócio.

Por outro lado, há ainda os relações-públicas que atuam em organizações que, por serem consideradas como responsáveis por serviços ou produtos não essenciais, tiveram que suspender suas atividades durante um período ainda incerto, pois, mesmo em países onde a circulação começa a ganhar autorização para acontecer, não está descartada uma nova necessidade de reclusão, pois, enquanto o mundo não descobrir uma vacina ou um remédio para o vírus Covid-19, a sociedade viverá uma crise de incertezas e insegurança com relação ao convívio social.

Para essas empresas não essenciais, cabe ao RP atuar em conjunto com a alta liderança, quadro societário, grupo de diretores e gerentes, para intervir, de forma estratégica e assertiva, nas deliberações, ou, quando não tiver esse poder, na forma como elas (as informações) serão repassadas para os públicos. À exemplo, olhando para os públicos internos de uma organização, é importante, em um cenário de instabilidade, o correto e estratégico repasse de uma comunicação que gere produtividade (mesmo que em home-office), ou ainda uma comunicação que tranquilize os colaboradores sobre suas permanências dentro da empresa. Para os casos de demissão, o caminho é ainda mais complexo, e necessitaria de uma comunicação não violenta, empática e, so-

bretudo, humana. As conduções dessas particularidades são estratégicas, e o RP, por ser um gestor do processo de comunicação das organizações, precisa articular e conduzir esse caminho da forma complexa que ele é.

Abaixo daremos continuidade a essas reflexões, em tópicos. Nesta linha de raciocínio supracitada, profissionais de Relações Públicas que atuam em escolas, complexos de lazer, cinema, teatro, bares, restaurantes, atividades turísticas, eventos ou serviços de beleza, isso só para citar alguns, devem ter a preocupação de atuar em diferentes frentes de relacionamento com os seus públicos

- Públicos Internos: gestão da comunicação de forma empática para a construção de relacionamentos humanizados

Dentre as principais características do profissional de RP está a compreensão de seus públicos, das pessoas que fazem parte, de forma direta ou indireta, de uma empresa ou instituição. Sob este olhar, nossa proposta é aumentar ainda mais a complexidade desta divisão de públicos, mostrando que, neste momento, a correta e assertiva forma de comunicar-se com alguém está intrinsicamente ligada às diferenças de cada uma dessas pessoas. A leitura de públicos foge do tradicional: sexo, idade, localização e nível de escolaridade e agora passa para novas dimensões, como: interesse, expectativa, gênero, medo, necessidade, entre outros pontos. O investimento de tempo no mapeamento de públicos resulta na redução de tempo de encontrar e realmente impactar com quem busca-se falar.

À exemplo, durante a pandemia, é imprescindível que, dentro das organizações, o RP observe o nível de instrução, capacidade de leitura e interpretação de cada um de seus colaboradores, e busque alternativas que possam adaptar as inúmeras informações sobre saúde pública, práticas de segurança, direitos e deveres (nos casos de repasses financeiros por parte do governo, por exemplo, de empresas que optarem por aderirem aos programas de subsídios governamentais durante o período de isolamento), em uma comunicação realmente compreensiva. Ou seja: traduzir normativas, leis, hábitos saudáveis em narrativas, discursos, construções audiovisuais que possibilitem a máxima compreensão dessas informações para com seus públicos. O RP, neste momento, opera e também, preferivelmente, faz a gestão deste processo (construindo um discurso vinculado às diretrizes da empresa, ajudando na construção de um roteiro para o fluxo de informações, pensamento nos canais, periodicidades etc.), demandando a outros profissionais a operacionalização destas ações.

A situação supracitada pode ser percebida, por exemplo, dentro de indústrias, que possuem em suas linhas de produção pessoas com níveis de escolaridades mais baixos, que se veem constantemente perdidas em um universo de informações simples, mas complexas simultaneamente. Neste enredo, a saúde mental e física de cada colaborador também pode ser influenciada por uma comunicação humana, privilegiando as diferenças entre as pessoas e a construção de um diálogo que acompanhe, cuide e acolha.

- Manutenção da comunicação para o cliente/usuário: lembrança viva

É preciso repensar a construção de um conteúdo que engaje, que continue sendo válido para os públicos (clientes) mesmo durante a pandemia. Em um momento onde, para muitos, as necessidades se concentram na base da pirâmide de Abraham H. Maslow, é preciso ressignificar alguns produtos e serviços e dar a eles novos sentidos e usabilidade, utilidade e significado nesse momento. O RP surge para materializar o significado de empatia e conseguir identificar anseios e novas expectativas dos públicos, mantendo a marca viva na cabeça de seus consumidores.

As ações comunicacionais para este momento são infinitas, no entanto, só eficazes quando utilizadas

de forma humana e estratégica. Em simultâneo, é fácil entender que grande parte do processo da comunicação atual se concentra dentro da digitalização do mundo e de suas respectivas possibilidades “*esticadas e ampliadas*” nesse novo mundo em que vivemos. A inviabilidade ou aconselhamento das entidades de saúde de não existir deslocamento dos cidadãos, ou mesmo a proibição, como o caso de alguns lugares, fizeram com que as pessoas mergulhassem em uma realidade virtual para a execução de suas atividades diárias, ou ainda como uma válvula de escape em meio à uma nova rotina durante a pandemia. Apesar de preliminares, o Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal) já apresenta um aumento de uso de *internet* no Brasil que ultrapassa a margem de 30% desde o início da pandemia no país (março/2020). Parte faz referência aos usuários, mas é também possível afirmar que outra parte deste consumo também é oriundo das novas empresas que começaram a se posicionar dentro do ambiente digital.

Para aquelas empresas que já haviam construído um relacionamento efetivo com seus consumidores – uma comunicação constante e com propósito -, fica mais fácil manter esse diálogo aceso. Fala-se aqui de empresas que entendem o diálogo e a troca como um processo estratégico para garantir verdadeiros fãs de suas marcas. As empresas que iniciaram esse trabalho de forma abrupta, por meio da necessidade de continuar vendendo e comercializando seus produtos, precisam, por meio do profissional de Relações Públicas, por exemplo, resgatar seus *leads* para uma nova estratégia com foco em vendas, garantindo a existência do próprio negócio.

Esse diálogo a ser construído precisa ser humano. A geração de conteúdo com pautas que não estejam ligadas ao produto em si, mas à temas do mesmo universo, são ações chaves para mostrar que a marca se preocupa com o bem-estar e o processo informacional de seus clientes e possíveis clientes. A emblemática comunicação com propósito e sua importância se mostra mais facilmente neste momento, pois, sem ela, a tentativa de resgatar o processo de vendas e efetivar a comercialização de produtos surge quase como uma lógica oportunista. Felizmente, os números do consumo *online* subiram, mostrando que as transformações de realidades mudam hábitos, e em um curto espaço de tempo. Logo, aproveita esse processo aqueles que estiverem mais próximos de seus públicos.

Como já citado neste texto, o mapeamento de públicos se converte para o ambiente digital, na possibilidade de rastrear pessoas que possam conversar com o tipo de discurso que empresas e instituições possuam. Neste processo, é importante marcar a importância de um discurso com posicionamento, com clareza. Mostrar que a marca é uma marca humanizada. Fotos de pessoas, de colaboradores, do processo de uma linha de produção. Fotos de seres humanos. Afinal, são por pessoas e para pessoas que as organizações existem. É a partir dessa realidade, de pessoas, emoções e construções textuais emotivas e sensíveis que se desperta identificação nos indivíduos.

□ Planejamento estratégico: reflexões sobre o papel do RP na gestão empresarial

O novo normal é um fato. Surge para os estados como normativas e regulamentos, enquanto, para parte da população, parece surgir sob a ótica do medo, incerteza e insegurança. Neste novo cenário, os profissionais de relações públicas que estão ligados às organizações, instituições, marcas pessoais (médicos, psicólogos etc.) precisam revisar o planejamento estratégico de suas empresas ou de seus assessorados para identificar quais novos caminhos e novas práticas deverão ser seguidas. É preciso estudar as diretrizes estratégicas e pesquisar se a missão, a visão e os valores estão de acordo com as novas construções de realidade do mundo e da sociedade. O RP, neste cenário, também precisa auxiliar as pequenas empresas que buscam migrações para o digital, verificando a exequibilidade, rentabilidades e funcionamento de cada tipo de serviço

para cada tipo de público.

Parece complexo, e é. O RP se alimenta de públicos, vive para públicos e está, na sua essência, enquanto profissional, a arte de lidar e impactar pessoas. É neste ambiente que o relações-públicas mostra seu protagonismo. No entanto, como impactar públicos e como isso está ligado ao processo de gestão empresarial?

Está nas Relações Públicas a construção de relacionamentos genuínos, logo, compete ao RP, logicamente, encontrar esses públicos. São estes públicos (e a sociedade como um todo) e as transformações sociais que geram a necessidade de novos modelos de negócios. Nessa linha, o RP que está dentro de organizações, precisa observar qual a dinâmica do mundo frente ao lugar que ele está atuando e o serviço ou produto que ele está comercializando. Mais do que criar, então, mecanismos efetivos de vendas por meio de estratégias de relações públicas, o profissional precisa entender se o mercado quer continuar consumindo esse mesmo produto / serviço comercializado. É dentro destas linhas, não superficiais, mas complexas, principalmente por lidarmos com as relações humanas e econômicas simultaneamente, que o RP se posiciona também na figura de gestor, pois ao entender as demandas dos públicos, consegue desenvolver de forma mais assertiva quais são os próximos passos de uma empresa. Como exemplos: definição de qual produto vender mais ou quais vender menos, por uma lógica de consumo do mercado; sugestões de novas ideias para o incremento de novos produtos ou serviços à partir de demandas obtidas na leitura de tendências mundiais; novo tipo de posicionamento estratégico, por entender o que os públicos daquela empresa, organização ou instituição gostaria de ver/ouvir.

□ Gestão e a readaptação da retomada do setor de eventos: um olhar sistêmico

Repensar o setor de eventos pós pandemia está entre os grandes desafios do mercado que movimenta, só em São Paulo, mais de 15 bilhões de reais por ano, de acordo com a Fispal (2018). Uma área comumente preenchida por RPs, busca agora uma nova lógica de realização. As configurações de plantas baixas para os eventos precisam ser repensadas; o distanciamento e quantidade de pessoas por mesa, assim como por metro quadrado dentro de determinados espaços para eventos; a recepção e o processo constante de higienização ao chegar, durante o evento e ao sair; a forma de rastreio dos convidados para um maior controle de público; a viabilidade de eventos físicos e suas migrações para os ambientes digitais. São muitas as possibilidades, e ainda maiores os desafios.

O setor de eventos sempre atuou como um resgate ao processo sensorial. O evento, quando usado como uma estratégia de comunicação, prisma obrigatório para os RPs que navegam por estes mares, tem na sua execução a possibilidade de unir e impactar públicos por meio de todos os sentidos físicos: paladar, visão, audição, tato e olfato. Em dias onde a luta diária é conseguir entreter, instigar e unir pessoas dentro de um veículo para a construção de uma audiência, o evento é (ou era) a possibilidade que movimentava bilhões reais/ano por ser um forte captador de pessoas e gerador de negócios. Eles precisam e continuarão acontecendo, e o profissional de relações públicas também está na ressignificação deste processo.

Quanto aos digitais, quando possível, é preciso construir estratégias para reestabelecer a conexão física e sensorial, mesmo à distância, com os participantes, como por exemplo, o envio de materiais, como caixas, com itens que possam ser usados durante as transmissões *onlines* e complementem as palestras e apresentações. É importante investir na profissionalização de transmissões. Com o crescimento das *lives* no cenário digital, qualquer tipo de transmissão que não esteja dentro de uma nova lógica normal de estética e de qualidade pode descaracterizar a profissionalização desses acontecimentos.

Dentro da lógica do RP como um gestor, o evento também remonta as mesmas possibilidades: um evento demanda um propósito de existência, planilhas financeiras, estratégias de comunicação e marketing,

negociação com fornecedores, captação de patrocínios, criação de grades científicas, entre inúmeros outros fatores. Logo, a lógica de ser um RP especializado na área de eventos, não pode limitar o olhar sistêmico para todos os fatores que envolve a própria construção assertiva de um evento. É na capacidade de interagir, gerir e criar demandas em todos esses ambientes que atuam simultaneamente, que o RP irá conseguir fazer eventos realmente impactantes e completos.

Quando pensamos nas mudanças de atuação dos relações-públicas, fazemos referência às mudanças da sociedade, que, não necessariamente precisam estar associadas a problemas como crises ou uma pandemia. Nos últimos anos vimos a atuação dos relações-públicas frente a uma sociedade que exige uma postura de organizações que contemple artigos sem-gênero ou gênero nulo, pensado para públicos que não aceitam mais uma relação binária, que força as pessoas a se enquadrarem somente nos eixos de mulher ou homem. Tuzzo (2017, p. 401) afirma que esta realidade social “de um mundo sem gênero que recria comportamentos também causa impacto nas mais variadas organizações que produzem bens e serviços, entre as quais podemos destacar a indústria de roupas, calçados e acessórios, recriando o mundo da moda; a indústria de brinquedos e jogos eletrônicos, em que já é possível, por exemplo, optar por personagens sem a distinção de gênero”.

A sociedade cada vez mais equipada com novas tecnologias de comunicação, mas também de existência social é formada pelas gerações X, Y - *millennials* e Z - *centennials* e o comportamento dessas gerações é diferente, com vontades e perspectivas distintas, contudo, essas gerações tão diferentes entre si convivem na mesma sociedade, nos mesmos espaços físicos e dentro de organizações que precisam contemplar esse relacionamento e extrair/aproveitar de cada grupo o que ele tem de melhor para oferecer.

Gobé (2002, p. 27) afirma que existe hoje um mercado complexo, “onde se encontram consumidores de diferentes valores, origens e aspirações e que refletem a constante mistura evolutiva das três mais influentes gerações: a Geração Pós-Guerra e as Gerações X e Y”.

Desta forma, percebemos que novos paradigmas estão sendo criados para o desenvolvimento da sociedade e em especial para as funções dos Relações Públicas com organizações que atendem públicos diferenciados, com necessidades e anseios diferenciados.

A relação entre as organizações e as organizações com os seus públicos não é mais a mesma e por isso demanda o pensamento de transformação dos relacionamentos e interações compatíveis com a nova realidade social.

Para pensarmos juntos antes de concluir

Compreendemos que a crise pandêmica de 2019/2020 com o corona vírus se apresenta como um acelerador do futuro, ou seja, algumas posturas que estavam sendo implementadas na sociedade de forma paulatina, colocando em curso novos hábitos sociais, passam a ser implementados fortemente em questão de dias, como a educação a distância e o trabalho remoto, fortemente defendidos por alguns e na mesma proporção criticados por outros.

Algumas ações que ainda estavam embrionárias, como a substituição de seres humanos por robôs em supermercados ou lojas, bem como na recepção de hotéis, já passam a fazer parte do novo normal. As transformações passam pela política, economia, relações sociais, modelos de negócio, cultura, espaços públicos, gastronomia, educação, esporte e lazer.

A relação com o consumo deverá ser totalmente repensada, pois a crise financeira levará a uma reflexão sobre os hábitos de consumo de toda sociedade e a ordem agora é de que o menos é mais, fazendo com que as extravagâncias possam ser consideradas como algo negativo, colocando em cheque o próprio capitalismo e

os espaço do comércio como conglomerados de compras em especial os shopping centers. Com isso, as vendas pela internet também cresceram. Aliás, essa realidade de compras *on-line* reforça a ideia de que boa parte daquilo que está acontecendo não surgiu por conta da pandemia, mas já estava com forte tendência e início de operações como as compras, onde os consumidores já davam pistas de que comprar pela internet seria uma grande tendência com o crescimento dos e-consumidores.

Com a pandemia e a explosão das *lives*, comprar foi algo quase que natural, ou seja, a tendência da venda com *lives*, gerando o que se chamou de *shopstreaming*, principalmente pelo Instagram. O que as empresas avaliam é se as experiências de compra presencial ou *on-line* são geradas da mesma forma, ou as motivações são transformadas, mas não diminuídas.

Os restaurantes já receberam o nome de restaurantes fantasmas, onde o maior fluxo é de entrega e não de consumo no local, fazendo com que esse formato tenha que ser adaptado para o *delivery*, impactando fortemente também nos modelos de entrega de produtos, embalagens, transportes e funcionários.

Na cultura as experiências de shows e espetáculos *on-line* se somarão à mesma tendência com relação aos espetáculos esportivos como jogos de futebol, com forte impacto nos ingressos e na publicidade, também na venda de produtos como camisas, por exemplo.

Com o trabalho remoto, as organizações e seus integrantes estão descobrindo que boa parte das atividades desenvolvidas podem ser feitas com qualidade sem a necessidade do deslocamento, grande problema nas grandes cidades e que, a partir de agora, poderá ser repensado para que pelo menos parte das atividades sejam feitas de casa. Isso também fez surgir uma reflexão sobre a necessidade de que as pessoas passem a residir próximo ao trabalho, com impacto no campo imobiliário, aluguel de casas e apartamentos e reflexão sobre o próprio sistema de compra ou aluguel de imóveis.

O ser humano passa a ter a necessidade de rever suas crenças e os seus valores. No mesmo momento em que a sociedade se vê isolada, também vê fortemente a necessidade de união, de fazer ações em equipe, de pensar no coletivo e uma forte tendência de solidariedade fortalece o próprio trabalho de Relações Públicas ao se pensar na formação da imagem da organização como preocupada com o ambiente social em que está inserida.

Enfim, essas são questões que envolvem as funções dos relações-públicas, mas para isso ainda não há uma conclusão, porque estamos vivendo o processo, em meio a ele e não temos muitas certezas sobre como o mundo se comportará. O que sabemos é que a crise do Corona Vírus, o chamado Covid-19 não se limitou a existir apenas em 2019 e se estendeu fortemente para 2020 e, temos certeza que impactará as ações dos próximos anos também.

A crise que teve início com a saúde não é só sanitária, mas é social, porque impacta seres humanos e a maior parte desses seres terrenos escolheu viver em sociedade. A crise impôs uma reflexão de hábitos, costumes e públicos. Também de comportamentos e nisso os Relações Públicas são fortemente impactados, pois somos convidados a repensar os significados de interno, externo, in, out, espaços e acontecimentos.

É fato que os cuidados com a saúde serão revistos, mas os cuidados com o ser humano serão muito mais valorizado diante de um novo horizonte que se abre e que nos convida a descobrir de fato qual será o nosso papel.

É preciso, sobretudo, repensarmos a relação das relações públicas com o mercado e com o homem. É preciso repensar se este profissional tem agregado ou segregado. É preciso entender se a profissão se aproxima ou se distancia da complexidade que é lidar e entender públicos. São eles a base da existência da profissão. É partir do público que a profissão tem sentido. E essa palavra não é aleatória. Públicos são pessoas. Pessoas são emoções, expectativas, sonhos, frustrações. E são nessas histórias e tramas que temos a oportunidade de nos

posicionarmos e posicionarmos a profissão. O convite, aqui, é para não fugirmos da complexidade de sermos quem somos. O privilégio e a principal característica positiva da profissão é pensar de forma sistêmica. Que na constante busca por conhecimento e por especializações, busquemos nos especializar em pessoas.

Referências

COELHO JUNIOR, Francisco Antônio. **Gestão estratégica: um estudo de caso de percepção de mudança de cultura organizacional**. Psico-USF (Impr.) [online]. 2003, vol.8, n.1 [cited 2020-06-02], pp.81-89.

DRIESSENS, Olivier. **A celebritização da sociedade e da cultura: entendendo a dinâmica estrutural da cultura da celebridade**. International Journal of Cultural Studies, Journal Title (16, 6); pp. 641-657, copyright 2012; Reprinted by Permission of SAGE. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/60581>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

FIGUEIREDO, Livia Marques Ferrari de. TUZZO, Simone Antoniacci. **Célebre sociedade**. Goiânia: Kelps. 2011

GONÇALVES, Gisela. **Introdução à Teoria das Relações Públicas**. Porto: Porto Editora. 2010.

GOBÉ, Marc. **A emoção das marcas: conectando marcas às pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GRUNIG, J.E.; HUNT, T. **Managing public relations**, New York, Holt, Rinehart & Winston.1984

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Summus, 2003.

PELISSARI, Anderson Soncini; GONZALEZ, Inayara Valéria Defreitas Pedrosa; VANALLE, Rosângela Maria. **Gestores de Pequenas Empresas: Estudo do Papel e das Funções Gerenciais**. In: SEGeT. III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2007, Resende/RJ.

PEREIRA LIMA, F. **Apontamentos críticos dos modelos de Relações Públicas excelentes no maior desastre ambiental do Brasil**. Revista Internacional de Relaciones Públicas, Vol. VII, No 13, 181-198. 2017. Acesso em 2 de junho de 2020. <http://dx.doi.org/>

ROJEK, Chris. **Celebridade**. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

Tuzzo, Simone Antoniacci. Relações públicas frente às novas realidades sociais. In: **Revista Latino americana de Ciencias de la Comunicación**. V. 14, n. 27, 2017, p. 398-408.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Ethical and deontological issues in independent professionals transformation into celebrities**. Trabalho apresentado no congresso Bridging Gaps: Where is Ethical Glamour in Celebrity Culture? Realizado pelo Centre for Media & Celebrity Studies - Lisboa, Portugal, em Junho/ Julho de 2018.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Relações públicas para profissionais liberais: Avanços e Desafios**. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em 21 Mai. 2020.

TUZZO, Simone Antoniacci; PEREIRA, Luciano Alves. Contra-Capa. In: **Comunicação e relações públicas em uma visão plural** (orgs). Coleção pensamentos - v.1. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

VERCIC, D.; GRUNIG, L. A. e GRUNIG, J. E. **Global and specific principles of public relations: evidence from Slovenia**. In: CULBERTSON, H. M. e CHEN, N. (orgs.). *International public relations: a comparative analysis*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1996

A ÉTICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A COVID-19 E AS NOVAS FORMAS DE VER O MUNDO

Divina Eterna Vieira Marques: Especialista em Políticas Públicas (UFG – Universidade Federal de Goiás); Mestrado em Filosofia/Ética (PUC-CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas); Doutorado em Ciências Ambientais (UFG). Jornalista profissional, professora de Ética e Sustentabilidade no curso de Relações Públicas da FIC-UFG. Contato: divinamarques1@gmail.com



Gardene Leão de Castro: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação. Pós-graduada em Assessoria de Comunicação e em Juventude. Professora Adjunta do Curso de Relações Públicas na FIC-UFG, e-mail: gardeneleao@ufg.br



A ÉTICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A COVID-19 E AS NOVAS FORMAS DE VER O MUNDO

Divina Eterna Vieira Marques

Gardene Leão de Castro

Resumo

A sustentabilidade tornou-se um conceito amplo e generalizado. A ética da vida pode encampar uma definição adequada para o termo, especialmente quando “vida” inclui todos os seres vivos e tudo que é necessário à vida no planeta. Assim, trata este capítulo da realidade que adentrou abruptamente junto com o ano de 2020, interferindo na existência humana, na economia e até na moralidade. A Covid-19 mudou o homem e a forma de ver o mundo.

Palavras-chave: Ética; pandemia; sustentabilidade.

Falar em ética e Direitos Humanos

As duas guerras mundiais trouxeram mudanças significativas para a humanidade, começando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que mais se aproxima de um Código de Ética Mundial, embora muitos autores já tenham tentado delinear uma definição para ações que possam contemplar todos os povos, em todos os lugares¹. A questão é que existem culturas diversificadas, costumes diferentes, histórias atípicas que não justificam, mas explicam o pensar e o agir diferenciado. No entanto, não se pode negar a necessidade de uma ética que sirva de norte para todos. Hans Küng fala sobre isso:

Nos últimos anos, ficou-me cada vez mais claro que este mundo em que vivemos somente terá uma chance de sobreviver se nele não mais existirem espaços para éticas diferentes, contraditórias ou até conflitantes. Este mundo uno necessita de uma ética básica. Certamente a sociedade mundial não necessita de uma religião unitária, nem de uma ideologia única. Necessita, porém, de normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas e que todas sejam válidas. (KÜNG, 1993, p.8).

Além das duas grandes guerras, outras tiveram seu registro na história e algumas ainda estão sendo vivenciadas por motivos torpes, obtusos. Existirá alguma razão que justifique um ser humano matar o outro, ainda que esta justificativa venha com o nome de “guerra”? Não deixa de ser uma matança institucionalizada, cuja razão principal é o poder. A disputa pelo poder entre os povos teve momentos emblemáticos, como Hiroshima, Nagasaki, o holocausto judeu. Essas tragédias históricas provocaram grandes reflexões, em que a humanidade se viu obrigada a repensar o seu humanismo. Essa era uma luta em que os homens aparentavam ter o domínio das estratégias, das técnicas, uma violência explícita e planejada. Um mal que se enxerga a olhos nus.

Em 8 de maio de 1945, há 75 anos atrás, o primeiro Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, falando também pelos aliados, anunciou que aceitava formalmente que a Alemanha nazista se rendesse de forma incondicional. Foram quase seis anos de uma segunda guerra mundial. Esse dia ficou conhecido como o Dia da Vitória. Alguns países mais, outros países menos, ficaram arrasados pelos efeitos das duas guerras, foram reduzidos à cinza. Ficaram sem escolas, ficaram sem comida, ficaram sem empregos. E conseguiram se reerguer, paulatinamente, até chegarem às grandes potências que são hoje, a exemplo da Alemanha e do Reino Unido.

Na I Guerra, 17 milhões de soldados e civis perderam a vida. Na II Guerra, a estimativa é de que 55 milhões de pessoas tenham morrido na Europa e na Ásia².

A humanidade nunca descartou um terceiro grande embate, especialmente considerando-se a parafernália tecnológica e nuclear desenvolvida pelas grandes potências. Mas o que se instaurou no mundo no ano de 2020 foi uma guerra atípica. O marco foi o dia 11 de março quando a Organização Mundial de Saúde classificou como pandemia a Covid-19, assim batizada porque o primeiro caso foi notificado em dezembro de 2019, em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China.

Enquanto a Covid-19 ia chegando à França, À Espanha, Itália, Reino Unido, Alemanha e todos os países ali vizinhos e não vizinhos, assistíamos, apavorados, mas passivamente, através da mídia e redes sociais uma tragédia que não era nossa. Mas, agora, que bateu em nossas portas e entrou na casa de muitos, nos sentimos numa situação beligerante, lutando contra algo ínfimo e poderoso. Agora é preciso pensar na possibilidade da morte, até porque é a heurística do medo que nos impele a lutar por algo. E esse algo passou a ser a vida, inclusive as reminiscências a ela inerentes. Que vida queremos? Vale a pena viver? O que estamos fazendo por uma vida boa? Refletir sobre as questões éticas, ou sobre a Ética em si, torna-se fundamental nesse momento.

Uma ética para o futuro que já chegou

O Mundo mudou muito rapidamente, especialmente por causa das novas tecnologias que trouxeram radicais transformações ao agir humano. “No entanto, o desenvolvimento tecnológico – que reuniu as ciências exatas e biológicas – não se fez acompanhar, passo a passo das ciências humanas, especialmente a ética” (MARQUES, 2013, p. 15). A ética tradicional já não oferece parâmetros para as ações do homem e seus objetos, dadas as dimensões planetárias desse novo agir. Os tempos são outros, mas o homem não mudou tanto assim. Visto isto, é preciso considerar que ao lado da nova ética exigida pela revolução tecnológica, mister se faz praticar a ética tradicional, afinal a convivência do homem com seus semelhantes está a exigir virtudes que não caem de moda e exige que se evite vícios que sempre foram, são e serão perniciosos.

É imenso o número de modelos para a ética. O momento que vivemos tem várias faces, antigas e modernas e toda ajuda interpretativa virá ao encaixe das dúvidas práticas e existenciais. Pretendemos visualizar o problema focado a partir da ética tradicional, especialmente Aristóteles, passando por alguns filósofos contemporâneos e abrindo espaço para a Ética da Responsabilidade, do filósofo e biólogo alemão Hans Jonas³. A responsabilidade de Jonas não é pensada nos termos em que Max Weber a concebeu, tendo em vista

2 A primeira Grande Guerra durou de 1914 a 1918. Nela, 17 milhões de soldados e civis perderam a vida, outros ficaram feridos e grandes extensões da Europa foram deixadas em ruínas. Quem sobreviveu passou a apresentar graves traumas mentais. No entanto, antes dessa, houve uma luta ainda mais sangrenta: cinquenta anos antes do início da I Guerra Mundial, o sul da China foi destruído por um conflito resultante de uma rebelião em Taiping, que durou 14 anos e deixou de 20 a 30 milhões de mortos.

(BBC News/Brasil, nov/2018. Acessível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46167651>. Acessado em 15/maio/2020). Quanto à II Guerra Mundial, grande parte dos historiadores estima que 55 milhões de pessoas tenham perdido a vida na Europa e na Ásia. Alguns pesquisadores falam em até 80 milhões de mortes. Dos 26 países envolvidos no conflito, a União Soviética sofreu as maiores perdas, com 26 a 27 milhões de mortos. Na Polônia morreram seis milhões de pessoas, seis milhões de judeus foram assassinados na Europa. Na Ásia, a China teve o maior número de perdas humanas: 13,5 milhões de mortos. (UOL Notícias, 30/agosto/2019). Acessível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/08/30/a-segunda-guerra-mundial-em-numeros.htm>. Acessado em 15/maio/2020).

3 Hans Jonas nasceu em Mönchengladbach, em 1903, e morreu em 1993, em Nova York. Deixou a Alemanha, em 1933, de vido à ascensão do nazismo, migrando para a Inglaterra. Em 1935, foi para a Palestina, passando a viver nos Estados Unidos, desde 1955. Alcançou reconhecimento mundial com sua obra *Das Prinzip Verantwortung – O princípio Responsabilidade* – ensaio de uma ética para a civilização tecnológica, publicado no Brasil, em 2006, pela Contraponto: Editora PUC-Rio, onde elabora uma ética para o homem na era tecnológica. É considerado um dos maiores filósofos contemporâneos, apreciado teórico do ambientalismo, elemento chave do Partido verde Alemão. Além do *Princípio Responsabilidade*, suas principais obras são: *O Princípio Vida: fundamentos para uma biologia Filosófica*; *Técnica, Medicina e ética*; *Matéria, espírito e criação*; *O conceito de Deus, após Auschwitz*.

o homem político. Hans Jonas pensou numa ética em termos mais abrangentes, extensiva a toda a humanidade.

Para pensar numa ética única Küng (Op. Cit. 1993) levou em conta a religião como parâmetro no sentido de se unir os povos, pensando em regras básicas de convivência e nos pontos em comum que tem os principais documentos históricos. O fato é que até agora nenhuma ética pôde-se estabelecer como regra geral de convivência ou de norteamento para as grandes decisões. O mais usual é que se busque inspiração nas várias correntes, sendo as principais delas a deontológica, inspirada em Immanuel Kant, a utilitarista, inspirada em John Stuart Mill, a Ética das Virtudes, baseada em Aristóteles ou, quem sabe, a Ética do Discurso, inspirada em Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas. Hans Jonas não pensou numa ética única, pensou numa ética planetária, ou seja, que tivesse como foco o planeta, cenário este em que o homem tem um papel preponderante, tanto no sentido de causar prejuízos como no sentido de “cuidar de”.

A ética tradicional pensava o homem no seu aqui e agora, a exemplo da Ética das virtudes, formulada por Aristóteles. As virtudes se adquirem pelo hábito, ou seja, devem ser praticadas ao longo de uma vida toda e deve-se ter consciência dela. Não é tão simples. A virtude em si é o justo termo de dois pontos, sendo um o excesso e o outro a falta. A temeridade seria o excesso da coragem, a covardia seria sua falta. A insensibilidade seria a falta da temperança e a intemperança seu excesso. A magnificência é a virtude, a vulgaridade é seu excesso e a mesquinharia sua falta. A prodigalidade é o excesso da liberalidade (virtude) e a avareza sua falta. E assim por diante. A Sabedoria, que é uma virtude intelectual, é que vai nortear a modulação do excesso e da falta para se chegar ao justo termo. Ter conhecimento do que seja uma virtude não é o bastante – é preciso praticar. E não basta praticar uma vez na vida, é preciso praticar a vida inteira. De todas elas, Aristóteles elegeu a Justiça como a principal das virtudes, a mais completa, até porque contempla a mim e ao “outro”. As minhas necessidades e as necessidades do outro.

Assim, podemos afirmar que foi Aristóteles quem transformou a ética num substantivo, numa ciência: a ciência da conduta humana, a ciência da práxis. Até então, tínhamos a ética como adjetivo: um homem corajoso, uma mulher generosa, uma vida pródiga. Pode-se dizer que a ética passou a ocupar mais espaço na vida dos homens. Será? O que precisa mudar no comportamento do ser humano na iminência de uma tragédia ou na vivência dela? A pandemia da Covid-19 – uma epidemia que ocorre praticamente no mundo inteiro – está colocando em xeque países do primeiro mundo e países em desenvolvimento. O que difere um do outro é que, nos países em desenvolvimento, as consequências advêm com um pessimismo maior. Afinal, é nas políticas públicas que a ética vai culminar. Sem contar que uma dor que se sente na abundância não é semelhante a dor que se sente na miséria. Mas, todos, governos e cidadãos, estão sendo testados.

O Presidente do Conselho de Administração do Instituto Ética e Saúde, Eduardo Winston Silva diz que agir de forma egoísta e antiética só vai agravar a pandemia: “Fomos chacoalhados com a expansão do novo Corona Vírus (Sars-Cov-2) e por todos os impactos que ele tem causado em nossas vidas. Ouso afirmar que ninguém estava minimamente preparado para enfrentar uma situação como essa e é natural que haja muitas incertezas e angústias”(SILVA, Eduardo. Veja Saúde, 9/abril/2020).

Na opinião dele, as autoridades têm feito um esforço genuíno para combater a pandemia. No entanto, observa que alguns setores têm se aproveitado dessas medidas, a exemplo da flexibilização para registro, importação, fabricação e importação de produtos para a saúde para descumprir a legislação. Todas as éticas podem ser buscadas na análise de empresas e pessoas como essas que se aproveitam de uma tragédia para pensar apenas no lucro pessoal. Virtudes como honestidade, integridade, alteridade são as principais atingidas. Silva enumera alguns exemplos práticos de descumprimento da ética (e da Lei).

1. Uma empresa que, sabendo com antecedência da pandemia, compra um grande estoque de máscaras para revendê-las durante o pico da pandemia com um sobrepreço a hospitais. Está em

conformidade? Age de maneira ética?

2. Uma empresa que, ciente da flexibilização nos registros de itens médicos e profunda conhecedora de legislação sanitária, aproveita a situação para submeter uma grande gama de seus produtos à aprovação da Anvisa - sabendo que os mesmos não estão diretamente relacionados à Covid-19 -, onerando, dessa forma, os agentes que deveriam ter atenção prioritária no combate à epidemia. Está em conformidade? Age de forma ética?

3. Uma empresa que aproveita a alta na demanda provocada pelo Coronavírus e a flexibilização nos processos de compras governamentais para aumentar suas margens de forma extraordinária e apurar lucros recordes no final do período. Está em conformidade? Age de forma ética? (SILVA, Eduardo, VEJA SAÚDE, 9/abril 2020).

Sim, estamos falando de empresas que superfaturam seus produtos. Que deixam prefeitos e governadores em situação difícil, que deixam os pacientes necessitados de atendimento em situação de desamparo. Estamos falando de legislação e a resposta para a pergunta se estão agindo em conformidade, se estão agindo de forma ética é não, elas não estão agindo de forma ética. Atitudes dessa natureza ultrapassam a seara da ética porque são ilegais. No entanto, atrás de toda legislação se encontra um embasamento filosófico tal e qual ocorreu com a maioria das Constituições, a Brasileira de 1988, por exemplo. A própria Declaração dos Direitos Humanos tem os seus princípios embasados na Ética.

A situação que se vive agora em 2020 é totalmente inusitada. Outras pandemias já assustaram o mundo e essas experiências estão registradas na história. No entanto, a atual pandemia se apresenta sob contornos pós-modernos, o que não significa que seja mais grave ou menos grave. O cenário é outro e isto requer um olhar acurado.

A Peste Negra, a Varíola, a Cólera, a Gripe Espanhola e a Gripe Suína estão registradas como as cinco maiores pandemias que o mundo presenciou⁴. O passado ilustra, mas não toca o presente. Apenas deixa exemplos. O que devemos fazer? Como devemos viver? O que se quer é ser feliz ou, em último caso, permanecer vivo para continuar buscando a felicidade. Aristóteles diria que é preciso prudência e coragem. A prudência é irmã da sabedoria, aquela virtude intelectual que ajuda a escolher os meios para se atingir os fins, uma das mais importantes dentro da tábua das virtudes. Coragem para encarar a realidade e sabedoria para saber como.

Sobre o que a crise da pandemia nos revelou

Habermas, um dos mentores da Ética do Discurso, vai completar este ano 91 anos, ele nasceu em 18 de junho de 1929. No último dia 11 de maio, ele concedeu uma entrevista para o Le Monde, feita por Nicolas

4 Foram cinco as principais pandemias que assolaram o mundo. A **Peste negra** assustou a Europa no século 14 e matou entre 75 a 200 milhões de pessoas no continente antigamente denominado de Eurásia. Em sua totalidade, a peste pode ter reduzido a população de 450 milhões para 350 milhões de pessoas. A peste negra foi causada pela peste bubônica, através da bactéria yersinia pestis, disseminando-se através de pulgas e roedores infectados. A **Varíola** atormentou o mundo por mais de três mil anos, tendo, inclusive, infectado o Faraó egípcio Ramsés II, a rainha Maria II, da Inglaterra e o rei Luiz XV da França. O vírus Orthopoxvirus Variolae era transmitido de pessoa para pessoa por meio das vias respiratórias. A varíola foi erradicada somente em 1980 por meio de vacinação em massa. A primeira epidemia de **Cólera** foi em 1817, matando centenas de milhares de pessoas. Desde então, a bactéria Vibrio-cholerae sofreu diversas mutações, causando novos ciclos epidêmicos de tempos em tempos. Ainda é considerada uma pandemia. Sua transmissão ocorre através de água ou alimentos contaminados, sendo, portanto, mais comum em países subdesenvolvidos. O Brasil já teve vários surtos da doença. **Gripe Espanhola**. A estimativa é que 40 a 50 milhões de pessoas tenham morrido com a Gripe Espanhola de 1918, causada por um vírus de influenza mortal, que atingiu mais de um quarto da população mundial. O vírus veio da Europa, a bordo do navio Demerara e infectou, inclusive, o presidente do Brasil Rodrigues Alves, que morreu da doença em 2019. Os sintomas da doença eram muito parecidos com o atual corona vírus, Sars-cov-2. Não existia cura. **Gripe Suína, H1N1**, primeiro causador de pandemia no século XXI. O vírus surgiu em porcos no México, em 2009, espalhando-se rapidamente pelo mundo e matando 16 mil pessoas. O primeiro caso no Brasil foi em maio do mesmo ano e em junho já havia infectado 627 pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde. O contágio se dá através de gotículas respiratórias no ar ou em superfícies contaminadas. Assim como a gripe, os sintomas são: febre, tosse, dor de garganta, calafrio e dor no corpo. GALILEU. 30/março/2020. Acessível em <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html> Acessado em 18/mar/2020.

Truong, em que considerou, inicialmente que os cidadãos estão aprendendo como seus governos devem tomar decisões com uma nítida consciência dos limites do saber dos virologistas que os aconselham. Habermas deixou dois principais pontos para reflexão: A primeira situação refere-se ao que é chamado de “triagem”, em caso de superlotação nos hospitais e a segunda é a escolha do momento apropriado para a suspensão do confinamento. A pergunta que surge quase explicitamente, sem metáforas, é: Quem deve viver e quem deve morrer? Quanto a essa triagem, Habermas analisa que:

O perigo representado pela saturação das unidades de terapia intensiva em nossos hospitais – um perigo temido por nossos países e que já se tornou uma realidade na Itália – evoca cenários de medicina de catástrofes, que só ocorrem durante guerras. Quando os pacientes são admitidos em número muito grande para poderem ser tratados adequadamente, o médico é inevitavelmente forçado a tomar uma decisão trágica, porque em todos os casos é imoral. É assim que nasce a tentação de violar o princípio da igualdade estrita de tratamento, sem considerar o status social, a origem, a idade, etc., a tentação de favorecer, por exemplo, os mais jovens em detrimento dos mais velhos. E mesmo que os idosos consentissem em um gesto moralmente admirável de esquecimento de si, qual médico poderia se dar ao luxo de “comparar” o “valor” de uma vida humana com o “valor” de outra e, assim, estabelecer-se como uma instância de vida e de morte? (Le Monde, 2020)

Habermas observa que esta imagem de “valor” foi tomada emprestada da esfera da economia, estimulando uma quantificação que é feita pela ótica do observador. “Mas a autonomia de uma pessoa não pode ser tratada assim – continua ele – ela só pode ser levada em conta adotando uma outra perspectiva, posicionando-se em face a essa pessoa” (Op, cit, 2020). O filósofo acrescenta que a deontologia médica está em conformidade com a Constituição, satisfazendo o princípio de que não há necessidade de “escolher” uma vida humana em detrimento de outra. O que em geral a Lei sugere em casos extremos, especialmente em medicina de catástrofes, é que seja escolhido o paciente cujo tratamento clínico em questão tenha mais chances de sucesso.

O segundo ponto analisado por Habermas é quanto ao dilema dos prazos do confinamento que, segundo ele, pode nos conduzir às lógicas utilitaristas de cálculo. Vejamos.

Com a decisão relativa ao momento apropriado para pôr fim ao confinamento, a proteção da vida, que se impõe não apenas no plano moral, mas também no plano jurídico, podemos nos deparar com, digamos, as lógicas utilitaristas de cálculo. Quando é necessário arbitrar entre, de um lado, os danos econômicos ou sociais e, de outro lado, as mortes inevitáveis, os homens e as mulheres políticos devem resistir à tentação utilitária: devemos estar prontos para arriscar uma “saturação” do sistema de saúde e, portanto, maiores taxas de mortalidade, a fim de impulsionar a economia e, assim, mitigar o desastre social de uma crise econômica? Os direitos fundamentais proibem que as instituições tomem qualquer decisão que se acomode com a morte de pessoas físicas (Le Monde, Op. Cit. 2020).

Sim, os direitos fundamentais proibem que as instituições, especialmente aqueles que nos governam, tomem ou deixem de tomar decisões que possam colocar em risco a vida dos cidadãos. Observa-se nesse sentido que uma grande maioria de nossa sociedade nem mesmo ascendeu ainda à categoria de “Cidadãos”, uma vez que isso significa a garantia de saneamento básico, educação, saúde e lazer. Ou seja: não existe igualdade de condições para o cumprimento de determinadas medidas, a exemplo do confinamento. Uma coisa é ficar confinado num ambiente confortável, com a geladeira abastecida, Netflix e outra é confinar uma família num ambiente que não oferece as mínimas condições para se viver nem em estado de normalidade, muito menos em ocasiões excepcionais como esta. Uma coisa é poder cumprir as tarefas profissionais em casa, diante do computador, sem prejuízo do salário. Outra é ter que fechar o ganha pão ou não poder continuar

com ele e se submeter aos 600 reais da ajuda emergencial do governo, a que muitas vezes nem se tem direito. E aí já não é um problema apenas das políticas públicas, mas que antecede a pandemia, na configuração das desigualdades sociais históricas. O fato é que a pandemia está aí e a ela se juntam problemas antigos, exacerbados por problemas novos, como, por exemplo, o medo de ser contaminado – e se for, o medo de não ter vaga na UTI - o medo de aproximar dos amigos, o medo de algo simples como ir ao supermercado. Como diz Hans Jonas, “o reconhecimento do mal é infinitamente mais fácil do que o do bem”.

...é mais imediato, mais urgente, bem menos disposto a diferenças de opinião; acima de tudo, ele não é procurado; o mal nos impõe a sua simples presença, enquanto o bem pode ficar discretamente ali e continuar desconhecido, destituído de reflexão (esta pode exigir uma razão especial). Não duvidamos do mal quando com ele nos deparamos; mas só temos certeza do bem, no mais das vezes, quando dele nos desviamos. É de se duvidar que alguém, alguma vez tenha feito o elogio da saúde sem pelo menos ter visto o espetáculo da doença, o elogio da decência sem ter encontrado a patifaria, e o da paz sem conhecer a miséria da guerra. O que nós não queremos, sabemos muito antes daquilo que queremos. Por isso, para investigar o que realmente valorizamos, a filosofia da moral tem de consultar o nosso medo antes do nosso desejo (Jonas, 2006, p.71).

Exatamente, onde está o mal que vivemos agora, em tempos de pandemia? Na falta de preparo e maturidade dos nossos governantes, especialmente o que está no ápice da hierarquia governamental? Na inocência puritana de uma parte da sociedade que insiste em descumprir as regras, ir às ruas e ainda ir às ruas sem máscara? Na falta de estrutura do Sistema único de Saúde que, embora seja um projeto de excelência, se encontra sem condições ideais para o momento que se vive? Na crise política que se instaura a partir da falta de credibilidade das medidas decisórias? E, juntando tudo isto, a sensação de estar numa nau sem comandante, desgovernada, numa tempestade que o país nunca enfrentou igual. Filosoficamente, ter medo, insegurança, ser hipócrita ou irresponsável é uma condição natural do ser humano. Possuir as virtudes antagônicas a esses vícios – coragem, segurança, responsabilidade – já não é tão natural, pois exige algum ou muito esforço. Mas, se existe uma verdade na condição do homem, isto significa ser como se é. Jonas fala sobre isso, sobre a ambivalência fazer parte do homem.

A simples verdade, nem gloriosa nem deprimente, mas que necessita ser respeitada em toda a sua inteireza é a de que o “homem verdadeiro” existiu desde sempre – com seus altos e baixos, em sua grandeza e em sua mesquinhez, em seu gozo e em seu tormento, em sua justificativa e em sua culpa, ou seja, em tudo que não é separável da sua ambivalência. Tentar eliminá-la significa querer suprimir o homem e o caráter insondável da sua liberdade. Por causa desse caráter e da singularidade de cada situação, esse homem será sempre novo e diferente dos demais, porém jamais “mais verdadeiro”. Tampouco poderá ser protegido dos perigos intrínsecos que precisamente fazem parte da sua “verdade”. O que é mais unívoco no ser humano, para o bem e para o mal, por vezes pode se destacar da ambiguidade, e aí temos contato com os santos e os monstros da humanidade. Porém, pensar que seja possível que existam uns e não outros, e portanto pensar que seja eventualmente possível evitar a existência dos últimos, é uma ilusão da concepção secularizada da natureza e da felicidade – a concepção de uma natureza essencialmente boa do homem, caso ele não seja prejudicado em seu livre desenvolvimento -, que deveria se envergonhar diante do conhecimento religioso mais inocente sobre o pecado e as tentações, ou ainda pelo mais simples dos conhecimentos mundanos a respeito da indolência e da arbitrariedade do coração. O verdadeiro homem utópico, que se tornaria unívoco, só poderia ser o homúnculo da futurologia social-tecnológica, vergonhosamente condicionado para se comportar e se sentir bem, adestrado no seu âmago para submeter-se às regras. Essa é uma das coisas que temos razão em temer no futuro (Jonas, Op. Cit, p.343).

“Pela primeira vez, o Brasil soma mais de mil mortes no balanço diário e agora tem 17.971 vítimas da Covid-19”. A manchete é do G1, postada em 19/maio/20, com a informação de que em 24 horas foram acrescentadas 1.179 mortes. No mundo – continua – só Estados Unidos (2.612), França (1.417), China (1.290) e Reino Unido (1.172) tiveram mais de mil mortes somadas num único dia. (G1, 2020, Bem estar). O presidente do país, ao ser colocado a par da situação, não fez diferente das situações anteriores e ironizou que “as pessoas da Direita vão tomar cloroquina, as pessoas da esquerda vão tomar tubaína (refrigerante)”. Em horas como essa, somos tomados pelo vício da irascibilidade, num primeiro momento, e da inveja. Irascibilidade porque um chefe de nação não deveria assumir atitudes irônicas dessa natureza. Inveja dos países, como a Nova Zelândia, cuja primeira ministra, Jacinda Ardern, já anunciou que a pandemia foi controlada em seu país. Faltam virtudes ao comando da Nação brasileira e sobram vícios - o que se vislumbra para o futuro não é nada otimista.

Enquanto isso, as lideranças mundiais têm mostrado que a solidariedade não é uma virtude tão praticada no relacionamento com os países, nem emergentes nem do primeiro mundo, nem mesmo em época de pandemia. Remédios e vacinas estão em desenvolvimento, mas o que virá depois de consolidados os resultados ainda é uma incógnita. Todos terão acesso? As patentes serão um obstáculo? A Organização Mundial de Saúde tenta minimizar essa disputa diplomática, construindo um documento em que seja construída a democratização do acesso a remédios e vacinas. Uma eventual vacina deve ser considerada como um bem público mundial. Será?

Nesse sentido, foi aprovada pela Organização Mundial de Saúde, no último dia 19, proposta do Brasil para garantir o acesso à vacina contra o coronavírus. O documento – negociado pela embaixadora do Brasil na OMS, Maria Nazareth Ferani Azevedo – foi aprovado pelo governo brasileiro e União Europeia e aceito por 194 países, exceto pelos Estados Unidos. Sem eles, o documento pode não ser forte o suficiente para vigorar. Jamil Chade, colunista do UOL, disse que “no fundo, o posicionamento americano é o de preservar a patente, mesmo diante de uma pandemia”. Washington quer negociar com as empresas. Chade explica que:

Desde o início, o governo dos EUA tentou dificultar a declaração na OMS que garanta que patentes não sejam um obstáculo a um amplo acesso mundial aos produtos. Mas uma aliança improvável entre Japão, Reino Unido, Alemanha e alguns países emergentes isolou Washington durante as negociações. Nos bastidores, o processo revelou nas últimas três semanas a dimensão da disputa diplomática em relação ao futuro das vacinas e de tratamentos. Para o governo brasileiro, era fundamental que o documento reforçasse os mecanismos legais para permitir que países tenham acesso aos remédios. Ainda que a pandemia seja uma novidade, o debate não é inédito. No fundo, o que os países discutem é a questão da propriedade intelectual sobre os futuros remédios, algo que permeou todo o histórico da luta contra o HIV (Chade, Jamil, UOL, 19/maio/2020).

O diretor adjunto da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o brasileiro Jarbas Barbosa, defende que assim que a vacina estiver pronta, todos os países devem ter acesso à ela, independentemente de suas capacidades de pagamento. Ele acredita que dentro de um ano a vacina estará pronta. A informação, repassada numa entrevista coletiva da qual participou a Agência Brasil, é que existem atualmente mais de 100 projetos de desenvolvimento de vacinas, sendo que alguns já começaram testes em humanos: “Alguns já concluíram a primeira fase dos ensaios em humanos, que é a fase 1. Ou seja, pode-se ter como resultado nessa cooperação global uma vacina que talvez em um ano esteja disponível para ser fabricada” (Agência Brasil, maio/2020). A OPAS trabalha com sócios internacionais sobre os assuntos da vacina a fim de garantir que os países da região tenham acesso, independentemente de pagamento. A solidariedade é um dos pilares da organização, acrescentou Barbosa. Ele falou também sobre a importância de reforçar a prevenção e o controle da Covid-19 em populações vulneráveis:

Estamos falando de pessoas vulneráveis, de povos indígenas, não somente na região do Amazonas, mas também nos Andes, na América Central. Além dos afrodescendentes, que são minoria em alguns países. São populações muito vulneráveis por diferentes razões. Além do desafio da promoção da saúde e do acesso à informação, também vivem em condições de pobreza, em comunidades muito densas. Existe o risco de que o vírus se propague para as comunidades mais remotas através de rios e estradas no Amazonas (Agência Brasil, Op. Cit. 19/maio/2020).

Considerações finais

Iniciamos a abordagem deste capítulo falando de guerra, dadas as semelhanças com os fatores e consequências da pandemia: medo, morte, perdas, prejuízos financeiros, prejuízos morais, expectativas. O que se vive hoje não é uma guerra cujo inimigo se vê a olhos nus - o coronavírus é ínfimo, porém poderoso, e o que ele carrega consigo adquire proporções inusitadas. Ninguém estava preparado para congelar a vida em tudo o que ela representa: trabalho, amigos, lazer, prazer. E encontrar a felicidade em momentos atípicos assim como esse requer um suporte. Esse suporte passa pela ética.

O que se questiona nessa análise é que ética seria essa e concluímos que todas elas podem vir em nosso socorro, especialmente a Ética das Virtudes baseada em Aristóteles e a Ética da Responsabilidade, baseada em Hans Jonas. Outras éticas foram ponderadas no decorrer da apresentação, como o utilitarismo, enquanto se discute a triagem dos pacientes na disputa por um leito de UTI – uma vida tem mais valor que a outra? Ou a manutenção ou suspensão do confinamento – que valores devem ser levados em conta? Os financeiros ou o valor da vida em si?

Kant diria que as coisas são como são e que o imperativo categórico do “dever ser” pode ser um caminho. Afinal, questionar antes de agir se sua ação poderia tornar-se universal é um parâmetro razoável. Aristóteles, Kant, Habermas, têm razão e podem sim, nos dar um norte. Mas, a Ética da Responsabilidade de Hans Jonas, no sentido de “cuidar de” é uma ética planetária e abrangente, podendo até mesmo abarcar as outras éticas. Cuidar de si como ser humano, cuidar dos outros e cuidar do cenário em que se vive pode ser o caminho mais adequado.

Referências

Agência Brasil. OPAS: todos os países devem ter acesso à Covid-19 – capacidade de pagamento não pode prevalecer, diz órgão. Cazarré, Marieta. 19/maio/2020. Acessível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-05/opas-todos-paises-devem-ter-acesso-vacinas-contr-covid-19>. Acessado em 21/maio/2020.

BBC News/Brasil. 5 grandes mitos sobre a I Guerra Mundial. 11/novembro/2018. Acessível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46167651>. Acessado em 17/maio/2020

CHADE, Jamil. Trump bombardeou resolução proposta por Brasil por acesso à vacina. Coluna UOL. 19/maio/2020. Acessível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/19/oms-aprova-resolucao-que-estabelece-acesso-a-vacina.htm>. Acessado em 20/maio/2020

G1. Bem estar. Pela 1ª vez, Brasil soma mais de mil mortes ao balanço diário e agora tem 17.971 vítimas da Covid-19. 19/maio/2020. Acessível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/19/brasil-tem-17917-mortes-causadas-pelo-novo-coronavirus-diz-ministerio.ghtml>. Acessado em 20/05/2020

GALILEU. Conheça as 5 maiores pandemias da história. Letícia Rodrigues. 30/março/2020. Acessível em <https://>

revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html. Acessado em 18/mar/2020

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade** – ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KÜNG, Hans. **Projeto de Ética Mundial** – Uma Moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993

LE MONDE. Fios do tempo: “Precisamos agir com o saber explícito do nosso não-saber”. Truong, Nicolas: 11/04/2020. In Ateliê de Humanidades. Traduzido do alemão para publicação no Le Monde por Frédéric Joly. Acessível em <https://ateliêdehumanidades.com/2020/04/12/fios-do-tempo-precisamos-agir-com-o-saber-explicito-de-nosso-nao-saber-entrevista-com-jurgen-habermas/> Acessado em 19/maio/2020

MARQUES, Divina Eterna Vieira. **Responsabilidade e Sustentabilidade: uma Ética para o Desenvolvimento**. Brasília, Thesaurus: 2013.

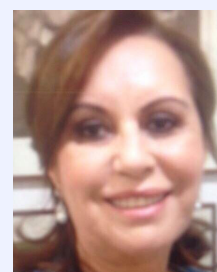
NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **O que são os direitos humanos?** Acessível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acessado em 17/maio/2020.

UOL Notícias. Bauer, Udo. A Segunda Guerra Mundial em números, 30/agosto/2019. Acessível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/08/30/a-segunda-guerra-mundial-em-numeros.htm>. Acessado em 17/maio/2020

VEJA SAÚDE. Silva, Winston Eduardo. Corona Vírus – agir de forma egoísta e antiética vai agravar a pandemia. 9/abril/2020). Acessível em <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/coronavirus-agir-de-forma-egoista-e-antietica-vai-agravar-a-pandemia/>. Acessado em 18/maio/2020.

O EVENTO: DO TRADICIONAL AO HIGH-TECH EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Maria Francisca Magalhães Nogueira: Professora do curso de Relações Públicas da FIC-UFG. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Complexidade e Comunicação da UFG/CNPq. E-mail: mfrancisnogueira@gmail.com



Rose Mendes da Silva: Professora substituta do curso de Biblioteconomia da FIC-UFG. Mestre em Comunicação pela UFG. Especialista em Assessoria em Comunicação e em *Marketing* Político pela UFG. Jornalista e Bibliotecária graduada pela UFG. E-mail: rosemendes99@ufg.br



Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar: Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Administração pela Unisinos. Especialista em Recursos Humanos pela UniAnhanguera. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela UFG. Professora Adjunta do Curso de Relações Públicas da FIC-UFG. E-mail: adrianenascimento@ufg.br



O EVENTO: DO TRADICIONAL AO *HIGH-TECH* EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Maria Francisca Magalhães Nogueira
Rose Mendes da Silva
Adriane Geralda Alves do Nascimento César

Resumo

Aborda-se a temática dos eventos em tempo de isolamento social a partir de uma nova roupagem – mais *high-tech*, ou seja, mais ‘tecnologizada’. Vê-se este objeto no contexto da cultura, reelaborados do formato presencial para o *online*. Para tanto, faz-se o caminho dos seus antecedentes até a convivência entre as características do tradicional e dos novos modos de realizá-los.

Palavras-chave: Evento. Evento tradicional. Evento online. Isolamento social. Coronavírus

Introdução

Cada época tem uma característica dominante, que lhe é própria, que parece ser a razão de ser desse tempo. Na atualidade o que parece dominar é o tempo da incerteza, do medo em função do coronavírus, que acaba trazendo consigo novas formas de se comunicar em função da necessidade do distanciamento social. É certo que cada um sente, mais ou menos distintamente, esse novo modo de vida que parece se avizinhar – do trabalho, da educação, do lazer e outros acontecimentos – mediados pela tecnologia. É uma explosão de informações e de novas formas de vivenciar a vida que parece já não suportar as antigas, mas impõe novas. E é disto que aqui se trata por meio dos eventos. A escolha deste objeto recai não na implicação econômica dele, mas sim no crescente aumento de sua ‘tecnologização’.

De forma sintética este texto procura mostrar que são muitos os traços que estão dando nova feição ou roupagem ao que se denomina como eventos – acontecimentos especiais, reelaborados do formato presencial para o *online*. No entanto, há uma convivência entre as características dos meios tradicionais e dos novos modos de realizá-los. O evento, como catalisador do momento cultural, apropria-se das características tradicionais destes, interpreta-as e produz significados novos e modos diferentes de se comunicar.

É certo que as transformações fazem parte da convivência entre os diversos aspectos da cultura¹e modos de vida, construtores simbólicos de nossa identidade. Eis o cerne e a especificidade do universo de preocupações deste objeto – o evento – que leva a privilegiar, aqui, as considerações sobre os antecedentes dos acontecimentos ditos ‘especiais’ e suas manifestações mais visíveis e instrumentalizáveis ao olhar *high-tech*, ou seja, da alta tecnologia.

Apresenta-se o evento no contexto da cultura², que a todo momento se encontra *in fiere*, ou seja, em processo de transformação, ao resgatar alguns aspectos e exemplos relativos a seus antecedentes. Não se tem

1 Cultura como “[...] patrimônio de saberes, *know-how*, crenças, mitos adquiridos e transmissíveis de geração a geração.” (MORIN, 2000, p. 39).

2 “Uma cultura é um conjunto de saberes, de *savoir-faire*, regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, interdições, crenças, ritos, valores, mitos, ideias, aquisições, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo e alimenta por geração e regeneração a complexidade individual e a complexidade social. A cultura constitui, assim um capital cognitivo, técnico e mitológico não inato.” (MORIN, 2005, p. 300).

a pretensão de fazer uma incursão teórica acerca da história dos eventos, mas apenas mostrar que está havendo um esforço de se deslocar para a comunicação³ *online* à medida que o distanciamento social acontece por causa do coronavírus.

Os eventos: antecedentes

O evento⁴ não é uma atividade recente, contudo, foi, de alguma maneira, sendo ‘fabricado’ para se adequar à necessidade humana de comunicação aproximativa. O ser humano, como gregário, tem a necessidade de convívio e da interação social. É a partir dos encontros que os indivíduos ampliam seus relacionamentos, quebram a rotina, integram e participam de momentos sociais e grupais.

Considera-se, diante disso, que os eventos, ao longo do tempo, são atualizados em função da memória coletiva da sociedade. Cita-se, como exemplo, as Cavalhadas de Pirenópolis, no interior do estado de Goiás-festa popular existente desde 1826.

Era uma festa religiosa que fazia parte da Romaria do Divino Espírito Santo e aos poucos foi se transformando em um acontecimento externo à vida religiosa e a própria cidade. Chegou, inclusive, a fazer parte da programação da cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942. Hoje, a festa é um evento importante no calendário turístico da cidade. (NOGUEIRA, 2008, p. 45).

Ressalta-se o que ensina Castoriadis (1982) quando ele diz que a escolha dos objetos, dos atos, passa por complexa elaboração cultural. Talvez isto explique o fato de que “As festas, as comemorações, os eventos, os rituais, as celebrações sempre estiveram na cultura⁵ humana [...]”, como assinalam Contrera e Moro (2008 citado por PESSOA, 2014, p. 186). A cada tempo eles vão sendo utilizados e apropriados com diferentes funções e conotações por estarem agregados à feição singular de cada lugar. “A galinhada, como a pamonha, no estado de Goiás, já não é apenas um prato, uma iguaria [...]”, foi sendo transformado em uma verdadeira reunião social, como assevera Péclat (2006, p. 9-12). Também o ato de comer o pequi, fruto tradicional da culinária goiana, demonstra que a sacralidade deste alimento provém de seu caráter simbólico, pelo fato de unir, de congregar os membros da comunidade que o transformou em um totem e emblema. Em última análise, o que se comunga através do pequi é uma ideia, uma crença.

Desta forma, pode-se enfatizar que os acontecimentos ‘especiais’ produzem e são produtores de sentidos para objetos, fatos e outros que podem ser utilizados com diversos fins e objetivos. Como assevera Halbwachs (1997) citado por Silva (2000),

O presente faz muito mais. Ao evocar o passado possibilita diferentes releituras do vivido, como se o passado se modificasse à medida que a pessoa avança no tempo ou vivencia outros espaços; e esse movimento de mão dupla entre presente e passado tanto a memória como o próprio momento atual sofrem transformações. (HALBWACHS, 1997 citado por SILVA, 2000, p. 101).

Tentou-se demonstrar, nesta brevíssima incursão a respeito da ancestralidade dos eventos –aconteci-

3 “[...] a comunicação é inerente à condição humana. Não há vida pessoal e coletiva sem vontade de falar, de comunicar, de trocar, tanto na escala individual quanto coletiva. Viver é se comunicar.” (WOLTON, 2010, p. 19).

4 “Os eventos e as cerimônias constituem-se em meios de estabelecer a comunicação aproximativa entre pessoas e públicos de organizações governamentais e privadas.” (VELOSO, 2001, p. 20).

5 “A cultura, que é característica da sociedade humana, é organizada/organizadora via veículo cognitivo que é a linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das aptidões apreendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas da sociedade.” (MORIN, 2002, p. 47).

mentos que ao longo do tempo são apropriados e recriados pela cultura, que estes são passíveis de mudanças. Neste momento então, de isolamento compulsório, os eventos vêm sendo reelaborados em virtude de cancelamentos, adiamentos e/ou mesmo ‘tecnologizados’ para serem mantidos.

Os eventos e o momento atual

Como visto, o ser humano sempre quis experimentar a busca do outro – institucionalizada, pela sua natureza, em eventos culturais, científicos, esportivos, religiosos, comerciais, turísticos, políticos, governamentais, sociais e de lazer. Então, há que se conviver com o fato de que os eventos são instituídos e transformados em função de novas temporalidades, de novos padrões e necessidades sociais e de sociabilidade⁶. Portanto, está-se tendo que ser reinventá-lo em termos de planejamento e execução em uma época que pede distanciamento social e não aglomeração, contrariando seu fundamento precípua: a comunicação aproximativa. Exemplo disso são grandes eventos, como a Olimpíada de Tóquio e o Rock in Rio Lisboa, que foram adiados para 2021. Também houve adiamentos no Brasil, onde o Ministério da Saúde recomendou o cancelamento de eventos com grande participação de pessoas em razão da possível contaminação em massa.

Neste contexto, ameaçados, os eventos precisam ser instituídos e transformados em função de nova temporalidade, de novos padrões e necessidades sociais e de sociabilidade, de novos costumes e de novos valores. Não dá para negar que os mais diversos tipos⁷ de acontecimentos especiais são, em grande medida, “[...] um instrumento mercadológico e institucional com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de produtos, serviços, pessoas, entidades, empresas e organizações, através da aproximação entre os participantes.” (MEIRELLES, 1999, p. 1).

Os eventos possuem uma razão de ser fundamental: o público. E, para Giácomo (1997),

Entre todos os elementos considerados importantes na composição de um evento, o público de interesse é o de maior relevância. Todos os outros podem ser relativizados, menos o público. Sem ele não há evento; sem o público de interesse o evento torna-se atividade desprovida de significado. (GIÁCOMO, 1997, p. 17).

Em síntese, é para eles que são formulados, pensados e planejados os acontecimentos especiais. No entanto, é importante frisar que alguns tipos de evento cresceram e adquiriram importância nunca vista, utilizando-se da comunicação oral por meio de *lives*⁸ e de reuniões *online*. Estas modalidades estão sendo utilizadas como plataforma comunicacional, uma área que abriga uma vasta gama de atividades que, integradas, favorecem aqueles que as emitem e aqueles que as recebem; unindo-se os esforços da publicidade, da editoração e das relações públicas, além da multiplicidade de meios.

Está-se vendo alguns dos tipos de eventos reelaborados em uma versão mais *high-tech*. O Instagram e o Facebook, redes que pertencem à mesma empresa, afirmam terem, de fato, observado um aumento significativo de *lives* nos últimos meses. Segundo dados do Instagram, a audiência para este tipo de transmissão dobrou (PORTO, 2020). A causa é bastante óbvia: o distanciamento social, que busca diminuir a disseminação do coronavírus. Segundo este site, há encontros de artistas diversos com seus públicos. Até o Centro Espírita IBBIS – Instituto de Benemerência e Integração do Ser, localizado em Goiânia, capital do estado de Goiás, tem realizado suas palestras via *lives*.

A produção de *lives* veio, neste momento, para substituir as palestras, entrevistas, debates e mesas redondas que tradicionalmente eram presenciais. Em grande medida, o contato humano neste momento se restringe ao mediado pelas telas. A indústria de entretenimento em geral não ficou incólume e está tendo que

se reinventar como cancelamento dos shows. Neste sentido, além de artistas da música, também os do teatro e de espetáculos diversos estão buscando se adequar. Um exemplo é o Cirque Du Soleil, que realizou, no dia 1º de maio de 2020, um show *online*⁹ – talvez algo nunca imaginado, oportunidade em que os interessados puderam apreciar o espetáculo do sofá de casa.

No meio acadêmico a modalidade de ensino à distância (EaD), que já era realidade em algumas instituições, tem ganhado força, seja visando dar continuidade aos calendários de aula – como têm feito as escolas estaduais e municipais em Goiás; seja para não perder o contato com os alunos mesmo que o calendário esteja suspenso – que é o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). E, neste contexto, tem-se o exemplo do curso de Relações Públicas (RP), que está produzindo *lives* com o objetivo de manter contato permanente com os alunos. Para tanto, foi produzido um manual com o objetivo de capacitar tecnicamente os professores na produção e execução das *lives*.

Até mesmo a reunião¹⁰ o comitê de crise do coronavírus no Brasil, que acontece todos os dias às 10h, é feita de forma diferenciada. Parte dos ministros se encontra presencialmente no Palácio do Planalto, em Brasília, capital do País. Outra parte participa da reunião por meio de videoconferência (VILELA, 2020). Revela-se outra necessidade, outra temporalidade. O tempo identitário, do calendário, continua, mas o ‘tempo do coronavírus’ não é mais o mesmo. O tempo agora é mais do uso da abundância de meios eletrônicos e, quem sabe, de sua permanência mais ativa entre nós.

A opção por utilizar as reuniões virtuais, em especial pelo apelo ao teletrabalho durante o distanciamento social, precisa cumprir algumas regras das reuniões ditas convencionais.

Elas precisam ser planejadas, com tempo previamente determinado pelo coordenador, assim como pauta objetiva e clara. Não pode se estender muito, evitando-se, desta forma, a perda de foco. É possível notar que o conjunto de estratégias e procedimentos das reuniões presenciais cabem muito bem nas reuniões virtuais”. (NOGUEIRA; NASCIMENTO, 2020).

As instituições e empresas estão sob um desafio, que é a realização de várias atividades em tempo real. A opção por utilizar as reuniões virtuais não se constitui tarefa fácil, pois é preciso cumprir algumas regras das reuniões ditas convencionais. Não é pelo fato de ser realizada em casa, na frente de um computador, que pode ser de qualquer jeito. Ninguém vai para uma reunião de trabalho de pijama, então, não faz sentido aparecer no vídeo desta forma, ou mesmo sem pentear os cabelos. Para além do cuidado com a aparência, deve-se escolher adequadamente um local da casa para se posicionar durante a reunião, o qual precisa ser mais distante da vida doméstica. Logo, cumprir algumas regras se faz necessário, para não se correr o risco de estar na reunião e os cães começarem a latir, as crianças saltarem na frente da tela, o gato sentar no teclado, entre outras situações corriqueiras no ambiente doméstico.

É possível notar que o conjunto de estratégias e procedimentos das reuniões presenciais cabe muito bem nas reuniões virtuais. Estas se constituem em razões técnicas para o adequado planejamento, coordenação e execução das reuniões virtuais, embora se saiba que alterar o já constituído não é algo tão simples. As transformações requerem aprendizado. Neste sentido, convém se reportar aos aspectos utilizados nas reuniões tradicionais e adaptá-los à nova realidade. Vale ressaltar que as manifestações nas organizações, rotineiras ou não, são sempre elementos constitutivos da cultura – no caso das reuniões, agregada à memória coletiva, por isso precisam ser apropriadas e atualizadas para o novo momento.

No que se refere ao sistema de ensino, está-se aprendendo a utilizar os diversos meios eletrônicos para

⁹ Disponível em: <https://www.cirquedusoleil.com/cirqueconnect>.

¹⁰ Pode-se dizer que a reunião tradicionalmente acontece “Quando duas ou mais pessoas encontram-se para discutir algo de interesse particular, profissional ou comunitário.” (COSTA, 1989, p. 7).

se comunicar, cita-se como exemplo as reuniões *online* realizadas pelos professores do curso de Relações Públicas da UFG, que visa informar e solucionar problemas administrativos e pedagógicos do curso. E, mesmo no espaço virtual, há a necessidade de interação, como assinala Castoriadis (1999, p. 35): “O sujeito é essencialmente aquele que faz perguntas e que se questiona, seja no plano teórico ou no que chamamos de prático”.

Talvez seja importante investigar se as videoconferências serão as substitutas ideais para uma reunião presencial. São muitos os fatores de comunicação que se perdem no formato virtual, como o tom da voz e de uma parte expressiva dos gestos físicos. Até “[...] pode-se dizer que o corpo é, ao mesmo tempo, o meio e a mensagem por meio do qual veicula o que somos, o que não somos, o que desejamos e o que não desejamos. Deste modo, o corpo pode ser visto como um mar de imagens que se exprimem através da linguagem gestual e visual.” (FARIA; NOGUEIRA, 2014, p. 3). Contudo, este não é o foco principal da discussão neste texto. Quem sabe, em outra oportunidade, pode-se aprofundar nesta discussão. No entanto, vale ressaltar que, a despeito dos inegáveis avanços das novas tecnologias, não há como negligenciar a comunicação não-verbal. Inclusive, o contato via meios de comunicação eletrônicos prescinde do corpo do indivíduo.

Considerações finais

Aqui, neste texto, o objeto de trabalho – o evento – insistiu em seduzir as autoras. A sedução aconteceu pela via do isolamento social a que estamos impostos pelo coronavírus. O evento foi visto pela fronteira e interseções entre o passado e o presente. Caminhou-se pelas trilhas da cultura para compreender esta mudança tão abrupta do evento tradicional para o *high tech*. Sob o ritmo acelerado do vírus, deu-se uma volta rápida, evitando aspectos técnicos explicativos. Trata-se de um texto de aproximação, inclinado em direção ao tempo tecnológico acelerado.

A escolha do tema foi impulsionada pela abundância de *lives*, reuniões *online*, entre outros formatos tecnológicos que, de repente, tomaram conta das telas dos computadores. Há que se considerar que a experiência de utilização dos eventos de forma tecnológica durante o confinamento social talvez tenha vindo para ficar.

Referências

- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Rumos da Cultura Moderna, 52).
- CASTORIADIS, Cornelius. Para si e subjetividade. In: PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 35-46.
- COSTA, Aloysio Teixeira. **Como organizar congressos e convenções**. São Paulo: Nobel, 1989. (Empresa & Gerentes).
- FARIA, Cláudia Sousa Oriente de; NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães. O corpo: expressão da linguagem não-verbal nas organizações. **Panorama**: Revista Científica de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2014.
- GIÁCOMO, Cristina. **Tudo acaba em festa**: evento, líder de opinião pública. 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.
- MEIRELLES, Gilda Fleury. **Técnicas de organização de eventos**. São Paulo: GIMARP, [1999].
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 4: as idéias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães. **O turismo rural de Goiás: contextos imaginários**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães; NASCIMENTO, Adriane. Reuniões virtuais em tempos de coronavírus. *In: Blog Relações Públicas - UFG*, Goiânia, 25 abr. 2020. Disponível em: <http://ptjrp.blogspot.com/2020/04/reunioes-virtuais-em-tempos-de-corona.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos. O jeito da comida goiana: hábitos alimentares e a noção simbólica de comer em Goiás. **Altiplano**, Goiânia, p. 1-12, 2006.

PESSOA, Mirella Arruda. Os eventos institucionais como estratégias comunicativas. **Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 182-203, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5657/3744>. Acesso em: 12 maio 2020.

PORTO, Walter. Na era do coronavírus, tem muita *live* para pouco olho na internet. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2020. Análise. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/na-era-do-coronavirus-tem-muita-live-para-pouco-olho-na-internet.shtml>. Acesso em: 12 maio 2020.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VELOSO, Dirceu. **Organização de eventos e solenidades**. Goiânia: AB Editora, 2001.

VILELA, Pedro Rafael. Planalto fará reuniões por videoconferência e balanço diário da crise. **Agência Brasil**, Brasília, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-03/planalto-fara-reunioes-por-videoconferencia-e-balanco-diario-da-crise>. Acesso em: 12 maio 2020.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Luciano Alves Pereira: Professor efetivo da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás (2000). Especialista em Assessoria em Comunicação. Mestre em Comunicação pela UFG. E-mail: luciano_alves_pereira@ufg.br



Jordanna Vieira Duarte: Psicóloga com especialização em Avaliação Psicológica e Mestra em Música na Contemporaneidade com ênfase em Cultura e Sociedade. Professora de Habilidades de Comunicação, coorientadora de ligas acadêmicas nas áreas da saúde e psicóloga do Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade de Medicina da Universidade de Rio Verde - Campus Aparecida de Goiânia. E-mail: jordannaduarte@gmail.com



PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

Luciano Alves Pereira

Jordanna Vieira Duarte

Resumo

As estruturas governamentais exercem papel fundamental na orientação coletiva e no enfrentamento de crises. Nos propomos a debater o papel dos discursos oficiais de Governo, dos órgãos de Estado e autoridades médicas brasileiras na formação dos sentidos individuais e sociais na perspectiva da psicologia da comunicação em meio a pandemia provocada pela Covid-19. A informação de interesse público é um direito do cidadão, dever do Estado e do Governo. Buscamos refletir e questionar quais são os possíveis impactos psicológicos da politização do noticioso e da (des)construção da informação de interesse público durante o contexto de crise.

Palavras-chave: Psicologia; comunicação; crise; Covid-19; Brasil.

Introdução

A discussão sobre a gestão de crise é premente nos cursos de comunicação, especialmente, nas relações públicas. A atual pandemia causada pelo novo Coronavírus¹ é uma situação de crise de larga escala e que se acentua por atingir todos os segmentos da sociedade. Trata-se de uma crise sanitária aguda que não implica em tensão localizada em uma instituição ou organização, mas que atinge toda a sociedade. Os desdobramentos da pandemia ainda são de caráter excepcional e não se pode precisar o que será permanente e o que será passageiro. Além disso, no Brasil, a crise do coronavírus se constituiu rapidamente em uma crise econômica, política, de representação e de liderança. O que nos propomos a discutir aqui é o papel dos discursos oficiais de Governo, dos órgãos de Estado e autoridades médicas na formação dos sentidos individuais e sociais na perspectiva da psicologia da comunicação em meio a pandemia da Covid-19, principalmente, entre os meses de março e maio de 2020.

A informação de interesse público é um direito do cidadão, dever do Estado e do Governo. Buscamos refletir sobre os impactos psicológicos da politização do noticioso e da (des)construção da informação de interesse público e, por fim, analisamos o papel e os recursos da psicologia da comunicação na informação e no conhecimento.

A psicologia, as representações sociais e a comunicação

As representações sociais se formam na vida diária das pessoas e estão presentes nos meios de divulgação, nos costumes e instituições, na herança histórico-cultural das sociedades e na abordagem de vários temas.

As representações sociais no cotidiano das pessoas, sobretudo neste momento de pandemia, crise econômica e política, são percebidas por meio de opiniões, valores e ideias que ao serem transmitidas e absorvidas se convergem na construção de sentidos e passam a ser retransmitidas através dos meios de comunicação (TV, rádio, internet e periódicos) com destaque para as mídias sociais (Instagram, Twitter e WhatsApp) de forma individual ou assumidas por organizações sociais, como partidos políticos, igrejas, associações de classe etc. (COLL & MONEREO, 2010).

Os profissionais de relações públicas e os demais da área da comunicação precisam desenvolver sua capacidade crítica na recepção e na emissão das informações e em todo processo comunicacional. Compreender o papel fundamental que a comunicação exerce na sociedade contemporânea, sobretudo, durante a pandemia causada pela Covid-19.

A influência do processo comunicacional no comportamento humano e para a saúde física e mental das pessoas faz parte deste debate. A comunicação certamente é uma das principais aliadas da medicina e das atividades sanitárias no combate ao novo Coronavírus. Assim como a informação incorreta ou falsa pode ser considerada um inimigo com poder para causar enormes e irreparáveis perdas sociais. Ao viver um processo pandêmico, que marca tragicamente o mundo em 2020, as ações que visam salvar milhares de vidas humanas devem unir o conhecimento sobre medicina, educação, psicologia e a comunicação. Isto demanda ciência (*expertise*) e sinergia de ações de comunicadores, líderes e autoridades tanto sobre os determinantes dos comportamentos sociais, econômicos e ambientais quanto sobre o controle e prevenção dos desdobramentos da crise. O objetivo comum deve ser minimizar perdas (vidas, saúde mental, econômica) e oferecer capacidade de reconstrução social que, possivelmente, surgirá como novo modelo social.

“Estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido” afirmou Baudrillard (p. 103, 1991) apontando uma diferença radical entre conhecimento, aquilo que se aplica no cotidiano e, portanto, é produtor de sentido e, informação, enquanto conceito generalizante que coloniza o pensamento para o mais habitual e mais confortável reconduzindo o pensamento e as ações às mesmas coisas já conhecidas.

Os conceitos surgem quando a resposta se torna mais importante que a questão, [...] pois estabelece um conhecimento definido, preciso e exato. Os conceitos tiveram um duplo encaaminhamento. Primeiro, eles se tornaram a definição de verdades por oposição ao erro. O seu fundamento foi a verdade da lógica. [...]. Com o surgimento da ciência, a partir dos conceitos filosóficos, estes sofrem uma transformação: além dos limites definidos, passa a ser exigidos deles exatidão. E então, além da lógica, introduz-se a linguagem matemática, a linguagem da exatidão e da precisão. [...] O conceito traz a idéia de objetividade (CASTRO, 2005, p. 14-5).

Para a Psicologia aplicada à comunicação a questão da percepção é fundamental. Sua intencionalidade caminha para além da argumentação sobre aquisição de informação e aproxima-se da própria experiência (mundo interno e mundo externo) e do vigor do sentido na realidade. A psicologia ofereceu ao campo de estudo da percepção a imagem do homem como um ser que projeta a sua existência no mundo (intencionalidade) e entre os outros seres.

Desta forma, homem e mundo são inseparáveis, se comunicam e se fundem.

O real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis. A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não “habita” apenas o “homem interior”, ou, antes não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo (Merleau-Ponty, 1999, p. 6).

As questões decorrentes de como o homem percebe o mundo (e percebe-se no mundo) revelam ainda os mecanismos de seletividade ao lidar com as informações decorrentes desta interação. Obviamente, conter

custos de escolha é importante, então informações que dizem respeito ao universo semântico ou experiencial do sujeito são melhores recebidas e compartilhadas do que informações que são díspares de sua realidade. A Ética abrange esse campo. E é no campo das experiências humanas que esta se constitui e se funde nas ações diárias. Não queremos aqui aprofundar na questão filosófica mas na *práxis* de quem emite e consome informações a todo momento e como isso afeta a coletividade e como nos construímos a partir dessas compreensões da realidade.

“O social não é uma opção, mas uma condição existencial essencial porque somos uns-com-os-outros. Somos essencialmente diálogo” (CASTRO: Social, 1) e é a partir do diálogo em sociedade que a comunicação se faz presente. Não somente como técnica, meio de expressão e mediadora entre as relações homem/mundo mas como linguagem do sentido na dobra estreita e íntima de suas possibilidades de manifestação (DUARTE, 2012, p. 13). Assim, além dos canais essenciais de comunicação devemos nos questionar: quem comunica? O que e como se comunica? A quem o diálogo interessa? Quais informações se prestam ao conhecimento? Qual conhecimento quer ser produzido?

Temos aqui a base de questões que orientam nossa perspectiva para tratarmos sobre a comunicação de interesse público e como a voz desse emissor chega à coletividade se tornando fonte de explicação, conhecimento e orientação do cotidiano e das tomadas de decisão por parte dos indivíduos.

O papel social dos discursos de Governo, Estado e autoridades médicas na formação da identidade na perspectiva da psicologia da comunicação em meio a pandemia

As estruturas governamentais exercem papel fundamental na orientação coletiva e no enfrentamento de crises. Obviamente, o protagonismo é reservado para aqueles que ao falar, são ouvidos e seguidos. No Brasil, a politização do discurso sobre as orientações ao enfrentamento adequado ao Coronavírus, elevou a busca por um protagonismo por parte de autoridades de Governo e do Estado e como consequência, passamos a viver um luta midiática por narrativas e entendimentos divergentes, estabelecendo assim, poder sobre a sociedade.

Mariângela Furlan Haswani, compreende que os novos grupos inseridos na esfera pública de legitimação democrática sucumbiu ao impacto das mídias, do crescimento das grandes corporações e organizações político empresariais. Para ela o cidadão comum, autônomo, cuja participação crítica eram consideradas condição *sine qua non* da esfera pública foi transformado em mero consumidor de “imagens e mensagens” enviadas pelas grandes corporações, o que se traduz no empobrecimento da vida pública. O que podemos enxergar também como uma perda acentuada do poder de criticidade do cidadão. Haswani (2013, p. 19) destaca ainda que “a inclusão de novos grupos na esfera pública e a expansão dos direitos de cidadania tornam inimaginável um espaço público homogêneo e politicamente igualitário”.

Todavia, a esfera pública possui uma dependência da função dos meios de comunicação que se apresentam como atores sociais e políticos relevantes na formação ou manipulação da opinião social, base da sua audiência. A breve reflexão sobre a esfera pública torna-se importante para o entendimento do momento que vivemos de disseminação de informações sobre a maior crise pandêmica que o mundo e, consequentemente o Brasil, passam neste século. São os atores inseridos neste espaço público que se tornam protagonistas da difusão das informações para o enfrentamento da crise (sanitária, social e econômica) instaurada e a eles cabem discutir os temas de interesse geral da sociedade e promover, não só o entendimento e a dimensão do assunto discutido, mas, a participação coletiva na tomada de decisões. Podemos compreender a esfera pública a partir de um quadro que inclui diversas organizações e instituições e que foram agrupados em cinco segmentos por Janoski:

1) Partidos políticos; 2) Grupos de interesse – destinados a influenciar sociedade e Legislativo, conforme seus interesses; 3) Associações de bem-estar social – geralmente aquelas que integram o terceiro setor; 4) Movimentos sociais – têm as mesmas finalidades dos grupos de interesse, mas manifestam-se por meio de protestos, boicotes, mobilizações etc; 5) Grupos religiosos – aproximam-se da esfera privada, mas também procuram influenciar a sociedade civil em torno de alguns temas, às vezes humanitários (como campanhas de solidariedade, às vezes dogmáticos (como discussão sobre o aborto) (HASWANI apud JANOSKI, 2013, p. 23).

Essas organizações são aqui lembradas não por acaso mas pela singularidade enquanto atores na emissão de informações e opiniões sobre o enfrentamento da crise. Ora se destacam como influenciadoras diretas em suas redes de relacionamento ora apoiam determinada defesa de modelo de enfrentamento público da crise e, até mesmo, em atuam em defesa de suas próprias convicções.

Ter convicções ou opinião não são, necessariamente, um problema, pois, constituem-se como possibilidades de encaminhamento para a compreensão da realidade. A questão é que a fonte pública da informação deve se basear não pelo julgamento privado (*doxa*) mas pela *episteme*, ou seja, pela verdade. É com o conhecimento adquirido pela experiência da ciência que o enfrentamento de crises pode ter sucesso, do contrário, mais crises são geradas como fenômenos secundários, exaurindo os esforços para sua contenção.

A informação de interesse público. Direito do cidadão, dever do Estado e Governo.

Quando tratamos de uma pandemia como a da Covid-19, que se apresenta com uma capacidade de infecção rápida e fácil, tratamos de um assunto de amplo e interesse coletivo, independentemente de qualquer forma de segmentação social, econômica ou racial, apesar de considerarmos seus impactos díspares. Para fins de entendimento desta reflexão, vamos considerar a síntese que Wayne Keys realizou a respeito dos sentidos principais do termo interesse público:

No sentido formal, qualquer que seja o objeto de uma ação governamental devidamente autorizada, o interesse público manifesta-se nas decisões geradas pela intenção ou pela vontade do governante. Segundo o autor trata-se de uma concepção utilitária ou agregativa que, nos efeitos, eleva ao máximo interesses particulares” (HASWANI apud KEYS, 2013, p. 27).

Esse conceito parece providencial para entendermos a tamanha disparidade e desencontro nas comunicações oficiais e públicas no enfrentamento da crise. Governo Federal e Estados apresentam-se divididos publicamente sobre o entendimento tanto da forma como da dimensão da crise. Assim, produzem uma disfunção das informações que deveriam servir de orientação e normativa para a sociedade. As informações que deveriam ser eficientes e atender ao interesse público passam a ser uma incongruência entre discurso, razão, forma e ação. O que defendemos aqui é a divulgação ampla e irrestrita para o conhecimento geral, acesso, entendimento e envolvimento de toda a sociedade. Garantir informações minimamente precisas sobre procedimentos a serem tomados no enfrentamento a Covid-19 é a obrigação dos agentes públicos e o que se espera para garantir o direito à vida e saúde.

Garantir o acesso às informações de interesse público e de amparo à proteção da vida é responsabilidade dos principais atores governamentais e lideranças que representam o Estado e Governos, seja por aspectos constitucionais ou por disporem de estruturas científicas de informações, como o Ministério e Secretarias da Saúde, Instituições de Pesquisa seja por possuírem recursos financeiros necessários ao combate do vírus. Quando há o desencontro entre informações e orientações prestadas pelas organizações públicas, como o que temos acompanhado no Brasil, o uso das novas tecnologias, aplicativos e mídias sociais, que poderiam servir

à propagação das informações e orientações corretas, na verdade, têm servido para aumentar a desinformação e os conflitos entre as administrações públicas e a sociedade. Marizângela lembra que “o bem estar público sempre será melhor proporcionado se houver disseminação da informação e o povo tiver acesso a ela, em vez da abordagem paternalista de um governo que decide em nome do povo e à revelia deste” (HASWANI, 2013, p. 101). Quando isso é negligenciado a comunicação deixa de promover processos sinérgicos de interações entre os atores, sejam eles públicos ou privados, e o que se vê é a possibilidade de aumento exponencial da crise.

Agravado a descentralidade do papel do Estado e seu conseqüente descrédito como emissor de informações técnicas de interesse público, surgem ou se fortalecem outros protagonistas neste cenário. Associações civis, movimentos sociais, organizações privadas vão, ao seu tempo, ocupando o espaço de disseminadores de informações, muitas vezes, desprovidos de sustentação científica, médica ou sanitária para defenderem suas teses, mas encontram campo fértil na formação de uma opinião superficial em uma população dividida e abastecida por incertezas institucionais. No atual contexto, a necessidade é de aproximação e coordenação dos discursos de maneira a tornar a comunicação de interesse público, principalmente advinda do Estado, mais eficaz e eficiente.

As informações recebidas passam pelo processo de convergência ou seletividade e esse processo diz respeito às circunstâncias em que os indivíduos se encontram e suas experiências, sendo processadas como consciência e sentidos pessoais passando, em seguida, a integrar e influenciar uma consciência coletiva, re-produzindo sentidos, valores e imagens. Assim, a importância da informação é que ela passe a estruturar um diálogo e por ele entendemos uma comunicação para o outro mas, sobretudo, uma comunicação que já se fez internamente ou, nesse caso, institucionalmente. Ora, se não se entendem enquanto instituição pública (e a *res publica* é sempre para o outro!) como exigir da coletividade uma consciência crítica capaz de, nas diferenças, encontrar unidade de sentido?

A Torre de Babel brasileira

Na narrativa bíblica do Gênesis, conta-se que houve a tentativa de construir uma torre na Babilônia pelos descendentes de Noé. O objetivo era que esta chegasse até o céu, de maneira que os nomes de quem a edifica-se ficariam nela eternizados. A soberba dos homens incitou a ira de Deus. Segundo o texto, naquele período, todo o povo tinha a mesma linguagem. Então Deus fez com que todos os homens passassem a falar línguas diferentes e por não conseguirem mais se entender cessaram a edificação e se dispersaram. A Torre que nunca foi finalizada foi chamada de Babel, pois ali foram confundidas todas as linguagens dos homens.

O Brasil de 2020 virou uma espécie de Torre de Babel contemporânea e cabe lembrar que o alicerce se forma mais robusto a partir de 2013 e de uma intensa polarização de sentidos para explicar os elementos públicos. Presidentes, ministros de Estado, governadores, prefeitos, entidades de classe, parecem repetir a narrativa milenar sobre a torre que nunca fora finalizada porque cada um passou a falar uma língua diferente e não conseguem se entender. E não se entender no caso de uma crise dessas dimensões significa desdobramentos gravíssimos que custam perdas de milhares de vidas humanas, além de crise financeira e política sem precedentes. A história humana é cheia de narrativas de tragédias ampliadas pelas dificuldades em se estabelecer, rapidamente, contingenciamentos, normas, orientações que alcançassem e mobilizassem o maior número de pessoas de uma sociedade em prol de medidas profiláticas e de enfrentamentos.

Quando da pandemia de 1918 e 1919, a classe científica desconhecia, mesmo pela restrição de equipamentos e insumos, o vírus da Gripe Espanhola que dizimou mais de 50 milhões de pessoas no mundo e, estima-se que no Brasil, ocasionou a morte de 35 mil pessoas. Um fato curioso é que apesar do nome Gripe

Espanhola sua origem não foi na Espanha. Como o período da pandemia ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, as grandes potências que estavam envolvidas no conflito exerciam forte censura à imprensa e não permitiam que a notícia se espalhasse para não gerar pânico. Como a Espanha estava fora do conflito mundial, quando o vírus afetou o país a imprensa nacional promoveu grande divulgação da informação. E ficou com a alcunha. Mas à medida que a difusão de informações essenciais, niveladas e disseminadas aos diversos segmentos da sociedade passaram a formar uma consciência crítica e mais independente ao indivíduo, foi possível que as ações coletivas passassem a ser diretamente responsáveis pela sobrevivência de centenas de milhões de pessoas.

A informação adequada tem o poder de promover aporte crítico nos indivíduos e, por sua vez, têm a capacidade de mudar o comportamento, condicionado pela educação proveniente da comunicação. Por exemplo, o simples ato de lavar as mãos é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos principais instrumentos contra epidemias. A higienização das mãos é uma medida básica para reduzir as infecções, porém essa consciência só é possível pelo alinhamento do processo comunicacional de Governo, Estado e demais agentes públicos que ao promoverem campanhas de conscientização, conseguem estabelecer as condições necessárias para manter a saúde física e mental da população em padrões controláveis e tratáveis durante uma crise.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) garante universalização, equidade e integralidade dos serviços de saúde à população brasileira e um de seus pilares é Política de Atenção Básica onde a promoção e a proteção da saúde contam com campanhas de educação em ações sanitárias com o objetivo de educar as coletividades para hábitos saudáveis e, conseqüentemente, prevenir e diminuir a incidência de adoecimentos, agravos e danos aos indivíduos.

Os impactos psicológicos da politização do noticioso e a (des)construção da informação de interesse público.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) parte integrante do Ministério da Saúde divulgou material relativo à recomendações gerais para Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19 cujo *slogan* “Você pode muito. Com informação, pode ainda mais”, chama atenção para o primeiro item destacado como causa de impactos significativos na saúde: “desconfiança no processo de gestão e coordenação dos protocolos de biossegurança” (abril, 2020).

Desordens nos processos de saúde mental e comportamental são esperados quando se tratam de exposição a situações novas, inesperadas e com alto risco para a manutenção da vida. O grau de sofrimento do indivíduo depende das habilidades que ele possui para o enfrentamento e da sua vulnerabilidade diante da situação. Se os sintomas de sofrimento forem persistentes como pensamentos obsessivos, uso e abuso de substâncias como álcool ou outras drogas, comprometimento significativo nas esferas sociais, afetivas, acadêmicas e/ou profissionais, desconforto fisiológico (respostas autonômicas) como taquicardia, sudorese, sensação de sufocamento, por exemplo, o indivíduo precisa de atendimento especializado que é fornecido, também, nas Unidades Básicas de Saúde.

Estima-se, que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados. [...]. A pandemia Covid-19 impacta os seres humanos de maneiras específicas, visto suas características: desconfiança no processo de gestão e coordenação dos protocolos de biossegurança; necessidade de se adaptar aos novos protocolos de biossegurança; falta de equipamentos de proteção individual em algu-

mas estruturas sanitárias; risco de ser infectado e infectar outros; sintomas comuns de outros problemas (febre, por exemplo) podem ser confundidos com Covid-19; preocupação por seus filhos ficarem sem as referências de cuidado e trocas sociais, isto é, sem a convivência nas escolas, distanciamento da rede socioafetiva: avós, amigos, vizinhos, etc; risco de agravamento de saúde mental e física de crianças, pessoas com deficiência ou idosos que tenham sido separados de seus pais ou cuidadores devido a quarentena; alteração dos fluxos de locomoção e deslocamento social (FIOCRUZ, 2020).

Como estratégias de cuidado são recomendadas uma série de 14 condutas que o indivíduo pode adotar. Porém duas são relevantes para o escopo deste artigo: a busca por “fontes confiáveis de informação como o site da Organização Mundial da Saúde” e a redução “do tempo que passa assistindo ou ouvindo coberturas midiáticas” (idem, 2020). Essas medidas reduzem os quadros de *stress* que são responsáveis por adoecimentos, como os transtornos de ansiedade e depressão, sendo estes os de maior prevalência nas sociedades.

O conhecimento sobre saúde é um direito básico do cidadão e está diretamente enlaçado a capacidade dos indivíduos de obter, interpretar e entender as informações e serviços básicos necessários para tomar decisões adequadas. Neste sentido, se observarmos o comportamento das autoridades públicas durante a pandemia, veremos uma situação extremamente comprometedor e geradora de insegurança e, conseqüentemente, *stress* e sofrimento físico e mental.

As falas e entrevistas descontraídas trouxeram dúvidas, medo e incertezas quanto a melhor forma de se combater o vírus. Abaixo, apresentamos alguns trechos de entrevistas dadas pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em diversos períodos da crise e comparamos às falas de governadores e ministros da saúde (foram três ministros da saúde entre abril e maio de 2020).

Vejam os ponto-a-ponto algumas declarações institucionais à respeito da crise e como o discurso pode influenciar no sofrimento humano. Grifos nossos.

Data	Presidente da República
09/mar (25 casos 0 mortes)	“No meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”
10/mar (34 casos 0 mortes)	“Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que grande mídia propaga”
15/mar (200 casos 0 mortes)	“Muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo”

As falas do Presidente Jair Messias Bolsonaro datam do início do questionamento sobre isolamento social e após os primeiros casos confirmados no Brasil. Vale ressaltar que nenhuma medida adotada tratou, de fato, sobre isolamento social e que, no máximo, tentou-se um distanciamento social para conter a aglomeração de pessoas e conseqüentemente, a transmissão do vírus de forma não controlada. Isolamento tem relação com rompimento, separação e segregação enquanto que distanciamento reflete mais um comportamento de escolha em relação à reserva de situações ou contextos. Ao se trabalhar com a palavra isolamento condiciona-se uma dimensão autoritária e impositiva deixando, obviamente, a coletividade sem melhores respostas ao contexto. Respostas mais adaptativas também levam em consideração aprendizados sociais e históricos, e no Brasil, não temos esse tipo de experiência em crise sanitária, sendo a última pandemia registrada em 1918.

O discurso presidencial enfoca um possível “superdimensionamento” do potencial do vírus tanto do

ponto de vista da transmissibilidade quanto da mortalidade e o coloca na responsabilidade dos meios de comunicação. Afirmar se tratar de uma “fantasia” e “neurose” e que, de nada adiantaram as profilaxias recomendadas, inclusive, pelo setor mais técnico do Governo ou das agências governamentais mundo à fora. Além de retirar a confiança coletiva das ações de prevenção, a fala ainda coloca em xeque a credibilidade dos meios de comunicação de massa. Porém, revela, como Foucault já discutira, uma verdade produzida pelo poder de um “regime discursivo”:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT apud FERREIRINHA, RAITZ, 1979, p. 379).

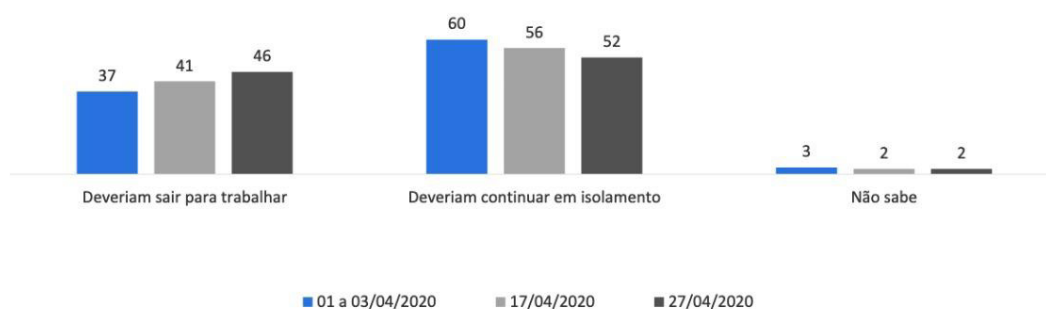
A retórica apontada acima revela não uma fala solitária do presidente mas, sobretudo, uma prática que pode induzir a produção de comportamentos na coletividade a partir dos opostos verdade e não-verdade: acreditar ou não na potência do vírus e se submeter ou não à possível contaminação. É o que revelam as Figuras 1 e 2 da pesquisa Datafolha sobre a adesão das pessoas em relação ao distanciamento social que recuou enquanto que a opinião sobre o retorno social aumentou.

Figura 1 - Datafolha 27/04/2020

Opinião sobre as medidas restritivas de circulação

Resposta estimulada e única, em %

Sem considerar as pessoas do grupo de risco, isto é, idosos e doentes crônicos, as outras pessoas que não estão no grupo de risco deveriam sair para trabalhar ou continuar em isolamento?



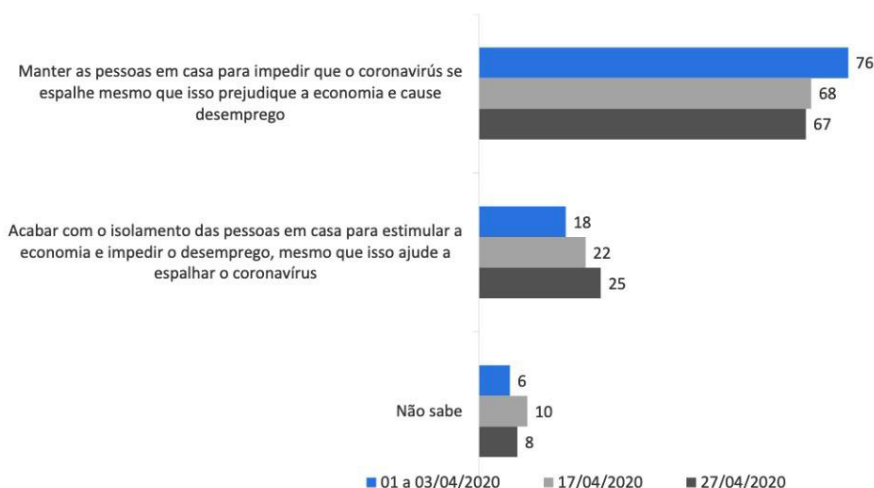
Base: Total da amostra – Brasil

FOLHA DE S. PAULO Datafolha

Figura 2 - Datafolha 27/04/2020

O que considera mais importante

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Na sua opinião, o que é mais importante neste momento
Base: Total da amostra – Brasil

FOLHA DE S.PAULO Datafolha

Data	Presidente da República	Governadores
24/mar	“Pelo meu histórico de atleta , caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar , nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho”	
25/mar (2.201 casos 46 mortes)		<p>“Quero deixar claro com muita tranquilidade, mas com autoridade de governador e o juramento de médico, que as decisões do presidente da República na área de saúde em relação ao coronavírus não alcançarão o Estado de Goiás. Não posso admitir e concordar com um presidente que vem a público sem ter consideração com seus aliados, sem ter respeito. Quando se escuta um declaração com essa, de dizer que isso é um resfriadinho, é uma gripezinha... Respeito! Na política e na vida, a ignorância não é uma virtude.”</p> <p>Ronaldo Caiado, governador de Goiás</p>
		<p>“Tem muita gente me perguntando sobre as decisões restritivas que o Governo do Estado tomou para combater o coronavírus depois das declarações do presidente. A minha posição é muito clara. Não vamos voltar atrás de nenhuma decisão que foi tomada pelo Governo do Estado do Amazonas. Elas [medidas] foram tomadas de maneira responsável e seguindo o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde do Governo Federal. Eu fui eleito para proteger e defender o povo do Estado do Amazonas e é assim que eu vou continuar agindo.”</p> <p>Wilson Lima, governador do Amazonas.</p>

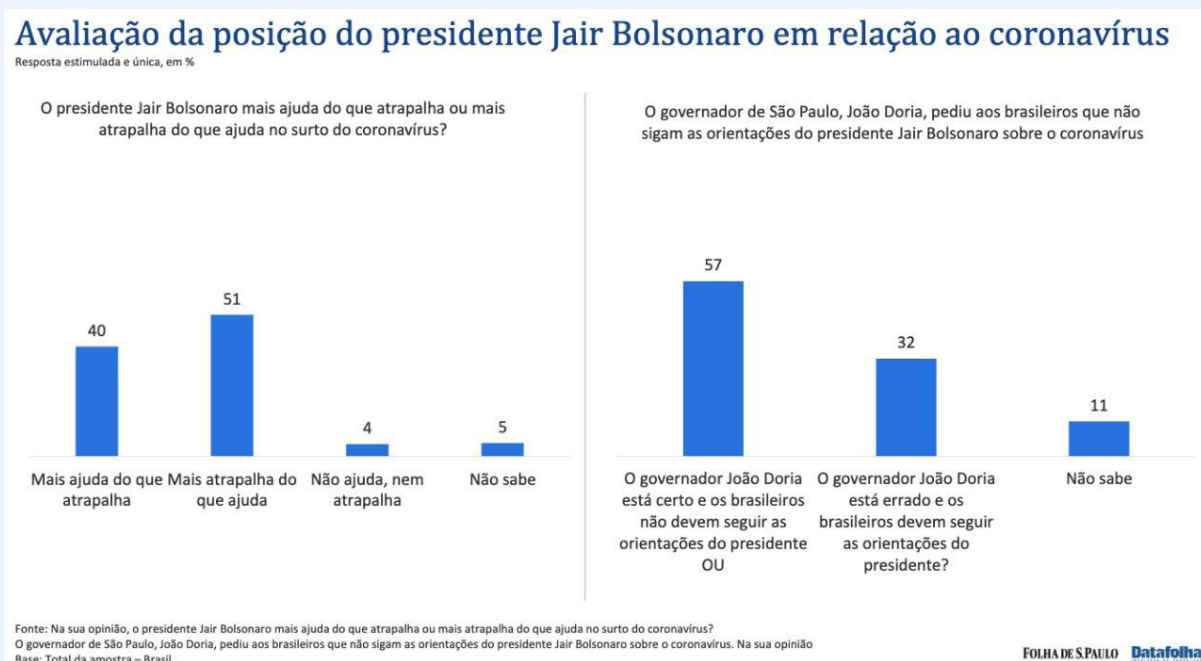
28/04 (71.886 casos 5.017 mortes)	“E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre”	
29/04 (78.164 casos 5.466 mortes)		“Saia da redoma de Brasília. Se não quiser visitar São Paulo vá a Manaus, presidente. Vai ajudar o governador e o prefeito de lá, no mínimo, estando presente para ver a realidade do seu país e não a sua realidade do estande de tiro onde foi ontem celebrar enquanto choramos mortes de brasileiros. Saia da bolha , da fábula e do mundinho do ódio. Percorra hospitais e seja solidário com a realidade do seu país.” ”Essa é a resposta do “Fazer o quê?”: É fazer aquilo que o senhor não fez. Começando por respeitar os brasileiros , os brasileiros que o elegeram presidente da república e os que não o elegeram também, respeitando pais, mães, avós, parentes e amigos que perderam as suas vidas no Brasil até ontem pelo coronavírus.” “Lamento que o país tenha que combater dois vírus: o coronavírus e o “outro vírus que está no Palácio do Planalto”. João Doria, Governador de São Paulo (29/04/2020)

Aqui, podemos entrar na questão da ilusão como fora pautada por Freud: “uma das características mais genuínas da ilusão é ter seu ponto de partida nos desejos humanos do qual deriva. Sob este aspecto aproxima-se da ideia delirante psiquiátrica, da qual se distingue, todavia, claramente” (ROZITCHNER apud FREUD, 1989, p. 149) e é por vezes difícil diferenciá-la de uma ideia ou crença obstinada o que “depende, em parte, do grau de convicção com que a crença é defendida apesar de evidências contraditórias claras ou razoáveis acerca de sua veracidade” (DSM-5, p. 87).

Como compreender a categoria do delírio quando passamos ao nível político? A redução dos processos coletivos às próprias categorias individuais é já um equivalente de delírio nos processos históricos. Porque mantém no seio de outra forma de realidade, a coletiva, permanência onipotente da forma edípica individual. Pensar com as categorias do Édipo, ou seja, com a forma despótica, as relações que acontecem tanto na política como na guerra, esboçar uma estratégia de enfrentamentos com as fantasias e os fantasmas e a racionalidade que mantém como fundamento esta matriz primeira nunca posta em dúvida, é uma deformação tanto mais perigosa quanto que suscita nos demais as mesmas soluções onipotentes e mágicas dentro da realidade. Pensamos que é justamente a fantasia animada e projetada sobre o líder que substitui fora, como objeto exterior que o verificara, um objeto interior; a submissão individual um a um ao ser onipotente - chefe de partido, líder militar - o que repete no seio de uma estrutura coletiva a persistência da psicologia individual, a submissão carente de crítica que cinge sobre as fontes do inimigo a auréola de poder salvador. Poder da ilusão, diria Freud, onde o segredo de sua força não reside na força coletiva real mas só na força - ilusória - destes desejos (ROZITCHNER apud FREUD, 1989, p. 149).

Como réplicas à fala do presidente o lugar de fala das autoridades tentam trazer a discussão para o campo do real e concreto utilizando como meio para fomentar essa percepção nos ouvintes os termos “juramento de médico”, “respeito”, “virtude”, “protocolo” deslegitimizando o discurso quase ilusório da pouca agressividade da doença. A figura 3 aponta como os discursos entre as autoridades são conflitantes e como a população tem reagido a eles. De modo geral, os governadores ganharam maior respaldo junto à sociedade em relação às medidas sanitárias em detrimento às falas do Presidente.

Figura 3 - Datafolha 08/04/2020



Ainda no campo dos desencontros públicos é importante considerar que tal congestionamento de informações podem acarretar sofrimento aos indivíduos, uma vez que o jogo do poder deixa seus cidadãos à deriva. Uma seção específica do DSM - 5 (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais) pontua que contextos psicossociais e ambientais menos favoráveis podem trazer prejuízo significativo para a pessoa afetando tanto o curso como o diagnóstico e o tratamento de doenças pré-existentes e que, por isso, devem ser foco de atenção clínica especializada.

Se o médico não abandona o paciente, este pode abandonar o médico. Na esfera das incertezas o adoecimento se faz operante.

Data	Presidente da República	Luiz Henrique Mandetta
02/abr (7.910 casos 299 mortes)	“O Mandetta já sabe que a gente está se bicando há algum tempo, já sabe disso, eu não pretendo demiti-lo no meio da guerra , não pretendo. Agora, ele é uma pessoa que [...] em algum momento, ele extrapolou”.	
06/abr (12.056 ca- sos 553 mortes)		“ Médico não abandona paciente. Eu não vou abandonar. Agora, as condições de trabalho para os médicos precisam ser, para todos, eu vou tentar trazer as melhores condições para vocês na ponta. É a única coisa que está pedindo é o melhor ambiente para trabalhar aqui dentro do Ministério da Saúde”
09/abr (17.857 ca- sos 941 mor- tes)	“ O médico não abandona o paciente, mas o paciente pode trocar de médico ”	

Recém demitido² por Bolsonaro, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta teve seu desempenho no combate ao surto de coronavírus avaliado como ótimo ou bom por 70% - praticamente o dobro do obtido pelo seu ex-chefe-, enquanto 7% consideraram ruim ou péssimo

o trabalho realizado por ele. Há ainda 18% que avaliam como regular o desempenho de Mandetta, e 5% não opinaram (Datafolha, 17/04/2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou documento relativo aos impactos da Covid-19 na saúde mental e acentuou as recomendações das ações decisórias para os agentes nacionais no intuito de minimizar as consequências. A comunicação foi enfatizada como responsável na garantia de bem-estar, conforme destacamos:

[...] Durante a pandemia, os tomadores de decisão do governo em todos os setores (saúde, segurança, serviços sociais, educação, comunicação) devem considerar como suas ações afetam a saúde mental. Por exemplo, medidas de emergência como “ficar em casa” (bem como o levantamento dessas medidas) precisam ser planejadas e implementadas em todos os setores, de maneira a minimizar os efeitos negativos no bem-estar mental das pessoas. Engajamento e responsabilização perante os cidadãos no esforço compartilhado de conter o vírus, promove a aceitação de tais medidas e provavelmente ajudará a proteger a saúde mental das pessoas. [...] É importante que os governos e outros atores se comuniquem sobre a COVID-19 de maneira a promover a saúde mental e o bem-estar psicossocial. Para reduzir a propagação do vírus e da ansiedade na população, os governos e outros atores, incluindo os meios de comunicação, precisam se comunicar regularmente sobre a pandemia, fornecendo informações atualizadas e baseadas em evidências com linguagem simples acessíveis e inclusivas para todas as pessoas possam compreender. Essa comunicação deve ser realizada com empatia e incluir conselhos sobre bem-estar emocional. A ansiedade indevida causada por comunicação inconsistente, incompreensível ou ameaçadora deve ser evitada” (UN, may, 2020).

Data	Presidente da República	Prefeito
12/abr (22.169 casos 1.223 mortes)	“Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus”	“O isolamento social é fundamental” na luta contra o novo coronavírus. O pior ainda está por vir” . Bruno Covas, prefeito de São Paulo

Data	Presidente da República	Nelson Teich³
30/abr (85.380 casos 5.901 mortes)	“...todo empenho para achatar a curva (de crescimento dos casos) foi inútil”	Há coisas que são básicas , não tem como ter liberação de isolamento quando há uma curva em franca ascendência”

Freud no estudo da psicologia das massas deixa explicitado que o “poder mágico das palavras” proferidas pelos líderes “podem provocar as mais terríveis tormentas” e isso se dá porque, para os indivíduos a razão e os argumentos não sabem lutar contra certas palavras e certas fórmulas. Proferidas com solenidade diante da massa, imediatamente os rostos se tornam respeitosos e as cabeças se inclinam [...] as necessidades da massa a tornam receptiva ao líder, mas este precisa corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa ideia), para despertar crença na massa; ele tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar” (LE BON apud FREUD, 2011, p. 20).

O que percebemos é um amontoado de informações desconexas que por si só são incapazes de gerar conhecimento ou dar garantias de bem-estar social e individual. De um lado a voz da governabilidade federal

3 Nelson Teich, médico, esteve à frente do Ministério da Saúde por 29 dias: 16/04 a 15/05/2020.

que flerta com o imponderável e de outro, vozes que também foram democraticamente eleitas para gerir o público, em um conflito diário cujo palco se dá nos noticiários. Infelizmente, à plateia cabe quase que decidir por conta própria o caminho a ser adotado. Cabe a pergunta: a quem interessa o sofrimento gerado com a descontinuidade de informações públicas?

O papel e os recursos da psicologia da comunicação na informação e no conhecimento.

Viver em meio a uma pandemia, que transforma o cotidiano e a rotina individual e coletiva de uma nação, altera hábitos e confronta a todos com uma mesma realidade indistintamente de grupo social, econômico ou cultural. Traz uma nova dinâmica social, cuja compreensão da necessidade de criação de um comportamento coletivo, como exemplo o distanciamento social, seja absolutamente necessário para garantir um caminhar seguro no sentido da existência coletiva. Vimos no mundo inteiro nações buscando formas de unificação de ações para o enfrentamento da Covid-19, ações que tornam-se possíveis por meio da interação entre o sujeito (indivíduo) e os grupos (sociedade organizada), que forma uma nova representação social, devendo promover dentro dos limites possíveis a amálgama entre sujeito e sociedade.

nesse contexto, a comunicação pública é o cenário e o instrumento que permite aos diversos atores que intervêm na esfera pública relacionar-se, confrontar pontos de vistas e valores para concorrer ao objetivo comum de realizar o interesse da coletividade. Essa confirmação é então constituída por um conjunto de processos que contribuem para valorizar a esfera pública, levando a interação seus diversos atores, ativando relações e trocas. Essa dimensão ocupa-se, finalmente em de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, implantando um processo de interação e de troca, prevendo a criação de espaços capazes de ouvir os cidadãos e solicitar sua participação nas escolhas que orientam as políticas públicas (HASWANI, 2013, p. 158).

A psicologia tenta compreender o desenvolvimento e as formas de expressão e comportamentos dos indivíduos e da sociedade bem como suas angústias e sofrimentos e como o mundo interno e externo se influenciam mutuamente. Nesse sentido, é um saber biopsicossocial que vai desde a preocupação individual às sociais. De um lado, leva-se em considerações variáveis contextuais, sociais, culturais na tentativa de produzir algum tipo de conhecimento em torno dos fenômenos que possa se tornar relevante e salutar na vida das pessoas e, de outro, entende que o processo histórico desenvolve consciência social e os sentidos sobre as coisas do mundo são construídos no fazer e re-fazer contínuos das atividades.

Nesse caminhar, durante o roteiro deste capítulo sobre a pandemia Covid-19, buscamos trazer à luz da razão a reflexão de como o fazer ético dos comunicadores pode contribuir para melhores condições de saúde e como o seu contrário, turbulento, nebuloso e repleto de opiniões pessoais sem compatibilidade com a verdade, favorece adoecimentos de todas as ordens. Nesse sentido, junto ao adoecimento físico e mental, corremos também o risco de sofrer pela escassez de crítica e ponderação, principalmente, na esfera pública da comunicação direcionada ao social.

Até o fechamento deste artigo (28/05/2020) segundo informações do Ministério da Saúde foram registrados 438.238 casos de pessoas infectadas pela Covid-19 no Brasil e 26.754 mortes.⁴

Referências

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-brasil-tem-438238-casos-total-de-mortes-che-ga-26754>. Último acesso: 28/05/2020.

- AGÊNCIA BRASIL. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/covid-19-brasil-tem-438238-casos-total-de-mortes-chega-26754>. Último acesso em: 29/05/2020.
- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulações. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- CASTRO, Manuel Antônio de. "Social, 1". In: CASTRO, Manuel Antônio de. **Dicionário de Poética e Pensamento. Internet**. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Social#1>. Último acesso em: 25/05/2020.
- CASTRO, Manuel Antônio de. Aristóteles e as questões da arte. In: CASTRO, Manuel Antônio de. (org.). A arte em questão: as questões da arte. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- COLL & MONEREO. Psicologia da Comunicação. In: TAVARES, Fábio Roberto & BOCATO, Débora Cristina Curto da Costa. **Psicologia da Comunicação**. Indaial - SC: UNIASSELVI: 2016.
- DATAFOLHA. Opinião sobre Coronavírus. Avaliação dos governadores. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/04/03/314a4d134693a86f6fd981754a0575ceag.pdf>. Último acesso em: 29/04/2020.
- _____. Opinião sobre a pandemia coronavírus. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/04/29/53099dbbcd7b05b8a943e4b6ed8a9802pand4.pdf>. Último acesso em: 29/04/2020.
- DUARTE, Jordanna Vieira. **Música e linguagem entre o metafísico e o poético**. Reflexões sobre o fazer musical na contemporaneidade. Dissertação de mestrado em Música, Cultura e Sociedade. UFG: Escola de Música e Artes Cênicas. 2012.
- DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, abr. 2010. . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em: 27/05/2020.
- FIOCRUZ. Saúde Mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19. Recomendações gerais. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Saúde-Mental-e-Atenção-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomendações-gerais.pdf>. Último acesso em: 27/05/2020.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1920-1923, volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.
- JANOSKI, T. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. In: HASWANI, Mariângela Furlan. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KEYS, Wayne. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. In: HASWANI, Mariângela Furlan. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. Série Pensamento e Prática; v.4. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.
- MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MERLEAU-PONTY, Merleau. (1999). **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes. Disponível em: https://monoskop.org/images/0/07/Merleau_Ponty_Maurice_Fenomenologia_da_percep%C3%A7%C3%A3o_1999.pdf. Último acesso em: 27/05/2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/52985-lavar-as-maos-ato-simples-previne-doencas>. Último acesso em: 27/05/2020.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). DIRETRIZES DA OMS SOBRE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE (VERSÃO PRELIMINAR AVANÇADA). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=454-diretrizes-as-oms-sobre-higienizacao-das-maos-na-assistencia-a-saude-4&category_slug=seguranca-do-paciente-970&Itemid=965. Último acesso em: 27/05/2020.

_____. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-454-diretrizes-as-oms-sobre-higienizacao-das-maos-na-assistencia-a-saude-4&category_slug=seguranca-do-paciente-970&Itemid=965. Último acesso em: 21/05/2020.

ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. Tradução de Maria Maria Okamoto e Luiz Gonzaga Braga Filho. São Paulo: Escuta, 1989.

TAVARES, Fábio Roberto & BOCATO, Débora Cristina Curto da Costa. **Psicologia da Comunicação**. Indaial - SC: UNIASSELVI: 2016.

UNITED NATIONS. **UN Policy Brief: COVID-19 and the need for action on mental health**. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf. Último acesso em: 27/05/2020.

IDEIAS PARA DEPOIS DO FIM DO MUNDO: A BIOPOLÍTICA E A PANDEMIA

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira: Doutorando e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professor substituto no curso de Relações Públicas da FIC/UFG e professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Sul-Americana. E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com



Flávia Martins dos Santos: Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professora Adjunta do curso de Relações Públicas da FIC/UFG. E-mail: flaviamartins21@ufg.br



IDEIAS PARA DEPOIS DO FIM DO MUNDO: A BIOPOLÍTICA E A PANDEMIA

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira
Flávia Martins dos Santos

Resumo

O mundo é um espaço globalizado, as várias formas de conexão implicam uma dinâmica de uma grande comunidade, uma população mundial. Não obstante, desde os fins do século XVIII, a vida e o ser vivo passam a ocupar o centro, algo que Foucault (1988) vai chamar de biopolítica. A pandemia da COVID-19 que acomete o mundo inteiro intensifica essas questões e as leva ao limite. A proposta, então, desse trabalho é fazer uma revisão bibliográfica com o intento de entender como herdeiros desse conceito e dessa forma de pensar as populações escrevem a história da pandemia. O resultado é uma série de trabalhos que entendem, em maior ou menor grau, a população como mais ou menos vulnerável a partir de uma política da vida, mas também uma necropolítica, mantida e instituída por meio de um estado exceção, a partir de uma positividade necessária às redes e a formas que conexões que atravessam pessoas e fronteiras.

Palavras-chave: Biopolítica; Covid-19; Globalização; Pandemia

Introdução

Pandemia é um estado definido à medida que determinada patologia encontra-se em um autoestado de alastramento, sustentada a partir da infecção (e da possibilidade) de várias pessoas no continente ou no mundo. Enquanto escrevemos, o mundo contabiliza mais de 60 dias de pandemia ocasionada pelo Sars-Cov-2, determinado pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Com os primeiros infectados na China, o vírus rapidamente se alastrou pelo mundo e provocou duros golpes em países inteiros, à exemplo da Itália, Espanha, Israel, Estados Unidos e agora no Brasil.

A última vez que tivemos decretado um estado de pandemia foi com a AIDS em meados nos anos 1970 e 1980. A pandemia presente, surge em uma conjuntura em que o mundo está multiconectado por vários dispositivos de comunicação e informação e pela circulação de bens e produtos. Esse fato implica significativamente nos modos como as populações compreendem e se relacionam com e nesta realidade.

Foucault (1988) aponta que a forma como os sujeitos vivem é também produto das relações de poder e resistência em que estão inseridos. Nesse sentido, o corpo social viveu um período de sociedade soberana, baseada na capacidade do soberano de se apossar dos corpos, do tempo e da vida dos indivíduos; uma sociedade disciplina que produz corpos e ações em níveis microfísicos e, nos fins do século XVIII, uma sociedade do biopoder, baseada na gestão populacional.

Essa dinâmica foucaultiana não funciona a partir de uma lógica de uma ou outra forma de gestão, mas como um processo de incorporação em que os corpos, as ações e as práticas são construídas a partir de um complexo jogo de técnicas e tecnologias. Em todo o caso, as relações de poder carregam em si as relações de resistência.

Sustentáculo dessas relações de poder são as formas e formações de saberes que em alguma medida são frutos do seu tempo. Fruto porque são as condições discursivas, as possibilidades mesmas de proferir

enunciados, que circulam durante determinado período em detrimento de outras, que põe em ação as relações de poder, de resistência que se inscrevem nos corpos e práticas.

Foucault vai estudar sobre a biopolítica principalmente entre 1976 e o 1984 (o ano da sua morte). Após esses anos muita coisa no mundo mudou. A globalização atingiu novos ápices, o neoliberalismo agora é uma realidade mais viva do que nunca, o aprofundamento da crise da AIDS, a conexão com a internet móvel, o advento dos celulares, smartphones e a pandemia mundial da COVID-19. Em suma, todo um contexto que não foi visto nem vivido pelo autor.

É nesse contexto que esse trabalho se insere. O objetivo é explicar o conceito foucaultiano de biopolítica (FOUCAULT, 1988), sua atualização a partir da perspectiva de Rabinow e Rose (2006) e a partir dessas leituras fazer uma revisão bibliográfica de textos publicados no contexto da COVID-19 por autores e autoras que são direta ou indiretamente herdeiros desse conceito.

Os textos são, em sua maioria, textos curtos, publicados em blogs, sites pessoais e sites de revistas ou grupos de estudos, todos tratando sobre o contexto pandêmico, seja no sentido de política governamental como aparece em Giorgio Agamben e Beuyng Chul-Han, seja na perspectiva das vulnerabilidades e das diferenças nas suscetibilidade à morte presentes nos textos de Judith Butler e Achille Mbembe ou, por fim, nas questões da comunidade e das imunidades criadas em torno delas, como é o caso de Roberto Esposito e Paul B. Preciado.

Em todos os casos, o que se tem mais nítido é que as formas de conexões da sociedade, via bens e produtos e via tecnologias da informação e comunicação, criam uma dinâmica de suscetibilidade à circulação do vírus. As informações e o vírus mudam as formas como as comunidades veem a si e aos outros.

O isolamento, única forma comprovadamente eficiente de proteção contra o contágio, carrega em si uma dinâmica governamental de exceção que pode ser perigosa e que deve ser vigiada, afinal um dia isso tudo passará e o vírus, em si, não provoca uma mudança social tão relevante. Mas as pessoas, essas sim podem criar uma nova conjuntura de vida. Essa talvez seja a ideia elementar, presente em quase todos os textos estudados: a de que as pessoas podem agora construir outra humanidade. Talvez essa seja, no fim, a ideia para depois do fim do mundo, desse mundo como é conhecido¹.

Sobre o biopoder

A partir do século XVIII, o corpo e a vida, aponta Foucault (1988), passam a ocupar o centro a partir de uma série de técnicas e tecnologias. A política passa a ocupar-se deles por meio de um contingente de mecanismos de poder que intentam controlá-los e dividi-los segundo padrão ótimo. A isso, ele chama biopoder. Essa conjuntura, diz o autor, produz uma fissura no regime discursivo que possibilita tomar a vida, o corpo e suas funções como objeto de saber e o centro das governamentalidades.

Conhecido como estudioso da subjetividade, o poder tem na obra foucaultiana um lugar de destaque porque é também a partir dele que o autor vai pensar as formas por meio das quais os sujeitos são produtos e produtores de si próprios. Para explicar essas dinâmicas, faz-se aqui necessário entender como é construído esse conceito.

Quando Foucault escreve sobre o poder, duas outras concepções de poder vigoram, uma jurídico-liberal (que trata o poder como uma coisa, um bem) e outra econômica-marxista (que pensa o poder como manifestação superestrutural de uma realidade material fundamental de exploração e dominação de classes). Nesses dois casos, em termos simples, o poder seria uma substância abstrata (contratual) que pode ser

¹ O título do trabalho faz uma referência ao texto do Ailton Krenak intitulado Ideias para adiar o fim do mundo. No texto, ele indica que o nosso tempo é especialista em criar ausências e que é importante viver a nossa circulação no mundo, não como uma metáfora, mas uma fricção, uma capacidade de “poder contar uns com os outros” (KRENAK, 2019, p. 13).

transferido ou resultado de uma dominação existente à priori.

A virada do autor, está em remover essa substancialidade (ou essência) do poder e pensa-lo em termos relacionais. Nesse sentido, ele deixa de ser uma posse e torna-se relações que se espalham por todas as pessoas em vários feixes que devem, por isso, ser analisados em suas capilaridades. É nesse sentido que o estudo que ele faz sobre poder vai ser chamado, por ele, de analítica do poder, porque intenta pensar o poder como algo que funciona, um exercício.

Deixando de lado o poder como sendo apenas uma ferramenta do estado, uma substância contratual presente num lugar central, que impõe um não, ele parte para pensar o poder em outras instâncias, outras relações que atravessam a sociedade à exemplo da família, da etiqueta, dos afetos, da educação. Para isso ele faz três ressalvas primordiais: “A gente deve captar o poder em suas capilaridades, onde ele se torna capilar”, logo, estudar as relações de poder não a partir dos grandes aparatos reguladores (como as leis, por exemplo), mas do lugar mesmo onde essas relações se estabelecem. Segundo, não se pode analisar o poder no plano da intenção ou da decisão de exercê-lo, se são relações, o poder localiza-se sempre num plano em que todas as pessoas o exercem e o resistem em alguma medida; por fim, o poder deve ser visto não como um fenômeno de dominação maciço ou homogêneo, mas como algo que circula e só funciona em cadeia (FOUCAULT, 2001, p. 182-184). Nesse sentido, os indivíduos não são alvos inertes, mas centros de transmissão que estão sempre a qualquer momento em posição de sofrer e exercer esse poder (FOUCAULT, 1988).

Ressalta-se nesse sentido, que não é que todo mundo tem poder, na verdade o poder não existe, ninguém o tem. O poder, apenas atravessa a todos os sujeitos a partir das relações estabelecidas com e por esses sujeitos. Partindo desse ponto de vista, o estado não existe, ele é apenas um dos efeitos de práticas infinitesimais de poder, o resultado de um regime múltiplo de governamentalidades.

Por outro lado, para funcionar e para se esconder, o autor busca adicionar o saber como um conjunto de aparelhos que permitem o funcionamento e a circulação do poder. Este, por sua vez, vai funcionar como um a partir de um conjunto de uma rede institucional de poder. Logo, saber e poder se retroalimentam e se sustentam mutuamente.

Essas relações de poder mencionadas pelo autor, vão se alterar com a passagem do tempo e com as conjunturas históricas que o cercam. Sobretudo, as formas de governo que lhe regem, para explicar essa dinâmica Foucault apontam três sociedades: uma sociedade soberana, uma sociedade da disciplina e uma do biopoder.

Nas sociedades soberanas, em vigência até o século XVII, o poder funciona como “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”. O poder aqui, parte de um soberano, com um lugar central para o seu exercício. Nessa perspectiva, o poder e o soberano, só se exercem sobre a vida “exercendo seu direito de matar [...] só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir”, assim, as sociedades soberanas pautam-se num fazer morrer e deixar viver (FOUCAULT, 1988, p. 128).

É preciso deixar claro que “a soberania é precisamente um diagrama de uma forma totalizada e singular de poder, e não uma descrição de sua implementação” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 36). Totalizada e singular, porque se baseia exatamente na capacidade e possibilidade do soberano de atuar sobre a vida dos sujeitos e tirá-las, uma vez que se baseia pátria potestas que concede ao pai de família (e por consequência ao rei) a vida dos filhos (e súditos) e escravos o direito de tirar a vida uma vez que ele a tinha dado (FOUCAULT, 1988).

A aurora do século XVIII provoca uma mudança nessa perspectiva de poder porque ele deixa de agir na perspectiva de confisco, vigente nas sociedades soberanas e passa a ser executado a partir da produção de forças, das possibilidades de fazê-las crescer, mais do que barrá-las a perspectiva inaugura intenta ordená-las

(FOUCAULT, 1988).

Agora, nas sociedades disciplinares o poder age por meio de um processo de produção dos sujeitos, de práticas e ações a partir das quais os corpos são esquadrihados em detalhes e suas ações determinadas em confinamentos, dos quais os mais expressivos vão ser, na perspectiva do autor, a escola, a fábrica e a prisão. A sociedade disciplinar, baseia-se numa conjuntura do corpo em que ele é uma máquina, que deve ser adestrada, suas aptidões ampliadas e suas forças extorquidas tendo como princípio a sua utilidade, a docilidade e a integração ao sistema de controle eficaz e econômico. A isso Foucault vai chamar de anátomo-política do corpo humano (FOUCAULT, 1988)

Essa sociedade, emergente no início da industrialização e urbanização das cidades, pauta-se num corpo individual que, naquele momento histórico, estava sujeito a toda uma série de aprisionamentos. Ressalta-se que não há, no pensamento foucaultiano, um a priori essencial. Que essa conjuntura de poder, é uma moldura que se põe sobre sujeitos, mas é a própria realização desses sujeitos e corpos, que age estilisticamente no detalhe em que os corpos precisam responder em termos gestuais, temporais e espaciais a partir de critérios e padrões estabelecidos por uma organização de discursos de saber (FOUCAULT, 1988).

O crescimento das cidades, a proliferação dos discursos científicos, o aumento populacional, a ausência de guerras são alguns dos fatores que inauguram uma nova dinâmica para pensarmos o poder. Por volta da metade do século XVIII, o poder passa a centrar-se no corpo-espécie. O corpo passa a ser transpassado pela “mecânica do ser vivo e suporte dos processos biológicos” que se materializam na sua “proliferação, nos nascimentos e mortalidade, no nível de saúde, na duração da vida, na longevidade”, “processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

A morte, um fator preponderante nas sociedades soberanas, é substituída pela vida. Agora, o corpo social deve agir para garantir sua própria vida, para desenvolvê-la. Em outros termos, “o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população”, assim, “o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, 1988, 130).

A entrada da vida na história, como diz o autor, possibilita que o homem ocidental aprenda o que é ser uma espécie e aprenda pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo. E é essa conjuntura que vai possibilitar o desenvolvimento do capitalismo, “que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 132). No limite, diz o autor,

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida [...] os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada (FOUCAULT, 1988, p. 135).

Ao estudar sobre o tema, Rabinow e Rose (2006) indicam que a biopolítica vai atuar segundo um campo regulador que consiste em controles reguladores que tem como foco a espécies do corpo e o corpo relacionados com os mecanismos da vida, a exemplo dos nascimentos, da morbidade, longevidade etc. Assim, emergem novas disputas políticas em nome das reivindicações “de um ‘direito’ à vida, ao próprio corpo, à saúde, à satisfação das necessidades” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 26).

Para os autores, o conceito de biopoder deve ser visto a partir de novos elementos, os quais aparecem dispersos nas suas obras e que são, em alguma medida, sintetizados no trabalho *O conceito de biopoder hoje* (RABINOW, ROSE, 2006).

O primeiro elemento, é que o conceito de biopoder carece de ser pensado a partir de “um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade”, aqui o saber tem lugar de destaque como sustentáculo desse poder (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29). Os autores ainda ressaltam que esse discurso não passa, necessariamente, por aquilo que é determinado apenas pela biologia, mas pela integração hibridizadas de várias disciplinas do conhecimento, dentre as quais a biologia, demografia, sociologia, todas ligadas pela nova linguagem de suscetibilidade.

O segundo elemento, diz respeito a pensarmos sobre “estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte”. Para eles, essas estratégias podem ser tanto voltadas para populações territorializadas, mas que também podem ser especificadas a partir de coletividades biossociais emergentes, especificadas nas categorias de raça, etnicidade, gênero ou religião, bem como nas cidadanias genéticas e biológicas emergentes (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29).

Por fim, o conceito deve considerar também os modos de subjetivação, como formas por meio das quais os indivíduos atuam sobre si próprios, a partir de certas formas de autoridade, bem como discursos de verdade, a partir de práticas de si, em nome da sua “própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29).

Esse conceito de biopoder nos servirá aqui como um norte de análise, bem como os óculos a partir do qual vemos, selecionamos, analisamos e relacionamos os textos. Tanto porque os autores que selecionamos são, em alguma medida, herdeiros que refutam ou expandem os conceitos de biopoder de Foucault, bem como suas obras tem como centro o corpo, como o ponto de inflexão, aplicação e resistência ao poder.

A COVID-19

Nos encontramos no meio de uma pandemia mundial. O contexto da COVID-19 tem mudado nossa perspectiva sobre vida, sobre nós mesmos e, no fim, sobre aquilo que nos tornamos como humanidade. A pandemia bagunçou nossas vidas porque foi um duro golpe, produto também da globalização.

Os casos divulgados pela China em dezembro de 2019 pareciam distantes da nossa realidade até meados de março quando os noticiários reportavam para o mundo a situação crítica em que entrou a Itália, logo depois a Espanha, os Estados Unidos e o Brasil.

A doença causa infecções respiratórias em seres humanos e em animais, geralmente traz consequências leves a moderadas, semelhante a um resfriado comum, segundo informações agrupadas pela Fiocruz². O agravante na doença está na sua elevada capacidade de transmissão que rapidamente se alastra entre os sujeitos e superfícies provocando índices assombrosos a partir do qual aqueles sujeitos que tenham complicações da doença não tenham acesso ao serviço de saúde, uma vez que ele pode estar superlotado.

Além de altamente infeccioso não há até então forma efetiva para prevenção ou cura da doença. Os protocolos médicos em uso são adaptados de outras doenças e a vacina, embora já em teste com humanos, ainda não tem previsão efetiva de ser lançada.

Nesse contexto, a única efetiva forma de cuidado está no processo de prevenção a novas infecções que acontece sobretudo a partir do isolamento social. Isolados uns dos outros, acabamos por sermos levados ao extremo de uma conexão mediada por telas em um nível tão extremo que a filosofia das redes só anunciava.

2 FIOCRUZ. O que é o coronavírus. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>. Acesso em 27 de maio de 2020.

A grande aldeia global (MCLUHAN, 1972) toma forma por meio das redes sociais, do acesso à internet e de relações mediadas pelos mais diversos *devices*.

Enquanto escrevemos, os números de infectados crescem e se projetam em um futuro tão incerto que é meio desesperador pensar nele. Não obstante, no Brasil, ainda temos que lidar com outros dificultadores: o Presidente da República continua a minimizar os riscos inerentes à capacidade de proliferação do vírus³, empresários vociferam que devemos reabrir o comércio não essencial⁴ porque os “CNPJs não podem morrer”⁵, a indústria da *fake news* insiste em proliferar mentiras e desinformação que não apenas dificultam e muito o trabalho de prevenção como estimulam as pessoas ao risco de tal forma que ministros que seguem as recomendações médico científicas não apenas são rechaçadas como passam, quase que automaticamente ser despedidos ou desacreditados em nome da cloroquina⁶⁷.

Deixando de lado toda essa questão política que o vírus tomou no Brasil, no mundo a pandemia provoca mudanças na forma como nós percebemos o mundo em que vivemos. Discussões surgem e despontam em todas as áreas de conhecimento, de várias pessoas. Expresso nas redes, o sonho de viver os grandes momentos da história que vimos em livros didáticos chegou para todos.

Nesse momento histórico, vários autores escrevem sobre o contexto pandêmico e expressam suas opiniões, sobretudo na internet. Autores seminais para o pensamento da cultura, da sociedade, dos nossos corpos e vidas, expressaram suas opiniões e relacionaram seus conceitos com o contexto pandêmico em que vivemos. Suas produções são em alguma medida uma forma deles, também, passarem por esse momento.

É nesse contexto que esse trabalho se insere. Como mencionamos os textos foram selecionados a partir das relações dos autores (e dos textos) como o conceito de biopoder apontado por Foucault. Esses textos são em sua maioria produtos para internet que forma publicados em sites e blogs pessoais, sites de editoras e/ou de grupos de estudo.

Ressaltamos também que o objetivo não é analisar todos os textos publicados por esses autores, uma vez que os próprios autores continuam escrevendo sobre o assunto e que a pandemia ainda está em curso. E que os textos levantados para o trabalho seguem a premissa de tratarem, direta ou indiretamente, do conceito de biopoder e suas dinâmicas na sociedade.

Aqui priorizamos por textos que tenham sido traduzidos para português, mas em alguns casos o texto foi lido no original e suas acepções traduzidas e presentes nesse trabalho. Os textos e suas análises são agrupadas em três eixos, com base nos elementos que o Rabinow e Rose (2006) indicam como elementos necessários para pensarmos o conceito de biopoder hoje. Em todo o caso, esse agrupamento é apenas uma forma de facilitar o entendimento e a relação dos textos, não significando que eles sigam apenas essa perspectiva no pensamento dos autores originais.

3 GULLINO, D. Depois de minimizar coronavírus, Bolsonaro diz que governadores são responsáveis por mortes. Globo.com. Brasília, 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/depois-de-minimizar-coronavirus-bolsonaro-diz-que-governadores-sao-responsaveis-por-mortes-2-24400524>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

4 CBN GOIÂNIA. Retomada já passou da hora, afirma presidente da Aciieg. Goiânia, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/empres%C3%A1rios-pedem-reabertura-de-com%C3%A9rcio-em-go%C3%A2nia-1.2023857>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

5 LOVISI, P. Com Bolsonaro no STF, empresário diz: ‘Haverá mortes de CNPJ’. Estado de Minas, 7 de maio de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna_politica,1145275/com-bolsonaro-no-stf-empresario-diz-havera-mortes-de-cnpj.shtml. Acesso em: 24 de maio de 2020.

6 G1. Assim como Teich, Mandetta caiu após discordar de Bolsonaro sobre cloroquina e isolamento. São Paulo, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/mandetta-tambem-caiu-apos-discordancias-com-o-presidente-sobre-cloroquina-e-isolamento-vertical.ghtml>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

7 CORREIO BRAZILIENSE. Uso da cloroquina no tratamento da covid-19 provocou saída de Teich. Brasília, 16 de maio de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/16/interna_politica,855426/uso-da-cloroquina-no-tratamento-da-covid-19-provocou-saida-de-teich.shtml. Acesso em: 24 de maio de 2020.

Entre o estado de exceção, a vida nua e o *big data*: Agamben e Beyung Chul-Han

Giorgio Agamben é um dos mais profícuos pensadores do nosso tempo. Italiano, sua obra versa principalmente sobre a fundação da política no ocidente, a constituição do homem, a animalidade, bem como as formas de governamentalização da vida. Dois conceitos no seu trabalho são importantes para percebermos a partir de que perspectiva sua análise do contexto é feito: o conceito de estado de exceção e de vida nua.

Para o autor, o estado de exceção funciona a partir de uma conjuntura em que o soberano ao perceber a sociedade em guerra, resistência ou insurreição determina o por decreto, como uma possibilidade de resposta a conflitos mais extremos. Nesse sentido, o estado de exceção moderno funciona como uma “guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos”, uma ação que “tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Essa conjuntura, provoca e é provocada, pela possibilidade do soberano de utilizar-se do direito para suspender os direitos individuais (AGAMBEN, 2004). Nesse sentido, os cidadãos são assujeitados pela força legal do estado, no qual “o exercício do poder político sobre a sua vida torna-o sujeito a ser a ser despido de sua humanidade (...) tornando-se, assim, em mero ser vivente” (AGAMBEN, 2004, p. 61). Assim, a linha que separa a vida e a lei são borradas, os indivíduos são abandonados à pura lei, logo ao mando do soberano, e passa a ser puramente a vida nua (AGAMBEN, 2002).

O pensamento agambeniano parte de uma perspectiva de que a sociedade funciona a partir de dois polos principais: de um lado uma máquina governamental que atua por meio da dominação, controle e restrição das liberdades; e do outro lado um corpo social que é quase sempre passivo, compacto e inerte. É desse lugar que o autor vai escrever sua análise sobre a COVID-19.

Seus textos, trazem invariavelmente a questão da soberania, como uma conjuntura em que a vida dos indivíduos estão não mãos dos governantes que, no limite da pandemia, estão governando por decretos. Principalmente o governo italiano e como justifica, esse governo se vale, da situação de pânico instaurada pela proliferação dos vírus em solo italiano.

O estado de pânico, diz o autor num texto publicado em 26 de fevereiro de 2020, é um comportamento desproporcional utilizado pela mídia e pelas autoridades que provocam limitações nos movimentos (em decorrência do isolamento social), bem como uma suspensão do funcionamento normal das condições de vida e trabalho (AGAMBEN, 2020c).

A explicação, diz o autor, vem de dois fatores: “usar o estado de exceção como um paradigma normal de governo”. Uma vez que o terrorismo deixa de ser uma possibilidade no horizonte, uma das estratégias capazes de manter um estado de exceção, a epidemia (inventada) serve para instaurar um “estado de pânico coletivo” por meio da qual o estado pode tangenciar a liberdade dos indivíduos em troca de segurança (AGAMBEN, 2020c).

Ainda falando sobre o pânico, em um texto publicado em 11 de março de 2020, o autor vai dizer que ele está relacionado com a ideia de contágio, um fator que está na base dos atos do governo (inclusive nos decretos governamentais) como também vai servir para, segundo o autor, transformar “cada indivíduo em um potencial infestador”, assim, os cidadãos são transformados, via decreto, em “potencial terrorista” que pode, inclusive, “ser punido com prisão” (AGAMBEN, 2020a).

O problema desse contexto de contágio, em que cada sujeito se torna um potencial vetor da doença, na perspectiva do autor, é uma abolição do contato com o próximo. Uma ação que reflete a “inconsistência ética de nossos governantes” que, ao suscitarem o temor, podem realizar aquilo que “tentaram realizar repetidamente”:

o fechamento das escolas e universidades, o fim dos encontros para conversar. Ações que na Europa e no mundo passam a ser mediadas por telas, substituindo assim “todo o contato – todo contágio – entre os seres humanos” (AGAMBEN, 2020a).

Essa preocupação expressa por Agamben, do possível fim do contato humano em busca de uma defesa ao contágio, torna-se ainda mais expressiva no pensamento do sul-coreano Beyung Chul-Han, sobretudo porque o Chul-Han vai pensar a epidemia a partir de uma conjuntura em que as pessoas estão quase todas conectadas à internet e o faz pensando as questões geográficas (entre a Europa e a Ásia), as questões de soberania e também da biopolítica.

Um dos livros mais conhecidos do autor no Brasil é *Sociedade do Cansaço* em que o autor vai falar sobre como deixamos de ser uma sociedade da negatividade baseada em uma imunológica, que se sustenta em um conjunto de mecanismos de defesa e proteção ante aquilo que é diferente, para nos tornamos uma sociedade da positividade, que se baseia nas possibilidades de produção e rendimento em que agimos em prol de resultados ótimos (HAN, 2017).

Essa positividade, o autor vai apontar em *Psicopolítica* (2018), vai funcionar não por meio da coerção, da disciplina e controle, mas antes por meio da sedução, que ocasiona em uma adesão voluntária pela possibilidade pregada pelo neoliberalismo de que os sujeitos são livres para escolher. Paradoxalmente, os sujeitos tornam-se senhores e servos de si mesmo, atuando em um constante auto exploração em todos os aspectos da sua vida. Tanto a liberdade, quanto a vida, são, nesse sentido, tomadas pelo capital para sua própria multiplicação.

Isso fica evidente, no pensamento Chul-Han, sobretudo no diz respeito à comunicação, uma vez que há uma crescente necessidade de nos comunicarmos. Essas formas de comunicação, acontecem principalmente em plataformas digitais, as quais são construídas baseadas em algoritmos e por isso permitem um registro total da vida. Uma vez registrada, essas informações podem ser utilizadas para o estabelecimento de padrões, definindo ou excluindo aqueles escolhidos para o consumo (HAN, 2018).

Olhando a pandemia com esses olhos, o sul-coreano, assim como Agamben, parte daquilo que é soberania. Para ele, em texto publicado em 22 de março de 2020, “nos sentimos de volta à época da soberania”, isso porque agora o estado tem a capacidade de decretar o estado de exceção, principalmente no que diz respeito ao fechamento das fronteiras (umas primeiras ações dos estados, sobretudo da eurozona, para a contenção da disseminação do vírus). Contudo, para ele, essa é uma ação desmedida e desnecessária, uma vez que a Europa era à época o epicentro da pandemia, logo o lugar que ninguém queria ir, para ele a ação deveria ser contrária, impedir os europeus de sair dos seus países (HAN, 2020).

Assim, o filósofo, repensa e nos faz repensar a questão da soberania. O direito sobre a vida dos sujeitos, principalmente na Europa, passa por uma desmedida nacionalista com a instalação de um estado de exceção e um fechamento das fronteiras. Algo bem próximo daquilo que aponta Agamben, porém o soberano para Beyung Chul-Han é aquele que dispõe de dados (HAN, 2020).

No mesmo texto, ele passa a pensar então o contexto asiático, principalmente porque em países como a China o estado de exceção determinou o completo fechamento de cidades inteiras, mas com características diferentes daquilo que se planejava na Europa.

Na Ásia, diz o autor, as epidemias não são combatidas apenas por virologistas e epidemiologistas, mas também como especialistas em informática e macrodados. Países como a China, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan e Japão, são tão conectados e dependentes da internet que não há uma “consciência crítica diante da vigilância digital”, o que ocasiona e é ocasionada pela embriaguez da digitalização, algo que parece ser a preocupação do Agamben no texto *Contágio* (AGAMBEN, 2020a).

Uma conjuntura diferente, porém, se instalam a partir dos dois espaços analisados pelos dois autores. Enquanto nos países da Europa vigora um sistema legal que objetiva proteger os dados, o mesmo não acontece com a Ásia. No continente, nos diz Han, vigora uma “biopolítica digital que acompanha a psicopolítica digital que controla ativamente as pessoas” (HAN, 2020).

Em *A sociedade do cansaço*, como mencionado, ele parte de uma perspectiva de que não existe mais um grande inimigo, que o capitalismo suprimiu os limites imunitários em decorrência da globalização. Não havia, segundo o livro, mais uma negatividade do inimigo, apenas uma positividade. No contexto pandemia, o inimigo está de volta, deixamos de lutar apenas contra nós mesmos para lutarmos contra um inimigo invisível que vem de fora, cujo produto é também o pânico desmedido como uma reação imunitária social ao novo inimigo (HAN, 2020).

Nesse ponto, se recuperarmos outro texto de Agamben, publicado em 17 de março de 2020, o grande temor provocado pela pandemia está basicamente na invisibilidade do inimigo, o que criaria a mais absurda das guerras, principalmente porque o inimigo, do qual temos tentando estabelecer estratégias imunitárias, não está do lado de fora (da casa, da fronteira, do espectro político), mas do lado de dentro, das nossas fronteiras e corpos (AGAMBEN, 2020b).

Por fim, dois caminhos são apontados pelos autores. Agamben, diz que no contexto da peste acabamos por aceitar ter as condições de vida e liberdade suprimidas porque em alguma medida a pandemia já pairava dentro de nós e que a realidade do vírus apenas a fez emergir e vir à tona, o que ocasionaria no comportamento permissivo que temos tido ante ao estado de exceção instaurado. Não obstante, acabamos por, ao não ter os anseios atendidos pela igreja que não tem condições de fazê-lo, buscando por aquilo que é a religião do nosso tempo: a ciência, cuja fé é professada na defesa da existência biológica a qualquer custo (AGAMBEN, 2020b).

Por outro lado, Chul-Han (2020) vai apontar que é a digitalização o grande problema. Uma vez que ela havia “eliminado a realidade” e agora estamos em frente e em contato com um vírus que não é de computador e que, por isso, provoca uma comoção, a partir da qual as pessoas e estados agem de forma violenta e exagerada. Ele também ressalta, que o vírus nos individualiza ao nos isolar, evitando que tenhamos capacidade de solidarização uma vez que estamos preocupados demais com nossa própria sobrevivência.

A intervenção necropolítica e capitalista do vírus: entre Butler e Mbembe

É nesse contexto de sobrevivência que pensamos outros autores com textos também importantes para pensarmos essa conjuntura. Sobretudo naquilo que diz respeito à possibilidade de intervenção na existência coletiva da manutenção (ou não) da vida e da morte.

Judith Butler é uma filósofa estadunidense talvez mais conhecida no Brasil pelo trabalho sobre o corpo, gênero e sexo. A autora vai tratar a relação gênero/sexo como um sistema a partir do qual as performatividades são determinadas e constantemente reiteradas, logo não são natas nem possuem um a priori essencialista histórico, mas estão sempre em contingência (BUTLER, 1990, 2003). Contudo, ela possui outras obras que talvez sejam expoentes maiores para a forma como ela vai pensar a questão do coronavírus, a saber *Vida Precária* (2011) e *Quadros de Guerra* (2015).

Na primeira obra, ela parte da perspectiva de que a alteridade se consolida como um meio de humanização/desumanização, um processo que implica em reconhecer um vínculo ético-moral com o Outro ou uma justificativa para a sua eliminação. Essa despossessão do estar em frente ao Outro provoca uma relação codependente em que um indivíduo pode injuriar o outro, bem como esse outro pode me injuriá-lo e assim, eles podem destruir-se mutuamente. A vida torna-se, portanto, uma relação de codependência entre sujeitos

(BUTLER, 2011).

Na segunda obra, a autora leva isso ao extremo a ponto de dizer que somos, por necessitar de um outro, todos precários e uns em condições mais precárias que outros, logo a vulnerabilidade é, em alguma medida, politicamente regulada. Para falar sobre a vida, nessa obra, a recupera a questão do luto, como um processo resultado da comoção e que é voltado para uns em detrimentos de outros. Assim, há uma responsabilidade de os indivíduos, em coabitação, perceberem uns aos outros como sujeitos passíveis do conhecimento e de reconhecer – entre si – a vulnerabilidades em que seus corpos estão inseridos, corpos esses marcados por normatividades (BUTLER, 2015).

Se os corpos são dependentes uns dos outros, inclusive para o reconhecimento deles como corpos, eles também se relacionam com o ambiente em que estão inseridos, sobretudo no sistema econômico. É partir dessa trama que Judith Butler vai pensar o contexto pandêmico.

A precariedade dos corpos aparece sobremaneira quando ela indica, em texto publicado em 30 de março de 2020, que o “vírus não discrimina” e põe a todos os corpos – precários – em uma conjuntura que os torna capaz de adoecer, colocando assim os sujeitos em um mundo de eminente ameaça.

Contudo, essa precariedade globalizada possui suas oscilações, principalmente porque a pandemia revelou aqueles que fracassam ao se preparar com antecedência, as práticas nacionalistas extremas baseadas em pânico e xenofobia e a capitalização do sofrimento indica que o sistema capitalista pode, antes de tudo, fortalecer-se dentro dessa zona.

Dessas oscilações, entre quem é mais ou menos precário, mais ou menos humano, mais ou menos passível de luto, que os estados deixam morrer os mais vulneráveis (os sem-teto, sujeitos com condições preexistentes e idosos) desde que “a economia possa ser revivida”. Assim a nação deixa de ser um povo e passa a ser apenas um mercado (BUTLER, 2020a).

Ao tratar da vacina, em outro momento no mesmo texto, ela questiona as possibilidades dessa vacina ser acessível a população, sobretudo porque ela é também um produto entregue à um mercado, cuja demanda é crucial exatamente porque intensifica ainda mais o espectro da precariedade das vidas. Para ela, “a desigualdade social garantira que o vírus discrimine” e, mesmo que dada sua alta taxa de infecção não discrimine, “nós, humanos, certamente o fazemos, formados e animados como somos pelos poderes entrelaçados do nacionalismo, racismo, xenofobia e capitalismo” (BUTLER, 2020b).

Ainda sobre a questão do capitalismo, ela vai apontar, em texto publicado em 12 de abril de 2020, que exatamente por ser uma forma de globalizar o mundo e pela livre circulação entre os países que os produtos carregam em si mesmos o risco de comunicar o vírus, mas paradoxalmente, o vírus não é como um produto do capitalismo, uma posse, um atributo, mas uma circulação (BUTLER, 2020b).

Ao circular, o vírus configura-se como um decalque às superfícies que conectam o mundo, inclusive dos objetos, e assim os indivíduos tornam-se suscetíveis àquilo que vivem e aos objetos que se relacionam. O corpo, para a autora, configura-se também como uma superfície, cuja relação com outras superfícies e corpos, carrega uma eminente ameaça à própria vida, o que reduz os indivíduos “aos rudimentos da vida, deliberando a cada passo dado para cumprir seus requisitos mais básicos” (BUTLER, 2020b).

Desse ponto de vista, nos diz a autora, “o vírus atua na superfície, mas a superfície também atua”. O vírus age a partir da sua penetrabilidade no corpo e assim desencadeia ações nas células, concomitante a isso o humano também atua, logo “não é mais que uma parte na cadeia de ações” (BUTLER, 2020b).

Ao entrar nos corpos e nos objetos, o vírus revela a penetrabilidade também do corpo humano, inserindo-os corpo e objeto num contexto de inter-relação com potencial interpenetrabilidade. A forma, determinada inclusive pelas autoridades médicas, de reduzir a porosidade dos corpos é ficar em casa, contudo, não são todas

as pessoas que o podem, sobretudo aquelas que não tem onde morar. Assim, o vírus e as formas de proteção são apenas “uma forma de desigualdade, de exposição e riscos desiguais” e colocam “em primeiro plano as diferenças raciais e geopolíticas do sofrimento”. Assim, “a vida passa a ser um direito só dos privilegiados” (BUTLER, 2020b).

Ao colocar a vida como um privilégio, Butler aponta para o Estado como o capaz de manter ou não a vida, de estimulá-la ou destruí-la. A (bio)política vai gerir a população nesse sentido também pela capacidade do estado – ao escolher quem tem condições ou não de morrer – numa perspectiva da morte e não mais da vida.

É nesse contexto que o camaronês Achille Mbembe nos é de grande valia. O filósofo é autor de *Necropolítica* (2011), uma obra em que ele expande o conceito de biopolítica para situações outras na contemporaneidade em que estratégias da sociedade criam “mundos da morte” e subjagam populações inteiras a condições de vida que lhe conferem o status de “mortos-vivos”, sobretudo no que diz respeito aos corpos racializados.

Para explicar o coronavírus ele faz uma analogia que vai estar presente em todo o texto: o vírus infecta o corpo e ataca os órgãos e outros tecidos começando pelos mais expostos. Assim, uma vez morto, o corpo deve imediatamente ser cremado ou enterrado, privado inclusive de velório. Na perspectiva do camaronês, a sociedade tentou desde sempre se livrar do corpo, tentando enxertá-lo noutros suportes. Contudo esse corpo ocupa o centro do debate, principalmente porque ele é o vetor de um vírus potencialmente capaz de matar (MBEMBE, 2020).

E sobre a morte ele é enfático: “nunca aprendemos a morrer”. No advento do Novo Mundo, a sociedade, sobretudo ocidental, passou a delegar a morte a outrem e fazer da sua “própria existência um grande repasto sacrificial”. Contudo, ele diz que, “em breve deixará de ser possível delegar a morte noutrem” e além de assumir a própria morte será preciso também lidar com a impossibilidade de adeus (MBEMBE, 2020).

A autofagia eminente implica também no fim da comunidade, que será velada pela impossibilidade de adeus. Uma vez que a comunidade, esse em-comum, assenta-se tanto no dizer adeus, como também na possibilidade de partilhar a condição de recuperar aquilo que é incomensurável (MBEMBE, 2020). A possibilidade mesma de velar os seus mortos e sentir deles e por eles o luto, é uma forma que, como diz a Butler (2015), não apenas classifica os indivíduos como humanos como também indica as vidas vivíveis ou não.

Essa comunidade, aparece ainda como preocupação do autor, sobretudo porque as tecnologias digitais de comunicação e informação, nessa conjuntura pandêmica, intensificaram ainda mais uma transfiguração do corpo, supostamente resgatando da sua possibilidade de corrupção biológica e inserindo-o numa rede sintética de fluxos. A ilusão de perder o corpo, ou tê-lo transformado em bits e pixels, impossibilita também que haja uma humanidade. Essa ilusão expressa-se sobremaneira porque não há, para o autor, possibilidade de liberdade da humanidade fora desse corpo, nem tampouco fora da sociedade ou da dependência da biosfera (MBEMBE, 2020).

Se a liberdade é então uma possibilidade calcada em uma vivência comum, calcada numa vida interdependente entre os corpos dos sujeitos (MBEMBE, 2020), respeitando e minimizando suas vulnerabilidades (BUTLER, 2015), o estado precisa então agir em prol de possibilitar a vida e intervir para garantir condições mínimas de existência coletiva (RABINOW; ROSE, 2006).

Essa coletividade expressa em Mbembe (2020), encontra, no fim do texto, um significado muito mais amplo. Principalmente porque ele parte de uma perspectiva, como diz o título do texto, de um direito universal à respiração, que não é nem quantificável nem apropriável, mas um direito do vivo em sua totalidade, logo não pode ser confiscável e, por isso mesmo, escapa à soberania. Dessa feita, é um direito de uma comunidade

universal.

Fazer-se a si: entre a farmacopornografia e a *comunitas*

Paul B. Preciado é um dos maiores filósofos da atualidade. Com uma pesquisa sobre os corpos, sexualidades e práticas polimorfas, o autor implode um conjunto de pensamentos e certezas sobre novos corpos e sexualidades. Em seu lugar, ele coloca quase que gentilmente novas práticas, dispare, distantes, mas não menos importantes.

Obras como *Manifesto Contrassexual* (2014) e *Testo Junkie* (2018) apontam para um autor que parte de um pensamento de que os corpos são políticos, cujas determinações médico-legais não deveriam ser suficientes para pensá-lo. Na primeira obra, ele parte da perspectiva de que o pênis e o dildo estabelecem uma relação intrínseca com o corpo, contudo o primeiro é apenas um suprimento do segundo. No princípio era o dildo. Por fim, ele decreta o fim da natureza como uma suposta ordem que funciona para legitimar a sujeição de um corpo a outro, ações que se efetivam a partir de práticas de contradisciplina.

Já em *Testo Junkie*, é uma espécie de autobiografia que entre a filosofia da existência, do corpo, do gênero e da sexualidade, o autor vai contar seus pensamentos, respostas e ações enquanto deliberadamente se automedica com a testosterona em gel. É nesse texto também que o autor explicita aquilo que ele vai chamar de Era Farmacopornográfica, um processo biomolecular (fármaco) e semiótico-técnico (pornográfico) de governo de subjetividade sexual. A conjuntura, é que desde os anos 1970, os sujeitos passaram a se medicar cada vez mais, seguir as dinâmicas da indústria farmacológica (a partir do Viagra, dos anticoncepcionais, dos reguladores de humor) e a viver também em função das imagens tantas que os atravessam o tempo inteiro e que intenta lucrar como lucra a pornografia (PRECIADO, 2018).

É sobre esse olhar, de exercer algo sobre si mesmo, que Preciado vai escrever sobre a pandemia. Seu pensamento é também atravessado pela doença, dentre os autores aqui presente, ele é o único que, até a data de escrita deste texto, afirmou ter sido contaminado. Em texto publicado em 26 de março de 2020, ele afirma que quando foi para a cama, o mundo era próximo, coletivo e sujo e ao dela levantar o mundo havia se tornado distante, individual, higiênico.

Preciado (2020b) expressa o que talvez seja o maior medo durante esse período, não o de morrer, propriamente dito, contrariando o Mbembe, mas o de morrer sozinho. E então, se volta, também, para a questão do consumo digital excessivo que “cristaliza a vida orgânica” e promove uma “desmaterialização do desejo”.

Em outro texto, publicado em 28 de março de 2020, ele recupera como as questões da biopolítica foucaultiana vão funcionar em um contexto de pandemia/epidemia, fazendo um paralelo, entre a AIDS de 1980 e o Corona Vírus de 2020. Na sua percepção, baseada em Foucault, não há política que não seja política dos corpos, mas esse não é um dado organismo biológico que sobre o qual o poder age, mas antes é produto mesmo dessas relações de poder que o configuram, o colocam em movimento, ficcionado de tal forma que é capaz de dizer “eu”.

Nesse texto, ele recupera o Roberto Esposito e a questão da imunidade presente na sua obra. Ao relacionar o Esposito, Preciado (2020a) indica que a própria biopolítica é imunológica, uma vez que ela supõe uma comunidade e carece de uma definição e de uma hierarquia que determine os órgãos isentos e aqueles potencialmente perigosos. Assim, a comunidade ela mesma é a responsável por, ao se proteger, sacrificar outras vidas possíveis. Algo que em nível extremo toma forma com a instauração de um estado de exceção a *l'Agamben*.

Esposito, mencionado por Preciado, também publicou textos sobre a pandemia, em 28 de fevereiro de 2020. Nascido na Itália, Esposito tenciona e expande o conceito foucaultiano de biopolítica, a partir do qual ele apregoa o que chama de “paradigma imunitário”, que age no corpo social como uma imunização política em função de “uma proteção negativa da vida” (ESPOSITO, 2010, p. 24).

Para ele, no texto publicado durante a pandemia, até o termo viral já “indica uma contaminação biopolítica entre diferentes linguagens – políticas, sociais, médicas, tecnológicas –, unificadas pela mesma síndrome imunitária, entendida como polaridade semanticamente contrária ao léxico da *communitas*” (ESPOSITO, 2020).

Esse texto, é também uma resposta ao texto do Giorgio Agamben (para quem a pandemia é pensada apenas em termos políticos) e para Jean-Luc Nancy. Nesse sentido, ele afirma que pensar na pandemia como um risco a democracia é um exagero, principalmente porque não é de hoje que política e medicina se relacionam de forma que ambas foram transformadas (ESPOSITO, 2020).

Essa relação entre medicina e política implica em de um lado, uma medicalização da política que se mostra mais dedicada ao tratamento dos cidadãos diante dos riscos do ela enfatiza; por outro lado, uma politização constante da medicina que atua também para o controle social, uma vez que, embora o objetivo da medicina seja voltado para corpos individuais ela acaba por agir também a partir de segmentos da população (ESPOSITO, 2020).

Fato é que, tanto para Esposito, quanto para Preciado, não há como pensar esse momento sem relacioná-lo com a biopolítica, tanto pela gestão população quanto pelo controle dos corpos. Nesse contexto, dizem os autores, o centro é a relação entre política e vida biológica. Se antes, a noção de comunidade determinava aquilo e aqueles que estão dentro e estão fora, a epidemia desloca as técnicas aplicadas em território nacional para o corpo, em um nível de anatomia política. Uma extensão das políticas de imunização para (e contra) os corpos individuais (PRECIADO, 2020a).

Isso torna-se ainda mais evidente ao se pensar que a sociedade está passando de uma sociedade escrita para uma sociedade ciberoral. As formas de controle não são mais disciplinares e arquitetônicas, mas antes “microprotéticas e midiático-cibernéticas”. Assim, as subjetividades não são mais reguladas pelas passagens pelas instituições de confinamento (escola, quartel, casa, hospital, etc.), mas “pelo conjunto de tecnologias biomoleculares, microprotéticas, digitais e de transmissão de informações” (PRECIADO, 2020a).

Nesse contexto, a COVID colocou em evidência, segundo o autor, aquelas vidas que estamos dispostos a salvar e quais delas podem ser sacrificadas (recuperando o Mbembe e a Butler), bem como as formas de entender a comunidade, que deixa de ser local para ser a totalidade do planeta. A imunidade aqui, determina o desenho de novas fronteiras, as quais devem ser pensadas a partir de termos necropolíticos, em suma, técnicas de morte (PRECIADO, 2020a).

As práticas estatais de biovigilância e controle digital utilizados em tempos da COVID-19 como necessárias para manter uma ideia de imunidade, poderiam ter sido utilizadas para a redução do tráfico de animais, da produção industrial de aves e mamíferos ou reduzir a emissão de CO₂, contudo essas mesmas técnicas não foram usadas para tanto. O que aumentou, nesse período, ele diz, foi a tolerância cidadã perante a esse controle estatal e corporativo.

Por fim, ele diz que “o evento Covid-19 e suas consequências nos chamam a liberar-nos de uma vez por todas da violência com que definimos nossa imunidade social”. E que quando o momento de cura chegar, “é necessário passar de uma mudança forçada a uma mudança deliberada”, em que “é imperativo mudar a relação de nossos corpos com as máquinas de biovigilância e biocontrole: eles não são simples dispositivos de comunicação. Temos que aprender coletivamente a alterá-los” (PRECIADO, 2020a).

Considerações finais

Realizar uma análise de um evento social ainda em curso é no mínimo desafiador. Ainda mais no dado estágio da globalização, em que mudanças significativas podem ser instauradas em questão de dias ou horas, principalmente pelo fluxo de informação que circula a respeito dos fenômenos sociais globalizados.

No caso da pandemia de COVID-19, a alta capacidade de contaminação que multiplica o número de casos no mundo de maneira assustadora é também acompanhada por uma avalanche de notícias, pesquisas, análises e especulações que se somam à repercussão exponencialmente aumentada pelo poder de comunicação das redes sociais digitais. Isso fica ainda mais evidente quando, para a maioria das autoras e autores que estudamos, a internet é apontada como um fator, a partir do isolamento social ocasionado pela doença, que modifica a forma como nos relacionamos com os outros. O corpo, centro do debate e da possibilidade de transmissão, passa a ser o espaço central na política, onde se aplicam, se inscrevem e se consolidam as relações de poder. Por outro lado, a internet limpa e asséptica impede aquilo que nos torna humanos, o fato mesmo de estar juntos e sermos uma sociedade.

Ainda que seja difícil falar com segurança sobre um fenômeno em curso, os impactos que este tem causado nas formas de vida do século XXI já estão instaurados e apresentam fortes conexões com o conceito foucaultiano de biopolítica. Desse modo, nada mais natural esperar que as pensadoras e pensadores herdeiros de Foucault empreendessem reflexões sobre o atual contexto social, podendo assim nos auxiliar a encontrar formas racionais de compreender e lidar com as angústias e medos próprios desse tempo.

Giorgio Agamben, Beuyng Chul-Han, Judith Butler, Achille Mbembe, Roberto Esposito e Paul B. Preciado, assim como tantos outros, se dedicaram a pensar o contexto pandêmico, compreendendo que as relações de saber e poder instauradoras das biopolíticas se fazem muito pertinentes em tempos de pandemia. Partindo deste arcabouço teórico, ainda que explorem suas reflexões por vias e posicionamentos distintos, há uma ideia elementar que os une: a pandemia instaurará mudanças sociais tão significativas que certamente não será mais possível viver ou gerir a vida da mesma forma de antes.

O cenário que se consolida nos corpos individuais e por meio deles, se torna mais uma vez, há exemplo de outros grandes fatos históricos, o vetor de transformações profundas no corpo social, nas estratégias de governamentalidade, nos saberes e poderes instaurados e na gestão da vida como um todo. Vivenciar esse contexto exige de cada um de nós também inventar novas formas de vida, novos meios de pensar a realidade, enfim, novos modos de sobreviver em meio ao caos.

Referências

AGAMBEN, G. Chiarimenti. **Quodlibet**, Roma, 17 de março de 2020b. Una Voce. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-riflessioni-sulla-peste>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

AGAMBEN, G. Contagio. **Quodlibet**, Roma, 11 de março de 2020a. Una Voce. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**, trd. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, G. L'invenzione di un'epidemia. **Quodlibet**, Roma, 26 de fevereiro de 2020c. Una Voce.

Disponível em: < <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

AGAMBEN, G. Riflessioni sulla peste. **Quodlibet**, Roma, 27 de março de 2020d. Una Voce. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-riflessioni-sulla-peste>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

BUTLER, J. Actos performativos y contitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, S. E. (ed.). **Performing feminism: Feminist Critical Theory and Theatre**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990

BUTLER, J. Judith Butler sobre a Covid-19: O capitalismo tem seus limites. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 20 de março de 2020a. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003

BUTLER, J. Vida Precária. **Contemporânea**. São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Traços humanos na superfície do mundo. **N1 Edições**, São Paulo, 12 de abril de 2020b. Disponível em: < <https://n-1edicoes.org/042>>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

HAN, B. C. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 23 de março de 2020. Notícias. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597343-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

ESPOSITO, Roberto. Curados até o fim. **Literatura Italiana Traduzida no Brasil**. Florianópolis, 8 de abril de 2020. Disponível em: <<https://literatura-italiana.blogspot.com/2020/04/curados-ate-o-fim-roberto-esposito.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. Artigo de Achille Mbembe. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 17 de abril de 2020. Notícias. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014

PRECIADO, P. B. **Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRECIADO, P. B. Aprendendo do vírus. **N1 Edições**, São Paulo, 2020a. Disponível em: <<https://n1edicoes.org/007>>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

PRECIADO, P. B. The losers conspiracy. **ArtForum**, Nova York, 26 de março de 2020a. Slant. Disponível em: <<https://www.artforum.com/slant/the-losers-conspiracy-82586>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho**. 24, p. 27-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

O EFEITO BORBOLETA NA PANDEMIA DA COVID-19: CAOS, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MIRÍADE DE SENTIMENTOS

Thâmara Vilela: Professora Substituta de Relações Públicas na FIC-UFG, também leciona em cursos de MBA (PUC-GO, IPOG, UNIALFA, IEL-GO). Disciplinas relacionadas à Gestão da Informação, Inteligência Artificial, Branding e Visualidades. Aluna especial no Doutorado em Ciência da Computação (INF-UFG), Mestra em Psicologia Social (UnB), MBA em Marketing (Ávila), especialista em Administração (FGV), Comunicadora Social (UFG). E-mail: thamarsvv@gmail.com



O EFEITO BORBOLETA NA PANDEMIA DA COVID-19: CAOS, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E MIRÍADE DE SENTIMENTOS

Thâmara Sampaio Vasconcelos Vilela

Resumo

“O bater de asas de uma borboleta pode causar um tufão do outro lado do mundo”, assim começa o filme O Efeito Borboleta, essência da Teoria do Caos. Dinamicidade e imprevisibilidade também fazem parte da pandemia da COVID-19. Já são 6.581.066 casos confirmados no mundo, sendo 584.016 só no Brasil. Recessão econômica, desemprego e trabalho remoto, mães invisibilizadas, isolamento, conexões sociais virtuais, aulas online, medidas diversas, instabilidade política, esgotamento emocional. Como lidar com o caos, a transformação digital e a miríade de sentimentos que tomou conta de nós? Estamos em luto, real e antecipatório. Vivenciamos as cinco fases de Klüber-Ross (1969), negação, raiva, barganha, depressão, aceitação, e a sexta de David Kessler (2000), a esperança. A de que a curva vai achatar e voltaremos ao (novo) normal. O mundo durante e pós-pandemia pede serendipidade, meditação, empatia, resiliência, ciência e fé.

Palavras-chave: Teoria do Caos; Transformação Digital; Sentimentos; Relações Públicas; COVID-19.

1ª Borboleteada: Caos

“Algo tão pequeno quanto o bater de asas de uma borboleta pode causar um tufão do outro lado do mundo”. Lançado em 2004, assim começa o filme “O Efeito Borboleta” [The Butterfly Effect], cujo personagem principal, Evan Treborn, tem a capacidade de viajar no tempo, alterar seus comportamentos e refazer o seu passado. Acontece que a cada nova alteração do que seria seu destino, surgem consequências inesperadas e o futuro mostra-se imprevisível.

Saindo da ficção e indo para o campo científico, o “Efeito Borboleta” foi descoberto no ano de 1963 pelo matemático e meteorologista Edward Lorenz, quase ao acaso, ao analisar dados climáticos, sendo a essência da Teoria do Caos. Ele estava trabalhando com previsões meteorológicas, quando notou que pequenas alterações nos dados iniciais de sistemas dinâmicos, inseridos em computadores programados para realizarem cálculos em série, poderiam levar a mudanças drásticas e desconhecidas ao longo do tempo. Ou seja, em sistemas não-lineares ou dinâmicos, mais complexos por natureza, há maior grau de incerteza, o que leva a uma maior dificuldade ou até mesmo impossibilidade de previsões em relação ao seu comportamento.

Um futuro incerto e imprevisível tomou conta dos discursos oficiais e também das conversas cotidianas neste momento em que passamos pela Pandemia da COVID-19, novo coronavírus, em todo o mundo. O que parecia simples, local e passível de controle mostrou-se exatamente o contrário, tendo impactos em escala inimagináveis, afetando especialmente setores como Saúde, Economia, Educação, Cultura, Segurança Pública, dentre outros. Vidas perdidas em ritmo matemático exponencial, com a potenciação aumentando ao longo do tempo e os públicos das grandes mídias esperando pela notícia do “achamento da curva”.


De forma repentina tivemos que nos adaptar a uma nova realidade. Isolamento social, novas regras de higiene e segurança, como uso rotineiro de álcool em gel e máscaras de proteção, além de obediência a várias medidas adotadas por estabelecimentos tipificados como serviços essenciais. As ruas ficaram vazias e os comércios em sua maioria, fechados. Nossas casas se tornaram espaços de trabalho (home office) e de atividades escolares dos filhos, que saíram das respectivas escolas (home schooling). As relações familiares

se aproximaram, alguns de forma harmônica e outras forçosamente, trazendo consequências igualmente opostas. O aumento da violência contra a mulher é uma triste estatística, assim como a invisibilidade de mães pesquisadoras (SCIENCE, 2020).

No meio do caos, as chamadas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) ganharam destaque. As timelines das mídias sociais foram inundadas por Lives de todos os tipos, das informativas, com dados e debates sobre a pandemia, às de entretenimento, especialmente os shows e performances ao vivo para assistir em casa. A área de Marketing rapidamente adaptou seus anúncios aos novos formatos, daí que iniciativas espontâneas e caseiras foram tomadas por inserção de marcas, alguma roteirização de conteúdo e produção técnica com ênfase em som, iluminação e cenário. A eterna busca pela atenção e audiência do consumidor, aparentemente com mais tempo e mais passivo quanto às suas escolhas.

Saindo da bolha de privilégios daqueles que podem assistir às Lives e cuidar de seus filhos em casa, vimos milhões de brasileiros em situação extremamente precária, aguardando em filas quilométricas por informações e pelo resgate do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal como medida de enfrentamento aos impactos da crise provocada pela pandemia da COVID-19. O valor definido é de três parcelas mensais de R\$ 600,00 cada, totalizando R\$ 1.800,00, em moeda local vigente. O valor altera para as mães que são chefes de família e menores de 18 anos, sendo três parcelas mensais de R\$ 1.200,00 cada, totalizando R\$ 3.600,00. Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães (apud MÁXIMO, 2020), em quase dois meses de cadastramento, 107 milhões de brasileiros pediram o auxílio emergencial. Destes, 59 milhões tiveram o benefício aprovado e 42,2 milhões foram considerados inelegíveis, por não preencherem os requisitos estabelecidos pela lei que criou o benefício. Em balanço oficial, divulgado no dia 03/06/2020 (vide Figura 1), 11,1 milhões de brasileiros estão com o pedido de auxílio em 1ª análise; outros 5,3 milhões, em 2ª ou 3ª análise, uma vez que a CEF permitiu contestação e atualização de informações. Somadas as primeira e segunda parcelas, o valor pago até o dia 29 de maio de 2020 foi de R\$ 76,6 bilhões. Destes, R\$ 30,3 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R\$ 14 bilhões para os inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R\$ 32,3 bilhões para trabalhadores informais, que se cadastraram pelo site ou aplicativo da CEF (MÁXIMO, 2020).

Figura 1: Balanço do Auxílio Emergencial do Governo Federal do Brasil



TOTAL GERAL DE PAGAMENTOS
...: PARCELAS 1 E 2 ...

TIPO	QTD. BENEFICIÁRIOS	QTD. PAGTOS.	VALOR PAGO (R\$)
Bolsa Família	19,2 milhões	38,4 milhões	30,3 bilhões
CadÚnico	10,5 milhões	21,0 milhões	14,0 bilhões
App/Site	28,9 milhões	49,1 milhões	32,3 bilhões
TOTAL	58,6 milhões	108,5 milhões	76,6 bilhões

CAIXA AUXÍLIO EMERGENCIAL
PÁTRIA AMADA BRASIL

Disponibilizado Até 29 MAI 20 2

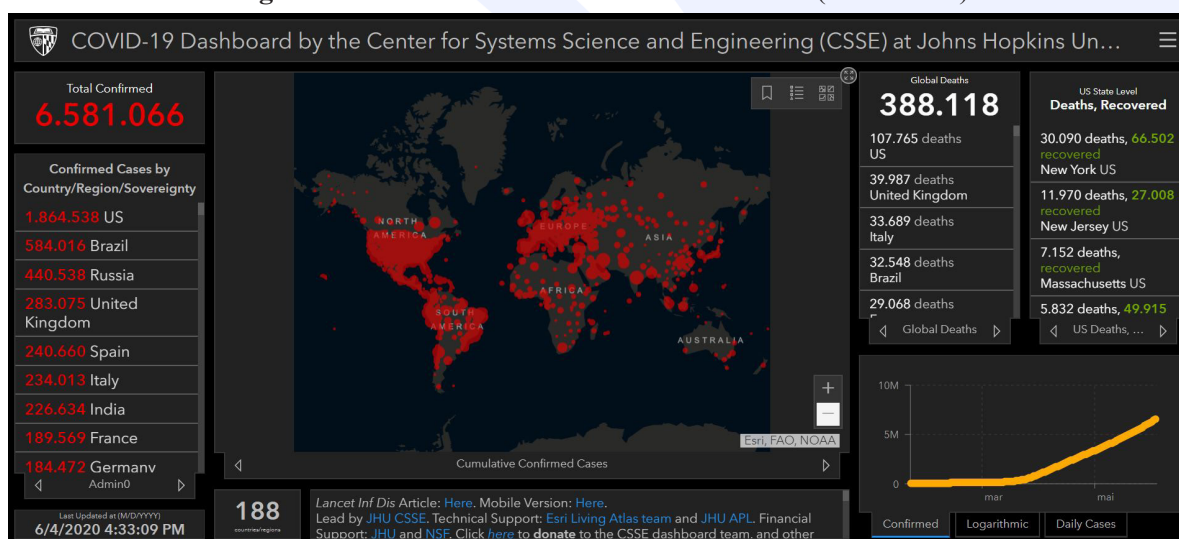
Fonte: Coletiva CAIXA, Auxílio Emergencial, 1º de junho. [S.I.: s.n.], 2020. 1 vídeo Online (48'35"). Publicado no canal Youtube pela Caixa Econômica Federal, CEF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HJNSUDuzMEg&t=7s>. Acesso em: 03 maio 2020.

A World Health Organization (WHO) ou Organização Mundial de Saúde (OMS), conceitua o Coronavírus (COVID-19) como “uma doença infecciosa causada por um coronavírus recém-descoberto” (WHO, 2020). As pessoas infectadas terão sintomas respiratórios de intensidade leve a moderada, podendo haver recuperação sem tratamento especial. Porém, idosos e pessoas com comorbidades como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer, têm maior risco. A OMS aponta ainda que a melhor maneira de prevenir e desacelerar a transmissão é estar informado sobre a doença, suas causas e formas de contágio. Como ações preventivas reforça a higienização das mãos e o uso de álcool em gel, sem tocar o rosto, uma vez que o vírus se espalha principalmente por meio de gotículas de saliva ou secreção nasal quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. A “etiqueta respiratória” sugere tossir com o cotovelo flexionado ao tossir. Até o momento não há vacinas ou medicamentos específicos. Os tratamentos estão sendo investigados e serão testados em estudos clínicos em breve (WHO, 2020).

A COVID-19, nome da síndrome respiratória ocasionada pelo novo coronavírus, foi inicialmente detectada em 2019 na cidade de Wuhan, capital da província da China Central. Ela leva a insuficiência respiratória aguda nos casos mais graves (CDC, 2020a) e pode levar a óbito, também há casos de contaminados assintomáticos. Experiências similares de surtos foram relatadas por conta da Síndrome Respiratória Aguda Grave - Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS), em 2002; do Ebola, entre 2013 e 2016; e da Pandemia da H1N1, em 2009 (FARO e COL., 2020).

Segundo o Painel da COVID-19 do Hospital Johns Hopkins, no dia 04 de junho de 2020 temos 6.581.066 casos globais confirmados, sendo 584.016 só no Brasil, país que ocupa o 2º lugar em número de casos confirmados, atrás apenas dos Estados Unidos (1.864.538) e o 4º lugar em número de óbitos (32.548), atrás de Itália (33.689), Reino Unido (39.987) e Estados Unidos (107.765), país este líder tanto em número de casos confirmados quanto de óbitos - vide Figura 2 (CSSE Johns Hopkins University, 2020).

Figura 2: Painel de Dados Global da COVID-19 (JHU-CSSE)



Fonte: JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. [S.I.: s.n.], 2020. Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering, JHU CSSE. Banco de Dados Online. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Enquanto este capítulo está sendo escrito, as estatísticas seguem subindo, mudando tristemente a história global quanto a esta pandemia, que tem causado um verdadeiro tufão de impactos. No Brasil, a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, declarou estado de transmissão comunitária do coronavírus em todo o território nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), fazendo entrar em vigência a Lei nº 13.979, Lei da Quarentena, com o objetivo de evitar a contaminação e propagação da COVID-19 (PRESIDÊNCIA DA

REPÚBLICA DO BRASIL, 2020). Medidas de segurança e saúde tornaram-se normas a serem seguidas, nos âmbitos nacional, estadual, municipal, alinhadas às diretrizes e orientações de órgãos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em rastreamento realizado em 12 de abril de 2020, aproximadamente 46,2% da população brasileira havia aderido à quarentena, tendo atingido o pico de adesão em 22 de março, com 69,3%, sendo o recomendável a partir de 70,0% (INLOCO, 2020). Após esse período, observou-se um declínio da adesão nas semanas seguintes, especificamente no começo de abril, o que demonstrou que parte da população deixou de atender integralmente às recomendações de quarentena. Esse fenômeno parece ter sido reforçado pela propagação de informações ambíguas ou falsas em relação à COVID-19, o que ocorreu, inclusive, por parte de agentes governamentais. Frente a isso, o Ministério da Saúde brasileiro reiterou as recomendações de distanciamento e reclusão ao longo do mês de abril e para os dois meses seguintes, buscando convergência com as orientações da OMS e outros órgãos internacionais (CDC, 2020a; ECDC, 2020; apud FARO e COL., 2020, p.5-6).

O Mapa Brasileiro da COVID-19 traz os Índices de Isolamento Social, desenvolvido pela Inloco, para acompanhar o coronavírus no Brasil. O mapa “mostra o percentual da população que está respeitando a recomendação de isolamento [...] e existe para auxiliar as autoridades a direcionarem os recursos de Segurança Pública, Comunicação e Saúde” (INLOCO, 2020), servindo para comparar e analisar os diferentes Estados no Brasil bem como realizar ranqueamentos.

De 1º de fevereiro a 1º de junho, ou seja desde quando iniciaram as ações de Isolamento Social no Brasil ao período atual, a média do Índice de Isolamento Social no Brasil caiu de 50% para 39,5% (vide Figura 3), queda em parte explicada pela retomada gradual de alguns serviços não essenciais, bem como pela flexibilização quanto ao deslocamento de pessoas - medido também pela média de circulação de veículos em determinado local/região.

Figura 3: Média do Índice de Isolamento Social no Brasil

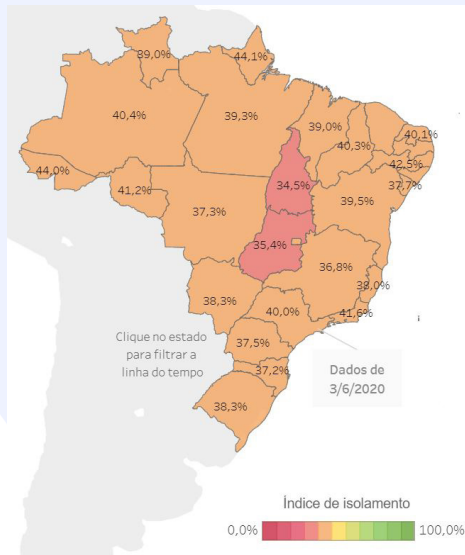


Fonte: INLOCO. Mapa Brasileiro da COVID-19: Índice de Isolamento Social no Brasil. [S.I.: s.n.], 2020. Banco de Dados Online. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Em relação aos Estados no Brasil (vide Figura 4), dados do dia 03 de junho de 2020 mostram que os cinco maiores índices de isolamento social estão em Amapá (44,1%), Acre (44%), Pernambuco (42,5%), Rondônia (41,2%) e Amazonas (40,4%), sendo que na maioria destes já havia sido decretado lockdown (fechamento total de atividades e circulação, restritos somente às atividades essenciais à sobrevivência) pela grande quantidade de casos e óbitos confirmados, além de pressão do sistema de saúde, com indisponibilidade

de leitos/infraestrutura física, equipamentos e/ou profissionais de saúde para realizar os atendimentos; já os cinco menores índices estão em Tocantins (34,5%), Goiás (35,4%), Minas Gerais (36,86%), Santa Catarina (37,2%) e Mato Grosso (37,3%), onde a quantidade de casos está relativamente controlada, em comparação a outros Estados, e algumas atividades já encontram-se em retorno gradual, rotativo ou híbrido, que inclui atividades remotas e presenciais (INLOCO, 2020).

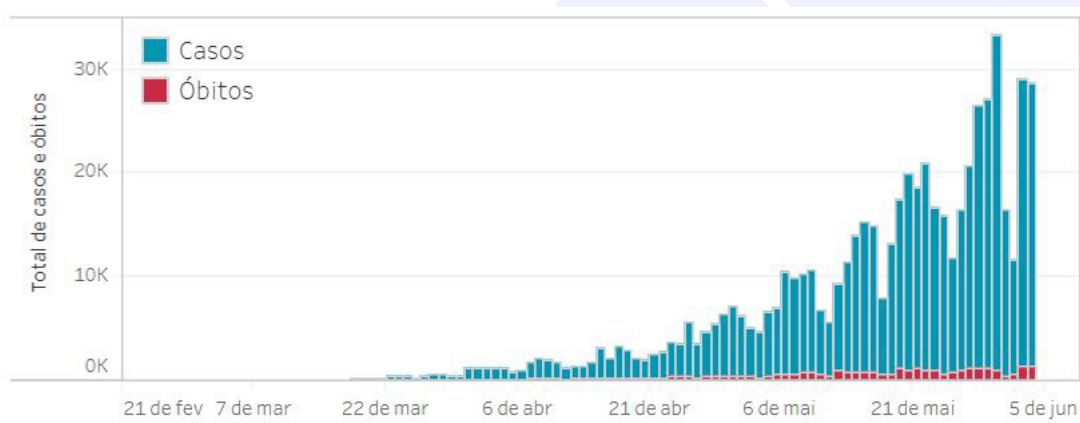
Figura 4. Índice de Isolamento Social nos Estados do Brasil



Fonte: INLOCO. Mapa Brasileiro da COVID-19: Índice de Isolamento Social nos Estados do Brasil. [S.I.: s.n.], 2020. Banco de Dados Online. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 04 jun. 2020.

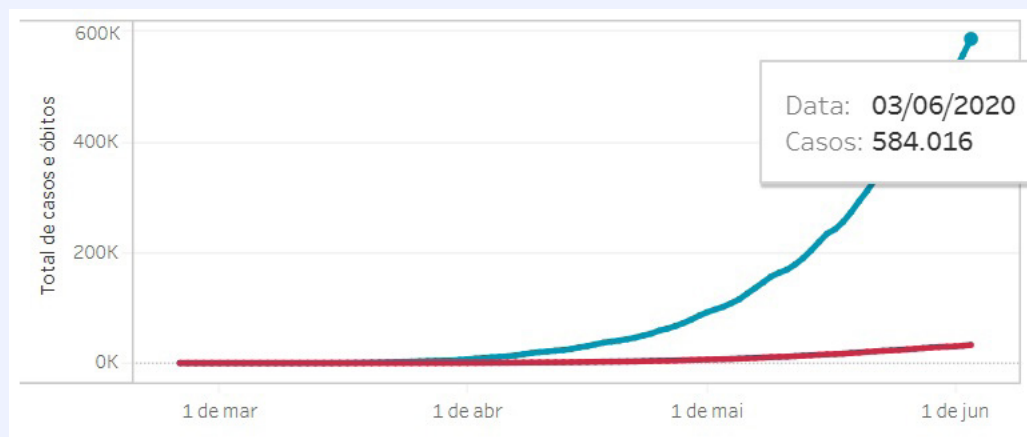
O pico do número de casos ocorreu no dia 30 de maio de 2020 com a confirmação de 33.274 casos, já o nº de óbitos teve seu pico no dia 21 de maio de 2020 com 1.188 óbitos (vide Figura 5). No acumulado, em 03 de junho de 2020 há o registro de 584.016 casos (vide Figura 6), número compatível com o Painel de Dados Global da COVID-19, JHU-CSSE atualizado em 04/06/2020¹ (INLOCO, 2020).

Figura 5: Total de Casos e Óbitos por dia



Fonte: INLOCO. Mapa Brasileiro da COVID-19: Total de Casos e Óbitos por dia. [S.I.: s.n.], 2020. Banco de Dados Online. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Figura 6: Total de Casos e Óbitos acumulado em 03/06/2020



Fonte: INLOCO. Mapa Brasileiro da COVID-19: Total de Casos e óbitos acumulado. [S.I.: s.n.], 2020. Banco de Dados Online. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 04 jun. 2020.

A compatibilização dos dados dá indícios de que ambos os painéis de dados, que realizam monitoramento em tempo real (real time) do número de casos e óbitos da COVID-19, estão baseados nas mesmas fontes de dados: as da Organização Mundial de Saúde (OMS), consideradas as mais confiáveis. Daí serem as fontes oficiais de dados da COVID-19, tanto em nível global quanto nacional e/ou local. A Gestão de Dados, diretamente relacionada à Gestão da Informação tem na base de dados o elemento central para a divulgação de informações corretas/verdadeiras ou deturpadas/falsas. Em momentos tão incertos quanto de uma pandemia, obter informações claras e precisas colabora na busca de estabilidade social. Por isso mesmo, as notícias falsas ou Fake News desinformam, desestabilizam, destituem direitos. É preciso estar atento, de forma que as informações não sejam usadas para banalizar algo tão difícil quanto uma pandemia e suas consequências, tampouco para dar dimensão maior do que está posto. A boa comunicação cumpre seu papel social e ético quando é verdadeira, clara e assimilada por todos.

Importante ressaltar que paralelamente à pandemia da COVID-19, o Brasil também passa por uma crise institucional e política, tendo à frente o atual presidente da república Jair Bolsonaro como elemento central. Os comportamentos do presidente demonstram claramente a sua discordância com as políticas adotadas em âmbito mundial para a contenção e propagação do coronavírus, como comunicação deficitária, posição autoritária, banalização de conhecimento técnico-científico e pouco tato social, em diferentes assuntos e situações, tais como:

- a) Comparecer em atos públicos sem o uso de máscara pessoal ou com uso inadequado; estabelecendo contatos físicos, desrespeitando as distâncias estabelecidas para evitar o contágio e disseminação do vírus;
- b) Aceno positivo quanto ao uso de hidroxicloroquina como tratamento de combate ao coronavírus, sem embasamento científico que o sustente;
- c) Banalização e descrédito direcionados a cientistas e estudos científicos, reforçando a política anterior à pandemia quando fez cortes de até 30% na Educação, especialmente em bolsas de estudos para pesquisas, cooperações e eventos científicos;
- d) Flexibilização na reabertura de serviços não essenciais, antes do tempo adequado para evitar aglomerações sociais como medida de combate à pandemia;
- e) Informações imprecisas quanto às políticas a serem adotadas em nível nacional, sem planos estratégicos e sem comunicações transparentes destes planos;
- f) Sucessivos ataques à jornalistas, profissionais da imprensa e da comunicação em geral, com uso de

termos grosseiros e não condizentes à sua posição pública;

e) Desrespeito aos enlutados e às vítimas da COVID-19 pelo tratamento indiferente e hostil verbalizado e noticiado pelas mídias de grande massa, dentre outros.

Citando a área da Saúde, essencial para garantia de estabilidade social quanto às normas a serem adotadas no combate à pandemia, dois ministros foram demitidos em seu governo: os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Luiz Sperle Teich, este último antes de completar um mês no cargo, que desde então está vago. No dia 2 de junho de 2020, o Brasil completou 18 dias sem titular no Ministério da Saúde, ou seja, sem o Ministro da Saúde em plena pandemia da COVID-19. O ministro interino, Eduardo Pazuello, que assumiu o cargo no dia 15 de maio de 2020, não comunicou o seu plano para ampliar a testagem no Brasil, considerado fundamental para orientar as políticas públicas, tampouco realizou coletivas de imprensa. Ao ser questionado sobre os enlutados pela COVID-19, Bolsonaro respondeu: ‘Lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo’, em demonstração clara de desrespeito, conforme publicação (JORNAL NACIONAL, 2020). No momento em que o Brasil passou a China (país de origem da pandemia) em número de mortos, durante uma entrevista, uma jornalista citou o ocorrido ao presidente Bolsonaro “A gente ultrapassou o número de mortos da China por COVID-19”, ao que Bolsonaro respondeu:

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre [...] lamento a situação que nós atravessamos com o vírus, nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas okay...mas é a vida! Amanhã vou eu né...Logicamente, que a gente quer se um dia morrer ter uma morte digna né...e deixar uma boa história pra trás. O que eu mais quero é, com a graça de Deus, entregar um Brasil muito melhor do que eu recebi pra quem vier a me suceder [...] é o que eu digo pra vocês: o vírus vai atingir 70% da população Infelizmente é a realidade. Mortes vão haver. Ninguém nunca negou que haveria mortes. (BOLSONARO, 2020 apud GARCIA, GOMES e VIANA, 2020).

A ex-senadora Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, publicou na época “Quando o presidente diz ‘E daí?’ pra mais de 5 mil mortos, sendo 474 nas últimas 24h, ao som de risadas de deboche de seus apoiadores, ou é um atestado por notória evidência de insanidade, ou é uma prova candente da falta de caráter e qualquer vestígio de sensibilidade” (MARINA SILVA, 2020 apud GARCIA, GOMES e VIANA, 2020). O Governador do Maranhão, Flávio Dino, também se pronunciou “Pedir a Bolsonaro para realmente governar é pedir um milagre? Não queremos ‘milagres’, queremos apenas que ele pare de fazer confusão política e de minimizar mortes e tragédias. Ou seja, queremos apenas que ele assuma os seus deveres diante de uma gravíssima pandemia nacional” (FLÁVIO DINO, 2020 apud GARCIA, GOMES e VIANA, 2020).

As reações negativas às declarações do presidente foram imediatas, até mesmo entre os que se autointitulam “Bolsonaristas”. Em um país religioso como o Brasil, trocadilhos com a palavra “Messias”, que guarda direta relação com “Jesus Cristo”, beira à blasfêmia, uma clara demonstração de desrespeito à população brasileira e mesmo à população mundial, que sofre os impactos da pandemia da COVID-19. Antes deste ocorrido, Bolsonaro já havia declarado, no dia 24 de março, “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho” (BOLSONARO, 2020 apud BBC NEWS MUNDO, 2020). Houve protestos com os conhecidos “panelaços”, que se repetiram. Bolsonaro minimizava os riscos, zombava de recomendações de isolamento social, caminhava ao lado de apoiadores. Disse haver “histeria” em relação à doença causada pelo vírus e criticava abertamente e publicamente medidas tomadas por governadores de diferentes Estados para conter a disseminação do coronavírus (BBC NEWS MUNDO, 2020). Da “gripezinha ou resfriadinho” ao “E daí?” para mais de 5 mil mortos no país e seus enlutados, Bolsonaro segue incoerente e sem a devida postura

que a posição de presidente do Brasil lhe cabe.

O Jornal Nacional mostrou a preocupação de profissionais da Saúde, que atuam na linha de frente no combate à pandemia, quanto às testagens em massa na população brasileira. O Ministério da Saúde previa, até o fim de maio de 2020, a realização de 7 milhões de testes moleculares e 10 milhões de testes rápidos em todo o Brasil; contra o número real realizado, até dia 1º de junho de 2020, de 3 milhões de testes moleculares e 7,5 milhões de testes rápidos, ambos distantes da previsão. A diretora do Instituto Questão de Ciência, Natália Pasternak, diz “Não temos nenhuma posição do governo federal até agora de como deveria ser feita essa testagem. Isso não é algo que os governos dos Estados podem fazer sozinhos. Então falta essa liderança, de qual vai ser a estratégia nacional de combate à COVID-19” (PASTERNAK, 2020 apud JORNAL NACIONAL, 2020). O coordenador científico da Sociedade Brasileira de Infectologia, Sérgio Cimerman alerta:

A gente precisa ter alguém que a gente confie, ter um profissional sério que vai poder dar um norte para os próximos casos, as próximas diretrizes que o país deve ter, visto que vamos ter um aumento significativo do número de casos e óbitos nas próximas semanas. A gente precisa ter confiança no que está fazendo para a população ficar mais tranquila e acreditar nas medidas que os médicos têm solicitado. (CIMERMAN, 2020 apud JORNAL NACIONAL, 2020).

Além de instabilidades na área da Saúde, outras áreas como Segurança Pública e Cultura também tiveram seus reflexos com as demissões de seus respectivos titulares no governo federal brasileiro, o então ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, demissão ocorrida à pedido no dia 24 de abril de 2020, após exoneração do diretor-geral da Polícia Federal (PF) Maurício Valeixo; e a agora ex-Secretária de Cultura Regina Duarte, que foi demitida no dia 20 de maio de 2020 e realocada para assumir a direção da Cinemateca Brasileira, em São Paulo.

Segundo a Istoé (2020), nas palavras da própria Regina Duarte: “Estava muito complicado continuar [...] o processo de desgaste estava muito grande [...] tudo emperrado [...] preferia voltar para São Paulo para perto da família” (DUARTE, 2020 apud ISTOÉ, 2020). Estratégia que a revista chamou de “saída honrosa” e “prêmio de consolação”, ressaltando as polêmicas e críticas em torno da pasta diante da falta de investimentos em políticas públicas para a Cultura, que ficou ainda mais deficitária com a pandemia (ESTADÃO, 2020 apud ISTOÉ, 2020). A suposta tentativa de interferência política no comando da PF pelo presidente Bolsonaro foi o grande estopim para o pedido de demissão de Sérgio Moro e está atualmente sendo investigada.

O ex-titular da Justiça, que largou a carreira de juiz federal para aceitar o cargo de ministro, afirmou também que Bolsonaro queria ter acesso a relatórios e informações confidenciais de inteligência da PF [...] disse ainda que não assinou o decreto de exoneração de Valeixo, publicado no Diário Oficial da União (DOU), ainda que seu nome apareça no documento, dando a entender, portanto, que sua assinatura foi usada sem seu consentimento (ISTOÉ, 2020).

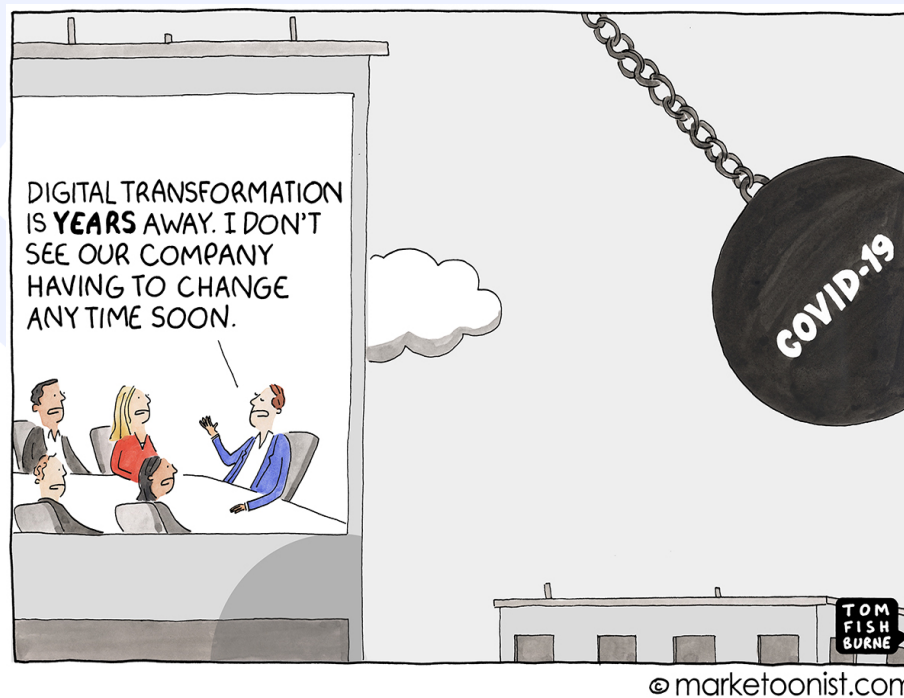
Em entrevista à BBC News Brasil (2020), publicada por Barrucho, Anthony Pereira, diretor do Brazil Institute da Universidade King’s College do Reino Unido, fez o seguinte comentário:

Não quero subestimar Bolsonaro como fenômeno político. O bolsonarismo é uma força orgânica no país. De fato, Bolsonaro sai enfraquecido e sua sobrevivência política vai depender de como seu eleitorado vai reagir. Ainda é cedo para prevermos [...] Mas não há dúvida de que o presidente terá um desafio pela frente [...] Bolsonaro pode ter ganhado a batalha com Moro ao conseguir demitir o diretor-geral da Polícia Federal, mas não a guerra. Muitas pessoas que apoiavam o governo pelo símbolo que Moro representa, a luta contra a corrupção, vão ficar muito decepcionadas (PEREIRA, 2020 apud BARRUCHO, 2020).

2ª Borboleteada: Transformação Digital

Ficou conhecido um meme circulado nas mídias sociais em que havia uma enquete perguntando: Quem foi o responsável pela Transformação Digital na sua empresa? As respostas eram: a) Equipe de TI; b) CEO; c) CTO; d) Coronavírus; e) Equipe Agile. A resposta todos sabemos: letra d) Coronavírus. Apesar da brincadeira, o meme retrata bem a realidade de várias instâncias da sociedade, que está passando por uma transformação digital “forçada e necessária”.

Figura 7: Transformação Digital e Mudança Organizacional

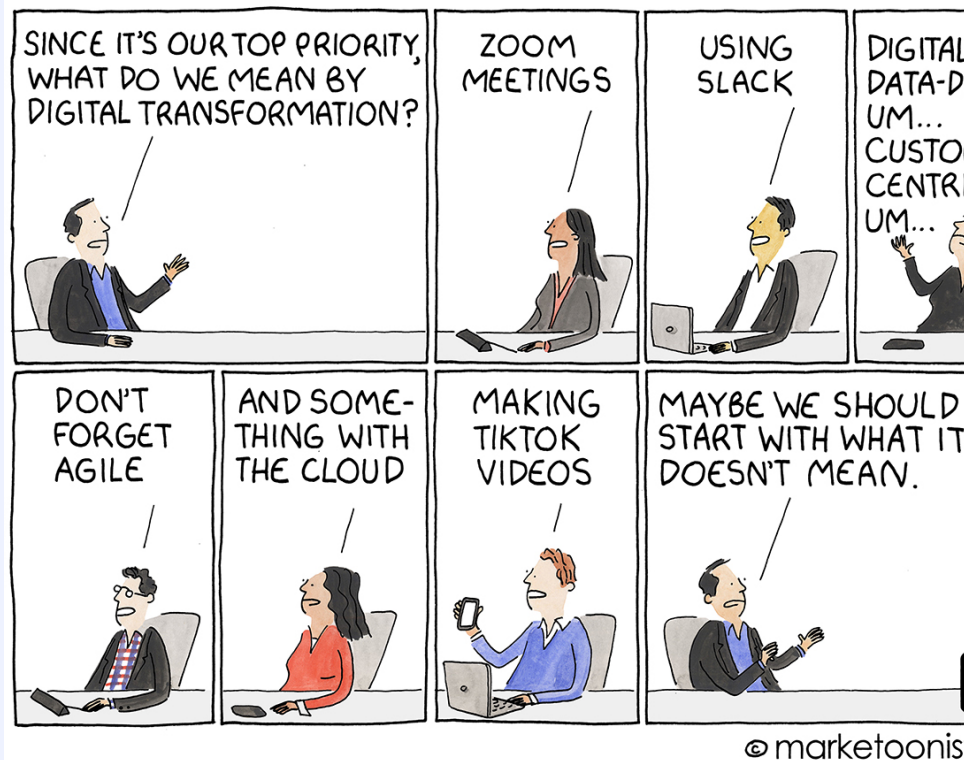


Fonte: BURNE, Tom Fish. Digital Transformation and Organizational Change. Marketoonist, 2020, il. cartoons color. Disponível em: <https://marketoonist.com/cartoons>. Acesso em: 05 jun. 2020.

A cultura orientada por dados (Data-driven Culture) ou Cultura Analítica (Analytics Culture) chegou mais cedo em diferentes pontos do mundo. Até mesmo para as organizações mais céticas quanto à necessidade de Transformação Digital (vide Figura 7), que viram-se “obrigadas” a adequar a inclusão de diferentes Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), seja para a realização de diversas atividades remotas de trabalho (home office); reuniões virtuais (meetings); vendas de produtos em lojas virtuais ou mediadas por aplicativos próprios e/ou mídias sociais como WhatsApp e Instagram (e-commerce); além daquelas em âmbito pessoal como as atividades escolares dos filhos (home schooling), conversar com familiares e amigos em videoconferências (video/webconference); celebrações online como aniversários, casamentos, chá de fraldas, por meio de transmissões ao vivo; dentre outros.

Porém, nota-se a falta de clareza sobre o que é de fato uma Transformação Digital: se são apenas pelos usos de TDIC ou se ocorre quando há uma transformação organizacional para uma cultura orientada por dados, ou seja, aquela que toma suas decisões estratégicas de negócios baseadas em dados (vide Figura 8).

Figura 8: Urgência sem clareza na Transformação Digital



Fonte: BURNE, Tom Fish. Urgency without clarity on Digital Transformation. Marketoonist, 2020, il. cartoons color. Disponível em: <https://marketoonist.com/cartoons>. Acesso em: 05 jun. 2020.

A International Data Corporation (IDC) estima que em 2023 teremos mais de 100 zetabytes, ou seja, um trilhão de gigabytes de informação disponível. É fato que as empresas estão reavaliando suas tecnologias e processos. Como suporte à esta transformação, ganham destaque o Mercado de Dados como Serviço (Software as a Service - SaaS) e Serviços em Nuvem (Cloud Services), ou seja, infraestrutura digital. Isso porque os dados serão, cada vez mais, armazenados, gerenciados e analisados na nuvem. Empresas estão investindo em implantações e migrações para a nuvem, dando prioridade à transformação digital, automatizando operações, reduzindo custos. Centros de Dados (Datacenters) e aplicativos ganharão força nos investimentos. No entanto, dispositivos como PC's e telefones terão queda e provavelmente irão atrapalhar os ciclos de atualizações dos smartphones, que seriam impulsionados pelo lançamento de dispositivos 5G premium (IDC, 2020a).

Nos últimos 10 anos, empresas começaram a analisar SaaS e a melhorar seus processos de coleta e transmissão de informações, além da busca por monetização de dados. No mercado de dados há grande variedade de fornecedores e a coleta de dados é realizada de maneiras variadas como pesquisadores dedicados, Raspagem na Web (Webscraping), uso de plataformas específicas de extração de dados, dentre outras ferramentas.

As áreas de Análises Avançadas (Advanced Analytics), IoT, Inteligência Artificial (Artificial Intelligence - AI) e Aprendizado de Máquina (Machine Learning) são os grandes aceleradores da Inovação que estamos presenciando em todos os setores da economia. A demanda cresceu significativamente com a pandemia: 46,4% de aumento para as Análises Avançadas; 40,1% para IoT; e 40% para AI. Projeta-se que os gastos com Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) cresçam quase 4% em nível mundial, totalizando 237 bilhões de dólares com provedores de serviços e computação em nuvem (IDC, 2020b). Por outro lado, há previsão de queda de aproximadamente de 5,1% em Tecnologia da Informação (TI) em todo o mundo, por conta do impacto econômico da pandemia, em que se vê redução contínua de gastos com tecnologia e investimentos comerciais de curto prazo (IDC, 2020b).

Segundo Stephen Milton, vice-presidente de Customer & Insights da IDC,

Inevitavelmente, uma grande recessão econômica, especialmente no segundo trimestre, se traduzirá em grandes reduções de curto prazo nos gastos com TI das empresas e setores que são diretamente afetados. Algumas empresas cortam os gastos de capital e outras atrasam novos projetos ou tentam cortar custos de outras maneiras. Mas também há sinais de que algumas partes do mercado de TI podem ser mais resistentes a esse colapso econômico em termos relativos do que as recessões anteriores, com tecnologia agora mais integrada às operações e continuidade dos negócios do que em qualquer outro momento da história (MILTON, 2020 apud IDC, 2020b).

A Transformação Digital veio para ficar, está crescendo sem sinais de desaceleração e faz parte agora da estratégia central de muitos negócios. Além da automatização, ela também expõe vulnerabilidade em sistemas, especialmente em operações comerciais.

A pandemia atual provou ser muito eficaz na exposição de vulnerabilidades, principalmente nas empresas que permanecem ligadas à tecnologia, que suporta processos lentos e manuais. O repentino crescimento exponencial em trabalhadores remotos entregou o futuro do trabalho hoje. As empresas que estão mais adiantadas em sua jornada de transformação digital encontram-se em uma posição melhor para responder porque os modelos operacionais digitais são inerentemente mais rápidos, mais ágeis e resilientes, e ideais para ambientes em mudança (IDC, 2020b).

O sucesso de uma organização passa a ser o quanto ela está orientada a dados e fomentando a Cultura Analítica, em que processos, pessoas e tecnologias caminham juntas, da extração dos dados às suas análises com objetivo de obter Business Insights e, a partir deles, criar/posicionar/vender marcas, produtos ou serviços que atendam de maneira mais assertivas seus respectivos públicos.

Aqui entra também a importância das análises obtidas por outras fontes como:

- a) Mídias Sociais, em atividades como Social Listening, Social Analytics, Big Data Social;
- b) Relatórios de Dados Governamentais (Government Data Report);
- c) Dados Documentais, como documentos oficiais, cartas, bilhetes, mapas antigos;
- d) Dados Bibliométricos, como livros, artigos, bibliotecas e dicionários, incluindo os onlines;
- e) Dados Internos, como Intranet, CRM e Banco de Talentos (People Analytics);
- f) Dados obtidos por similaridade de negócio (Benchmarking);
- g) Dados de Pesquisas, realizados por meio de questionários, inventários, entrevistas, grupos focais, clientes ocultos, estudos etnográficos, fotográficos, dentre outros.

“Os dados são a força vital da economia digital [...] resultando em ações para agregar valor interna e externamente” (IDC, 2020c). Paralelamente a todas as mudanças ocorridas desde o início da pandemia da COVID-19, uma nova geração está surgindo: a “Geração de Dados” ou Gen-D. Essa geração é nativa de dados, usando-os para automatizar tarefas, tomar melhores decisões e extrair valor para seus negócios.

Em sentido mais amplo,

A geração D não é uma geração cronológica, mas é uma geração vocacional, onde as atividades de carreira e vida são infundidas com dados, o que muda experiências, decisões e resultados. O que é comum entre as gerações cronológicas e a geração D são as mudanças de cultura. Cada geração cronológica desenvolveu suas próprias características culturais; A geração D tem uma cultura de dados. Todos na Geração D compreendem a importância dos dados para realizar seu trabalho com eficiência. Os dados são algo que foram coletados e usados ao longo da história, mas os trabalhadores da Gen-D nasceram na era da computação, que permitiu armazenamento, processamento e análise maciços de dados. Diferentemente das gerações demográficas, a Gen-D não desaparecerá, mas continuará a viver e evoluir, levando

as gerações futuras de pessoas, processos e tecnologia, à medida que vemos novas espécies de empresas e indústrias surgindo na economia digital (IDC, 2020c).

No Estudo “Coronavírus: o mundo nunca mais será o mesmo”, desenvolvido pela Google Integrated Analytical Team (Google IAT), a Teoria das Forças Futuras (MIT SLOAN MANAGEMENT REVIEW, 2020 apud GOOGLE IAT, 2020) é apresentada. São 11 forças macro de mudanças que estão em transformação nesse momento de pandemia e que estão normalmente fora de controle de um líder ou de uma organização. Segundo o estudo, “um surto da magnitude da COVID-19 causa mudanças profundas no cenário macro (fatores que afetam negócios, governos e sociedade), criando as condições necessárias para a disrupção” (GOOGLE IAT, 2020, p. 52). Todas estas 11 forças estão ligadas, direta ou indiretamente, impactando ou sendo impactadas pela Transformação Digital e/ou Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). São elas:

1. Distribuição de Renda: o impacto econômico pode levar a novos modelos de negócios;
2. Educação: migração para a educação digital e aumento dos cursos online;
3. Infraestrutura: virtualização do trabalho, das relações e do entretenimento;
4. Governo: aceleração de inovações tecnológicas que tragam conforto e segurança;
5. Geopolítica: fechamento de fronteiras, alterações comerciais e financeiras;
6. Economia: alta taxa de desemprego e recessão;
7. Saúde Pública: políticas públicas, investimentos e pesquisas no combate à pandemia;
8. Demografia: alterações devido à taxa de infectados e de mortalidade;
9. Meio Ambiente: diminuição nos níveis de poluição;
10. Mídia e Telecomunicações: gestão da informação e conexão social;
11. Tecnologia: permeia e une todas as forças, ligando negócios, governos e sociedade.

Figura 9: Teoria das Forças Futuras

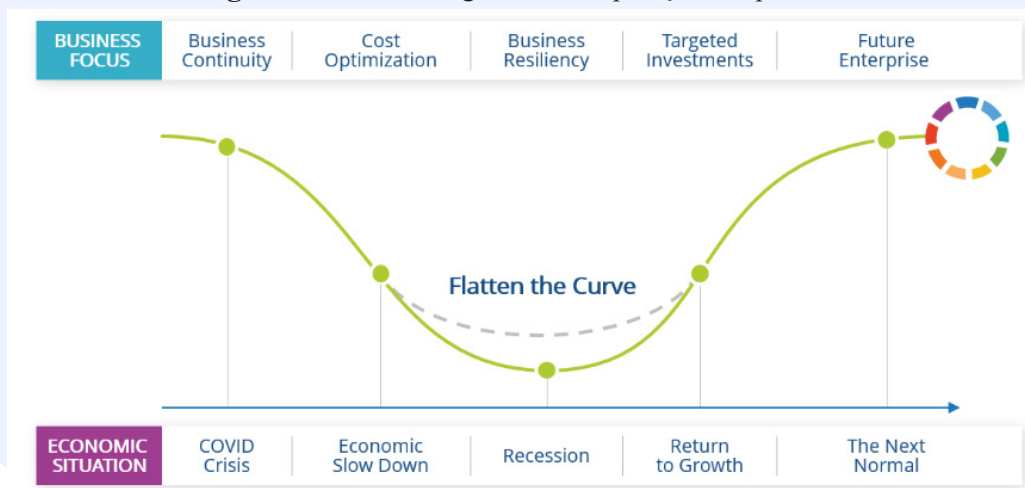


Fonte: GOOGLE INTEGRATED ANALYTICAL TEAM. Teoria das Forças Futuras. Google IAT, 2020, p. 52.1 Diagrama, color., Report Online. Disponível em: Acesso em: 05 jun. 2020.

Para a IDC (2020d), as Organizações do Futuro irão aproveitar a tecnologia para ajustar seus negócios,

promover inovações e achatar a curva de recessão. Nesta direção, aponta os 5 Estágios da Recuperação Corporativa (vide Figura 10): 1. Continuidade dos Negócios frente à crise da pandemia da COVID-19; 2. Otimização de Custos, devido à queda da Economia; 3. Resiliência nos Negócios, por conta da Recessão; 4. Investimentos Segmentados ou de Nicho, rumo ao retorno de crescimento nos negócios; 5. Organização do Futuro, alinhada ao “Novo Normal”, ou seja, às mudanças no mundo pós-pandemia (IDC, 2020d).

Figura 10: Os 5 Estágios da Recuperação Corporativa



Fonte: INTERNATIONAL DATA CORPORATION. The five stages to enterprise recovery. IDC, 2020d. Gráfico, color., Online. Disponível em: <https://www.idc.com/misc/covid19>. Acesso em: 05 jun. 2020.

3ª Borboleteada: Miríade de Sentimentos

Na busca por alguma estabilidade social, nota-se um aumento de conteúdos relacionados às expressões “mundo pós-COVID-19” ou “novo normal”. No entanto, se o presente já é extremamente incerto, existiria mesmo alguma probabilidade minimamente confiável quanto ao futuro? Em meio ao caos, assim como em sistemas dinâmicos, a imprevisibilidade comportamental é a regra. A verdade é que ainda não sabemos o que é essa pandemia, o que representa, que impactos traz para nós mesmos, para os que estão ao nosso redor e aqueles que estão distante, mas que fazem parte do tecido social global que nos une. É global e local, intrapessoal e interpessoal, bem e mal de mãos dadas, situação ambivalente por natureza. Não sabemos lidar com dualidades, porque são dilemas em diferentes níveis, pessoais, sociais, culturais, éticos.

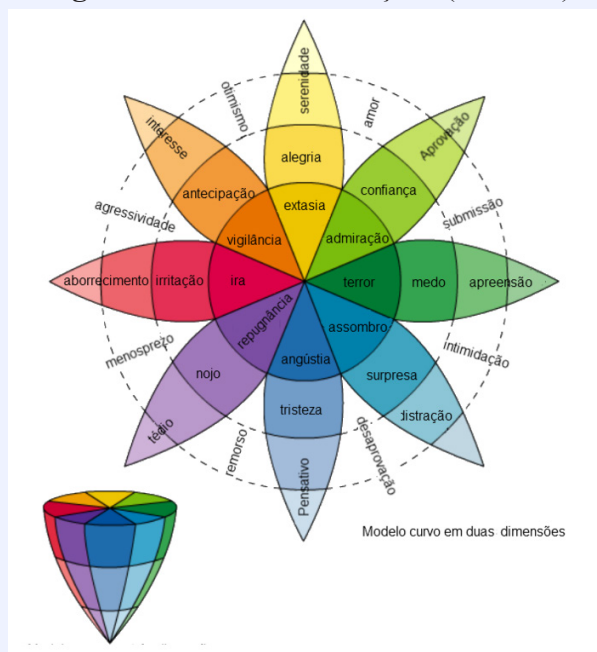
Não há estrutura que sustente a dialética. Então aquele processo da busca pela verdade por meio da dedução aristotélica, da argumentação racional, lógica, demonstrativa, clara, precisa, cartesiana, aqui não se aplica. A geometria é outra, os parâmetros de medição também. Precisamos de um mindset (re)design, ou seja, uma mentalidade ressignificada pela complexidade atual. Estamos mais para uma filosofia kantiana, cujo raciocínio se baseia numa ilusão de razão. O debate é mais profundo e ao invés de verdades, podemos simplesmente esperar um pouco e aprender depois. Meditar, olharmos para dentro e sermos menos ansiosos na busca por respostas. Uma pergunta imprecisa só pode levar a respostas igualmente imprecisas e assim se perpetua o caos. É assim que “o bater de asas se torna um tufão do outro lado do mundo”.

A sensação de perda é constante. Com a COVID-19 perdemos um pouco do nosso “eu”, aquele que conhecíamos até tudo isso começar; também um pouco do “nós” enquanto sociedade. Tudo está se esvaindo, como areia que escorre pelas mãos. Perdemos o controle e não sabemos que botões apertar e em que sequência para trazer de volta a sensação de estabilidade (perdida). É um processo de luto real e antecipatório. O que está morrendo em nós também? Uma miríade de emoções e sentimentos tomam conta do nosso corpo, do

nosso tempo, dos nossos pensamentos, nossos discursos, nossas novas rotinas e adaptações, agora forçadas, normatizadas e direcionadas.

A Teoria das Emoções de Robert Plutchik (1962, 1994, 1997, 1980), é centrada em oito emoções básicas: êxtase/extasia, admiração, terror, assombro, angústia, repugnância, ira e vigilância (vide Figura 11). A partir destas oito emoções básicas é que outras emoções são derivadas. Nomear as emoções é um passo importante para a busca da estabilidade perdida, que também é mental e afetiva. Ao olhar para estas emoções, quais delas estão presentes em você agora? Consegue nomear para logo em seguida “deixar sentir” esta emoção e por fim elaborá-la?

Figura 11: Roda das Emoções (Plutchik)



Fonte: PLUTCHICK (1980).

Em sua Teoria das Representações Sociais, Moscovici (1978) conceitua as representações sociais como “entidades que cruzam-se por intermédio de uma fala, um gesto, um encontro [...] que tenta entender as lutas, batalhas, espaços, formas de comunicação [...] os comportamentos embasados em experiências sociais, de forma individual e coletiva [...] um fenômeno social” (Moscovici, 1978, p. 46). A investigação da construção identitária e de representação social daqueles que passam por situações como a de uma pandemia são fatores importantes a serem considerados para a saúde integral ou bem-estar dos indivíduos, uma vez que os processos de socialização e interação sociais estão sendo alterados. Como estou, quem sou, o que estou sentindo, quais as minhas necessidades biopsicossociais, como me vejo, como sou visto? São questões que fazem parte do processo vigente e do processo futuro, na ressocialização; pertencentes ao que Moscovici denominou como “Cognição Social” (MOSCOVICI, 1981).

O termo “luto antecipatório” foi elaborado pelo médico psiquiatra alemão Erich Lindemann, no período da Segunda Guerra Mundial, e atinge os aspectos emocionais, físicos e sociais. A descoberta ocorreu após observar que as esposas passavam por um processo de elaboração da morte ou enlutamento, mesmo sem ter ocorrido de fato. A consequência disto é que os maridos, ao retornarem da guerra, tinham dificuldades de reinserção no núcleo familiar. A morte havia sido aceita mesmo antes de se concretizar, processo explicado pelo pressentimento de finitude, pela ameaça real do membro vir a falecer (NETO e LISBOA, 2017).

Outro termo relacionado, “perda ambígua”, proposta por BOSS (1999), refere-se ao processo de incerteza em relação à morte de alguém que esteja presente fisicamente ou psicologicamente, levando também

ao processo de “luto antecipatório”. Mesmo que a morte não ocorra de fato, há a eminente probabilidade de perda, explicando assim o desencadeamento do processo de luto. Nestes tempos de pandemia, passamos por processos similares ao “luto real”, para aqueles que perderam seus entes queridos; e ao “luto antecipatório”, relacionado à eminente possibilidade de óbito de algum familiar, amigo ou conhecido, bem como às “perdas subjetivas”, não relacionadas à morte de alguém, mas à “morte de coisas”. Por exemplo, o emprego que se perdeu, a noção de tempo, o compartilhamento de momentos com a família (para alguns), a liberdade de fazer o que se quer, a vida social, o ir e vir sem restrições, a saúde física e/ou mental, os projetos pessoais e profissionais que foram interrompidos/adiados/cancelados, o toque afetivo não permitido ou restritivo, as escolhas, a identidade própria, a fé (que para outros foi fortalecida).

A médica psiquiatra Elizabeth Klüber-Ross foi pioneira na identificação de atitudes e reações emocionais em pacientes terminais e é uma das maiores pesquisadoras sobre processos de luto. Seu livro “Sobre a morte e o morrer”, lançado em 1969, é uma referência internacional sobre como equipes de saúde podem se relacionar com pacientes fora de possibilidades terapêuticas. Ela identificou cinco estágios vivenciados no processo de luto: 1. Negação, 2. Raiva, 3. Barganha, 4. Depressão e 5. Aceitação (KLÜBER-ROSS, 1985).

A negação é um mecanismo de defesa, que pode ser temporária ou estender-se até o fim, e traduz-se em frases como “Eu não, não pode ser, não é verdade, isso não está acontecendo”. A raiva desdobra-se em sentimentos como ira, revolta e ressentimento, “Por quê eu?” ou “Deus está me castigando?”. A barganha é percebida quando o paciente faz promessas em troca de prolongamento de vida, diminuição da dor ou outros males físicos, entrando aqui as relações de fé e crenças espirituais. A depressão vem com sentimento de grande tristeza e perda, além de recolhimento, apatia, prostração, desânimo, pouca verbalização. Por fim, a aceitação surge quando o paciente compreende sua situação e destino, encontrando certa paz, pedindo muitas vezes “Quero me despedir da família e de todos”. Porém, alguns não chegam a esse estágio e o conflito se estende até o último dia de vida (SUSAKI, DA SILVA e POSSARI, 2006).

Por outro lado, autores como Michel e Freitas (2019), baseiam-se na compreensão fenomenológica do luto, fundamentada na concepção de intercorporeidade de Merleau-Ponty (1960-1991), que diz respeito ao “entrelaçamento intersubjetivo entre homem e mundo” (MICHEL e FREITAS, 2019, p.3). Ou seja, o mundo compartilhado rompe-se, deixando para o enlutado a perda da relação vivida, do outro, de um pouco de si e do mundo. Sob este ponto de vista,

O luto não seria um processo linear determinado por estágios ou fases iniciais e finais, mas se trata de uma nova condição existencial [...] O luto como nova condição existencial suspende os sentidos habituais do mundo-vida, exigindo novos sentidos e um novo modo de ser [...] Assim compreendido, o luto não pode mais ser pensado como um fenômeno individual, mas circunscreve-se como intersubjetivo [...] Desse modo, a experiência de enlutamento se apresenta como uma demanda de resignificação de um existir partilhado e não exatamente da superação de uma perda. Não há superação possível, no sentido de que não é possível um retorno a um mundo anterior [...] Há apenas a possibilidade de resignificar essa relação a partir de sua presença-ausente (MICHEL E FREITAS, 2019, p. 3).

Segundo NETO e LISBOA (2017), em revisão da literatura entre 2004 e 2014, entre as doenças mais prevalentes relacionadas ao luto antecipatório estão: câncer (60%); disfunções cognitivas, como Alzheimer, prejuízo cognitivo e demência (22%); paralisia cerebral (6%); prematuridade (6%); crise psicogênica não-epilética (3%); e má formação congênita (3%). Os resultados apontaram que, “independente da doença, a vivência de luto antecipatório se desdobra em um quadro emocional cuja avaliação psicológica é importante para investigar as necessidades do sujeito que podem ser de ordem social, emocional e/ou física” (Neto e

Lisboa, 2017, p.318), sendo a intervenção importante para atender pacientes, familiares e cuidadores.

Nessa questão de luto e morte, Afonso (2013) enfatiza o papel da Comunicação entre os atores, a visão mais integral do paciente, o tratamento interdisciplinar e a não fragmentação do cuidado. Ou seja, incentiva a prática da “humanização em saúde como o respeito à autonomia do paciente e sua família, a coparticipação e a construção de projetos terapêuticos consensuais que visem dar mais vida aos anos, que anos à vida” (AFONSO, 2013, p. 2782). A autora afirma que,

A maioria sabia da gravidade da doença, mesmo que não tivessem sido comunicados formalmente e ficavam gratos pela abordagem das notícias difíceis. Mas ressentiam-se quando elas eram transmitidas cruamente, fora do setting adequado, sem preparação prévia e o acompanhamento posterior dos ouvintes [...] A comunicação entre os atores, inclusive os profissionais de saúde, prenunciam fundamentos de atuais protocolos de comunicação de notícias difíceis que chamam a atenção para a forma como são transmitidas essas informações, o setting, a preparação do paciente para recebê-las e o compromisso de posterior acompanhamento clínico e psicológico de pacientes e familiares (AFONSO, 2013, p. 2782).

Para a Organização Mundial da Saúde, os cuidados paliativos configuram-se em “uma abordagem que aprimora a qualidade de vida, dos pacientes e familiares [...] por meio da identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual” (OMS apud SUSAKI, DA SILVA e POSSARI, 2006). Destaque para a filosofia dos cuidados paliativos como uma movimentação crescente para profissionais da Saúde, além de práticas e políticas assistenciais a serem adotadas nos diferentes casos (SUSAKI, DA SILVA e POSSARI, 2006).

FARO e COL. (2020) avaliaram o impacto da COVID-19 na saúde mental, baseado em crises similares em três momentos distintos: pré-crise, intracrise e pós-crise. Os autores ressaltam que “a preocupação com a saúde mental da população se intensifica durante uma grave crise social [...] um evento como esse ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade” (FARO e COL., 2020, p. 2). A falta de imunização para o vírus, a facilidade de propagação e a grande quantidade de infectados somadas às subnotificações elevou a doença ao status de pandemia. Sensação de insegurança, mudanças nas rotinas diárias, nas relações pessoais e profissionais, somadas ao distanciamento e isolamento sociais têm impacto na saúde mental da sociedade.

Os autores citam alguns estressores como afastamento de amigos e familiares, incerteza quanto ao tempo de distanciamento, emoções negativas como tédio, tristeza, angústia, medo, raiva, ruminação, podendo levar a perda de energia, concentração, estresse, insônia, fobias, compulsões; transtornos de humor, ansiedade, pânico e depressão; prejuízo no funcionamento social; discriminação pelo fato de determinada pessoa ter sido diagnosticada pela doença; além do aumento do comportamento suicida e do uso de substâncias como o cigarro (FARO e COL., 2020).

Com o objetivo de reduzir os danos psicológicos causados pela epidemia e promover estabilidade social, a China, por exemplo, publicou uma diretriz que instituiu níveis de atenção psicológica para o enfrentamento da COVID-19. As recomendações foram agrupadas em quatro níveis de populações-alvo. O nível 1 inclui pacientes hospitalizados com infecção confirmada ou condição física grave para a COVID-19, profissionais de saúde de primeira linha e equipe administrativa. O nível 2 se refere às pessoas em isolamento por terem alguma proximidade com indivíduos confirmados para a doença, além daqueles em quarentena por terem tido contato com pessoas suspeitas de infecção. Já na população de nível 3 estão os indivíduos que tiveram contato próximo com os níveis 1 ou 2, ou seja, familiares, colegas, amigos e equipes de resgate. Por fim, o nível 4 é composto pela população em geral, que não está nem na linha de frente e

nem em medidas de isolamento ou quarentena; ou seja, são aquelas para as quais se recomenda o distanciamento social (NATIONAL HEALTH COMMISSION OF CHINA, 2020 apud FARO e COL., 2020, p. 9).

Quanto aos desencadeadores de sintomas psicopatológicos pela pandemia, AFONSO (2020) destaca o medo de contrair a doença; as dificuldades econômicas, como o risco ou aumento de desemprego; a forma como as pessoas estão realizando seus velórios/cerimônias fúnebres, sem poder se despedir de seus entes queridos; as dúvidas quanto ao presente e ao futuro; questões que levam ao estresse pós-traumático, abuso de álcool, depressão, dentre outras psicopatologias mapeadas em estudos anteriores. Sua pesquisa foi realizada com algumas centenas de pessoas após passarem períodos curtos de isolamento social, entre 10 a 21 dias.

SANTOS (2020) aponta ainda transtornos afetivos e de ansiedade como o Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), por conta dos rituais de limpeza e higienização; a necessidade de maior cuidado voltado aos profissionais de saúde, que atuam na linha de frente, com destaque para as longas horas de trabalho levando à exaustão, insônia, ansiedade e medo de ser infectado ou transmitir a doença para quem eles amam, além da atuação com pouca proteção individual - quadro agravado por aqueles com transtornos psiquiátricos preexistentes; e sintomas mentais como raiva, confusão e estresse pós-traumático estarem associados a quarentena prolongada, medo de infecção, frustração, falta de suprimentos básicos, informações insuficientes, problemas financeiros e estigmas; sendo desafios para um futuro próximo (SANTOS, 2020).

RAUCH e COL. (2020, p. 6-7) apontam o encorajamento de sistemas e indivíduos a:

- 1) Garantir que as necessidades básicas de alimentação, sono e alojamento sejam atendidas - para os profissionais de saúde, inclui o gerenciamento de risco de infecção pessoal e familiar, bem como uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- 2) Encontrar maneiras criativas para manter a conexão e o suporte social, com segurança;
- 3) Fornecer apoio contínuo às pessoas como elas gostariam;
- 4) Usar estratégias positivas de enfrentamento adotadas por outros como conversar com amigos ou familiares, praticar exercícios físicos, yoga, orações, bem como monitorar ou reduzir o enfrentamento inútil como uso de álcool ou outras substâncias prejudiciais;
- 5) Criar oportunidades para as pessoas falarem sobre experiências difíceis, sem obrigá-las;
- 6) Evitar conversas em grupo onde as pessoas sejam obrigadas a compartilhar e ouvir histórias de morte ou eventos traumáticos. Ao invés disto, dispor-se a criar oportunidades de construção de comunidade, apoio emocional, psicoeducação;
- 7) Prover informações sobre recursos acessíveis de saúde mental para quem precisar.

No dia 23 de março de 2020, a Harvard Business Review publicou “Esse desconforto que você sente é luto” [tradução livre], do autor Scott Berinato, que cita David Kessler, autor e orador público, outro grande especialista em luto no mundo. Kessler co-escreveu o livro “Os Segredos da Vida” com Elisabeth Kübler-Ross, publicado no ano de 2000, que fala justamente sobre encontrar significado no processo de luto ou enlutamento, que ele denomina como o 6º estágio: a Esperança.

Kessler (2020) compartilhou seus pensamentos sobre a importância de reconhecer a dor sentida, em como lidar com ela e encontrar significado. Em relação aos sentimentos durante a pandemia da COVID-19:

Estamos sentindo uma série de lutos diferentes. Sentimos que o mundo mudou, e ele mudou. Sabemos que isso é temporário, mas não é assim que sentimos e percebemos que as coisas serão diferentes depois. Assim como ir para o aeroporto ficou diferente após o 11 de setembro, as coisas vão mudar e esse é o ponto em que elas mudam. A perda da normalidade; o medo do pedágio econômico; a perda de conexão. Isso está nos atingindo e nós estamos em luto.

Coletivamente. Não estamos acostumados a esse tipo de luto coletivo no ar [...] também estamos sentindo um luto antecipatório. O luto antecipatório é o sentimento que temos sobre o que o futuro reserva quando não temos certeza. Geralmente, ele se concentra na morte. Sentimos isso quando alguém recebe um diagnóstico grave ou quando pensamos que vamos perder um dos pais algum dia. O luto antecipatório também é um futuro mais amplamente imaginado. Está chegando uma tempestade. Há algo ruim por aí. Com um vírus, esse tipo de tristeza é tão confuso para as pessoas. Nossa mente primitiva sabe que algo ruim está acontecendo, mas você não pode vê-lo. Isso quebra nossa sensação de segurança. Estamos sentindo essa perda de segurança. Eu não acho que perdemos coletivamente nosso senso de segurança geral assim. Individualmente ou em grupos menores, as pessoas sentiram isso. Mas todos juntos, isso é novo. Estamos sofrendo no nível micro e macro. (KESSLER, 2020).

Indagado sobre o que fazer para lidar com o sofrimento, Kessler (2020) aponta a compreensão sobre os 5 estágios do luto [de Kübler-Ross: negação, raiva, barganha, tristeza e aceitação], lembrando que eles não são lineares e podem ocorrer em diferentes ordens. Também fala da Ansiedade, que apresenta as piores imagens ou cenários como mecanismo de proteção. Então o objetivo não é apagar as imagens, mas encontrar o equilíbrio no que se está pensando no presente. Assim, pensar no oposto, ou seja, nas melhores imagens, de maneira que nenhum dos cenários possa ser ignorado, mas nenhum deles possa dominar a mente de alguém.

Kessler (2020) sugere deixar de lado o que não se pode controlar e focar no que se pode, como, no caso da pandemia, manter distância e lavar as mãos. Ter compaixão, compreendendo que pessoas ao nosso redor podem responder de maneiras adversas às que conhecemos. Medo, Tristeza e Ansiedade estão em jogo. Retomando os 5 estágios de luto, Kessler (2020) pontua:

Há negação, que dizemos no começo: esse vírus não nos afeta. Há raiva: você está me fazendo ficar em casa e tirando minhas atividades. Há uma barganha: Ok, se eu me distanciar por duas semanas tudo ficará melhor, certo? Há tristeza: não sei quando isso vai acabar. E finalmente há aceitação. Está acontecendo, eu tenho que descobrir como proceder. Aceitação é onde está o poder. Encontramos controle na aceitação. Eu posso lavar minhas mãos. Eu posso manter uma distância segura. Eu posso aprender a trabalhar virtualmente (KESSLER, 2020).

Um ponto de preocupação é não saber quando a pandemia acaba, do ponto de vista cronológico, mesmo sendo um estado temporário. Para quem está se sentindo sobrecarregado,

Há algo poderoso em nomear isso como luto. Isso nos ajuda a sentir o que está dentro de nós. Muitos me disseram na semana passada: “Estou dizendo aos meus colegas de trabalho que estou tendo dificuldades” ou “Chorei ontem à noite”. Quando você nomeia o que sente, você sente algo e ele se move através de você. As emoções precisam de movimento. É importante reconhecermos o que passamos. Um subproduto infeliz do movimento de auto-ajuda é que somos a primeira geração a ter sentimentos sobre nossos sentimentos. Dizemos a nós mesmos coisas como: sinto-me triste, mas não devo sentir isso; outras pessoas estão piores. Nós podemos – devemos – parar no primeiro sentimento. Eu me sinto triste. Deixe-me ir por cinco minutos para me sentir triste. Seu trabalho é sentir tristeza, medo e raiva, independente do que os outros sentem. Lutar não ajuda porque seu corpo está produzindo a sensação. Se permitirmos que os sentimentos aconteçam, eles acontecerão de maneira ordenada, e isso nos capacitará. Então não somos vítimas [...] é absurdo pensar que não devemos sentir o luto agora. Permita-se viver o luto e siga em frente (KESSLER, 2020).

“O distanciamento social está nos forçando a ficar separados de amigos e familiares por semanas e possivelmente meses. Mas como ajudar a si e aos outros emocional, social e espiritualmente?” é a pergunta de abertura do texto de Gisela Adissi, publicado no dia 11/04/2020 no site do projeto “Vamos falar sobre o luto?”. Algumas respostas a autora buscou com outro reconhecido especialista em luto, Alan Wolfelt, que diz:

Há algumas coisas importantes a entender sobre a dor pandêmica. Primeiro, é normal e natural. É simplesmente uma parte do nosso amor e apego. E segundo, o luto responde à consciência,

atenção e expressão. As pessoas se sentirão melhores se chorarem. Luto é ter consciência do seu sofrimento, dar a atenção que ele precisa e merece, e sobretudo expressá-lo. Todos já ouvimos falar muito sobre como cuidar de nós mesmos fisicamente com esse vírus, mas pouco vi sobre saúde emocional, social e espiritual. Durante esse período de grande tristeza, o luto é a chave para esses pilares do autocuidado. Quando sentimos a dor emocional do nosso luto por coronavírus, podemos sintonizá-lo e permitir que ele nos ensine sobre o que realmente estamos preocupados, tristes, zangados etc. E então podemos expressá-lo. Podemos conversar com outras pessoas sobre isso, em nossa casa, por telefone ou online. Podemos escrever sobre isso em um diário. Podemos ouvir música ou assistir filmes que nos ajudam a acessar, entender e compartilhar nossos sentimentos. O luto dessa maneira ajuda a amenizar a tristeza e nos dá a liberação emocional de emergência e o sustento de que precisamos para sobreviver. E quando se trata de saúde espiritual, agora é um momento especialmente ressonante para cuidar de sua alma. Um fator redentor do isolamento forçado é que ele cria a oportunidade de contemplação e prática espiritual. Em tempos de perda, quase sempre nos perguntamos por que as coisas acontecem como acontecem. Naturalmente, questionamos o significado da vida em geral e o significado de nossa própria vida em particular. Voltamos nossa atenção para nossas crenças e valores mais profundos. Conversamos com Deus ou nos perguntamos sobre Deus ou ficamos com raiva de Deus. Se você lutou com crenças, valores, significado e objetivos de vida durante a pandemia, está experimentando o aspecto espiritual do luto. E a melhor maneira de cuidar de seu espírito agora é ser intencional, dando-lhe tempo e atenção. Eu recomendo gastar pelo menos 15 minutos por dia em práticas espirituais. O que quer que o ajude a entrar em contato com sua centelha divina – faça isso. Para algumas pessoas, isso pode ser meditação ou oração. Para outros, pode ser ler um texto espiritual, fazer afirmações, participar de um evento religioso ou espiritual on-line, praticar ioga, escrever em um diário ou passar algum tempo observando a natureza ou andando ao ar livre. Não há dúvida de que este é um momento desafiador para se estar vivo, mas também é um momento em que nossos recursos coletivos nunca foram maiores e mais capazes. Então, vamos ser abertos, honestos e gentis – conosco e com o outro (WOLFELT, 2020).

A Teoria da Relatividade de Albert Einstein (1858-1947) obrigou a humanidade a rever seus conceitos de tempo e espaço, assim como a Teoria Quântica de Max Planck (1879-1955) derrubou as certezas da Física e as substituiu por Probabilidade. Niels Bohr (1885-1962), da termodinâmica, revolucionou o mundo ao tratar as partículas físicas como corpúsculos e também como ondas. A Teoria do Caos, na contramão, propôs a existência de ordem no caos (FERRARI, 2008).

Adicione à linha do tempo, a ideia de “pensamento complexo”, que evidencia a necessidade de romper barreiras entre os saberes para iniciar o processo de mudança de mentalidades, defendida pelo sociólogo francês Edgar Morin, presente em sua principal obra “O Método”, composta por seis volumes publicados a partir de 1977. Fundamentado nas ciências exatas e naturais, como as teorias da informação e dos sistemas e a cibernética, Morin “considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a religação dos seres e dos saberes” (PETRAGLIA apud FERRARI, 2008).

Para o pensador, os saberes tradicionais foram submetidos a um processo reducionista que acarretou a perda das noções de multiplicidade e diversidade. A simplificação, de acordo com Morin, está a serviço de uma falsa racionalidade, que passa por cima da desordem e das contradições existentes em todos os fenômenos e nas relações entre eles. Acima de tudo, defende a introdução da incerteza e da falibilidade na rigidez cultural do Ocidente. As limitações causadas pela compartimentação do conhecimento são responsáveis por manter o espírito humano em sua pré-história. Além disso, a tendência de aplicar conceitos abstratos vindos das ciências exatas e naturais ao universo humano resulta em desconsideração por aspectos como o ambiente, a história e a psicologia, entre outros. Um exemplo é a economia, a mais avançada das ciências sociais em termos matemáticos e a menos capaz de trabalhar com regularidades e previsões. Para recuperar a complexidade da vida nas ciências e nas atividades humanas, Morin recomenda um pensamento crítico sobre o próprio pensar e seus métodos, o

que implica sempre voltar ao começo. Não se trata de círculo vicioso, mas de um procedimento em espiral, que amplia o conhecimento a cada retorno e, assim, se coaduna com o fato de o homem ser sempre incompleto - o aprendizado é para toda a vida. Nos processos em espiral, é necessário conhecer os conceitos de ordem, desordem e organização. Do ponto de vista da complexidade, ordem e desordem convivem nos sistemas. O que diferencia o todo da soma das partes é o que denomina comportamento emergente. Nos seres humanos, a dinâmica entre ordem e desordem se subordina à idéia de auto-eco-organização: a transformação extrapola o indivíduo, se estendendo ao ambiente circundante. Uma vez que tudo está interligado, a solidariedade é tida como peça fundamental para superar aquilo que denomina crise planetária - uma situação de impotência diante de incertezas que se acumulam (FERRARI, 2008).

Como lidar com o Caos, a Transformação Digital e a Miríade de Sentimentos que tomou conta de nós? Serendipidade é a palavra. Porque é a capacidade de descobrir coisas boas por mero acaso, de modo inesperado e também imprevisto (inclusive em meio ao caos). Chega de “borboletadas”, agora é hora de “Borboletear”, de ir de um lugar a outro, de uma pessoa a outra, de migrar de uma situação para outra (DICIO, 2020). Como as borboletas, cuja metamorfose ou processo de transformação, passa pelos estágios de Lagarto, Crisálida e Borboleta, representando simbolicamente Vida, Morte e Ressureição (DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS, 2020). Essa metamorfose que estamos passando durante a pandemia da COVID-19, pede novas mentalidades, ressignificações de sentimentos, solidariedade global, olhar sistêmico e ética. Ganha destaque o papel social e fundamental de profissionais de Relações Públicas (RP), que atuam com diferentes públicos, emoções, expectativas, crises, gestão da informação, construção de imagem, reputação. Profissionais de RP são moldados cotidianamente para lidar com as complexidades de cada indivíduo, de grupos e da sociedade. Eles são multi/transdisciplinares por natureza e função, o pensamento complexo faz parte do seu *modus operandi*. O paradigma da complexidade se opõe ao paradigma da simplificação e da fragmentação. Há que se construir e reconstruir os “laços sociais”, presentes em rede, seja de forma presencial ou virtual. RP’s estão aí para entrelaçar os fios, (re)estabelecer os laços e dar novos significados ao tecido social que fazemos parte.



Fonte: @itstarar Rooney. 27 march 2020. 1 fotografia. By @CovidArtMuseum - The world's 1st museum for art born during Covid 19 quarantine. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-Ox0gso8Bl/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Referências

AFONSO, P. **The impacto of COVID-19 pandemic on Mental Health**. Acta Médica Portuguesa, [S.I.], v.33, n.5, p.356-357, may 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20344/amp.13877>. Disponível em: <https://actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/13877/5925>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AFONSO, S. B. C. **Sobre a morte e o morrer**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.18, n.9, p.2781-2782, Sept. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900033>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 maio 2020.

BARRUCHO, L. **Demissão de Moro: não se pode subestimar Bolsonaro, diz brasileiro**. BBC News Brasil, Londres, 26 abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52421763>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BBC NEWS BRASIL. ‘Gripezinha ou resfriadinho’ e outras 7 frases controversas de líderes mundiais sobre o coronavírus. BBC News Brasil, 7 abril 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52205918>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BOSS, P. A perda ambígua. In: WALSH, F.; MCGOLDRICK, M. **Morte na família: sobrevivendo às perdas**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998, p. 187-197.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 27, p. 1-3, 06 fev. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 25 maio 2020.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Social distancing, quarantine, and isolation: keep your distance to slow the spread**. Atlanta: CDC, 2020a. Disponível em: <http://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/prevent-getting-sick/social-distancing.html>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Severe outcomes among patients with Coronavirus Disease 2019 (COVID-19)**: United States, February 12-March 16, 2020. Morbidity and Mortality Weekly Report, v. 69, n.12, p. 343-346, mar. 2020b. DOI: <https://doi.org/10.15585/mmwr.mm6912e2>. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/wr/mm6912e2.htm?s_cid=mm6912e2_w. Acesso em: 03 jun.2020.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. **Significado dos símbolos e simbologia: borboleta**, 2020. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/borboleta/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de borboletear**. DICIO, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/borboletear/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL. **Considerations relating to social distancing measures in response to COVID-19: second update**. Stockholm: ECDC, 23 mar. 2020. Disponível em: <http://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/covid-19-social-distancing-measuresg-guide-second-update.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

FARO, A. et al. **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v.37, Epub, p.1-14, 01 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507. Acesso em: 20 maio 2020.

FERRARI, M. Edgar Morin, o arquiteto da complexidade. NOVA ESCOLA, 1º out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1391/edgar-morin-o-arquiteto-da-complexidade>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANA, H. ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’ diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘sou Messias, mas não faço milagre’. G1, Brasília, 28 abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GOOGLE INTEGRATED ANALYTICAL TEAM. **Coronavírus: o mundo nunca mais será o mesmo**. Google IAT,

[S.I., 2020?]. Disponível em: <https://www.sincovaga.com.br/coronavirus-o-mundo-nunca-mais-sera-o-mesmo/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

INLOCO. **Mapa brasileiro da COVID-19: índice de isolamento social**. Recife: INLOCO, 2020. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 01 jun. 2020.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. **The Data-as-a-Service (DaaS) Market at a Glance**. Framingham: IDC, 2020a. Disponível em: <https://blogs.idc.com/2020/05/21/the-data-as-a-service-daas-market-at-a-glance/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. **IDC Lawers Forecast for Worldwide IT spending to a decline of 5.1% in 2020, but cloud spending remains relatively resilient**. Framingham: IDC, 2020b. Disponível em: <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS46268520>. Acesso em: 03 jun. 2020.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. **Defining Data Native Worker: Gen-D**. Framingham: IDC, 2020c. Disponível em: <https://blogs.idc.com/2020/05/15/defining-the-data-native-worker-gen-d/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. **The five stages to enterprise recovery**. Framingham: IDC, 2020d. Disponível em: <https://www.idc.com/misc/covid19>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ISTOÉ. Demitida, Regina Duarte leva 'prêmio de consolação'. **ISTOÉ**, 21 maio 2020. Editorial Cultura, Estadão. Disponível em: <https://istoe.com.br/demitida-regina-duarte-leva-premio-de-consolacao/>. Acesso em: 04 jun. 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Coronavirus Global Cases COVID-19 Dashboard by The Center for Systems Science and Engineering at Johns Hopkins University**. JHU CSSE: 2020. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 03 jun. 2020.

JORNAL NACIONAL. **Brasil completa 18 dias sem titular no Ministério da Saúde**. 02 junho 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/02/brasil-completa-18-dias-sem-titular-no-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MÁXIMO, W. Em dois meses, 107 milhões de brasileiros pediram auxílio emergencial: cerca de 100 mil pessoas se cadastraram de ontem pra hoje. Agência Brasil, Brasília, 03 junho 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/em-dois-meses-107-milhoes-de-brasileiros-pediram-auxilio-emergencial>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Portaria Nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União: Seção 1- Extra, Brasília, DF, ed. 55-F, p. 1-2, 20 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 30 maio 2020.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Social Cognition perspectives on everyday knowledge**. London: Academic Press, 1981.

PLUTCHIK, R. **The emotions: Fact, theories and a new model**. New York: Random House, 1962.

PLUTCHIK, R. **The Psychology and Biology of Emotion**. New York: Harper Collins College, 1994.

PLUTCHIK, R. **Circumplex Models of Personality and Emotions**. Washington: American Psychological Association, 1997.

PLUTCHIK, R., & KELLERMAN, H. **Emotion: Theory, research, and experience: Vol. 1**. New York: Academic Press, 1980.

NETO, J.O., LISBOA, C. S. M. **Doenças associadas ao luto antecipatório: uma revisão da literatura**. Psicologia,

Saúde & Doenças [online], v.18, n.2, p.308-321, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180203>. ISSN 1645-0086. Acesso em: 22 maio 2020.

RAUCH, S. A. M.; SIMON, N. M.; ROTHBAUM, B. O. **Rising tide:** responding to the mental health impact of the COVID-19 pandemic. *Depress Anxiety*, [S.I.], 18 may 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/da.23058>. Acesso em: 28 maio 2020.

SANTOS, C. F. **Reflections about the impact of the SARS-COV-2/COVID-19 pandemic on mental health.** *Braz. J. Psychiatry*, São Paulo, v.42, n.3, p.329, maio/jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0981>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462020000300329&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2020.

STANISCUASKI, F. et al. **Impact of COVID-19 on academic mothers.** *SCIENCE*, v. 368, n. 6492, p. 724-725, 15 may 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1>. Acesso em: 05 jun. 2020.

SUSAKI, T.T.; DA SILVA, M. J. P.; POSSARI, J. F. **Identificação das fases do processo de morrer pelos profissionais de Enfermagem.** *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 144-149, Jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002006000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002006000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 de maio de 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 3 March 2020 [Internet]. WHO: 2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1. Acesso em: 03 jun. 2020.

